



UNIVERSIDADE ESTADUAL DE CAMPINAS
INSTITUTO DE FILOSOFIA E CIÊNCIAS HUMANAS

CAROLINA BONOMI DE MENEZES GUERRA

“Mulher da Vida, É Preciso Falar”: um estudo do movimento
organizado de trabalhadoras sexuais

CAMPINAS
2019

CAROLINA BONOMI DE MENEZES GUERRA

“Mulher da Vida, É Preciso Falar”: um estudo do movimento
organizado de trabalhadoras sexuais

Dissertação apresentada ao Instituto de
Filosofia e Ciências Humanas da
Universidade Estadual de Campinas como
parte dos requisitos exigidos para a obtenção
do título de Mestra em Ciência Política.

Orientadora: Prof^a Dra^a Ângela Maria Carneiro
Araújo

ESTE TRABALHO CORRESPONDE À
VERSÃO FINAL DA DISSERTAÇÃO
DEFENDIDA PELA ALUNA CAROLINA
BONOMI DE MENEZES GUERRA, E
ORIENTADA PELA PROF^a DR^a ÂNGELA
MARIA CARNEIRO ARAUJO.

CAMPINAS
2019

Agência(s) de fomento e nº(s) de processo(s): CAPES, .
ORCID: <https://orcid.org/0000-0001-8953-265X>

Ficha catalográfica
Universidade Estadual de Campinas
Biblioteca do Instituto de Filosofia e Ciências Humanas
Cecília Maria Jorge Nicolau - CRB 8/3387

Bonomi, Carolina, 1986-

B644m "Mulher da Vida, É Preciso Falar" : um estudo do movimento organizado de trabalhadoras sexuais / Carolina Bonomi de Menezes Guerra. – Campinas, SP : [s.n.], 2019.

Orientador: Angela Maria Carneiro Araújo.

Dissertação (mestrado) – Universidade Estadual de Campinas, Instituto de Filosofia e Ciências Humanas.

1. Prostituição. 2. Gênero. 3. Movimentos sociais. I. Araújo, Ângela Maria Carneiro, 1952-. II. Universidade Estadual de Campinas. Instituto de Filosofia e Ciências Humanas. III. Título.

Informações para Biblioteca Digital

Título em outro idioma: "Woman of Life, Must Talk": a study of the organized movement of sex workers

Palavras-chave em inglês:

Prostitution

Gender

Social movements

Área de concentração: Ciência Política

Titulação: Mestra em Ciência Política

Banca examinadora:

Ângela Maria Carneiro Araújo

Luciana Ferreira Tatagiba

Michelle Barbosa Agnoletti

Data de defesa: 14-03-2019

Programa de Pós-Graduação: Ciência Política



UNIVERSIDADE ESTADUAL DE CAMPINAS
INSTITUTO DE FILOSOFIA E CIÊNCIAS HUMANAS
PROGRAMA DE PÓS GRADUAÇÃO EM CIÊNCIA POLÍTICA

A Comissão Julgadora dos trabalhos de Defesa da Dissertação de Mestrado, composta pelas Professoras Doutoras a seguir descritos, em sessão pública realizada em 14 de março de 2019, considerou a candidata Carolina Bonomi de Menezes Guerra aprovada.

Profª Drª Ângela Maria Carneiro Araújo

Profª Drª Luciana Ferreira Tatagiba

Profª Drª Michelle Barbosa Agnoleti

A Ata de defesa com as respectivas assinaturas dos membros encontra-se no SIGA/Sistema de Fluxo de Dissertação/Teses e na Secretaria de Pós-Graduação em Ciência Política do Instituto de Filosofia e Ciências Humanas.

AGRADECIMENTOS

Durante a pesquisa, fiquei refletindo o quão importante seria esse momento em que agradeço a cada pessoa que se fez presente durante a realização dessa investigação. Brinquei que iria escrever nos agradecimentos os diversos infortúnios e alegrias que ocorreram durante a pesquisa: golpe de estado, eleições, aprovação das cotas étnico-raciais na universidade, dois anos de sindicâncias, assassinato de Marielle, retrocessos sociais e a extrema direita na gestão do nosso país. Ou seja, esses dois anos não foram nada fáceis. Mesmo assim, aqui estou eu, escrevendo esses agradecimentos. Um rito de passagem tão importante quanto o seu produto final. Mantive-me de pé porque tive raízes fortes e abraços para me repousar. Por essa imensa rede de afetos que tive a sorte de possuir, sou eternamente grata.

Primeiramente, não posso deixar de fora dos registros desse agradecimento o dia que realizei a sua defesa: 14 de março. Completa-se um ano do assassinato de Marielle Franco. Emblemático dia 14 de março em que, mais uma vez, aos poucos, nossa democracia e nossos direitos foram se ruindo. Marielle, para mim, seria o que eu almejava para minha carreira como ativista dos direitos humanos e cientista social: uma pesquisadora engajada, rigorosa, ativa, coerente, lutadora. Responsável por diversas políticas públicas e melhorias para o coletivo. Nesse pequeno parágrafo, queria prestar essa homenagem à essa gigante. Marielle acreditava em um projeto de sociedade a qual compartilho, principalmente, nos projetos relativos à educação pública: diversa, democrática, de qualidade e sobretudo, pública. Marielle presente hoje e sempre. Marielle semente!

A realização dessa pesquisa não seria possível sem as mulheres da vida, as prostitutas, as profissionais do sexo, as trabalhadoras sexuais. Essas mulheres guerreiras e que são inspiração. Com elas aprendi, ainda mais, sobre política. Aprendi sobre respeito, diversidade, luta e resistência. A elas, a quem dedico essa dissertação, agradeço com todo amor, carinho e admiração: Juma Santos, Luza Silva, Lourdes Barreto, Celia Gomes, Diana Soares, Betânia Santos, Monique Prada, Fátima Medeiros, Dona Ana, Makely Gomes, Irene Santos, Elizabeth Pereira, Denise Mara, Tina Rovira, Soila Mar, Vania Resende, Nanci Feijó, Edna Maciel, Ivanete Pinho, Leila Barreto e Jade. Agradeço à Elisiane Pasini pelas trocas e generosidade; à Laura Murray pela autorização para que eu pudesse pesquisar no arquivo e, de igual forma, agradeço imensamente ao Gabriel Alencar por me receber com

tanto carinho no Arquivo. À Elaine Bortolanza por sua energia, suas transas e afeto potente, meu muito obrigada!

A condução dessa pesquisa não seria a mesma sem a minha querida orientadora Ângela Carneiro Araújo. Sua dedicação, seus conselhos, seus puxões de orelha e principalmente afeto, foram primordiais na minha formação e para o resultado final dessa dissertação. Ângela é mais que uma orientadora e não é possível traduzir nesse pequeno paragrafo tudo o que ela significa para mim. Ela segurou minha mão em todos os momentos mais complicados durante esses cinco anos de orientação que ultrapassam qualquer formalidade da relação orientanda-orientadora. Ângela é a tradução de uma acadêmica fraterna, terna e companheira. Obrigada por esses cinco anos, obrigada por ser exemplo de profissional e de pessoa que eu quero me tornar.

Agradeço à professora Luciana Tatagiba pelo seu entusiasmo que acompanhou todo o percurso da pesquisa. Passamos por momento incríveis dentro e fora da sala de aula. Muitíssimo obrigada pelos comentários primordiais feitos na qualificação que contribuiu substancialmente para a reta final dessa dissertação e mais uma vez, obrigada por aceitar compor a banca dessa defesa. À Adriana Piscitelli que compôs a banca de qualificação: a sua generosidade e perspicácia foram essenciais para a condução da pesquisa. Adriana, além de ser uma professora extremamente afetuosa, é uma das maiores referências desse trabalho, a qual, me inspiro cotidianamente. À professora Michelle Agnoleti por aceitar compor a banca de defesa. Michelle se tornou uma pessoa muito querida por mim e assim como essa gama de mulheres incríveis que agradei acima, ela se tornou uma verdadeira fonte de inspiração. Agradeço igualmente às professoras doutoras Anna Claudia Teixeira e Silvia Aguião pelo aceite como suplentes dessa banca. À Anna Claudia, agradeço ao tempo compartilhado em sala de aula e pela generosidade. À Silvia Aguião, pela inspiração e pelas trocas entre um evento e outro. Obrigada pelo carinho!

Agradeço imensamente à professora Andrea Freitas, coordenadora do Programa de Pós-Graduação em Ciência Política. Andrea foi responsável pela construção do desenho de pesquisa e que estimulou, constantemente, a superação de qualquer dificuldade. Andrea foi mais que uma simples professora e uma coordenadora. Foi, também, amiga e companheira. Obrigada pelos incríveis momentos dentro e fora da sala de aula. Aos professores: Frederico de Almeida, Valeriano, Álvaro Bianchi e Andrei Korner, agradeço pela formação e debates suscitados na sala de aula que se tornaram primordiais durante o mestrado. Agradeço, em especial, ao Frederico de Almeida pela disciplina de seminário que

contribuiu para a escrita da qualificação, por suas sugestões e por conduzir a docência de maneira tão fraterna e generosa.

À Regina Facchini: todo agradecimento é pouco. Eu tive a sorte grande de contar com o apoio de pessoas maravilhosas que compõem o corpo docente do curso de Ciências Sociais. Regina também é uma das traduções que almejo como uma profissional: comprometida, generosa, afetuosa. Não só por esses atributos, Regina tornou-se uma pessoa muito querida e que, também, foi uma das responsáveis pela construção do projeto que desembocou nessa pesquisa. Obrigada pelo ombro e por suas contribuições essenciais.

O trabalho acadêmico não seria o mesmo sem as/os minhas/meus amigas/os de sala. Eu tirei a sorte grande de poder contar com o companheirismo e amizade dessas pessoas que, em tão pouco tempo, se tornaram tão especiais na minha vida: Felipe Adão, Joanita Nascimento, Rubia Marcussi, Larissa Catão, Debora Zanini, Deborah Cavalcanti, André Flores, Paula Rodrigues, Zé Galvão. Obrigada pelas horas de discussões sobre Adam Smith e Misses (risos), obrigada pelo samba, cerveja, churrasco, axé e Legião Urbana. Obrigada pelos abraços calorosos, pelos risos bobos ao meio do caos e pelo companheirismo imprescindível.

Aos funcionários do Instituto de Filosofia e Ciências Humanas por toda generosidade: Neiva, Santos, Tereza e Marli. À Camila por ser a nossa anja; por sempre conseguir transformar as dificuldades burocráticas mais leves, por resolver todos os b.os e fazer do seu ofício um gesto de carinho conosco. Ao Reginaldo por sempre ser gentil e amigo.

À minha grande rede de afetos que, entre sala de aula, campo de pesquisa, biblioteca e bandeirão se fizeram presentes por meio de abraços, café, palavras de conforto, da sofrência coletiva, das ansiedades de pesquisa e da produção da escrita: Thiago Falcão, Evandro Cruz, Brunela Succi, Eliza Pellegrini, Leo Novo, Fabi Grecco, Lorena Aragão, Dani Motta (a querida Bis), Mari Shi, Danita, Ellen, Mi Brentini, Jé Omena, Larissa Menezes, Lorena Caminhas, Tayná Mesquita, Gustavo Cordoba, Stephanie Lima, Nat Lago, Larissa Nadai, Teófilo Reis, Milena Oliveira, Homero Ragnane, Nadia Malena, Aline Assencio, Tiago Vaz, Lauren Zeytounlian, Thais Lassali, Malu Fernandes, Luiza Hortelã, Jonatan Nascimento, Mariel Nakane, Aquiles Silva, Marina Pupo, Catarina, Paula Luna. Agradeço às mulheres incríveis que seguram minha mão e me alegram cotidianamente: Jordana Barbosa, Elida Franco, Marina Sousa, Maiane Fortes, Maysa Oliveira, Alessandra Ramos, Mariela.

À Vanessa Sander pelas palavras, abraços e gin; por ser sempre presente, por estar comigo nas situações mais inusitadas; por compartilhar amor, dor, alegrias e BH. À Cil Veiga, por sempre me acalmar com seus áudios, por acreditar no meu potencial, por compartilhar insights, carinho e a sofrência do Galo; todo agradecimento é pouco. À minha marida Kat Moreno: não tenho como agradecer o fortalecimento que me deu durante a escrita da dissertação, por me oferecer colo, amor, músicas e Sofia; te amo de graça. Ao Bruno Ribeiro: por ser a inspiração cotidiana, por ser um irmão que a vida me presenteou, por compartilhar noites em claro, sindicâncias, amores, carinhos, lágrimas, muitas alegrias e closes. Agradeço ao Antony que mesmo que a vida ter nos colocado distantes, ainda o amo como irmão; obrigada por se fazer presente mesmo em momentos de ausências. À Ana Veraldi: faltam palavras para agradecer tudo que você fez por mim nesses dois anos; obrigada por ser meu colo, por enfrentar a burocracia universitária comigo; quando muitas vezes, a universidade queria me colocar para fora, você sempre me lembrava da importância das lutas que travamos para tornar esse espaço mais democrático e diverso.

Entre os trânsitos da pesquisa, conheci pessoas muito especiais. Agradeço ao Breno, o “meu bem”, por ser tão incrível, afetuoso e amigo; por ser generoso e companheiro, por me escutar chorar por mais de uma hora (risos) e compartilhar insights que colaboraram substancialmente para a pesquisa. À Vanessa Lima, todo agradecimento é pouco por todo carinho, afeto e generosidade que você tem por mim; obrigada pelo seu cuidado, pelo trabalho comprometido e por sempre se fazer presente. À Juba, por oferecer o seu aconchego em João Pessoa, pelas inúmeras palavras de conforto que se transformaram em abraços nos momentos difíceis.

À Renata Urbano por ser minha alma gêmea; por ser essa amiga ímpar que me envolve com tanto amor, afeto, companheirismo; obrigada pelas gargalhadas, pelas lágrimas e pelo gin. À Mari Valentim, Bárbara Frau, Rafaela e Raquel, nosso bonde do amor, da política, de alegrias: obrigada por serem essas mulheres inspiradoras e tão generosas. À Eveline Oliveira, Grá Rodrigues e Rafaela Finelli: por esses mais de quinze anos de amizade, pelo amor, risadas e ombro amigo; ao Bernardo, Thomas e Rafael por agora se transformarem na extensão da nossa grande família e pelo carinho. À Bárbara Brettas, Lygia Ribeiro, Nicolas Vassou, Carol de Fillipo, Sulamita Theodoro, Nelson Baião e Malu Lustosa: amigos mais que queridos que são o meu porto seguro, obrigada por sempre serem o meu lar e meu aconchego.

Ao Guilherme Righetto, companheiro de vida. Obrigada por ser casa, por respeitar meu espaço e as ausências que a pesquisa proporcionou; por ser mais que um namorado, por ser cara metade, por ser meu bem, por cuidar das gatas e de mim.

À minha mãe, Elizabeth Bonomi, por segurar a marimba, por respeitar as ausências e por me dar força; obrigada pelo cuidado comigo e com a avó, obrigada por ser esse ente de luz que pode, muitas vezes, me deixar maluca, mas que me envolve com muito amor. Ao meu pai, Márcio Guerra, por ser minha calma, meu amigo e confidente. Por sempre se fazer presente mesmo na distância, por me oferecer casa, feijão preto e muito amor. Ao meu irmão e minha alma gêmea, Carlos Bonomi: por ser meu melhor amigo, meu maior apoiador e por me dar tanto amor e muitos mimos. Vocês três, que mesmo em tantas tempestades, se fazem meu porto seguro. À minha avó Amélia Fornazari, a quem dedico essa dissertação: por ser meu passarinho, meu ponto de luz e meu colo, a pessoa que eu me tornei partiu de você, obrigada pelo amor incondicional. À minha Lelé, minha avó paterna, Olegaria Guerra (*in memorioan*) e ao meu avô materno Carlos Bonomi (*in memorian*) por serem os seres de luz que guiam a minha caminhada, o amor compartilhado em vida foram essenciais para a construção do meu caráter. À minha família Addans: Marília Guerra, Marcela Guerra, Cida Magalhães e Giovanni Borges, o tio e as tias mais lindos que eu poderia ter. Ao Tidoça, Pedro Guerra, meu primo-irmão, companheiro de tantos momentos, obrigada por ser você, esse cara incrível que me envolve com tanto amor e carinho. À Luiza Moreira que em tanto pouco se tornou a prima que a vida me deu; obrigada por fazer o Tidoça tão feliz e por me fazer feliz.

O presente trabalho foi realizado com apoio da Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal Nível Superior – Brasil (CAPES) – Código de Financiamento 001. Agradeço à CAPES por conceder a bolsa de estudos que possibilitou que eu me dedicasse exclusivamente para a pesquisa. Sem a bolsa, esse trabalho não seria possível. Espero que se mantenha forte e resistente contra os ataques ao ensino público.

*À minha avó Amélia por ser
inspiração, força e amor.*

*Às mulheres da vida, pelas poesias,
resistências e lutas.*

“ (...)Escrevo então a partir deste lugar, das não vendidas, das complicadas, das que têm a cabeça raspada, das que não sabem se vestir, das que têm medo de cheirar mal, das que têm os dentes podres, das que não sabem como se comportar, das que não ganham presentes dos homens, das que transariam com qualquer pessoa que as quisesse, das putonas, das putinhas, das mulheres de buceta sempre seca, das que são barrigudas, das que queriam ser homens, das que acham que são homens, das que sonham em ser atrizes pornô, das que não dão a mínima para os caras mas que se interessam pelas suas amigas, das que tem bunda grande, das que têm pelos duros e bem pretos e que não se depilam, das mulheres brutais, barulhentas, daquelas que quebram tudo o que encontram pela frente (...), das que não tem nada que as proteja a não ser elas mesmas, das que não sabem proteger, dessas que gostam de beber nos bares até caírem no chão, das que não sabem manter as aparências (...)”

Verginie Despentes – Teoria King Kong

RESUMO

Essa dissertação buscou investigar os trânsitos políticos do movimento organizado das trabalhadoras sexuais empreendidos em seus 30 anos de história, buscando analisar os sentidos mobilizados por essas atoras sobre política, engajamento, reivindicação, organização política, trabalho, direitos e prostituição. Partindo de uma etnografia multisituada – por meio da etnografia de eventos e análise documental – essa pesquisa buscou mapear as sujeitas das organizações que compõem o movimento organizado e suas conexões, suas reivindicações, sua forma organizacional e seus instrumentos de ação coletiva, com o intuito de colaborar com os debates e produções acadêmicas acerca das temáticas de gênero, de sexualidade e de movimentos sociais. Buscando contribuir com as investigações relativas a essas duas áreas de estudo, esta pesquisa se propôs a investigar as novas configurações do movimento organizado de trabalhadoras sexuais tendo como horizonte as seguintes questões: i) podemos considerar o movimento de prostitutas enquanto um movimento social? ii) como o movimento se constituiu e se organizou? iii) quais são as suas dinâmicas e seus repertórios de ação coletiva? iv) como são produzidos os processos de engajamentos e quais são as suas concepções acerca de “movimento”? Como resultados, a pesquisa demonstrou a atual configuração do movimento organizado que possui em sua composição três distintas redes (Rede Brasileira de Prostitutas, Central Única de Trabalhadoras e Trabalhadores Sexuais e Articulação Nacional de Profissionais do Sexo), cerca de vinte e sete associações, sendo dependentes de lideranças locais. Os seus engajamentos e o fazer político se refletem na denominação de cada uma das suas redes, produzindo diferentes concepções sobre autonomia, horizontalidade e atuação política, mas que, mesmo com essas distintas denominações e permeadas por disputas, foi possível analisar que as três redes atuam de forma conjunta, impulsionando a organização desse movimento. A partir de 2010, suas principais pautas reivindicatórias – saúde integral, regulamentação da prostituição e financiamento autônomo - passam por uma reatualização que se tornam um aglutinador de diversas demandas: autonomia ao corpo, direito à maternidade, contra a violência das mulheres e a construção de uma sujeita putafeminista.

Palavras – Chaves: Prostituição, Gênero, Movimentos Sociais.

ABSTRACT

This thesis aims to research political repertoires of the movement of sex workers throughout its 30 years history, with a special focus on the meanings managed by these actresses regarding politics, vindications, rights, political engagement, work, organizing, and prostitution. I departure from a multisituated ethnography – via ethnography in social events and documental analysis – to map actresses from organized social movements and their connections, vindications, organizational designs and repertoires of collective actions. The aim is to collaborate with political debates and the Academia on gender, sexuality, and social movements issues. I aim to research new movements of sex workers, having as an horizon the following questions: i) May we consider these prostitutes as social movement(s)? ii) How did the movement raise and was constituted? iii) Which are its dynamics and repertoires of collective action? iv) How processes of engagement are produced and which are the concepts regarding the “movement”? Research findings demonstrate that the actual organized movement counts on three different networks (Rede Brasileira de Prostitutas, Central Única de Trabalhadoras e Trabalhadores Sexuais e Articulação Nacional de Profissionais do Sexo) and around 27 organizations dependent on local leaders. Engagement and the making of politics are reflected in each network and produce different meanings about autonomy, horizontality, and political action. However, even with different names and political disputes, all networks work together for organizing the movement. From 2010 on, main vindications – total health, regulation of prostitution, and independent financing – were updated and became a unifying character of a broad political agenda: autonomy, right to maternity, violence against violence and the *putafeminismo*.

Keywords: Prostitution, Gender, Social Movements.

LISTA DE SIGLAS

AMOCAVIM – Associação de Moradores do Condomínio e Amigos da Vila Mimosa
AMPAP – Associação de Prostitutas do Amapá
ANPS – Articulação Nacional de Profissionais do Sexo
FNST – Federação Nacional de Trabalhadoras Sexuais
ANTRA – Articulação Nacional de Travestis e Transexuais
APPS – Associação Pernambucana de Prostitutas
APROCE – Associação de Prostitutas do Ceará
APROS – PB – Associação de Prostitutas da Paraíba
APROS – PICO – Associação de Prostitutas de Picos
APROSBA – Associação de Prostitutas da Bahia
APROSMA – Associação de Prostitutas do Maranhão
APROSMIG – Associação de Prostitutas de Minas Gerais
APROSPI – Associação de Prostitutas do Piauí
APS – Associação de Prostitutas do Sergipe
ASPROSRN – Associação de Prostitutas do Rio Grande do Norte
ASTRASSE – Associação de Trabalhadoras Sexuais do Sergipe
CAMS – Comitê de Articulação dos Movimentos Sociais
CBO – Classificação Brasileira de Ocupações
CIPMAC – Centro Informativo de Prevenção Mobilização e Aconselhamento aos Profissionais do Sexo de Campina Grande
CN DST/AIDS – Coordenação Nacional de DST e AIDS
CNPJ – Cadastro Nacional de Pessoa Jurídica
CONASEMES – Conselho nacional de Secretarias Municipais de Saúde
CONASS – Conselho Nacional de Secretários de Saúde
CONATRAP – Comitê Nacional de Enfrentamento ao Tráfico de Pessoas
COYOTE – Call Off Your Old Tired Ethics
CUT – Central Única de Trabalhadores
CUTS – Central Única de Trabalhadoras e Trabalhadores Sexuais
DASSC – Dignidade, Ação, Sexualidade e Cidadania
FBDH – Fundo Brasil de Direitos Humanos

GAPA – Grupo de Apoio à Prevenção à AIDS
GEMPAC – Grupo de Mulheres Prostitutas do Estado do Pará
GMEL – Grupo Feminista Mulher, Ética e Libertação
HIV/AIDS – Human Immunodeficiency Virus/ Acquired Immuno Deficiency Syndrome
IFCS – Instituto de Filosofia e Ciências Sociais
IPPUR - Instituto de Pesquisa e Planejamento Urbano e Regional
ISER – Instituto de Estudos da Religião
IST – Infecções Sexualmente Transmissíveis
LGBT – Lésbicas, Gays, Bissexuais e Trans
MMM – Marcha Mundial das Mulheres
NEP – Núcleo de Estudos da Prostituição
NSWP - Global Network of Sex Work Projects
ONGs – Organizações Não Governamentais
ONU – Organização das Nações Unidas
PAC – Programme Advisory Committee
PeP – Profilaxia Pós – Exposição ao HIV
PL – Projeto de Lei
PLAPERTS – Plataforma Latinoamericana de Personas que Ejercen el Trabajo Sexual
PMM – Pastoral da Mulher Marginalizada
PrEP – Profilaxia Pré-Exposição ao HIV
PSB – Partido Socialista Brasileiro
PSOL – Partido Socialismo e Liberdade
PT – Partido dos Trabalhadores
PUC/RJ – Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro
RBP – Rede Brasileira de Prostitutas
RedTraSex – Red de Mujeres Trabajadoras Sexuales de Latinoamérica y el Caribe
SEDH – Secretaria de Estado de Derechos Humanos
SPM – Secretaria para Política para Mulheres
SEPPIR – Secretaria de Políticas de Promoção da Igualdade Racial
SUS – Sistema Único de Saúde
UERJ – Universidade Estadual do Rio de Janeiro
UFJF – Universidade Federal de Juiz de Fora
UFRJ – Universidade Federal do Rio de Janeiro
UNAIDS – United Nations Programme on HIV/AIDS

UnB – Universidade de Brasília

UNESCO – Organização das Nações unidas para a Educação, Ciência e Cultura

UNFPA – United Nations Population Fund

UNICAMP – Universidade Estadual de Campinas

UNODC – United Nations Office on Drugs and Crime

USAID – United States Agency for International Development

LISTA DE IMAGENS

Figura 1	Pág. 44
Figura 2	Pág. 53
Figura 3	Pág.65
Figura 4	Pág.76
Figura 5	Pág.80
Figura 6	Pág.82
Figura 7	Pág.86
Figura 8	Pág.87
Figura 9	Pág.88
Figura 10	Pág.97
Figura 11	Pág.115
Figura 12	Pág.117
Figura 13	Pág.119
Figura 14	Pág.121
Figura 15	Pág.122

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO	19
Aportes teóricos	22
Campo multisituado: os encontros e os documentos	27
Os eventos	27
Os documentos	30
Refletindo sobre o trabalho de campo: ética, método, engajamento e lugar de fala	32
Estrutura da Dissertação	39
Capítulo 1	41
“ <i>O maior projeto é o movimento</i> ”: a organização, a estrutura e a história do movimento brasileiro das trabalhadoras sexuais.....	41
1.1. Fala Mulher da Vida! – O aparecimento do ator coletivo.....	41
1.2. Puta política organizada: o fazer político das lideranças do movimento de prostitutas.....	47
1.3. “ <i>Temos que fazer a política com jeitinho, dialogando e construindo, às vezes, até batendo um pouco</i> ” - formando o coletivo político: as associações de prostitutas e a entrada na arena estatal.....	58
1.4. “ <i>Não é disputa de poder, queremos mais pessoas no movimento!</i> ” - A formação das redes, a produção de engajamentos e as noções sobre o movimento.....	63
Capítulo 2	92
“ <i>Uma puta ativista vai mesmo com boceta, com cabeça, com tudo, vai de útero mesmo</i> ”: os instrumentos de ação coletiva do movimento organizado das trabalhadoras sexuais.	92
2.1. As diversas faces do Estado e suas interações.....	93
2.1.1. Estado parceiro e o Estado de acesso.....	96
2.1.2. O Estado violador e o Estado que se reivindica.....	103
2.2. Os parceiros e aliados.....	109
2.3. O Beijo da Rua.....	116
2.4. Daspu.....	120
Capítulo 3	126
“ <i>Lute como uma puta</i> ” – articulações, reivindicações e a agenda política do movimento organizado de trabalhadoras sexuais.....	126
3.1. “ <i>Prostituta não é só cintura pra baixo</i> ” - Saúde integral, novas tecnologias de prevenção, saúde mental, uso de drogas e prevenção de danos.....	127
3.2. “ <i>Prostituta também é mulher!</i> ” - Tensões, disputas e articulações entre os feminismos e prostituição via regulamentação, violências, estigmas e putafeminismo.....	142
3.3. <i>Putas do futuro</i> : reflorescendo o movimento organizado de trabalhadoras sexuais.....	158
Considerações finais: a puta luta continua	164
REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS	169
ANEXOS	176

Quadro dos eventos nacionais organizados pelo movimento organizado de trabalhadoras sexuais do Brasil	176
Hino das Prostitutas	178
Carta de Princípios Rede Brasileira de Prostitutas	179
Projeto de Lei 98/2003.....	180
PL 377/2011.....	182
PL 4211/2012.....	184

INTRODUÇÃO

O VI Encontro Nacional de Prostitutas será um espaço de diálogo para fortalecer a incidência, interlocução e a representatividade das prostitutas do Brasil. O marco dos 30 anos se configura como um momento histórico para revisitar a trajetórias e as memórias do movimento em intersecção com a trajetória das prostitutas e dos seus aliados que participarão do evento. Contextualizando, estabelecendo estratégias de atuação para cada espaço, em cada nível de representação em que atuam, tais como, CAMS, colegiados, CONATRAP, PLAPERTS, NSWP¹ e outros. (...) Com destaque, os debates que definiram os pontos de estratégias de acordo com cada contexto político, conceituais operativos para a construção de uma visão compartilhada e coletiva relacionada no ativismo, na incidência, na auto-organização, feminismo, políticas públicas, memórias, história, legislação, violação, direitos sexuais, ISTs, HIV/AIDS e saúde integral. O movimento brasileiro de prostitutas já realizou cinco encontros nacionais, além de uma diversidade de eventos a níveis municipais, regionais e internacionais. O primeiro foi realizado no Rio de Janeiro, em junho de 1987. Em 2017, completa 30 anos dessa realização, importante marco para a categoria² (Transcrição da fala da mesa de abertura proferida por Thiago Barreto no VI Encontro Nacional de Prostitutas, 21/09/2017).

O movimento organizado de prostitutas surgiu, em 1987, por meio da realização do I Encontro Nacional de Prostitutas, no qual se criou uma organização central intitulada Rede Brasileira de Prostitutas (RBP) com o intuito de ser um órgão de interlocução com o poder público e a sociedade civil. As principais demandas pautadas ao longo dos trinta anos seguintes de sua existência impulsionaram as ações que buscaram diminuir as violências policiais e lutar pela efetivação dos direitos humanos, sexuais, sociais e trabalhistas voltados para o reconhecimento profissional e da cidadania das prostitutas.

O movimento organizado é majoritariamente gestado por prostitutas/trabalhadoras sexuais/ profissionais do sexo³ que procuram garantir a auto-organização e

¹ Estas comissões se referem à comitês e organizações internacionais dos quais o movimento é filiado. CAMS é a Comissão de Articulação com os Movimentos Sociais; CONATRAP é o Comitê Nacional de Enfrentamento ao Tráfico de Pessoas; PLAPERTS se refere à Plataforma Latinoamericana de Personas que Ejercen Trabajo Sexual e por fim, NSWP Global Network Sex Work Projects, uma organização internacional que desenvolve projetos com trabalhadoras sexuais.

² Para as convenções e compreensões textuais, as frases que estão em itálico e entre aspas são fragmentos retirados do trabalho de campo ou categorias êmicas; categorias, conceitos ou citações bibliográficas estarão destacadas entre aspas seguidas de sua referência.

³ A questão das diferentes denominações será discutida no capítulo um, momento em que apresentarei também como essas denominações implicam em formas distintas de engajamentos e concepções de movimento. Para fins de compreensão do texto, quando for mencionado algo referente as três redes utilizarei a categoria descritiva “trabalhadoras sexuais” a fim de facilitar a compreensão textual.

autonomia das associações e suas respectivas redes. Por meio da Rede Brasileira de Prostitutas, essas trabalhadoras buscaram formar diversas associações em todo o território nacional. Atualmente, existem cerca de vinte e sete associações ligadas à essas redes. Algumas são formalmente registradas como Organizações Não-Governamentais (ONGs) e outras se encontram com o seu registro inativo, devido aos problemas burocráticos que algumas associações enfrentaram na década de 2010. Até essa década somente existia a Rede Brasileira de Prostitutas como a organização central das associações. Após 2008, formaram-se outras três organizações: Federação Nacional de Trabalhadoras Sexuais, em 2008, que em 2019 não tem mais atuação; a Central Única de Trabalhadoras e Trabalhadores Sexuais, de 2015, e a Articulação Nacional de Profissionais do Sexo (ANPS), de 2016.

A atuação das organizações e das associações são dependentes de lideranças locais que procuram estimular a participação das trabalhadoras sexuais de cada região. Também é de responsabilidade das associações se articularem com os poderes locais (municípios, governo estadual, secretarias municipais e estaduais de saúde e de direitos humanos), Ministério da Saúde, com outros movimentos sociais, ONG's, organizações internacionais, sindicatos, partidos e universidades para impulsionar estratégias e políticas com o objetivo de fortalecer a categoria.

Foi visando compreender as especificidades e dinâmicas do movimento organizado de prostitutas brasileiro que esta pesquisa foi proposta. O objetivo consistiu em investigar os trânsitos políticos empreendidos nesses 30 anos de história, buscando analisar os sentidos mobilizados por essas atoras sobre política, engajamento, reivindicação, organização política, direitos e prostituição. Essa investigação buscou mapear as sujeitas dessas organizações e suas conexões, suas reivindicações, sua forma organizacional e seus instrumentos de ação coletiva, com o intuito de colaborar com os debates e produções acadêmicas acerca das temáticas de gênero, de sexualidade e de movimentos sociais.

Não tomo como auto evidente a classificação do movimento organizado de trabalhadoras sexuais enquanto movimento social. Parte deste estranhamento advém do desconforto durante a revisão bibliográfica acerca dos movimentos sociais brasileiros. Há pouca menção ao protagonismo do movimento organizado de trabalhadoras sexuais no processo de redemocratização brasileira. As ações da recém-formada RBP contribuíram na construção do Sistema Único de Saúde (SUS) e nos modelos de prevenção contra o

Human Immunodeficiency Virus/ Acquired Immuno Deficiency Syndrome (HIV/AIDS). Dessa forma, essa investigação buscou visibilizar o protagonismo desse movimento visando reconstruir historicamente e politicamente a sua trajetória, evidenciando as suas demandas atuais.

Com o intuito de colaborar com as discussões e investigações dos estudos de gênero e movimentos sociais, esta pesquisa se propôs a investigar as novas configurações do movimento organizado de trabalhadoras sexuais, tendo como horizonte as seguintes questões: i) podemos considerar o movimento de prostitutas enquanto um movimento social? ii) como o movimento se constituiu e se organizou? iii) quais são as suas dinâmicas e seus repertórios de ação coletiva? iv) como são produzidos os processos de engajamentos e quais são as suas concepções acerca de “movimento”?

Os principais argumentos dessa investigação se concentraram em três afirmações. Primeiramente, considerou-se o movimento organizado de trabalhadoras sexuais enquanto um movimento social que se articulam por meio de três redes e possuem atualmente cerca de 27 associações. Por meio da construção das associações e redes, o movimento conseguiu instituir o diálogo e a parceria com o poder público, e diferentes movimentos sociais. A articulação política das redes e das associações é realizada por meio de eventos nacionais, estaduais e municipais, que se tornam importantes ferramentas para diminuir as violações de direitos, bem como ampliar a atuação interna das suas membras. A sua periodicidade depende dos editais públicos disponibilizados por meio das verbas destinadas pelas políticas públicas de saúde.

A segunda dimensão se refere a produção de distintos engajamentos que se alteram conforme a denominação das suas redes: prostitutas, profissionais do sexo e trabalhadoras/es sexuais. As construções das identidades políticas produzem distintas concepções acerca da noção de movimento que se refletem pela nomeação de cada uma das suas redes. De modo geral, o movimento tem como principais bandeiras: a luta por direitos, reconhecimento, respeito e autonomia.

E por fim, das diversas pautas impulsionadas pelo movimento organizado de trabalhadoras sexuais, a reivindicação pela regulamentação da prostituição nos aponta para uma aglutinação de diversas pautas e conceitos, tais como consentimento, autonomia ao corpo, direito ao trabalho e feminismo. Essas questões nos mostram que as lutas impulsionadas no interior do movimento organizado de trabalhadoras sexuais se inter-relacionam com as bandeiras históricas dos movimentos feministas. Ademais, essa pauta

demonstra com são articulados gênero, raça, classe e regionalidade e como esses marcadores atravessam as demandas por regulamentação e o direito ao trabalho.

Aportes teóricos

Por meio das experiências de campo dessa pesquisa, “prostituição” foi percebida como uma força que produz subjetividades e moralidades (PISCITELLI, 2013, 2016; DOLORES, 2002; OLIVAR, 2013; KEMPADOO, 1998; TAVARES, 2014; CHAPKIS, 1997). Durante o trabalho de campo, “prostituição” era constantemente acionada como signo de relações dinâmicas que propiciaram a elaboração de um movimento. Ademais, na intensa rede de relações produzidas na/ pela prostituição foi possível perceber como trabalho, gênero, sexualidade, afeto, direitos e família são elementos constituintes do cotidiano, criando e organizando o movimento de prostitutas.

Há diversas compreensões acerca da prostituição e da sua cadeia de relações. Para algumas teóricas feministas abolicionistas, a prostituta é concebida como um ser desprovido de ação, detentora da dor, do sofrimento e do abuso. A prostituição, por sua vez, é compreendida como uma estrutura opressora responsável pela precarização das vidas das mulheres (DWORKIN, 2000; MACKINNON, 1982).

Entretanto, nesta pesquisa, a “vítima” construída e abordada pela literatura abolicionista não foi encontrada. Durante o trabalho de campo, que durou cerca de 15 meses, as mulheres⁴, apesar dos contextos de precariedade, vislumbram a prostituição enquanto um *“trabalho dentre os disponíveis, que não é bom e nem ruim, garante o ganha-pão e a educação dos filhos”* (Nota caderno de campo, 23/09/2017).

Essa percepção foi compartilhada por outras investigações na área dos Estudos de Gênero. A partir dos anos 1980, diversas pesquisadoras (KEMPADOO, 1998; VANCE, 1982; CHAPKIS, 1997) trouxeram contribuições que buscaram romper com a visão estática que associa violência à prostituição. Muitas delas pesquisaram a emergência dos movimentos organizados de prostitutas e, através de uma produção coletiva desta realidade, emergiu a compreensão acerca da imagem da prostituta como uma trabalhadora sexual. A denominação “sex work”, impulsionada por Carol Leigh, uma

⁴ Como será percebido ao longo dessa dissertação, a grande maioria das pessoas que estão envolvidas no ativismo do movimento brasileiro de trabalhadoras sexuais, são mulheres cis. Contudo, em sua base, há homens cis e trans, assim como mulheres trans e travestis.

das fundadoras da COYOTE (Call Off Your Old Tired Ethics), está relacionada à reivindicação pelo reconhecimento da prostituição enquanto um trabalho, por direitos básicos e condições dignas de trabalho (KEMPADOO, 1998).

Nesta dissertação, “prostituição” é analisada como uma estrutura produtora das mais variadas relações que estão em constante negociação. Nesse contexto, poder e sexo são produzidos de forma dinâmica e contextual (PISCITELLI, 2005). Assim como proposto por Gail Pheterson (1996), a “prostituição” é compreendida como um prisma que produz um feixe de relações elaborador de moralidades, conjugalidades, legalidades e ilegalidades, além de articulador de gênero, de sexualidade, de raça e de classe. Ademais, “prostituição” é compreendida como uma atividade laboral, exercida por maiores de 18 anos que vislumbram nesta ocupação uma fonte de renda. Nessa direção, a prostituição é compreendida como um trabalho precário e informal que se tornou uma força motriz para organizar centenas de mulheres em prol de melhores condições laborais e direitos humanos.

Olhar sob essa ótica lança diversos desafios que são tanto metodológicos quanto teóricos. Como Piscitelli (2013) aponta, diversos estudos conceberam prostituição como um possível espaço “no qual se faz um uso ativo da ordem sexual existente, [que] propiciou desafiar o estigma que é constantemente vinculado à prostituição, por meio da atenção particular ao posicionamento das trabalhadoras sexuais” (PISCITELLI, 2013, p.116). Dessa forma, estigma é compreendido como um instrumental analítico e descritivo. Inspirada pelos trabalhos de Juliano (2002), Pheterson (1996) e Olivar (2013), tal categoria é enunciada neste trabalho como o *modus operandi* “de uma guerra biopolítica de produção hierarquizada e generificada das alteridades” (OLIVAR, 2013, p. 208), que divide as mulheres más das mulheres boas (JULIANO, 2002), produzindo uma valorização negativa do corpo e do sexo das trabalhadoras sexuais que as empurram para a margem dos direitos e do acesso ao Estado, deixando-as suscetíveis a diversos contextos de violência (PHETERSON, 1996).

Violência, de igual forma, não é compreendida neste trabalho como uma relação fixa. Partindo das formulações de Gregori (2008), essa noção é pensada como fronteiras móveis que mesclam prazer e perigo. As tensões dessas relações são conceitualizadas pela autora como “limites da sexualidade” que informam os “processos sociais complexos relativos à ampliação ou restrição de normatividades sexuais, em

particular, sobre a criação de âmbitos de maior tolerância e os novos limites que vão sendo impostos” (GREGORI, 2008, p. 576).

Apesar das recorrentes situações em que ocorrem perdas de direitos e dos processos de vitimização produzidos pela literatura abolicionista e pelo senso comum, as interlocutoras desta pesquisa subvertem a lógica da “explorada” e da “vítima” socialmente construídas. Por meio das experiências propiciadas pela violência policial, por exemplo, essas mulheres iniciaram o processo de se auto organizarem para garantir o acesso a bens públicos, saúde, educação e trabalho.

Discutir e pesquisar as dinâmicas do movimento organizado trabalhadoras sexuais implicou transitar em dois mundos, entre a legalidade e ilegalidade. A prostituição em si, pelo Código Penal, não é considerada crime. Contudo, a cadeia produtiva da ocupação, tal como as casas de prostituição, cafetinagem e exploração sexual são enquadradas como crime segundo os artigos 228, 229, 230 e 231 do Código Penal⁵. Nesse contexto, o Estado Brasileiro adquire diferentes faces e trata de forma ambígua o movimento organizado trabalhadoras sexuais. Ao mesmo tempo em que provê políticas públicas de saúde em prevenção de Acquired Immuno Deficiency Syndrome/ Doença Sexualmente Transmissível (AIDS/DST)⁶ e incluiu a prostituição no rol da Classificação Brasileira de Ocupações⁷, também age de forma coercitiva ao realizar diversas ações que retiram as prostitutas dos centros de diversas cidades⁸. Destarte, ao impulsionar políticas públicas que contribuem para uma apreciação negativa da prostituição⁹, o Estado

⁵ O art. 228 refere-se o ato de induzir ou atrair alguém à prostituição ou outra forma de exploração sexual, facilitá-la, impedir ou dificultar que alguém a abandone: Pena – reclusão, de 2 (dois) a 5 (cinco) anos, e multa; o art. 229: manter, por conta própria ou de terceiros, estabelecimento em que ocorra exploração sexual, haja, ou não, intuito de lucro ou mediação direta do proprietário ou gerente: Pena – reclusão, de dois a cinco anos, e multa; o art. 230: tirar proveito da prostituição alheia, participando diretamente de seus lucros ou fazendo-se sustentar, no todo ou em parte, por quem a exerça: Pena - reclusão, de um a quatro anos, e multa e, o art. 231: promover ou facilitar a entrada, no território nacional, de alguém que nele venha a exercer a prostituição ou outra forma de exploração sexual, ou a saída de alguém que vá exercê-la no estrangeiro. Pena - reclusão, de 3 (três) a 8 (oito) anos.

⁶ O maior programa realizado pelo Ministério da Saúde em parceria com o Movimento de Prostitutas foi o “Programa Maria Sem Vergonha”. Ver: BRASIL. **Campanha Profissionais do Sexo: Sem vergonha, garota. Você tem profissão.** Disponível em: <http://www.aids.gov.br/es/node/38289>. Acesso em jan. 2019. Tais políticas serão analisadas no capítulo dois.

⁷ Sobre a CBO: BRASIL. **CBO 519805 – Profissional do sexo.** Disponível em: <http://www.ocupacoes.com.br/cbo-mte/519805-profissional-do-sexo>. Acesso em jan. 2019.

⁸ Sobre essa questão ver Tavares (2014) e Helene (2015).

⁹ Na década de 2000, surgiram diversas CPI para tratar do tráfico de pessoas com fins de exploração sexual. Sobre essas campanhas ver Piscitelli (2010).

Brasileiro vincula a atividade ao “turismo sexual” e ao “tráfico internacional de pessoas”¹⁰.

Apesar de a prostituição não ser proibida no Código Penal brasileiro, existem três modelos legais que legislam sobre ela e que se tornaram campos de disputas políticas e sociais nos Estados Nacionais. Tavares (2014) os classifica a partir de três modelos hegemônicos. O primeiro é o regulamentarista: este modelo entende a prostituição como um mal necessário e, portanto, deve ser regulado pelo Estado. Parte-se da ideia de que a prostituição sempre existiu e que cumpre uma função importante no controle da sexualidade feminina. Para isso, são criadas “zonas de tolerância”, onde é permitida pelo Estado. O segundo é o modelo proibicionista: neste modelo, os sistemas criminalizam tanto a prostituta quanto as demais atividades e pessoas ligadas à prostituição, como donos de hotéis, agenciadores, donos de estabelecimentos, locais em que se realizam os programas, etc. Os Estados Unidos da América (EUA) são o grande representante dessa corrente. O modelo abolicionista entende a prostituta como uma vítima social que, enquanto vítima, não deve ser criminalizada, ao contrário dos demais agentes envolvidos no processo de troca comercial do sexo. Essa é a linha hegemônica das políticas dos Estados Nacionais, sendo proposta, inclusive, pela Organização das Nações Unidas (ONU).

A autora também cita uma nova vertente intitulada como “autodeterminação da mulher prostituta”, que se caracteriza pela inserção das trabalhadoras sexuais no cenário político de discussão sobre a prostituição. É um movimento descentralizado e recente, com dificuldades de financiamento, que se insere na disputa sobre qual modelo jurídico melhor se adapta às experiências da prostituição, contando com a participação das agentes envolvidas. Essa vertente discute o trabalho sexual através da tendência trabalhista, que atua no reconhecimento da prostituição enquanto profissão e reivindica que a trabalhadora sexual possa ser registrada como autônoma ou empregada, de forma que o empregador tenha responsabilidades pelos encargos trabalhistas. A diferença entre esse modelo e o regulamentarista está na defesa das regras trabalhistas para a ocupação, pois a prostituição não seria uma atividade diferente das registradas na Classificação Brasileira de Ocupações, devendo ser regulada como todas as outras atividades econômicas sob a proteção das leis trabalhistas (TAVARES, 2014).

¹⁰ Piscitelli (2013) analisa as diferentes campanhas impulsionadas por agências federais nos anos 2000, na região do Nordeste.

Dentre esses diferentes modelos, não existe um consenso dentro dos movimentos organizados das trabalhadoras sexuais. Durante o período de atuação da Federação Nacional das Trabalhadoras do Sexo, a sua liderança principal, Rosarina Sampaio (*in memoriam*), acreditava que a despenalização dos agentes envolvidos nas atividades da prostituição poderia proporcionar maiores poderes para as/ os “cafetinas/cafetões”, aumentando as situações de estigma e vulnerabilidade, contribuindo para o aprofundamento da marginalização das trabalhadoras do sexo. Outros grupos, como a Rede Brasileira de Prostitutas, a Articulação Nacional de Profissionais do Sexo e a Central Única das Trabalhadoras e dos Trabalhadores Sexuais, acreditam que despenalizar a atividade é uma estratégia para combater o estigma da profissão e para garantir uma maior seguridade laboral. Segundo Monique Prada (2018), “a regulamentação nos traria não apenas segurança financeira, como também proteção contra o assédio e outros tipos de violência” (PRADA, 2018, p. 99).

Como podemos notar, há diversas reivindicações que acompanham a trajetória do movimento organizado de trabalhadoras sexuais. No que diz respeito a outros diversos movimentos, eles foram -e ainda são - objetos de análise das teorias que se dedicam aos estudos dos movimentos sociais. É vasta a literatura que investigou como se deu a emergência de variados sujeitos em um contexto adverso, impulsionados por uma pluralidade de bandeiras, voltadas para a luta por garantia de direitos ou para a redistribuição de recursos, ou, ainda, para a melhoria da qualidade de vida. O desafio das agendas de pesquisas se voltou para a compreensão das razões e de como se deram esses múltiplos processos de mobilização (ALONSO, 2009).

Dentro de uma diversa gama de instrumentais teóricos, tais como a Teoria de Mobilização de Recursos (TMR), Teoria do Processo Político (TPP) e Teoria dos Novos Movimentos Sociais (TNMS), esta investigação tomou como referência a concepção de movimentos sociais proposta por Mario Diani (1992), isto é, entendendo-os como “redes de interações informais entre uma pluralidade de indivíduos, grupos e/ou organizações, engajadas em conflitos políticos ou culturais com base em identidades coletivas compartilhadas” (DIANO, 1992, p. 1). Identificar o movimento enquanto uma rede contribuiu para identificar todos os atores que estão interligados e inter-relacionados na complexa trama de relações que constitui o objeto desta pesquisa.

De certo que, por se tratar de um objeto de análise bastante dinâmico, utilizarei outras abordagens teóricas, tais como as proposições de Judith Butler (2018),

Snow e Benford (2000) e Tarrow (1992), com vistas a observar as práticas interpretativas e os significados que orientam mobilizações e a organização do movimento de trabalhadoras sexuais. Nessa direção, as variáveis que foram analisadas nessa pesquisa buscaram compreender em qual contexto político o movimento surgiu e quais são os repertórios políticos que foram utilizados para construí-lo. Busca-se, assim, investigar quais foram os instrumentos utilizados para a permanência e abrangência do movimento de trabalhadoras sexuais. Outras variáveis importantes para essa análise se dedicam a compreender o grau de institucionalização do movimento, procurando desvendar quais foram as formas de ação que o movimento utilizou para conseguir influenciar o poder público, quais redes de atores foram acionadas nesse percurso e como se deu o processo de articulação nacional.

Campo multisituado: os encontros e os documentos

Para realizar essa investigação, se buscou conciliar diferentes métodos para apreender as dinâmicas do movimento das prostitutas. Dessa forma, esta pesquisa foi desenvolvida por meio de um “mix” metodológico a partir das etnografias de eventos e a análise de documentos, descritas a seguir.

Os eventos

“*Eu entrei na prostituição*” através da pesquisa. Tal caminho se iniciou durante a elaboração de dois projetos de iniciação científica, realizados nos períodos de 2014-2015¹¹ e 2015-2016¹², que abordaram a inserção laboral de pessoas trans¹³. Através dessas duas pesquisas, foi possível observar como as pessoas trans enfrentam dificuldades para se inserirem no mercado de trabalho formal. Por isso, busquei compreender como as demandas por trabalho se transformam em reivindicações por direitos sociais e políticos.

¹¹ ARAUJO, Ângela Carneiro. BONOMI, Carolina. **A Inserção das mulheres trans no mercado de trabalho**. XXIII Congresso de Iniciação Científica da UNICAMP. Disponível em: <https://proceedings.galoa.com.br/proceedings/29/papers/37116>. Acesso em jan. 2019

¹² https://callforpapers.galoa.com.br/br/system/files/realms/submissions/submission-51714-393137-field_submission_abstract_file1.pdf

¹³ “O termo trans pode ser a abreviação de várias palavras que expressam diferentes identidades, como transexual ou transgênero, ou até mesmo travesti.” (KAAS, 2013)

A Associação Nacional de Travestis e Transexuais (ANTRA) estima que aproximadamente 90% das travestis e transexuais estão exercendo a prostituição, no Brasil, e trata a inserção dessas pessoas nos mercados do sexo como uma dinâmica “compulsória” que expressa desigualdades. Além de reivindicarem a ocupação de outros lugares dentro do mercado de trabalho, muitas travestis e transexuais defendem “melhores condições laborais” no próprio exercício da prostituição.

Os diálogos realizados durante as duas pesquisas demonstraram a profundidade e complexidade do debate pela regulamentação da prostituição. Discutir nos termos de “melhores condições de trabalho” permitiria enxergar as tramas, fronteiras e limites do trabalho sexual, o que envolve pensar sobre os locais de trabalho e a regulamentação das casas de prostituição – funcionamento, segurança, higiene, valores, comissões, porcentagens do uso dos quartos –, bem como as dinâmicas da prostituição de rua – segurança, violência policial e de clientes, iluminação e higiene (BONOMI, 2017).

Diante de tal complexidade, comecei a acompanhar mesas de discussões que abordavam a temática da prostituição. Parte considerável dessas atividades voltava-se para a grande polêmica, principalmente com grupos feministas, sobre a visão da prostituição como trabalho. Na composição dessas mesas, em sua maioria, havia posições favoráveis e contrárias acerca da regulamentação da prostituição. Porém, de modo geral, as trabalhadoras sexuais retratavam o cotidiano da ocupação e os motivos pelos quais o movimento brasileiro de prostitutas defendia um modelo regulatório como uma forma de assegurar direitos mínimos para a categoria. Dessa forma, através desses eventos, fui direcionando o objetivo central dessa pesquisa para a investigação de quem eram as sujeitas que construíram essas reivindicações.

Inspirada pelos trabalhos de Adriana Piscitelli (2013), Stephanie Lima (2015) e Silvia Aguião (2014), os seminários, conferências, congressos, reuniões, palestras e mesas, tornaram-se importantes para a coleta de materiais para essa pesquisa, pois contribuíram para o conhecimento das interlocutoras e das redes em interação, assim como os seus conflitos e disputas. Realizar as etnografias dos Encontros e dos eventos permitiu vislumbrar e compreender como “os manejos de concepções a respeito de gênero, sexualidade, raça, etnia e outros marcadores sociais de diferença, como formas de reivindicações” (AGUIÃO, 2014:19) são acionados no “fazer político” das trabalhadoras sexuais.

Para além de possibilitar conhecer como se dão os processos de formação política, a etnografia contribuiu para o entendimento das principais noções que orientam

o movimento das trabalhadoras sexuais e permitem uma visão ampliada sobre o movimento que envolvem uma gama de categorias e conceitos, tais como: “política”, “pautas”, “reivindicações”, “prostituição”, “direitos”, “movimento”, “regulamentação”, “trabalho”, “alianças”, “Estado”. A etnografia dos eventos também contribuiu para a percepção dos trânsitos políticos do movimento de prostitutas, permitindo conhecer as atrizes políticas que constituem esse movimento e favorecendo os laços de confiança com interlocutoras.

Por meio das participações nessas atividades, foi iniciada uma estratégia metodológica de “seguir as pessoas” (PISCITELLI, 2013) para mapear as lideranças que compõem o movimento brasileiro de prostitutas. O primeiro contato com as ativistas se deu por meio de Amara Moira¹⁴. Com sua ajuda, pude contatar Monique Prada¹⁵ e, posteriormente, Betânia Santos, atual coordenadora da Associação Mulheres Guerreira da cidade de Campinas (SP), dando início às redes de pesquisa que compuseram meu campo. A partir do contato com as três ativistas, foi-se aprofundando meu interesse pela história do movimento de prostitutas brasileiro e, assim, o acompanhamento de diversas mesas de discussões nas cidades de Campinas e São Paulo.

No evento “Fala Mulher da Vida: os 30 anos do movimento de prostitutas”, realizado no SESC Pompéia, Lourdes Barreto retratou, em sua fala, os 30 anos do movimento. Tal evento foi importante para a presente investigação, pois permitiu conhecer mais profundamente a história do movimento, além de possibilitar o contato e a aproximação com Lourdes e Leila Barreto – mãe e filha, respectivamente -, que convidaram a mim e Lauren Zeytounlian¹⁶ para participarmos como ouvintes do VI Encontro Nacional de Prostitutas, ocorrido em setembro de 2017, na cidade de São Luís do Maranhão.

O VI Encontro tornou-se, dessa maneira, um dos principais campos etnográficos deste trabalho. Além de ser o local privilegiado para aprofundar as hipóteses desta pesquisa, foi possível conhecer a fundo as “pessoas-chaves” (Piscitelli, 2013) do

¹⁴ Amara Moira é feminista, travesti, doutora em Teoria Literária, autora do livro “E se eu fosse puta”.

¹⁵ Monique Prada é feminista, ativista, trabalhadora sexual, é filiada à CUTS e, recentemente lançou o livro “Putafeminista”.

¹⁶ Lauren Zeytounlian é doutoranda do Programa de Pós-Graduação em Ciências Sociais da Universidade Estadual de Campinas. Sua pesquisa versa sobre a produção literária das trabalhadoras sexuais. Lauren tornou-se minha companheira de pesquisa de campo durante toda essa investigação. A ela agradeço imensamente toda a generosidade de compartilhar diversos momentos durante a pesquisa.

movimento de prostitutas, as lideranças e as/os representantes estatais, as principais pautas reivindicatórias e aprofundar os laços de confiança com as interlocutoras.

Neste evento, “o movimento” transformou-se em diversos rostos e vozes. Em sua grande maioria, a grande maioria das ativistas eram cisgêneras e negras. A faixa etária variava entre 30 a 76 anos, com um grande contingente de mulheres, por volta dos seus 50 anos, que constroem o movimento. Tais dinâmicas etárias mostram as características específicas do movimento de prostitutas, que se refletem na construção das lideranças e em alguns conflitos e disputas no âmbito da representação.

Participar desse evento me possibilitou transitar pelo movimento de prostitutas e conhecer pessoas que, de alguma forma, contribuíram com a sua história, ampliando minha rede de contatos. Através das diversas conversas informais, fui me localizando nessas relações, o que me permitiu perceber as discussões que provocavam mais conflitos, quais pautas se encontravam em disputa, as tensões com outros movimentos e seus desafios atuais.

A partir desse primeiro contato, participei de outros cinco eventos que compõem o material etnográfico utilizado nessa pesquisa:

- XI Encontro Norte-Nordeste, realizado em dezembro de 2017, na cidade de João Pessoa (PB);
- I Seminário Nacional de Prostitutas, ocorrido em junho de 2018, na cidade de Teresina (PI);
- Puta Dei, de Belém do Pará, em junho de 2018;
- I Simpósio Gênero, Educação, Feminismos e Prostituição, realizado em outubro de 2018, na cidade de Salvador (BA) e, por fim;
- II Seminário Nacional de Prostitutas, ocorrido em dezembro de 2018, na cidade de João Pessoa (PB).

Os documentos

Como já mencionado no tópico anterior, durante o VI Encontro Nacional de Prostitutas, ampliei minha rede de contatos através da identificação de pessoas chaves para a investigação. Dentre esses contatos, conheci Laura Murray, pós-doc em Medicina Social pela Universidade Estadual do Rio de Janeiro (UERJ). Além do seu vínculo com a UERJ, Laura é pesquisadora executiva do Observatório da Prostituição (LeMetro/ IFCS

e IPPUR/UFRJ) e faz parte do Coletivo Davida e da Rede Brasileira de Prostitutas. Também é diretora e cinegrafista do documentário, *Um Beijo para Gabriela Leite* (2013), que mostrou o cotidiano de Gabriela Leite no período da sua campanha para deputada federal do estado do Rio de Janeiro pelo Partido Verde.

Ao contar as minhas intenções de pesquisa, Laura me explicou sobre a doação dos documentos da associação Davida para o Arquivo Público do Estado do Rio de Janeiro. Após o falecimento de Gabriela Leite, as atividades da associação foram reduzidas e o contrato com o aluguel da sede finalizado. Dessa forma, através do vínculo das professoras Laura Murray e Soraya Simões com a UERJ, ambas conseguiram negociar a doação dos documentos para o Arquivo.

De prontidão, Laura respondeu positivamente a minha solicitação de ajuda para ter acesso aos arquivos e me colocou em contato com Gabriel Alencar, um dos responsáveis pela conservação e organização do acervo. Após algumas trocas de e-mails, agendei minha visita ao Arquivo para abril de 2018.

O Arquivo está localizado na Rua Praia de Botafogo, em frente ao Clube Botafogo, uma das regiões centrais da cidade do Rio de Janeiro. O local é bastante movimentado, entre ambulantes, moradores de rua, restaurantes e uma vista para o Pão de Açúcar. O prédio possui uma arquitetura antiga, quase escondida abaixo do túnel que leva para as principais praias e pontos turísticos da zonal sul da cidade. Fui recebida com muita generosidade e atenção pelos funcionários do arquivo.

Ao chegar ao arquivo, Gabriel me explicou sobre as condições dos documentos, que ainda não haviam passado pelos procedimentos técnicos de conservação e organização. Essa situação se deve aos poucos investimentos da UERJ, que se encontra em uma profunda crise orçamentária. Mesmo com essa particularidade, o acervo Davida contém uma listagem de todas as caixas e seus respectivos conteúdos. A enorme quantidade de caixas me surpreendeu. Ao todo, o conjunto possui cerca de 220 caixas, com os mais variados conteúdos sobre a história do movimento de prostitutas, mais particularmente sobre o trânsito político de Gabriela Leite.

Devido a essa imensidão de documentos, ao me deparar com a listagem, procurei pelas caixas que tinham os conteúdos relativos aos encontros nacionais: atas, panfletos, estatutos, projetos de políticas de saúde, projetos de lei pela regulamentação, encontros com diferentes movimentos sociais e representantes estatais. No total, consegui pesquisar 35 caixas, o que propiciou à pesquisa uma grande quantidade de documentos. Além dos documentos organizados nessas caixas, há uma caixa avulsa que contém 28

exemplares do jornal “O Beijo da Rua”, um tabloide organizado pelo Davida e pela Rede Brasileira de Prostitutas que veiculou notícias e retratou o cotidiano das associações, abrangendo o período de dezembro de 1988 a março de 2007.

O arquivo tornou-se a segunda dimensão do trabalho de campo desta pesquisa. Como é possível notar, há uma grande concentração de documentos que retratam a história do movimento de prostitutas. Ao mergulhar no arquivo, é possível constatar aquilo que Larissa Nadai (2012) descreveu em sua pesquisa na Delegacia de Mulher de Campinas: os documentos expressam relações e descrevem detalhes que muitas vezes não conseguimos captar em uma entrevista. Ao examinar esses documentos, interessou-me verificar como as pautas e reivindicações políticas foram se consolidando durante toda a trajetória do movimento. O olhar buscou as conexões empreendidas pelo movimento: com quem dialogaram, que políticas aprovaram, como escreveram os projetos de saúde, qual fazer político foi acionado para escrever as atas, estatutos e cartas às instâncias estatais.

Pensar qual o lugar desses documentos no trabalho etnográfico e do ponto de vista cultural é pensá-los como peças etnográficas que se tornam “construtores da realidade tanto por aquilo que produzem na situação da qual fazem parte, - como fabricam um processo como sequência de atos no tempo, ocorrendo em condições específicas e com múltiplos e desiguais atores e autores- quanto por aquilo que conscientemente se delimitam.” (VIANNA, 2014, p. 47).

Dessa forma, por meio dos documentos, buscou-se mapear a rede de interação do movimento, que se interliga com diferentes atores: Estado, movimentos sociais, mídias, representantes estatais, organizações internacionais e nacionais. Mais que isso, os documentos possibilitaram ampliar as noções de “movimento” e “rede”, ultrapassando as conceitualizações empreendidas por pesquisas sobre movimentos sociais.

Refletindo sobre o trabalho de campo: ética, método, engajamento e lugar de fala

Desde a década de 1960, pesquisadores buscaram refletir sobre a atuação e o ofício do trabalho de campo dos cientistas sociais. A emergência dos atores que, até então, não apareciam nas agendas de pesquisa, receberam destaque a partir dos estudos das periferias urbanas. As investigações sobre os movimentos sociais, tais como, movimentos

negros, feministas, LGBT e rurais ganham uma notoriedade, principalmente, entre os períodos do final da ditadura brasileira à sua redemocratização.

A atuação das/os pesquisadoras colocou profundos questionamentos acerca dos limites entre os métodos da observação participante e “participação observante” (Durham, 1997). Cardoso (1986) em seu artigo “*Aventuras de antropólogos em campo ou como escapar das armadilhas do método*” teceu importantes questionamentos que partem de uma crítica da falta de reflexão do pesquisador sobre sua atuação em campo. Para a autora, foram feitas diversas ponderações do envolvimento dos pesquisadores com seus objetos e contextos de estudo e seus efeitos, e deixou-se de realizar um debate mais profundo, de cunho metodológico.

As inquietações de Cardoso são produtos das produções sociológicas dos anos 1960 em que, a ideia de bom pesquisador é atributo daquele “que possui uma boa interação com os grupos estudados de forma a se tornar o porta-voz, dos anseios e carências” (CARDOSO, 1986, p. 210). De fato, há diversas dimensões que permeiam as relações entre pesquisador e sujeitos do campo que necessitam sempre ser negociadas, mas, o que Cardoso nos leva a refletir é como apresentar esses anseios e demandas, de modo a contribuir com a produção sociológica. A autora propõe que não deixemos de lado nosso engajamento político, mas que façamos uma reflexão da atuação em campo e seus resultados. Como ela nos explica:

A prática de pesquisa que procura este tipo de contato precisa valorizar a observação tanto quanto a participação. Se a última é condição necessária para um contato onde afeto e razão se completam, a primeira fornece a medida das coisas. Observar é contar, descrever e situar os fatos únicos e cotidianos, construindo cadeias de significação. Este modo de observar supõe, como vimos, um investimento do observador na análise de seu próprio modo de olhar. Para conseguir esta façanha, sem se perder entrando pela psicanálise amorística, é preciso ancorar as relações pessoais em seus contextos e estudar as condições sociais de produção dos discursos” (CARDOSO, 1986, p. 218).

De fato, a entrada e as relações, em campo são bastante desafiadoras. Seguindo alguns questionamentos feitos pela banca de qualificação e o meu lugar dentro da investigação, me propus a refletir sobre o ofício de pesquisadora em campo. Parte desses questionamentos, vieram a mim devido a minha facilidade de inserção em campo e as relações que estabeleci com as interlocutoras dessa pesquisa. De modo a contribuir com as questões metodológicas, a partir desses questionamentos colocados por Ruth

Cardoso, convido a essa reflexão por meio dos desafios em campo produzidos por essa pesquisa que durou cerca de 15 meses.

Primeiramente, partindo dos questionamentos epistemológicos empreendidos por diversas pesquisadoras feministas, situo o meu lugar de fala (RIBEIRO, 2016) a fim de delimitar o meu olhar da pesquisa que produz um saber localizado (HARAWAY, 1993). Como abordado na introdução, o interesse pelo movimento organizado de trabalhadoras sexuais, partiu dos resultados de pesquisa desenvolvidos durante a minha graduação em Ciências Sociais. Meu interesse pelos Estudos de Gênero, foram determinantes para a decisão de investigar as desigualdades de gênero no mundo do trabalho. Sou uma mulher cisgênera branca, oriunda de uma escola pública, classe média, com formação acadêmica. Assim, as diferenças sociais entre esta pesquisadora e as interlocutoras de pesquisas foram constantes durante o trabalho de campo.

A partir dessas reflexões, direcionei a minha atuação em campo, de modo que ela não configurasse uma hierarquização nas nossas relações. Então, sabendo os trânsitos políticos que poderiam facilitar os contatos com as interlocutoras, iniciei minha atuação com o movimento organizado de prostitutas por meio da confecção de relatorias, cartas, projetos, além de intercambiar contatos com alguns movimentos sociais e partidos. A atuação se configurou como uma “ajuda”, como uma troca, que era uma forma de contribuir com o movimento. Essa tática advém de uma postura crítica tanto minha como das sujeitas da pesquisa, que acreditam que a atuação das universidades deve visar o intercambio externo a ela, dialogando com os movimentos sociais.

Como já mencionado na introdução, a entrada em campo foi propiciada por meio do meu contato com a Associação Mulheres Guerreiras em Campinas (SP) por residir nessa cidade. A partir de uma das suas coordenadoras gerais, iniciei a tática de “seguir pessoas” para mapear as sujeitas da pesquisa. Assim fui acompanhando a coordenadora nas suas diversas atividades. Simultaneamente, também fui em eventos na cidade de São Paulo (SP) com o intuito de expandir a minha inserção em campo. Como também já mencionado, por meio da participação em uma mesa de discussão no SESC Pompeia com Lourdes Barreto, foi possível ir como ouvinte no VI Encontro Nacional de Prostitutas (2017) realizado na cidade de São Luís do Maranhão. A partir desse evento, houve uma significativa abertura em campo e nos objetivos de pesquisa que encaminhou na delimitação do objetivo central proposto para esta dissertação.

A partir desse contato, circulei pelos eventos realizados em diversas capitais das regiões do norte e do nordeste que se situavam, por diversas vezes, em zonas de

prostituição e outras, em hotéis próximos a esses locais. Aqui, parto de uma primeira consideração sobre o campo. Como sabemos, há diversas construções sociais sobre a prostituição, comumente relacionando a atividade sexual como sinônimos de crime, tráfico de drogas e de pessoas com fins de exploração sexual. Primeiramente, “prostituição” sofreu um processo de desnaturalização interna para que eu pudesse afastar qualquer pré-noção, de modo que não interferisse na coleta de informações e nos resultados da pesquisa. Interessa-me compreender quais os sentidos, as sujeitas da pesquisa conferem à noção de “prostituição” que posteriormente, foi cruzado com a literatura pertinente ao tema e com as construções sociais realizadas pelas pessoas que são leigas no assunto.

A segunda questão se refere a circulação nas zonas de prostituição. Meu trânsito nesses espaços era sempre acompanhado com as lideranças e associadas, o que me permitiu acesso para circular nas associações e nas áreas em torno das zonas. As associações eram sempre interpretadas como um espaço político, que produziu uma moralidade que instituiu fronteiras entre as zonas e as associações. Apesar das associações, em sua grande maioria, serem no entorno das áreas dos cabarés e hotéis, ali era reconhecido como o espaço de luta por direitos. Isso atribui uma maior respeitabilidade das mulheres que desenvolviam as atividades políticas da associação. Dessa forma, por estar situada nesse espaço, eu fui relacionada aos trabalhos da associação e não ao ofício propriamente sexual.

Sempre fui apresentada como a pesquisadora que era da Unicamp. Assim, fui identificada como a pesquisadora, cisgênera, branca e da “academia”, que estava na associação para auxiliar com os trabalhos burocráticos. Nunca sofri qualquer tipo de assédio, devo ressaltar. As articulações de gênero, raça e regionalidade que se faziam presentes quando eu estava em uma região fora do sudeste, inibia qualquer tentativa de assédio, ou até mesmo uma investida de clientes. Entretanto, devo dizer que nunca foi uma preocupação ser abordada por qualquer pessoa. Isso deve-se ao fato por anos atrás circular em outras zonas de prostituição quando ainda residia em Belo Horizonte. Sabia dos traquejos e expertises para não chamar atenção dos clientes de modo que não atrapalhasse a *pista*, prejudicando a atividade laboral de outras mulheres. Quando sabia que iria circular pelas zonas, utilizava roupas menos chamativas e sempre estive acompanhada com alguma representante da associação. Devo ressaltar também que o problema não era ser confundida como uma trabalhadora sexual, e sim, criar fronteiras, o que era necessário para que as pessoas me identificassem naqueles espaços. Eu não era

uma “encoberta” e sempre foi um dos objetivos, de as pessoas saberem que ali transitava uma pesquisadora. Isso para mim é uma forma de manter a ética com as interlocutoras de pesquisa, pois qualquer informação que circulasse, as pessoas saberiam quem eu era e quais eram os meus objetivos.

Essa mesma postura manteve-se durante a realização dos encontros e seminários. Sempre me apresentava como pesquisadora e explicava os objetivos da pesquisa. Acredito que em qualquer contexto de pesquisa, é importante se identificar, mesmo que isso possa restringir a circulação de informações. A entrada no campo é construída mutuamente como uma relação pesquisadora- interlocutora, de modo que o acesso, a circulação de informações de dados são produtos dessa relação. Não buscava forçar quaisquer informações. No cotidiano, por meio da observação, percebia aquilo que poderia saber, como me posicionar e o que perguntar. Essa postura favoreceu que eu percebesse quais os assuntos geravam ou não, tensões ou disputas. Os conflitos, por sua vez, foram analisados como uma cadeia de significados para buscar compreender e analisar os contextos sociais, suas categorias e seus sentidos. Com o tempo, mesmo as situações de tensões foram se abrindo, a partir da relação de confiança estabelecida por mim com as minhas interlocutoras. De igual forma, os conflitos descritos nessa dissertação estavam diretamente relacionados com os objetivos de pesquisa, de forma que, nenhuma das interlocutoras da pesquisa sofreram qualquer constrangimento. Pensar sobre o meu lugar em campo, é também refletir sobre aquilo que pode impactar na vida dessas mulheres.

Não escondo a admiração, o respeito e o carinho que criei por essas mulheres, interlocutoras desta pesquisa. Acredito que isso não produz nenhum problema sociológico, pelo contrário, isso faz com que o trabalho de pesquisadora seja ainda mais árduo, mas também mais potente. De igual forma, durante a realização da pesquisa, fui me descobrindo pesquisadora e ativista. Ser pesquisadora e ativista requereu diversos aprendizados. Analisar os eventos de forma sincronizada, sempre aprendendo a importância de um questionamento exaustivo, desconfiando de cada informação, percebendo diferentes perspectivas; reavaliando inclusive, minhas próprias concepções. Ao mesmo tempo, conjuntamente com essas mulheres, me descobri ativista. Um processo gradativo, em que só questionei sobre o meu lugar nesse emaranhado de relações quando Déborah, uma amiga, me questionou: “*Você vai descrever também sobre essa sua relação de ser ativista e pesquisadora?*” E tais questionamentos se aprofundaram ao refletir sobre quais são os maiores desafios do trabalho de campo. Não diria “desafio” no sentido

negativo, pois não impediu meu intercâmbio pelos diversos espaços da pesquisa, mas ao longo de um ano de trabalho de campo, desenvolvi a objetividade da pesquisa com afeto, respeito e admiração por todas as minhas interlocutoras.

Mesmo estando nessa trama de relações, permeadas e sendo negociadas por meio dos afetos, nunca foi deixada de lado uma abordagem crítica que buscou compreender as dinâmicas e as concepções das sujeitas da pesquisa. Por isso, nessa pesquisa, o hábito de se questionar constantemente ampliou as fronteiras e colocou diferentes desafios para essa investigação.

O trabalho árduo de me colocar como pesquisadora para as pessoas que leem esse trabalho, também se fez com as interlocutoras de pesquisa. Por estar entremeadas por organizações diferentes e por alguns conflitos internos, sempre me coloquei como uma pessoa que é aliada do movimento como um todo, de tal forma que, não me filiei a nenhum das redes para evitar situações de disputa interna e a restrição do meu trânsito do movimento organizado. Destaco essa questão, pois em um dos encontros em que participei, comentei com uma das lideranças, uma situação específica de violação com algumas travestis de uma cidade onde tenho contatos. Expliquei que as travestis estavam preocupadas com a violência policial, procuraram a associação da cidade, porém não tiveram retorno. Imediatamente, a liderança com quem conversava, me repreendeu e explicou que meu lugar não era tomar “*posição política*”. Como havia algumas disputas e tensões nessa cidade, essa minha colocação fez com que essa liderança compreendesse que eu estava tomando um lado. Expliquei a ela que meu intuito não era tomar qualquer um dos lados, apenas estava trocando informações sobre aquele caso específico, já que as travestis que me contaram o caso, não eram ligadas a nenhuma rede e eu estava querendo apresentá-las para as coordenadoras da associação da cidade. E, mais uma vez, falei que estaria ao lado do movimento como um todo. Após esse estranhamento, a liderança entendeu o meu questionamento. Então, a partir dessa cena, busquei durante a realização do trabalho em campo, delimitar o meu papel dentro do movimento, com o intuito de não entrar em conflitos internos.

Outra preocupação recorrente durante a realização dessa investigação, foi o cuidado com os nomes das pessoas. Muitas das mulheres que exercem o trabalho sexual o fazem de forma clandestina para evitar qualquer situação vexatória e possíveis violências, pois a prostituição está inserida em uma estrutura estigmatizante. Ciente dos impactos que a pesquisa poderia trazer na vida dessas mulheres, busquei apresentar formalmente nessa dissertação somente as lideranças. Essa escolha advém o caráter

político que as lideranças adquirem no cotidiano da associação. Essas, por sua vez, já assumem publicamente o seu ofício, são conhecidas pelo poder público e possuem, na grande maioria das vezes, apoio familiar. Então, as associadas são mencionadas de maneira genérica, ao passo que as lideranças são apresentadas nessa dissertação pelo nome, que por sua vez, foi autorizada pelas mesmas. O aparecimento dos nomes do reconhecimento dessas pessoas como sujeitas de uma história e produtoras de conhecimento (BUTLER, 2018). Então, devido a esses pedidos e compreendendo o que significaria para essas mulheres o reconhecimento do nome e do seu conhecimento, os nomes foram mantidos. Nos casos das cenas que envolvem conflitos e tensões, contudo, os nomes não aparecem para evitar qualquer tipo de constrangimento. O que me interessa ao olhar para os conflitos e tensões é a produção política das principais categorias e conceitos que essa investigação buscou analisar: trabalho, movimento, política, engajamento, prostituição, direitos e organização.

Ademais, cumpri também os requisitos burocráticos para realizar essa investigação. O projeto foi encaminhado para apreciação do Conselho de Ética da Unicamp, autorizando minha entrada em campo em janeiro de 2018. É importante salientar que, a autorização do CEP é obrigatória para as pesquisas que desejam realizar com pessoas.

De modo geral, não deixei de ser afetada (SAADA, 2005) pelo campo. Inúmeras vezes me vi preocupada com alguma situação particular, outras, me via coberta de lágrimas com as histórias contadas pelas mulheres, e outras ainda, no meio de algum conflito buscando amenizar as tensões. O trabalho etnográfico produz essas sensações e contextos. Assim como Parreiras (2018) nos propõe a refletir, a afetação abre novos campos de diálogos com as/os interlocutoras/es de pesquisa. “Ser afetado significa levar em consideração situações de comunicação involuntária e desprovida de intencionalidade, dar a elas “estatuto epistemológico” e investi-la de seu significado afetivo, presente no momento em que aconteceram” (PARREIRAS, 2018, p. 290).

Esses cuidados e reconhecimentos não deixaram de lado o rigor metodológico. Pelo contrário, mantive ainda mais atenção no trato com o material e suas relações construídas com as sujeitas da pesquisa. Acredito que não é necessário retomar sobre as construções sociais negativas que muitas pessoas fazem sobre o trabalho sexual. Pesquisar sobre prostituição é transitar pelas margens da legalidade/ilegalidade, do não reconhecimento enquanto sujeitas de direito. Então, penso que esta pesquisa pode auxiliar na discussão metodológica sobre estudar entre as margens é reconhecer que não vamos

salvar ninguém. Romper com esse “estatuto de salvadora” também é um processo de desnaturalizar as pré-noções sobre o exercício da prostituição. É, de igual forma, um processo de reconhecer que essas pessoas possuem autonomia e agência.

Compreender essas questões, que são bem básicas ao meu ver, contribui para diminuir os impactos das hierarquias produzidas pelas relações sociais. Ou seja, ser uma pessoa com um diploma de ensino superior não me faz ser melhor ou ensinar aquilo que acredito que seja o melhor para as sujeitas de pesquisa. O meu objetivo em campo é compreender como são construídos os processos de engajamentos, política e prostituição produzidas no fazer político de um movimento social que possui como característica uma particularidade, que nesse caso, é a prostituição. Menciono sobre essa questão em particular, pois é recorrente na literatura feminista abolicionista da prostituição que as mulheres que exercem a ocupação precisam ser “salvas” de uma das maiores explorações do capitalismo. Como demonstrei na introdução e o que será discutido nas páginas que seguem nessa dissertação, a questão é muito mais complexa. Não se trata de criar dicotomias entre ser salva/ ser explorada, mas compreender qual sentido que essas pessoas fazem da luta empreendida por meio da prostituição.

As discussões referentes à atuação das/os pesquisadoras/es em campo estão longe de ter um consenso e possui uma vasta literatura que buscou refletir sobre o engajamento e os impactos do trabalho de campo. Busquei, de forma sintética, condensar algumas das principais questões que surgiu durante a realização da investigação com o intuito de colaborar com as discussões referentes a esse tema.

Estrutura da Dissertação

No **primeiro capítulo**, apresento o movimento organizado de trabalhadoras sexuais: a formação das lideranças, das associações e das redes. Busco descrever como se deram as dinâmicas organizacionais, a sua estrutura e a história do movimento. Para mostrar quais são as concepções de movimento e os processos de engajamentos das lideranças, das associações e das redes, condensei a análise organizacional com a trajetória histórica do movimento por meio de três inflexões: o aparecimento e reconhecimento do ator político; diversificação, organização, conflitos e construção política por meio do Estado; e o reflorescimento do ativismo através da proliferação dos Encontros Nacionais e Seminários organizados entre 2017-2018.

Seguindo os objetivos da pesquisa, no **segundo capítulo** elenco o conjunto de ferramentas utilizadas pelo movimento em sua atuação, a partir de suas experiências. Dentre os instrumentos criativos utilizados pelo movimento, elenco aquelas que considero como as principais: as suas interações com o Estado; o estabelecimento de parcerias; o jornal organizado pelo movimento, intitulado “*O Beijo da Rua*” e a grife de roupa “*Daspu*”.

E, por fim, no **terceiro capítulo**, descrevo o processo de criação de suas principais reivindicações debatidas entre os anos de 2014-2018: (i) saúde integral (novas tecnologias de prevenção, saúde mental, prevenção de danos, uso de drogas); (ii) feminismo e prostituição (trabalho sexual, legislação, direitos, violências, estigmas e putafeminismo); (iii) auto organização e fortalecimento do movimento organizado de trabalhadoras sexuais. Neste capítulo, busco apresentar a construção histórica das pautas, bem como, apresentar as concepções e os engajamentos utilizados no fazer político do movimento de trabalhadoras sexuais.

Capítulo 1

“O maior projeto é o movimento”: a organização, a estrutura e a história do movimento brasileiro das trabalhadoras sexuais

“Fiquei escutando minhas colegas falando e fiquei pensando: o que é 30 anos de um movimento? Já é uma mulher feita, com filhos, estruturada, feita na vida. É assim que penso o nosso movimento”. (Denise Mara, coordenadora geral do Núcleo Rosas Vermelhas da cidade de Manaus/AM na mesa de abertura “Ativismo, incidências e auto-organização: memória regionais de 30 anos de luta” no VI Encontro Nacional de Prostitutas, em 2017).

Neste capítulo irei apresentar o objeto central de análise desta dissertação: o movimento organizado brasileiro de trabalhadoras sexuais. Buscarei apresentar o surgimento do movimento, a formação dos primeiros aliados, das primeiras lideranças, das associações e das redes que o compõem. As lideranças, as associações e as redes são os instrumentos da base do movimento que analisarei e descreverei como se construíram ao longo da sua existência.

1.1. Fala Mulher da Vida! – O aparecimento do ator coletivo

No ano de 2017, o movimento brasileiro de prostitutas completou 30 anos. Esta história foi marcada por diversos desafios, superações e vitórias. Para comemorar este marco histórico foi realizado o VI Encontro Nacional de Prostitutas, sediado na cidade de São Luís do Maranhão sob organização da Associação de Prostitutas do Maranhão, entre os dias 20 a 23 de setembro.

No evento aconteceram diversas discussões que abordaram a memória, os desafios e as articulações políticas do movimento com o intuito de discutir a agenda política para os próximos anos. Participaram cerca de 20 associações de trabalhadoras sexuais e as suas respectivas redes: Rede Brasileira de Prostitutas, Central Única de Trabalhadoras e Trabalhadores Sexuais e Articulação Nacional de Profissionais do Sexo. Dentre os convidados, houve a participação de diversos representantes estatais, como o Ministério da Saúde, secretarias municipais e estaduais de Saúde, assessores políticos, juízes, advogados, defensoria pública e movimentos sociais.

A primeira mesa do segundo dia, intitulada “*Ativismo, incidências e auto-organização: Memórias Regionais de 30 anos de Luta*”, contou com a participação de lideranças de diferentes gerações do movimento brasileiro de prostitutas. Dentre elas, Lourdes Barreto do Grupo de Mulheres Prostitutas do Estado do Pará (GEMPAC), de Belém do Pará, Tina Rovira do Núcleo de Estudos de Prostituição (NEP), de Porto Alegre, Ivanete Pinho do Dignidade, Ação, Saúde, Sexualidade e Cidadania (DASSC), de Corumbá (MT), Vânia Resende da Associação Pernambucana de Prostitutas (APPS), de Pernambuco (RN), Betânia Santos do Mulheres Guerreiras, de Campinas (SP) e Denise Mara do Núcleo Rosa Vermelha, de Manaus (AM)¹⁷.

Lourdes Barreto, 76 anos, paraibana, mas residente há mais de quarenta anos da cidade de Belém do Pará, é uma das coordenadoras gerais do GEMPAC e uma das fundadoras da Rede Brasileira de Prostitutas. A ativista realizou a abertura da mesa com o intuito de narrar o início da história do movimento de prostitutas, “*que começou em 1987, lá no Rio de Janeiro [e] que teve a abertura oficial no Circo Voador, com muitas mulheres determinadas, corajosas e aguerridas*”.

A emergência do movimento se deu a partir dos afrouxamentos da repressão ditatorial brasileira, entre os anos de 1980 a 1986. Seguindo o fluxo do aparecimento de diversos movimentos sociais na arena política no Brasil, os grupos se reuniam com o intuito de reivindicar melhores condições de vida, denunciando a pobreza e a violência. Como exemplos, temos o movimento por moradia (TATAGIBA, 2014), feminista (TELLES, 2016), negro (RIOS, 2016) e LGBT (FACCHINI, 2006). De modo geral, no caso brasileiro, a articulação e formação dos primeiros ativistas dos movimentos populares surgiu a partir das pastorais da Igreja Católica que propiciava espaços de organização e debate.

De maneira similar, as primeiras ativistas do movimento de prostitutas iniciaram o ativismo a partir da parceria com a Igreja Católica, mais especificamente, por meio dos encontros organizados pela Pastoral da Mulher Marginalizada. A Pastoral, ainda hoje, é ligada a diversos movimentos sociais e à vertente católica da Teologia da Libertação¹⁸, com viés mais progressista no que tange às discussões sobre os direitos sociais e a luta por justiça social. No que se refere aos debates sobre a prostituição, a

¹⁷ No decorrer do capítulo, as lideranças serão apresentadas.

¹⁸ A Teologia da Libertação é uma corrente teológica nascida na América Latina que possuem uma leitura do Evangelho que direciona suas ações para a supressão da injustiça social, fortalecimento e cuidado aos mais pobres. No Brasil, Leonardo Boff é um dos seus principais representantes.

Pastoral direciona as discussões para a perspectiva abolicionista, concebendo a atividade da prostituição como uma das formas de exploração das mulheres na sociedade capitalista, sem considerar sua agência. Dessa forma, as ações da Pastoral são orientadas para o “resgate” das pessoas que se encontram na prostituição (SKACKAUSKAS, 2014).

Dentre as “mulheres aguerridas” citadas na fala de Lourdes, estava Gabriela Leite (*in memoriam*), outra fundadora da RBP, paulistana, branca, de família classe média e que deixou as carteiras da Universidade de São Paulo para exercer o trabalho sexual. Gabriela foi uma das principais articuladoras da manifestação de 1979, no centro de São Paulo que denunciou as violências policiais contra as prostitutas das regiões da Boca do Lixo e do Luxo, ambos localizados na região central da capital.

Após a manifestação em São Paulo no final da década de 1970, convocada pelas prostitutas com a finalidade de contestar a violência policial que sofriam no regime ditatorial, houve um período de desmobilização das prostitutas. Gabriela Leite (2009) retratou que sempre se questionou sobre a falta de organização da categoria e possuía o sonho de ver todas as prostitutas organizadas em prol de suas reivindicações. Assim, a ativista começou a debater algumas questões sobre organização das prostitutas na Vila Mimosa, no Rio de Janeiro, onde exercia seu trabalho sexual. Durante a década de 80, houve muitos conflitos nessa região, o que estimulou a organização das prostitutas para combater a violência.

Tais ações tiveram repercussão na cidade do Rio de Janeiro que culminou em um convite da vereadora Benedita da Silva, para que as mulheres da Vila Mimosa participassem do *I Encontro de Mulheres de Favela e Periferia*. Gabriela e outras prostitutas aceitaram o convite e se organizaram para ir ao evento. A ativista retrata que levaram uma faixa com os dizeres “*Prostituta também é mulher*”. Havia uma ansiedade para escolher entre as mulheres prostitutas quem iria falar representando a Vila Mimosa. Assim, após a pressão das ativistas, ao final da plenária desse encontro, Gabriela levanta e se apresenta: “*Meu nome é Gabriela, eu sou prostituta da Vila Mimosa. Aqui do lado*” (Leite, 2009:134).

Aí foi um rebu. A prostituta falou. Parece incrível, mas o tabu perdurava mesmo ali, entre mulheres conscientes: prostituta não fala. Falei. Seguindo o modelo das outras mulheres, expliquei como eram as condições das mulheres da Vila, nossas dificuldades, os problemas que costumávamos enfrentar (Leite, 2009:134).

A fala de Gabriela teve uma grande repercussão, levando a diversos convites em revistas e rádios. Entre uma reportagem e outra, Gabriela conheceu Leonardo Boff¹⁹ que a convidou a participar de um encontro em Salvador organizado pela *Pastoral da Mulher Marginalizada*. O encontro de Lourdes e Gabriela ocorreu nesse evento. Lourdes relatou que a aproximação entre ela e Gabriela se deu a partir dos incômodos da visão depreciativa da Pastoral que concebia a atividade da prostituição como um “mal”. Para Lourdes, esta concepção é uma das ferramentas que contribui com a vitimização das mulheres prostitutas. Mesmo com essa crítica, Lourdes enfatizou em sua fala na mesa citada que os encontros organizados pela Pastoral eram importantes espaços de organização das prostitutas: “*A Igreja naquela época, movimentava muitas putas, mas com o discurso que ser puta não era bom, que a prostituição não era boa. Tratavam a gente como vítimas*”.

Buscando romper com a tutela da Igreja e com os processos de vitimização das prostitutas, Lourdes e Gabriela Leite buscaram dialogar com outras mulheres, compartilhando as suas críticas da Igreja, almejando construir um movimento com mais autonomia. Nas palavras de Lourdes, queriam organizar um espaço de “*puta para puta*”. Cientes que o desafio era imenso, as ativistas começaram a estipular metas para organizar o encontro que fosse gerido e pensado para as prostitutas. Para isso, avaliaram que era necessário mobilizar mais prostitutas de norte ao sul do território brasileiro e construir diálogos com outros aliados que não fosse a Igreja Católica.

Nessa primeira fase organizativa, um dos principais aliados foi o Instituto de Estudos da Religião (ISER)²⁰, que através do seu acesso ao financiamento do Conselho Mundial de Igrejas de Genebra, conseguiu arrecadar cerca de sete mil dólares para o encontro.²¹ Para Lourdes, “*a verba foi essencial para o encontro*”. Contudo, essa verba não foi o suficiente para arcar com todos os custos financeiros para realizar o encontro. Para driblar essa dificuldade, foram criadas estratégias para administrar a verba da melhor forma. A cada passagem área que as participantes receberam de algum

19 Leonardo Boff é teólogo, escritor e professor universitário. Um dos idealizadores da Teologia da Libertação, foi também um importante ator social na luta contra a ditadura e pelos direitos dos pobres e excluídos.

²⁰ Segundo a apresentação em seu site, o Instituto de Estudos da Religião (ISER) é uma organização da sociedade civil, de caráter laico, comprometida e dedicada a causa dos direitos humanos e da democracia. Surgida no contexto brasileiro dos anos 1970, objetiva promover estudos, pesquisas e intervenção social a partir de eixos temáticos plurais da sociedade brasileira, como a defesa e a garantia direitos, segurança pública, meio ambiente, diversidade religiosa, entre outros. Ver: INSTITUTO DE ESTUDOS DA RELIGIÃO. Home. Disponível em: <http://www.iser.org.br/site/o-iser/>. Acesso em jan. 2019.

²¹ Esta parceria se instituiu a partir do projeto “Prostituição e Direitos Humanos” em que Gabriela Leite e Lourdes Barreto foram as principais coordenadoras e elaboradoras.

parceiro, elas trocavam por passagens terrestres para que mais prostitutas pudessem ter a oportunidade de participar do encontro.

Mesmo neste contexto tortuoso e com diversas dificuldades, em julho de 1987, ocorreu o I Encontro Nacional de Prostitutas intitulado “*Mulher da Vida: É Preciso Falar*”, na cidade do Rio de Janeiro. O evento foi noticiado em destaque nos principais jornais da cidade. Estima-se que havia mais de 200 pessoas presentes, mescladas por artistas, parceiros e pesquisadoras/es. No que se refere às representações das prostitutas, estiveram presentes cerca de 70 mulheres representando 11 estados (LEITE, 2009).



Figura 1 I Encontro Nacional de Prostitutas (1987). **Fonte:** site GEMPAC

As principais demandas do Encontro foram pautadas pelas violências policiais e da luta pela efetivação dos direitos humanos, civis e sociais voltados para o reconhecimento profissional e de cidadania das prostitutas. Buscaram ampliar os espaços de participação política, que anteriormente estavam cerceados pelo estigma e pela violência policial (BARRETO, 2015).

Para expandir a participação política, o Encontro buscou criar o sujeito político para obter reconhecimento diante dos seus pares, instâncias estatais e a sociedade civil. Como produto das discussões e objetivos traçados no I Encontro, as mulheres reunidas fundaram a Rede Brasileira de Prostitutas, com o intuito de ser um canal de diálogo, buscando facilitar a “articulação de contatos e intercâmbios entre as prostitutas e visando, acima de tudo, o desencadeamento de ações conjuntas de reivindicações dos direitos sociais” (MORAES, 1995, p. 214). Além de ser um instrumento de comunicação e articulação entre as prostitutas, a Rede implicava na criação de estratégias que visavam

instituir laços com diversos atores e instituições, principalmente com outros movimentos sociais e com o Estado.

Lourdes tentou traduzir em palavras, de maneira muito emocionada, os significados simbólicos e políticos do aparecimento do movimento e da possibilidade de organizar um evento em que as prostitutas pudessem falar sobre si próprias:

“Imagina só, gente: há trinta anos, no meio de uma ditadura militar, a gente era presa só de sair na rua. A gente só saía na rua escoltada pela polícia. E imagina, tu revolucionar, ter capacidade política de dizer que a gente queria falar da nossa história, que queremos respeito, dignidade e direitos. Saímos das páginas policiais para as páginas sociais” (Fala transcrita do VI Encontro Nacional, 2017).

Essa afirmação traz, de forma sintética e forte, a importância do aparecimento do corpo político das prostitutas que, pela primeira vez, puderam falar sobre si próprias. Estes significados implicam pensar sobre os seus efeitos e impactos sociais, políticos, culturais e simbólicos. Há diversos significados na afirmação “*tu revolucionar, ter capacidade política de dizer que a gente queria falar da nossa história*”. O primeiro deles implica pensar no direito e no poder da fala; o segundo remete a analisar quais são os impactos políticos, sociais e simbólicos do aparecimento deste corpo político que se constituiu no período da ditadura militar brasileiro. Aparecer e criar visibilidade na arena política não era algo simples, muito menos no período ditatorial brasileiro e menos ainda quando se é uma prostituta. Como Lourdes afirmou, “*as prostitutas eram presas só de aparecer nas ruas*”.

Em *Corpos em Aliança e a Política das Ruas: Notas para uma Teoria Performativa de Assembleia*, Judith Butler analisa a efervescência das manifestações e movimentos populares que “tendem a ser governados pelo medo do caos e pela esperança” (BUTLER, 2018, p. 7). De modo geral, a autora sugere pensar nos modos que os movimentos se expressam e apresentam as suas reivindicações nos espaços públicos norteados pelas denúncias das condições precárias, por meio das “assembleias públicas”. Os corpos unidos nos espaços públicos, segundo a autora, exercem o direito plural e performativo de aparecer. Performatividade é concebido pela autora como uma forma de representação que, conjugado ao gênero induz normas obrigatórias que atuam como poder. Por sua vez, o “aparecer” transmite:

[...] uma exigência corpórea por um conjunto mais suportável de condições econômicas, sociais e políticas que são induzidas pela condição precária das vidas proporcionadas pelos efeitos da biopolítica²² e do neoliberalismo que são reproduzidas por instituições governamentais e econômicas (BUTLER, 2018, p. 17).

Pensar na emergência do movimento brasileiro de prostitutas nos levou a refletir como as normas de gênero, da sexualidade e do poder produziram efeitos na constituição da sua organização política. Primeiramente, há a imagem construída socialmente das prostitutas como mulheres desprovidas de agência e que utilizam seus corpos como uma ferramenta laboral conjugada à noção de criminalidade, produzindo um status de vulnerabilidade²³. Subvertendo esse status, essas atoras, ao aparecerem na esfera pública com reivindicações pelo direito de “falar” e serem reconhecidas como cidadãs e sujeitos, se transformam em uma possibilidade de expressão que mescla a performatividade plural e corpórea que deve ser compreendida como um ato de resistência e pelo direito de terem “uma vida que possa ser vivida” (BUTLER, 2018, p. 15). A segunda fase do processo de aparecimento consistiria em formar as lideranças para consolidar e ampliar a organização política por meio da formação das associações. No próximo tópico, descrevo e analiso as estratégias utilizadas pela rede formada, e como ela, conseguiu formar as lideranças e as associações.

1.2. Puta política organizada: o fazer político das lideranças do movimento de prostitutas

“A minha fala vai no sentido [de se perguntar] pra quê fazer ativismo? A gente faz o ativismo para empoderar as prostitutas. Fazemos ativismo com articulação: com o movimento LGBT, com o movimento de mulheres, com a coordenação de DST/Aids – municipal e estadual, com o departamento, com o Conselho da Mulher” (Vânia Resende, coordenadora geral da Associação Pernambucana de Prostitutas. Transcrição da sua fala na mesa Ativismo, incidências e auto-organização: memórias regionais de 30 anos de luta, 21/09/2017).

²² Seguindo as formulações feitas por Foucault (1978), biopolítica é compreendida como instrumentos utilizados pelo governo através de diversas técnicas com o intuito de governar a vida de um conjunto de indivíduos, permitindo o controle de populações. As tecnologias do poder são utilizadas na gestão da vida e regulação do corpo, tais como, gestão da saúde, da higiene, da sexualidade.

²³ Parto das proposições de Butler (2018), Parreiras (2018) e Das (2006), que sugerem pensar a noção de “vulnerabilidade” como uma relação que é socialmente produzida e administrada. Apesar das prostitutas serem categorizadas como sujeitas vulneráveis, não se excluem as suas capacidades e possibilidades de agência política. Essa suposição assume romper com os entendimentos que a vulnerabilidade seja o oposto de resistência e deixar de compreendê-la como processos de vitimização e passividade.

“*Putas não falava, né? Eu agradeço a cada puta que botou a cara antes de mim. (...) As putas estão empoderadas*”, enfatizou Vânia Rezende na mesa Ativismo, incidências e auto-organização: Memória Regionais de 30 anos de Luta, do VI Encontro Nacional, apresentado no começo deste capítulo. Vânia é coordenadora administrativa da Associação Pernambucana de Prostitutas, na cidade de Recife (PE). Vânia se apresentou como “*uma negra empoderada, bissexual e madrinha de um bloco de Maracatu*”. A liderança tem por volta de quarenta e cinco anos, é mãe, avó e hoje está aposentada pela prefeitura de Recife. Conforme tecia a narrativa do seu ingresso no movimento, Vânia retratou a importância das “*putas mais antigas e que criaram o movimento: “agradeço à Lourdes Barreto e Gabriela Leite, a gente só conseguiu porque tivemos um movimento de prostituta por trás para apoiar essa luta*”.

O agradecimento àquelas “*que vieram antes*” também é enunciado por outra liderança: Ivanete Pinho, coordenadora geral da DASSC da cidade de Corumbá (MT). Ivanete é uma mulher negra, por volta dos seus quarenta anos, é mãe e avó. Ao iniciar a sua fala agradeceu a “*todas [as] prostitutas que construíram o movimento*”, que por meio da criação da associação, ela e suas colegas “*começaram a mostrar a cara para tudo e para todos*”.

Denise Mara, coordenadora geral do Núcleo Rosas Vermelhas da cidade de Manaus (AM), outra liderança que participou da mesa, descreveu a importância da fala e da representação das prostitutas em todos os espaços. Denise tem por volta seus quarenta anos, é uma mulher branca e ainda exerce o trabalho sexual. Segundo ela, “*tinha muita gente que procurava as putas, mas queriam falar por nós, em nome das putas. Como uma pessoa de outro movimento pode falar em nome de uma puta? Eu que faço programa, eu que sei os problemas das zonas!*”.

O ato de enunciação da fala é o primeiro processo da formação das lideranças. Como podemos notar por meio destes fragmentos, era concebido como natural não ter representações de prostitutas em comitês, ou criar movimentos a partir das prostitutas, mas não a colocavam como as responsáveis das ações coletivas ou, até mesmo, achavam que as prostitutas não possuíam alguma representação. Muitas delas possuem a vontade de falar em público, mas muitas vezes não têm a coragem “*de botar a cara*”. Parte dessa dificuldade é compreendida pelas ativistas como produto dos processos de estigmatização e preconceito. Então, como se dá o processo de construção das lideranças do movimento

de prostitutas brasileiro? Quais são as suas peculiaridades? O que torna o processo mais difícil?

O primeiro espaço compartilhado entre as mulheres com o intuito de discutir as pautas específicas relativas ao cotidiano da prostituição foi propiciada por meio da realização do I Encontro Nacional de Prostitutas (1987). Aparecida Moraes, em sua tese intitulada *Mulheres da Vila: prostituição, identidade social e movimento associativo* (1995), descreveu quais foram os processos de formação das lideranças do movimento. As dinâmicas adotadas naquele momento consistiram na ajuda e na promoção das mulheres mais tímidas. Participar do movimento significaria a “assunção do processo de revelação” (MORAES, 1995). O processo de revelação consiste no que Ivanete apontou em sua fala, “*botar a cara*”, ou seja, aparecer de forma pública. Muitas das mulheres que exercem o trabalho sexual atuam de forma clandestina, geralmente em cidades distintas das que residem para que não sejam identificadas por pessoas conhecidas, com o intuito de não sofrerem os impactos das violências e do estigma.

Segundo Moraes, algumas mulheres que participaram do I Encontro Nacional que já tinham experiências em grupos de discussões e de militância, criaram estratégias alternativas de participação:

Elas começavam a ocupar os espaços mais diferenciados para realizar as suas conversas. Formavam pequenos grupos e tomavam as escadas, o pequeno bar, varandas e outros locais onde o evento se realizava. As conversas eram as mais informais. A conversa começava com o comentário sobre os fregueses que haviam “faturado” nas suas estadias pela cidade e terminava com o cotidiano familiar (MORAES, 1995, p. 205).

Atualmente, após a realização de seis edições, o formato dos eventos, das mesas e das reuniões assumem uma configuração mais tradicional dos movimentos sociais. Há tempo de fala, formatos de mesas mais coesas, intervenções, representantes das associações participando de todas as atividades, impulsionado a organização política. As mulheres tem menos vergonha e atuam de forma mais sistemática e mais pública. Em outros momentos, as mulheres ressaltavam que ainda estão aprendendo a falar, que não sabiam usar o microfone de maneira apropriada. Contudo, ao observar a atuação política dessas mulheres, percebo uma forma estruturada de falar, sendo sempre objetivas, determinadas e afetuosas, de modo a sempre impulsionarem a participação coletiva de outras mulheres que possuem dificuldade de falar em público.

De modo geral, a estrutura dos Encontros Nacionais segue o seguinte modelo: uma mesa de abertura; cinco mesas principais que abordam prevenção sexual, saúde integral, regulamentação da prostituição, direito sexual, direitos humanos, violação de direitos humanos e cidadania; e grupos de trabalho entre uma mesa e outra, para sistematizar as propostas sugeridas nas mesas de discussões para serem debatidas na plenária final. A plenária final é o ponto alto dos Encontros em que as associações e as redes estabelecem a agenda política dos próximos anos.

Como exemplo, descrevo brevemente a programação do VI Encontro Nacional, realizado em 2017 para mostrar a estrutura organizativa desses eventos. A abertura foi composta por representantes locais, tais como a Secretaria de Estado do Maranhão, a Secretaria Municipal da cidade de São Luís, Departamento de IST, HIV/AIDS e lideranças das redes de prostitutas: CUTS e RBP. As mesas temáticas foram majoritariamente compostas por lideranças das associações de prostitutas. Houve também a participação de representantes locais, tais como a Ordem Brasileira de Advogados e assessores de mandatos de deputados, como Jean Wyllis. Os temas das mesas temáticas giraram em torno das discussões sobre ativismo, memória, regulamentação da prostituição, feminismo, diversidade sexual, conjuntura política, políticas públicas e articulações com redes internacionais. O último dia ficou reservado para as pequenas plenárias que discutiram sobre família, estigma e a agenda política dos movimentos presentes no Encontro Nacional.

A dinâmica das mesas, a participação das ativistas e a atuação das lideranças é bastante fluída. Não há uma forma linear de apresentação e há constantes interferências e participação das mulheres. Para demonstrar essa dinâmica, descrevo uma cena do VI Encontro Nacional de Prostitutas, realizado em 2017, na cidade de São Luís do Maranhão:

O segundo dia do VI Encontro se iniciou com as mulheres já reunidas no salão, conversando e se abraçando. Vânia e Nanci da Associação Pernambucana de Prostitutas pegaram o microfone para falar que cada associação iria receber um envelope que continha um CD e uma letra de música. Esta música se refere ao hino das prostitutas²⁴. Algumas gritam da plateia que não receberam o CD. Após a distribuição dos envelopes, as mulheres começam a cantar o Hino das Prostitutas. Após cantarem, as mulheres começam a se organizar para iniciar a mesa. Leila Barreto pegou o microfone e explicou qual seria a dinâmica do evento. Segundo a ativista, as mesas seriam formas de diálogos para trazer a memória, vivenciada por cada

²⁴

O Hino das Prostitutas encontra-se nos anexos desta dissertação.

uma e que buscava quebrar os modelos institucionais fechados. O terceiro dia, seria destinado para as plenárias, separadas por temas para que as propostas fossem apresentadas na plenária final. Passados os informes, Leila convocou as participantes da mesa. Participaram dessa mesa Lourdes Barreto, Tina Rovira, Denise Mara, Ivanete Pinho, Vânia Rezende, Nilce e Milene. Lourdes falou por cerca de 30 minutos: um pouco mais do estipulado para cada participante. A justificativa da ativista foi que teria muitas histórias para contar. Após sua fala, Vânia Rezende contou sobre a história da APPS e como se tornou ativista e liderança. Após a apresentação de Vânia, falaram Ivonete e Denise. As falas das lideranças foram interrompidas por avisos de Jesus que informaria sobre o almoço ou relocação de mesas. Segundo Jesus, “*puta quebra protocolo*”, uma forma de explicar aos presentes que *as putas* não conseguem seguir as mesas de forma linear. Após as interrupções, falaram Tina, Nilce e Milene. Durante os depoimentos, escutei várias pessoas ovacionando. Ao ovacionar, as mulheres estimulavam a autoestima e a fala das suas colegas. A cada fala, escutei: “arrasou” ou “você me representa”. Outras mantinham conversas paralelas que envolviam o cotidiano ou concordando com as afirmações das participantes das mesas. O som do local é mesclado pelas falas da mesa que utilizam o microfone e pelas conversas paralelas da plateia. Isso ocorreu em todas as mesas. Muitas matavam a saudade de colegas e outras estavam se conhecendo. Em qualquer menção do contexto político também ocorriam diversas manifestações, tais como “fora Temer” e “volta, Dilma”²⁵.

Como podemos notar, a construção das lideranças, geralmente se inicia a partir do compartilhamento de experiências, que pode ser resumida, por meio das discussões sobre família, direitos, programas, valores, problemas nas zonas, violência e clientes. Esse conjunto de fatores produz o reconhecimento entre seus pares de forma que, contribuí para a formação e para a atuação coletiva e política. Dessa forma, os encontros e as associações se transformam em espaços confiáveis para impulsionar a atuação política das mulheres que exercem o trabalho sexual. Eles são responsáveis pela formação política das prostitutas com a intenção de tornar cada ativista politicamente capaz de organizar suas respectivas associações. Importante ressaltar que estes processos têm como objetivo principal estimular a autonomia política de cada liderança e de cada associação.

Podemos perceber que o sucesso das associações, então, dependia da participação e engajamento das lideranças e das suas associadas. Assim, é possível

²⁵ O VI Encontro Nacional de Prostitutas (2017) foi realizado tendo como pano de fundo a perda do cargo da ex-presidenta Dilma Rousseff através de um golpe institucional articulado por forças conservadores e pelo seu companheiro de chapa, Michel Temer. Esse processo foi bastante contestado pelas participantes do evento. Em toda oportunidade, ou qualquer menção acerca dos retrocessos sociais, as mulheres ovacionavam com os dizeres “*Fora Temer*”.

interpretar que uma das principais características do movimento de brasileiro de prostitutas, nesse primeiro momento, é dependente de uma figura central, se tornando personalista e piramidal. Segundo Olson (2003), a liderança possui um papel primordial para conseguir recursos para o grupo para manter o seu funcionamento. Segundo o autor, é necessário que haja a produção de incentivos internos e externos ao movimento para que ocorra a manutenção e o sucesso da organização. No caso do movimento organizado de prostitutas, a liderança possui a responsabilidade de manter a associação por meio das relações externas, tais como os aliados, e internas, através da aproximação e da manutenção da sua base.

O sucesso das associações é medido, analisado e traduzido pelas ativistas pela nomeação da liderança como a *“puta articulada”*. A *“puta articulada”* é aquela que consegue estabelecer diálogos e laços com as instâncias estatais, secretarias, comissões, movimentos sociais, organizações internacionais e que consegue transformar essa relação de modo que esses atores sociais se tornam *“parceiros”* ou *“aliados”*²⁶ do movimento. Lourdes, em sua fala na mesa de abertura, traduziu o que é a *“puta articulada”*. Segundo ela, Jesus é uma puta articulada: *“Eu quero parabenizar a Jesus pelo trabalho. Ela é uma puta articulada. Temos aqui a secretaria do Estado, do município, secretaria da mulher. Ela faz um monte de aliados e todos estão aqui com ela e de alguma forma contribuíram para a realização deste grande encontro”*.

O sucesso da *“puta articulada”* também depende da participação das suas associadas. Por sua vez, a associada que se envolve nas atividades da associação e atua de forma cotidiana é denominada por essas mulheres como uma *“puta politizada”*. A *“puta politizada”* é aquela pessoa que luta pelos seus direitos e é atuante no cotidiano da associação que, de modo geral, realizam atividades de prevenção e ajudam outras mulheres em situação de violência, bem como contribuem para o aumento de associadas para a associação.

As *putas politizadas* foram homenageadas na abertura do VI Encontro Nacional, de 2017, por meio de uma premiação intitulada *“Putas Políticas Organizadas”*. A associação do Maranhão conjuntamente com a Rede Brasileira de Prostitutas (RBP) e a Central Única de Trabalhadoras e Trabalhadores Sexuais (CUTS) confeccionaram pequenos troféus com os dizeres: Puta Política e Organizadora de 2017, com o respectivo nome da homenageada. Neste ano foram homenageadas as associadas das diversas

²⁶ A construção e as relações dos aliados serão discutidas no segundo capítulo em que abordo os instrumentos de ação coletivas do movimento de prostitutas.

associações, bem como alguns aliados, tais como, a representante do Departamento Nacional IST, HIV/AIDS e a Secretaria Municipal de IST, HIV/AIDS da cidade de São Luís. A cada nome chamado para receber o prêmio, Jesus explanava sobre a trajetória da homenageada, ressaltando suas contribuições e a sua história com o movimento de prostitutas. O prêmio se tornou uma política interna do Encontro.

Nas palavras de Jesus, a *puta política organizada* é aquela que se preocupa com a saúde das mulheres, que usa seu corpo como ofício, sustenta seus filhos, cuida da sua casa, atua na associação e contribuiu, de forma significativa, no cotidiano e no fortalecimento das associações e do movimento como um todo: “*A puta política organizada somos nós*”, ressaltou Jesus.

Descrevo abaixo três homenagens para elucidar a dinâmica do prêmio e como o reconhecimento e o cuidado com a autoestima das mulheres contribuem significativamente para o estímulo da fala e da participação política.

Homenagem 1

“Gente, a gente vai quebrar o protocolo porque puta não tem protocolo, né? A gente tem um tema que se tornou nosso. Nós somos putas políticas organizadas e dito isso, vamos falar disso. (...) Filha, mãe, mulher, companheira do movimento, primeira dona de bar a contribuir com as ações voltadas para as mulheres que ali trabalhavam com o seu corpo para tirar o seu sustento e da sua família. Sempre preocupada com a saúde das mulheres, fez parte do nosso movimento e hoje continua fazendo parte do nosso movimento. Filha da puta, mãe puta, mulher guerreira” Sra. XXX.²⁷

Homenagem 2

Chamaram Leila Barreto para entregar o prêmio para Lourdes Barreto: “Estou muito emocionada! (...) Tudo que importava hoje era Lourdes estar aqui e está acontecendo, viu Lourdes? Obrigada. O movimento criou o troféu chamado “Putas Políticas Organizadas” e vai ser instituído sempre. Ele é inspirado na força sua e na força de Gabriela, e todas que toparam esse desafio. Desculpe qualquer coisa. Não é só quebra de protocolo. A gente fica idealizando tanta coisa. Esse evento, na verdade, é uma grande celebração e precisamos entender a importância dele (...) ainda vejo, mesmo com toda essa luta, 30 anos ainda é muito pouco. Então, Lourdes, muito obrigada porque a semente ainda está ali. Eu espero que esse troféu te dê mais vida, mais saúde. Muito obrigada”.

Homenagem 3

Lourdes após receber o seu prêmio, pegou o microfone para homenagear uma liderança do Rio de Janeiro.

“Então, colegas, como o protocolo já se quebrou, eu queria homenagear em nome da nossa saudosa e querida Gabriela Leite, e entregar esse troféu para uma puta lá do Rio de Janeiro: Maria! Tem muitas putas que contribuíram com o DAVIDA, mas queremos homenagear essa puta”.

²⁷

Como não sabia se poderia ou não divulgar o nome desta pessoa, mantive o anonimato.

No momento que Lourdes chamou Maria para o palco, mal conseguimos escutar o resto da fala de Lourdes. As mulheres ovacionaram, bateram palmas, gritaram pelo nome de Maria, expressando uma felicidade gigantesca por esse reconhecimento. Escutava-se “Maria, sua gostosa!”, “Maria, maravilhosa!” (Diário de Campo, 22/09/2017)

É bastante simbólico perceber como essas ações contribuem com a autoestima e no estímulo da participação das prostitutas. É uma forma de reconhecimento dos seus pares, que conjuga o cuidado, a atenção e o afeto com o ativismo e a trajetória de cada liderança e associada. Como Jesus apontou em sua fala na distribuição do prêmio, a homenagem *“é uma forma de retribuir a ajuda que tivemos ao longo desses 30 anos. Muita gente contribuiu para a nossa história”*.



Figura 2 Prêmio "Putá Política Organizada". Na foto: Maria de Jesus, Leila Barreto e Lourdes Barreto. Fonte: arquivo pessoal da pesquisadora

Outra questão que salta aos olhos ao ler estes fragmentos e, principalmente, ao presenciar o fazer político das lideranças, é a força da positividade da palavra “puta”. Como podemos notar, “puta” é acompanhada de características que refletem a atuação política destas mulheres. Há um fluxo de significados que a palavra “puta” adquire e que passa pelo dialeto popular. Algumas vezes, à palavra “puta” é atribuído como algo grandioso, estupendo, gigante. Isso se torna uma tática para se contrapor a negatividade da palavra “puta” que, em outros contextos, se assume conotações negativas, tais como crime e “vida fácil”. Contrapondo o imaginário social nos fragmentos citados acima,

“puta” aparece como uma pessoa articulada, política, sujeita de direitos, empoderada: são atributos que configuram uma liderança e uma associada, de tal maneira que reflete o fazer político destas mulheres.

Laura Murray, em sua tese intitulada *Not Fooling Around* (2016), nos sugere pensar a “puta” como uma das dimensões que constitui o fazer político das prostitutas. A autora sugere articular a palavra “puta” com as noções de “política” e de movimento:

Putá politics é ao mesmo tempo “a política” e “o político” – uma forma de fazer política que desestabiliza as hierarquias dominantes de gênero e sexualidade. Fazer parte da ordem política é desconstruir a ordem da sexualidade; é isso que pode ser percebido quando a definição da política gira em torno da pauta da prostituição (MURRAY, 2016, p. 6).

Assim, a autora indica pensar no conceito de “puta politics” para classificar o fazer político do movimento organizado de prostitutas. Essa classificação nasceu das proposições políticas de Gabriela Leite, que “buscava criar outras formas de fazer política que se baseia na fluidez e alegria dos bares e ruas, utilizando o humor e o prazer para desafiar o que é percebido como não apropriado e/ou imoral, incluindo o uso dos próprios corpos como campos de resistências” (MURRAY, 2016, p. 11).

Podemos concluir, até aqui, que a formação de lideranças e seu fazer político são construídos nos espaços dos eventos e nas associações. Estes elementos são a base do movimento brasileiro de prostitutas. Os anos 1980-1990 foram marcados pelo aparecimento destas mulheres como sujeitas políticas e representantes do movimento. O processo de expansão das lideranças se deu a partir do III Encontro Nacional, no ano de 1993, em que as mulheres estipularam como objetivo realizar o processo de interiorização do movimento, buscando formar mais lideranças e criar mais associações. Este processo foi facilitado a partir das aprovações dos projetos nacionais impulsionados pela RBP. A década de 2000 foi o período em que houve a maior formação de lideranças por meio da aprovação de três projetos nacionais: Esquinas da Noite (2001), Encontros (2003) e Sem Vergonha (2006). Os anos 2010 foram marcados por grandes dificuldades e pela desarticulação de algumas regiões que reconfigurou o movimento de prostitutas.²⁸

De modo geral, as características das mulheres que são lideranças do movimento compreendem a faixa etária dos 40 a 70 anos, sendo sua prevalência negras,

²⁸ A reconfiguração do movimento de prostitutas será abordada ao longo deste capítulo, mas como apresentado na introdução desse trabalho, a partir dos anos 2010 há a criação de duas outras redes, a CUTS e a ANPS.

muitas delas mães e avós, e, responsáveis pela renda familiar. Em sua maioria, as mulheres participam do movimento há cerca de 10 a 15 anos. Esta característica nos aponta para o seguinte desafio e dificuldade: a formação de novas lideranças.

Esta questão é um assunto recorrente nos encontros em que participei para realizar a pesquisa de campo. No VI Encontro Nacional (2017), por exemplo, em sua fala na mesa de abertura retratada no começo deste capítulo, Lourdes Barreto abordou sobre a necessidade e urgência de formar novas lideranças:

Outra coisa, se eu, Vânia, todo mundo que está aqui e é mais “madura”, não se tocar, abrir o olho e formar novas referências, nós estamos lascadas. Eu estou aqui em frente de uma jovem, uma puta referência, a Monique. Se as putas novas não assumirem esse papel, nós estamos ferradas e mal pagas porque a gente não é eterna. Elas são importantes para seguir o movimento (Fala transcrita da mesa de abertura do VI Encontro Nacional de Prostitutas, 2017).

As dificuldades compreendem duas questões. A primeira delas diz respeito ao posicionamento e interpretação de algumas lideranças que as mulheres mais novas não possuem tanto interesse em participar nas associações. Segundo algumas delas, *“as novinhas estão interessadas em ganhar dinheiro pelo ativismo. Eu estou na associação sem ganhar nada. As novinhas não querem largar o programa para estar na associação”*.

Os empecilhos para a expansão da participação podem ser interpretados frente a crise política que produziu mais espaços competitivos no mercado do sexo. Muitas das mulheres possuem filhos, moram em outra cidade e participar das associações demanda um tempo que muitas delas não possuem. Mesmo com essas peculiaridades, Juliana Góes (2017), em sua dissertação de mestrado que tratou do associativismo e da participação das prostitutas na Guaicurus, Belo Horizonte, mostrou que a taxa de participação é relativamente alta: em torno de 7%, maior que de muitos movimentos sociais.

A segunda questão que pode ser compreendida como um impeditivo para a construção de novas lideranças diz respeito ao caráter personalista que as lideranças assumem ao longo dos anos. Algumas das “novinhas” comentaram em uma das mesas que as “mais velhas” não dão espaços para que as novas lideranças apareçam no cotidiano das associações e do movimento. Com isso, o tempo de militância se torna uma hierarquia dentro do movimento.

Como exemplo, descrevo uma cena que ocorreu no VI Encontro Nacional (2017), em que uma trabalhadora sexual mais nova questionou uma das falas de uma

coordenadora de uma associação da região do Sudeste. Na mesa intitulada “*Prostituição e Cidades*”, as mulheres debateram acerca das políticas dos municípios que instituíram ações que visavam a retirada das zonas de prostituição nos centros das cidades. A composição da mesa contou com a presença de pesquisadoras e coordenadoras das associações das regiões do Sudeste e do Nordeste. Uma das participantes da mesa é coordenadora de uma associação da região do Sudeste e, ao final da sua fala, abordou sobre as dificuldades de instituir novas lideranças. Ao seu ver, o motivo era a falta de interesse das mulheres em participar da associação por não haver uma contrapartida financeira. No final da mesa, aberta para o debate, uma trabalhadora sexual da mesma região da coordenadora questionou a sua fala em relação à formação de novas lideranças. Segundo esta trabalhadora, muitas das prostitutas que trabalham na mesma zona, não estavam sabendo da realização do Encontro porque não houve a divulgação do evento. Explicou que só soube do encontro por causa de outra colega e que por meio de uma “vaquinha online” conseguiu, com outras mulheres, custear sua participação. Neste momento, a fala da trabalhadora mais nova foi aplaudida. No mesmo instante, outra coordenadora da região do Norte pegou o microfone e explicou que, por conta do modelo mais institucional, se perdeu, ao longo do tempo, formas alternativas de conseguir verbas para participar dos eventos em geral. Nas suas palavras, há um problema nas pessoas que chegaram no movimento há pouco tempo: “*mal chegaram e exigem da militância algo que não tem (...) a gente não tem medo de errar, mas queremos o fortalecimento do movimento. A gente não está querendo só poder não. As pessoas têm que pôr seu corpo na luta*”.

Outra coordenadora pediu a palavra e afirmou que a suposição de que as mulheres não participam por causa da questão financeira é uma forma de afastar as pessoas da militância. Segundo ela, “*a gente vai avançar quando todas tiverem acesso às informações e à participação. Se não tem puta na instituição, a culpa é minha, nossa, de todo mundo*”. Na mesa seguinte, intitulada “*Putas do futuro e a conjuntura política para as prostitutas*”, as discussões relativas às tensões e disputas sobre o tempo do movimento também foram abordadas. Na visão de uma das coordenadoras que participou desta mesa “*tem gente que acabou de chegar no movimento, pegou o ônibus andando e cheio, e ainda quer sentar na janelinha. Não gosto de briga dentro do movimento. A gente tem que se juntar e não brigar. Nosso inimigo é outro*”.

Como podemos notar, a questão do tempo de militância se tornou um legitimador e hierarquizador nas relações entre as ativistas. Há a queixa que as mais

novas precisam conhecer a história do movimento, ao mesmo tempo em que não há nítidas aberturas para a divulgação das atividades nacionais, de modo a impulsionar a participação das mulheres recém ingressas ao movimento. Desta forma, há um rito para que a prostituta mais nova possa ser considerada uma liderança. Primeiramente, ela deve estar presente no cotidiano da associação e respeitar as trajetórias das mais antigas. A segunda fase, diz respeito às formas alternativas de renda para se que possa manter no movimento. É uma dinâmica fluída que exige da liderança jogo de cintura e a negociação constante entre sua vida privada, a vida política e a sua relação com as outras lideranças que compõem o movimento. Segundo uma liderança veterana, *“algumas ainda vêm o movimento como assistencialista. Ainda tem gente esperando que a Rede tenha uma presidenta, para fazer tudo. A puta tem que se articular.”*

Como podemos notar, o maior atributo que uma ativista precisa ter para se tornar uma liderança é ser articulada. Essa noção é traduzida pelas mulheres como aquela que sabe dialogar e consegue administrar o âmbito privado e público das suas vidas com a finalidade de acrescentar e construir o movimento. A dinâmica de articulação das lideranças se dá nos espaços das associações. Este é o próximo assunto que irei analisar no tópico a seguir.

1.3. *“Temos que fazer a política com jeitinho, dialogando e construindo, às vezes, até batendo um pouco”* - formando o coletivo político: as associações de prostitutas e a entrada na arena estatal

Apontado brevemente as dinâmicas da construção do falar e das lideranças, passamos agora para a estruturação e formação das associações. O fortalecimento da Rede Brasileira de Prostitutas ocorreu por meio da formação das associações. A transição da década de 80 para a década de 90 foi marcada por estratégias que buscavam fortalecer a estrutura política do movimento de prostitutas. Para tanto, as primeiras tarefas consistiram em organizar as prostitutas em suas cidades, com o intuito de formar o maior número de associações pelo Brasil. A formação de associações é uma importante ferramenta para o fortalecimento do movimento, pois foi por meio desse espaço que se tornou possível o processo de reconhecimento entre as próprias prostitutas. Ter um local onde se possam realizar atividades para falar sobre o cotidiano da profissão, assim como desenvolver ações locais para ampliar a atuação política do movimento, é uma das principais tarefas das associações.

Para além dessas questões, como Leila Barreto (2016)²⁹ explica, a criação das associações é uma possibilidade de construir novas formas de discutir a prostituição de modo que se busque diminuir o estigma sofrido por essas mulheres devido à sua ocupação. A criação das associações procurou por meio dos processos de legalidade, adentrar na arena política e estatal pela disputa de editais públicos. Esse processo é analisado pela ativista e autora como uma estratégia de adentrar os espaços de discussão e de participação política que envolve disputar as noções de saúde, violência contra a mulher, tráfico de pessoas, cidadania, direitos humanos e organização de movimentos sociais (BARRETO, 2016).

Para que não sofressem problemas com impostos, grande parte das associações se registrou como Organizações Não-Governamentais (ONGs). Barreto (2016) analisa essa estratégia como um caminho que buscou superar os limites da sua origem social para se adequar às estruturas e aparatos associativos que começaram a se formar no início dessa década. No caso do movimento de prostitutas, disputar espaços por dentro do Estado seria uma forma de lutar contra a criminalização do movimento, que sofre diretamente com os impactos do estigma. Dessa forma, o processo de institucionalizar o movimento seria um mecanismo pela busca de legitimidade, reconhecimento e acesso aos direitos que são restritos cotidianamente.³⁰

A possibilidade de adentrar o espaço político-burocrático foi propiciada pelas relações construídas pelo Ministério da Saúde, que se iniciou em 1989, a partir do interesse em construir as políticas de prevenção às IST/HIV/AIDS. Neste encontro, as prostitutas discutiram a melhor estratégia para debater sobre as políticas de prevenção de doenças sexualmente transmissíveis nos seus locais de trabalho. Fruto deste evento, a RBP elaborou um manual de prevenção voltado para prostitutas e clientes, incorporado ao Programa Nacional PREVINA I (1989-1994).

Essa relação foi permeada por um conjunto de interesses de ambas as partes: tanto do movimento, com o intuito de ampliar as ações associativas para se fortalecer e disputar as noções e valores relativos à “prostituição”, e do Estado, pelo interesse de ter agentes de saúde que pudessem contribuir com as políticas de prevenção. As relações

²⁹ Leila Barreto é filha de Lourdes Barreto. Foi uma das coordenadoras do GEMPAC e, atualmente é técnica do Departamento de Vigilância, Prevenção e Controle das IST/HIV/AIDS, Hepatites Virais. Durante a sua permanência no movimento, discutiu a sua experiência enquanto “filha da puta” discute a partir das relações entre prostituição e família.

³⁰ Outros movimentos sociais tiveram essa mesma experiência, tais como os movimentos feministas e LGBT. Para essa discussão, ver Facchini (2006) e Alvares (2014).

construídas neste âmbito ampliaram as parcerias do movimento de prostitutas com as instâncias municipais e estaduais de saúde, mantendo monetariamente as ações das associações e da Rede Brasileira de Prostitutas. O departamento responsável pelo diálogo com o movimento de prostitutas e pelas políticas de prevenção é o *Departamento de Vigilância, Prevenção e Controle das IST, do HIV/AIDS e das Hepatites Virais*, que atua como um órgão interno do Ministério da Saúde.

Em 1992, sob o governo de Fernando Collor, ampliaram-se as formas de participação dos movimentos sociais para coordenar e elaborar as políticas de prevenção através da disputa de editais. Os projetos aprovados por estes editais foram importantes ferramentas para a abrangência do movimento, que tinha como um dos princípios objetivos de difundir e fortalecer a formação de lideranças e associação pelo território brasileiro.³¹

Entre 1987 a 1992, se formaram as primeiras associações para que as prostitutas tivessem uma representação local e que pudessem impulsionar estratégias regionais. No ano de 1989, foram inauguradas três associações: o Núcleo de Estudos da Prostituição (NEP), em Porto Alegre, o Grupo de Mulheres Prostitutas do Estado do Pará (GEMPAC), situado na cidade de Belém do Pará, e o Centro Informativo de Prevenção Mobilização e Aconselhamento aos Profissionais do Sexo de Campina Grande (CIPMAC), no estado da Paraíba. Em 1990, se formaram mais duas: Associação de Prostitutas de Sergipe (APS), na cidade de Alagoas/SE, e a Associação de Prostitutas do Ceará (APROCE), na cidade de Fortaleza. No ano de 1992, foi inaugurado a Prostituição, Direitos Cívicos e Saúde (DAVIDA), sob a liderança de Gabriela Leite. Ainda na década de 1990, foi formada a Associação de Prostitutas da Bahia (APROSBA), na cidade de Salvador (BA), o Grupo Liberdade, na cidade de Curitiba (PR), o Grupo Dignidade, em Florianópolis (SC) e a Associação Damas do Rio, no interior do estado do Rio de Janeiro.³²

A expansão das associações, na década de 2000, se deu por meio da aprovação de três projetos nacionais: *Esquinas da Noite* (2001), *Encontros* (2004) e *Sem Vergonha* (2006). A partir destes projetos, se formaram 13 associações nos estados da Paraíba,

³¹ Os projetos de saúde serão apresentados no capítulo dois.

³² Não há registros oficiais da formação destas últimas associações citadas. O único documento que comprova a existência dessas associações, no período da década de 1990, é a ata do III Encontro Nacional realizado, em 1993.

Amapá, Amazonas, Maranhão, Rio Grande do Norte, Mato Grosso, Pernambuco, São Paulo e Minas Gerais.

Nas palavras de Vânia Rezende, coordenadora administrativa da Associação Pernambucana de Prostitutas (APPS), que participou do projeto “*Sem Vergonha*”, a associação ficou responsável por dois estados:

“fomos para os estados de Piauí e Rio Grande do Norte. Em Teresina, fomos para as cidades de Teresina, Altos e Picos. Nas cidades de Teresina e Picos, as associações estavam mais estruturadas e não tinham muitos problemas. Em Altos, era triste. O pessoal ia de cavalo pros cabarés. Então, arrumamos todo o local. Limpamos, colocamos tevê, conversamos com o município, com os donos do cabaré para melhorar a condição de trabalho das mulheres da região. Em Rio Grande do Norte, fizemos a mesma coisa” (Fala transcrita do VI Encontro Nacional de Prostitutas, 2017).

Denise Mara, coordenadora do Núcleo Rosas Vermelhas da cidade de Manaus (AM) que participou da composição da mesa de abertura do VI Encontro Nacional, em 2017, citada ao longo deste capítulo, narrou como as duas associações da cidade de Manaus foram construídas e o aparecimento da representação das prostitutas nesta região:

“A Amazonas nasceu porque o GEMPAC foi lá atrás da gente. Eu estava num bar e uma amiga me chamou para ir na praça de pau mole (como era chamada a praça da prefeitura). Foi quando eu vi Leila pela primeira vez, falando que a gente podia se organizar, se empoderar. Já tinham vindo muitas pessoas falar com a gente, mas queriam levar o nome das putas e falar por nós. Como é que uma pessoa de outro movimento pode falar por uma puta se eu que faço programa, se eu que fico na zona, se eu amanheço, se eu que sei quais os problemas que têm dentro da zona? E eu ouvindo a Leila e pensando: será? E então, veio a possibilidade de criar uma associação a partir do projeto Sem Vergonha. Leila com muita paciência, que a nossa cabeça era difícil. Era difícil entender uma mulher falando que a gente poderia fazer uma associação, poderia se organizar, poderia lutar pelos nossos direitos. E fizemos” (Fala transcrita do VI Encontro Nacional de Prostitutas.2017)

Por meio desse fragmento, podemos notar quais foram as estratégias adotadas para expandir a formação de associações pelo território brasileiro. Com a aprovação do projeto “*Sem Vergonha*”, cada associação já formada ficou responsável por mapear as regiões que possuíam zonas, bares, praças, hotéis e cabarés que possuíam atividade sexual. O segundo passo era se aproximar das prostitutas locais para conhecer sua realidade, dificuldades e expectativas. Com o desenrolar desta primeira

aproximação, as responsáveis por esse primeiro contato, apresentavam a ideia de formar a associação. Apresentar os objetivos e, principalmente, discutir sobre as possíveis violações dos direitos das mulheres a partir do compartilhamento das experiências vivenciadas era um ponto forte para impulsionar a participação política.

Como podemos notar, a noção de “rede” é exemplificada nesse trecho. Por meio do projeto nacional, a construção de novas associações ficou a cargo das próprias prostitutas. Esta estratégia é importante para a autonomia e participação das ativistas para ampliar o movimento. Este reconhecimento traduz-se nas palavras de Denise, ao falar que esta ação “*empodera as prostitutas*”. O “empoderar” refere-se ao conhecimento e acesso às informações sobre direitos, prevenção, autonomia e autoestima. Além do acesso às informações, o “empoderar” significa o reconhecimento e identificação como sujeito de direito, capaz de decidir e lutar pelos direitos, em conjunto com outras mulheres que compartilham as experiências e as pautas políticas.

De modo geral, o processo de institucionalização das associações inclui a formulação de um estatuto com objetivos, deveres e responsabilidades da entidade. Contém as normas para realizarem as eleições e os processos de associar novas integrantes. Para realizar as eleições, seguem o modelo padrão dos movimentos sociais, tais como sindicatos: convocam uma assembleia geral com todas as associadas, realizam as eleições e regularizam a documentação necessária para manter o CNPJ ativo. Em sua maioria, as coordenadorias gerais das associações são geridas por prostitutas. Algumas delas possuem, em sua composição, técnicos e aliados que contribuem com as atividades e responsabilidades das associações. Além das assembleias gerais, há reuniões mensais para organizar a agenda política que incluem participação em eventos do movimento de prostitutas na cidade, realização de atividades específicas para as prostitutas e outras abertas à comunidade.

A instituição de um local físico é primordial para que haja o reconhecimento entre seus pares. Contudo, como as verbas dos projetos não são fixas, as associações buscam formas alternativas de renda para manter o espaço físico por meio da articulação com instancias estatais ou pelas parcerias estabelecidas. A associação das cidades de Pernambuco e de Porto Alegre, por exemplo, ao se articularem com o centro de saúde e com a prefeitura, respectivamente, conseguiram uma sala para manter as atividades da associação sem custos com luz, água e internet. A Associação Mulheres Guerreiras da cidade de Campinas possui uma sala dentro da subsede da Central Única dos

Trabalhadores (CUT-PT) para desenvolver suas atividades burocráticas, sem ter gastos relativos ao aluguel.

Abordado os processos de construção das associações, mostrando como estabeleceram seus processos de institucionalização, passo agora a descrever e analisar a construção das redes que compõem o movimento brasileiro de prostitutas.

1.4. “*Não é disputa de poder, queremos mais pessoas no movimento!*” - A formação das redes, a produção de engajamentos e as noções sobre o movimento

Neste tópico abordarei a construção das redes que compõem o movimento organizado de trabalhadoras sexuais com a intenção de demonstrar como constitui-se a produção de engajamentos das suas diferentes redes que foram se construindo ao longo dos seus 30 anos de existência. A hipótese desenvolvida neste trabalho é a de que a produção de engajamentos é fluída e se distingue conforme as décadas que se inter-relacionam com as pautas, as demandas e, principalmente, pela denominação atribuída em cada rede. Contudo, as três redes compartilham da mesma visão de movimento que deve ser o articulador das suas principais reivindicações: a luta por direitos, reconhecimento e respeito.

Para mostrar essa pluralidade, irei condensar a análise organizacional a partir da trajetória histórica do movimento por meio de oito momentos: o aparecimento e o reconhecimento do ator político; o estabelecimento da parceira com o Ministério da Saúde; o fazer político da década de 90 e 2000; o primeiro racha do movimento em meados de 2008; o rompimento dos laços com o Ministério da Saúde; as mortes de Gabriela Leite e Rosarina Sampaio; a criação das duas redes: CUTS e ANPS; o reflorescimento do ativismo através da proliferação dos Encontros Nacionais e Seminários organizados entre 2017-2018.

Como vimos no começo deste capítulo, o movimento organizado de prostitutas emergiu no período da ditadura militar e passou por diversas dificuldades para se estabelecer. Mesmo com todos os percalços, as mulheres organizadas conseguiram criar e expandir suas organizações. A ideia de criar uma *Rede* implica pensar sobre a forma de atuação política. Segundo Leila Barreto, essa estratégia organizacional foi uma forma de burlar a falta de institucionalidade, pois a Rede não poderia ter uma sede e um CNPJ. Por meio de uma forma autônoma e interligada, as

mulheres poderiam atuar em distintas regiões do país. Nas palavras de Leila Barreto, em uma mesa do VI Encontro Nacional (2017), constituir uma rede é uma forma poderosa de organização, “*você está em um lugar, mesmo sem nada e você se articula*”.

Segundo o antigo site da Rede Brasileira de Prostitutas³³, as missões da organização consistem na promoção da articulação política do movimento organizado de prostitutas e o fortalecimento da identidade profissional da categoria, visando o pleno exercício da cidadania, redução do estigma e da discriminação e a melhoria da qualidade de vida na sociedade. Assim, a sua atuação foi direcionada focando esses objetivos.

Do final dos anos 1980 até 1993, a Rede Brasileira de Prostitutas se configurou um tipo de organização mais descentralizado sem a definição de uma coordenadoria central. Porém, mesmo sem uma coordenadoria definida, as principais lideranças se formaram e criaram destaque nas atividades da Rede, tais como Lourdes Barreto (GEMPAC), Rosarina Sampaio (*in memoriam*) do APROCE, Tina Rovira, Soila Mar e Carmen Lúcia do NEP e Gabriela Leite do DAVIDA.

No III Encontro Nacional, realizado no ano de 1993, a configuração organizacional se alterou gerando impactos inclusive na denominação da própria rede. Nos anos 1990, proliferaram os debates sobre a regulamentação da prostituição, o que configurou uma característica mais trabalhista ao fazer político do movimento. A partir desses debates e das discussões internas no III Encontro Nacional, a Rede Brasileira de Prostitutas alterou o nome para Rede Brasileira de Trabalhadoras do Sexo.

Entre os documentos acessados no Arquivo Estadual do Rio de Janeiro (APERJ), havia uma pasta com um conjunto de documentos produzidos no III Encontro Nacional de Prostitutas. Dentre eles, estava o relativo às *Resoluções do III Encontro Nacional de Trabalhadoras do Sexo* (1993), no qual foram definidas as propostas e metas que iriam orientar a agenda política do movimento nos próximos dois anos.

Dentre as resoluções, as mulheres reunidas no encontro aprovaram a criação de um “Conselho Consultivo com representações regionais de caráter não-abolicionista; realização de encontros regionais para a discussão de tema de interesse da classe; assessoramento incentivo e apoio às associações já existentes, assim como a criação de novas associações de profissionais do sexo, de caráter não-abolicionista, e que tenham

³³ O site continua ativo, mas sem atualizações: <http://www.redeprostitutas.org.br/>

em sua diretoria composta majoritariamente por esses profissionais”³⁴. Essa comissão executiva foi composta por Lourdes Barreto (GEMPAC), Tina Taborda (NEP) e Gabriela Leite (DAVIDA) (REDE BRASILEIRA DE TRABALHADORAS DO SEXO, 1993).

Deliberaram, também, sobre o desenvolvimento de projetos de formação e informação política, conjuntamente com as associações por meio da perspectiva não-abolicionista. As associações seriam responsáveis por desenvolver atividades que contribuíssem para a complementação de renda das profissionais do sexo, articulando com as Secretarias de Trabalho e Ação Social dos seus respectivos estados, convênios e programas de geração de renda. Por fim, o encontro definiu quais campanhas seriam impulsionadas nos próximos dois anos pelo movimento: saúde da mulher (descriminalização do aborto, planejamento familiar e prevenção DST/AIDS); luta contra o trabalho infantil, incluindo a prostituição infanto-juvenil; alteração do Código Penal, buscando descriminalizar a prostituição e a legalização da atividade; participar de campanhas e comissões acerca do tráfico de pessoas, violência e exploração de trabalhadoras sexuais (REDE BRASILEIRA DE TRABALHADORAS DO SEXO, 1993).

No balanço realizado ao final desse evento, foram identificadas como as conquistas do movimento os convênios com o Ministério da Saúde, a distribuição gratuita de preservativos, os convênios com escolas profissionalizantes, com a OAB, representatividade em assembleias municipais, extinção da violência policial no Rio Grande do Sul, representatividade na Comissão Nacional de AIDS. Dentre as dificuldades encontradas ao longo desses dez anos, as ativistas presentes no evento apontaram a necessidade de se criar um sindicato para que houvesse aposentadoria, a ausência de creches, de renda justa e digna, de uma sede própria para as associações, da conscientização dos clientes para o uso dos preservativos, permanência do preconceito e do estigma (REDE BRASILEIRA DE TRABALHADORAS DO SEXO, 1993).

³⁴

Resoluções do III Encontro Nacional de Trabalhadoras do Sexo (1993).

As estratégias e deliberações foram aprovadas consensualmente pelas organizações presentes no III Encontro Nacional. No total participaram 60 trabalhadoras do sexo, representando 14 estados: Acre, Ceará, Espírito Santo, Maranhão, Minas Gerais, Pará, Paraíba, Paraná, Pernambuco, Rio de Janeiro, Rio Grande do Sul, Santa Catarina, São Paulo e Sergipe. Dentre as associações que participaram, estiveram presentes o GEMPAC, Davida, APROCE, ASP, CIPMAC, NEP, Associação Damas do Rio, Associação da Vila Mimososa, Associação Piracema (SP), Grupo Dignidade (Paraná), Grupo Liberdade (Paraná).



Figura 3 Logo Rede Brasileiro de Prostitutas. **Fonte:** site RBP

Como podemos perceber, o caráter mais fluído da Rede se alterou conforme as demandas e estratégias adotadas neste III Encontro. Seguindo as estratégias utilizadas por grande parte dos movimentos sociais da década de 1990, a RBTS buscou fortalecer o diálogo com o Estado e instituiu como orientação política a disputa por editais, de forma a fortalecer as associações existentes e auxiliar na fundação de novas associações. Aqui também reside o tipo de diálogo e de discurso que o movimento iria estabelecer com o Estado: assumiu de forma pública a “prostituição” conjugada à perspectiva laboral e contra as premissas abolicionistas.

Na virada da década de 1990 para a de 2000, o discurso antiabolicionista criou mais força no movimento, instituindo debates e projetos que compreendiam a prostituição na chave dos direitos humanos. Um dos grandes marcos, no começo da década de 2000, foi a aprovação do primeiro projeto financiado pelo Departamento de DST/AIDS de abrangência nacional. O projeto *Esquinas na Noite* (2001) buscou ampliar as ações de prevenção e almejava capacitar mais de 16 associações. Tal projeto foi utilizado como um instrumento para facilitar a construção de associações em todo o

território brasileiro e serviu como base para o desenvolvimento de uma campanha nacional.

Por meio das experiências desse projeto, a coordenação Nacional de DST/AIDS encomendou uma pesquisa que foi realizada pela Universidade de Brasília, intitulada *O retrato da prostituição no Brasil* (2001). O objetivo era medir a efetividade das ações educativas sobre as IST/HIV/AIDS voltadas para as mulheres profissionais do sexo. Os formulários foram aplicados por técnicos e pelas lideranças da RBTS. Os estados que participaram dessa pesquisa abrangeram as regiões do nordeste, sudeste e sul: Maranhão, Paraíba, Sergipe, São Paulo, Rio de Janeiro, Paraná, Santa Catarina e Rio Grande do Sul.

A partir das discussões, dos objetivos e dos resultados do projeto *Esquinas na noite* e da pesquisa *O retrato da prostituição no Brasil*, em 2002, foi realizado um seminário nacional intitulado *AIDS e Prostituição*, que contou com a participação da Rede Brasileira de Trabalhadoras do Sexo e da Articulação Nacional de Travestis e Transexuais (ANTRA). Tal seminário foi convocado pela coordenação Nacional de IST e AIDS do Ministério da Saúde, com o objetivo de discutir a política de promoção da saúde e prevenção, almejando construir estratégias para ampliar a participação governamental. Participaram do evento cerca de cento e oitenta pessoas, entre elas, representantes das associações de profissionais do sexo e de travestis e transexuais, gestores da saúde e pesquisadores.

Como produto das discussões desenvolvidas no *Seminário Nacional Aids e Prostituição* (2002), a campanha *Sem Vergonha Garota, Você tem Profissão* (2002), instaurou uma nova forma para discutir a prostituição. No marco da efervescência das discussões internacionais sobre a vinculação da prostituição com a pauta dos direitos humanos e sexuais, no prefácio do documento referencial da campanha há o reconhecimento das profissionais do sexo perante a construção das políticas de prevenção “que ultrapassam as fronteiras do trabalho de prevenção e passaram a incorporar importantes questões e discussões que dizem respeito à complexidade das experiências individuais e coletiva das profissionais do sexo, mostrando-se úteis para orquestrar estratégias efetivas para o enfrentamento dos desafios impostos pela epidemia de AIDS” (BRASIL, 2002, on-line).

Com o aumento dos debates em torno da ampliação dos direitos sexuais, houve pressões internas do governo federal para impulsionar políticas laborais para as/os

profissionais do sexo. Após diversas tentativas por dentro do Estado, por meio de técnicos da saúde e das representantes do movimento de prostitutas, aprovaram importantes políticas que buscavam pressionar e intensificar o debate da prostituição enquanto um trabalho. É interessante perceber que os avanços relativos à reivindicação do movimento de profissionais sexuais pela regulamentação tiveram mais influência nas instâncias executivas federais do que na arena legislativa. Dessa articulação, o movimento conseguiu uma medida necessária à futura regulamentação da ocupação. Aprovou-se à inserção na Classificação Brasileira de Ocupações (CBO) da prostituição como uma ocupação laboral. Dessa maneira, as profissionais do sexo poderiam, por meio do registro como autônomas, pagar os impostos referentes ao Instituto Nacional do Seguro Social para ter o direito à aposentadoria.

A entrada do ano de 2004 foi marcada por diversas ações que buscaram traçar estratégias políticas, almejando ampliar o debate sobre a regulamentação da atividade. Aqui, surge a primeira virada na concepção de movimento que podemos identificar como o embrião das primeiras tensões internas entre as associações de prostitutas. A partir dos intercâmbios internacionais construídos entre a RBTS com as redes internacionais, tais como a *Network of Sex Workers Projects* (NSWP) e com a *Red de Trabajadoras Sexuales de América Latina y el Caribe* (ReTraSex), a pauta pela regulamentação da prostituição passou a ser mobilizada enquanto um direito sexual. Isto implicava em “afirmar, criar, a existência de ‘sexualidade’, de erotismo, na prática das mulheres prostitutas” (OLIVAR, 2012, p. 101) e compreender a prostituição enquanto um direito, que poderia exercido por livre escolha das pessoas.

Segundo Olivar (2012), a mobilização do debate da prostituição pelo viés trabalhista implicou fabricar uma “prostituição dessexualizada” fortemente influenciada pela perspectiva econômica/familista que possui uma “forte ética do trabalho e da família que sustenta e é reproduzida, que se traduzirá numa política de ‘tolerância’³⁵ em face do trabalho sexual” (OLIVAR, 2012, p. 97).

Estas concepções e discussões têm como pano de fundo a radicalização do discurso contra o tráfico de pessoas com fins de exploração sexual que ganhou, na

³⁵ Tolerância é compreendido pelo autor como uma “positividade cultural da mulher (sexuada só em casa) como produtora de renda, bens e serviços. As alianças, assim, podem incluir setores liberais da sociedade capazes de entender e valorar positivamente os esforços e os sacrifícios dessas bravas mulheres (mães) trabalhadoras” (OLIVAR, 2012, p. 97).

década de 2000, um grande espaço midiático, moral e financeiro³⁶, principalmente nas regiões do norte e do nordeste brasileiro (PISCITELLI; VASCONCELLOS, 2008). A difusão das pautas relativas à profissionalização e a afirmação positiva da prostituição enquanto um trabalho, bem como as ressalvas e dissensos acerca de qual projeto de regulamentação deveria ser implementado, levou às primeiras cisões internas no movimento de prostitutas (OLIVAR, 2012).

A ruptura criou contornos mais delimitados no *III Planejamento Estratégico da Rede* que ocorreu no ano de 2004. Nesta reunião, Gabriela Leite e outras lideranças fizeram a proposta de retornar à denominação de “prostitutas” com o intuito de criar a “prostituta”, como sujeito político, enquanto uma forma identitária para reivindicar direitos. Segundo Olivar (2012), essa foi uma estratégia política e estética para diminuir o estigma e lutar contra a vitimização das prostitutas. A discussão acerca da denominação não era um assunto fácil e, por isso, não foi possível estabelecer qualquer consenso.

A posição da Rede, nessa reunião, foi assumir a “identidade” e, dessa maneira, debater o “direito de ser prostituta” enquanto um direito humano. Contudo, a representante da Associação de Prostitutas do Ceará (APROCE) e algumas outras organizações do nordeste não concordaram com esta posição, levando à primeira ruptura do movimento de prostitutas. A partir desta ruptura nasceu a *Federação Nacional das Trabalhadoras do Sexo*, na figura jurídica da APROCE³⁷.

É preciso compreender com muito cuidado os significados dessa cisão e seus impactos. Nos trânsitos empreendidos durante o trabalho de campo, percebi que esse “racha” não era muito abordado pelas mulheres. Busquei questionar algumas lideranças da região do nordeste para compreender como se deu este processo de ruptura. Primeiramente, compreendo que essa cisão foi uma profunda ruptura porque as organizações que se filiaram à Federação saíram da Rede e não organizaram nenhum outro encontro ou aprovaram projetos de forma coletiva. A segunda questão diz respeito à forma de conceber a “prostituição” por meio do viés abolicionista e teve como consequência a mudança nos projetos, ações e estratégias desta nova organização. Segundo Olivar (2012), a Federação assumiu um caráter abolicionista, pois, por meio de

³⁶ Segundo Piscitelli e Vasconcellos (2008) houve um grande fluxo de verbas destinadas para a execução de projetos que visassem o combate ao tráfico de pessoas com fins de exploração sexual. A APROCE, por exemplo, conseguiu verbas para desenvolver tais projetos. m

³⁷ Durante a realização da pesquisa, não consegui documentos ou depoimentos orais para saber quais associações se filiaram a essa Federação.

um grande projeto nacional financiado pelo antigo PN-DST/AIDS buscou fortalecer as organizações das regiões do norte e nordeste mas, em parceria com organizações antitráfico e antiexploração sexual, com a Pastoral da Mulher Marginalizada, Grupo Mulher, Ética e Libertação (GMEL) e com a Associação da Vila Mimosa (AMOCAVIM). Esta gama de organizações assumiram uma perspectiva explícita contra a regulamentação da prostituição.

Entretanto, há outras interpretações sobre essa cisão. Uma das coordenadoras da região do nordeste resolveu me contar a sua versão sobre as rupturas de algumas organizações com a Rede. Segundo ela, já neste período da ruptura, entre os anos 2006-2008, havia algumas insatisfações acerca da estrutura organizativa da Rede que, mesmo não sendo intencional, centrava-se em torno das organizações GEMPAC, DAVIDA e NEP de forma que, a seu ver, não havia uma divulgação ampla das informações e das decisões. Segundo ela, *“o nordeste era sempre esquecido. Então, por baixo da cortina da Igreja, resolvemos aceitar a verba para reestruturar algumas associações e fundar outras. Também já tinha críticas ao departamento de DST/AIDS, mas não podíamos abrir mão da verba por causa da dificuldade de conseguir parceiros”*. Perguntei a ela sobre o posicionamento abolicionista, já que a associação da qual ela faz parte se coloca contrária a essa perspectiva. Ela me respondeu que naquele momento não tomaram uma posição firme contra a regulamentação e quem assumia posicionamentos mais públicos era a APROCE.³⁸

A realização do IV Encontro Nacional, em 2008, ocorreu em meio a esses conflitos. O Encontro teve como tema principal “A profissão meretriz”, sendo organizado em quatro planos de ações que orientariam as ações do período de 2009-2011: direitos humanos, legislação, saúde e fortalecimento do ativismo.

Esse encontro, seguiu as discussões realizadas no *III Plano Estratégico da Rede* (2004) acerca da construção da identidade “puta”. Esse debate foi impulsionado principalmente por Gabriela Leite e Lourdes Barreto como uma forma de “provocação que envolve claramente um forte conteúdo sexual e que, em geral, passa longe da moral laboral” (OLIVAR, 2012, p. 98). Pelo olhar de Gabriela, assumir a identidade “puta” é uma forma de combater o estigma. Em um vídeo produzido por Laura Murray no ano de 2013, Gabriela explica a importância do uso político e social da palavra puta:

³⁸ Destaco esta conversa, pois essa crítica sobre a divulgação das informações e a forma de gestão organizacional que tem a horizontalidade como um princípio, serão os principais motivos para a fundação das outras duas redes: CUTS e ANPS.

Eu acho uma palavra sonora, linda, quente. Eu acho que toda puta que se não vivesse com tanto estigma nas suas cabeças, elas usariam e eu acho que a gente conseguiria vencer o preconceito. As pessoas levariam um choque, mas depois diriam “ah, verdade, ela é uma puta”. Fiquei pensando no porquê que eu gosto do nome. Eu gosto por conta das milhas filhas, das filhas das minhas colegas. Eu que não fui uma grande mãe, ficava preocupada das minhas filhas serem xingadas de “filhas da puta”. Isto é, o maior palavrão da sociedade. Isso é horrível. Então, isso a gente tem que mudar. “Filha da Puta” deve ser um nome de orgulho para os filhos da gente. E eu acho, que se a gente não tomar as palavras pelo chifre, nós não iremos mudar nada. (...) Ser profissional do sexo, pode ser qualquer coisa que se trabalhe com sexo. Precisa ter identidade, se não, não mudamos nada (LEITE, 2013, on-line).³⁹

A construção da identidade “puta” está articulada a duas questões: a luta contra o estigma e a ruptura da imagem da “prostituta vítima”. Segundo Lourdes Barreto, a construção da identidade “puta” perpassa por uma *“luta em que as putas precisam saber quem são. As prostitutas não podem continuar se fazendo de vítimas”* (Frase retirada da relatoria do IV Encontro Nacional, 2008).

Aqui residem as consequências que o estigma pode produzir na construção e na concepção do movimento: ao não criar uma identidade compartilhada, que se assume diante do público, não é possível combater o estigma produzido socialmente. Podemos interpretar, pela fala de Lourdes, que o processo de vitimização é uma das dimensões do estigma. Ao conceberem a denominação “puta” ou “prostituta” como algo negativo ou não reconhecerem a sua profissão, cria-se a imagem que existem prostitutas que não gostam do seu trabalho – premissa que se aproxima da ponderação feita por Gabriela no fragmento citado anteriormente. A desconstrução do estigma, então, se torna uma responsabilidade do movimento. Através das atividades e dos compartilhamentos das experiências, as mulheres conseguem se reconhecer e identificar quais são as construções sociais que são produzidas externamente que influenciam diretamente nas suas visões sobre o seu exercício laboral.

Assumir a identidade “puta” e definir a prostituição enquanto um direito sexual implicou diversos desafios para o movimento. Segundo Olivar (2012), essa estratégia implicaria aprofundar as discussões de dois temas que não foram devidamente

³⁹ O vídeo pode ser visto neste link: <https://www.youtube.com/watch?v=CvKkGPiXv0o>

aprofundados nos espaços da militância: sexualidade e gênero. De tal maneira que, o movimento precisaria criar formas criativas e dinâmicas para integrá-los às demandas laborais e no fazer político do movimento. Este foi o caminho traçado pelo movimento que compreende os anos 2004-2010: mesclar a afirmação da identidade “puta” com as reivindicações trabalhistas.

O segundo ponto alto das discussões do IV Encontro Nacional foi a produção da *Carta de Princípios da Rede Brasileira de Prostitutas*⁴⁰(2008), que reafirmou e consolidou as políticas construídas ao longo dos quase 20 anos de movimento. O documento coloca de forma bem delineada as concepções políticas e a noção de movimento que busca desconstruir o estigma e defender o direito de as mulheres exercerem o trabalho sexual sem nenhum tipo de constrangimento e sem a violação de direitos.

A Carta deixa explícito como o movimento compreende as noções de “prostituição”, “tráfico de pessoas” e “exploração sexual”. Prostituição é definido como uma “profissão, desde que exercida por maiores de 18 anos”. A Rede se coloca contra a “exploração sexual comercial de crianças e adolescentes, em consonância com a legislação brasileira”. O “turismo sexual” é compreendido também como uma forma de trabalho exercida por maiores de 18 anos. A importância de classificar a prostituição como profissão advém dos debates que a consideram como um termo guarda-chuva que abrange todos os serviços sexuais (PISCITELLI, 2013). Dessa forma, a Carta conceitua a diferença entre “exploração” e “trabalho”, identificando a prostituição como uma forma de trabalho (RBP, 2008).

No que se refere às violações de direitos, a Rede se coloca contrária às práticas que visam à vitimização das prostitutas: ao controle sanitário; ao combate a criação e a existência de zonas delimitadas e confinadas; combate a criminalização dos clientes; à exigência de exames e outros procedimentos médicos nos locais em que se exerce a prostituição; condena a visão da prostituição que se associa com a criminalidade e com o tráfico de seres humanos, bem como a discriminação, o preconceito e o estigma dirigido às prostitutas (RBP, 2008).

As bandeiras políticas defendidas pelo movimento abrangem todas as discussões produzidas ao longo da sua história, colocando mais uma vez publicamente

⁴⁰ A Carta de Princípios da Rede Brasileira de Prostitutas se encontra nos anexos, ao final da dissertação.

a defesa da regulamentação do trabalho da prostituta, da promoção da auto-organização da categoria e o acesso aos insumos de prevenção DST/AIDS e aos serviços de saúde integral. Além disso, concebe o direito de migração para o exercício do trabalho legal.

Como abordado anteriormente, o IV Encontro Nacional esteve permeado por disputas internas. As críticas relativas à forma organizativa da Rede foram bastante debatidas nesse evento. O modelo organizativo foi debatido em uma das mesas do IV Encontro. Diferentemente do modelo proposto no III Encontro (1994), que criou as coordenadorias regionais, no IV Encontro, a noção de *rede* como uma grande malha que se interliga em diferentes nós, foi enfatizada em uma das falas de Gabriela Leite. Segundo essa liderança, no III Planejamento Estratégico da Rede (2004), as participantes decidiram coletivamente que iriam extinguir as coordenações regionais com o intuito de não criar espaços hierárquicos. Gabriela explicou que a rede seria um conjunto de “*pontinhos*”, que estariam dispostos horizontalmente sem criar “*disputas de poder*”. Dessa forma, investiram na formação de diversas lideranças pelo território brasileiro como uma forma de descentralizar a organização das prostitutas.

Mesmo assim, na prática, esse modelo organizacional não foi muito efetivo. Tornou-se necessário criar uma forma organizacional para impulsionar ações internas e externas ao movimento de forma que não houvesse centralização em algumas organizações. No V Encontro Nacional, realizado dois anos pós o IV Encontro Nacional, no ano de 2010, na cidade de Porto Alegre, na última plenária, as organizações presentes votaram a favor da formação de um *colegiado executivo* para que a Rede tivesse uma representação política, de modo a auxiliar nas ações do movimento. Definiram que as tarefas do colegiado seriam operacionalizar a Carta de Princípios (2008); moderar a lista de e-mail criada anos anteriores para que fosse um canal de comunicação efetivo entre as associações. Decidiram também atuar politicamente na Câmara de Deputados e nos espaços governamentais. A composição do Colegiado Executivo ficou sob a responsabilidade de Carmen Lúcia (NEP); Leila Barreto (GEMPAC), Maria de Jesus (APROSMA) e Ivanete Pinheiro (DASSC).⁴¹

Até aqui, podemos notar alguns efeitos do modelo organizativo que o movimento brasileiro de prostitutas adotou durante os últimos quatro anos. Primeiramente, podemos notar a dificuldade que houve para realizar o IV Encontro

⁴¹ Na relatoria do IV Encontro Nacional de Prostitutas não consta quantas associações e seus respectivos estados estiverem presentes neste evento.

Nacional que demoraram cerca de quinze anos, entre o III e o IV, para conseguirem organizar um novo encontro. Esta dificuldade pode ser compreendida como uma característica do movimento que precisa gastar mais suas energias nas ações externas do que internas, devido aos percalços de serem reconhecidas como um movimento social. Ou seja, lutam para serem reconhecidas como representantes de uma categoria. O segundo problema consiste na falta de verbas para a realização dos encontros. Em sua grande maioria, a verba é proveniente dos editais do Ministério da Saúde que são destinados para a realização de eventos. Contudo, para organizar o evento, a disposição das mesas e seus respectivos temas ficam condicionados às discussões da saúde, o que limita a atuação do movimento. O movimento conseguiu alterar um pouco essa lógica através da disputa interna dentro do Departamento de Saúde e conseguiram, conjuntamente, com segmentos sociais ampliar a noção de saúde, sendo conjugada com as demandas dos direitos humanos.

Essa avaliação foi realizada, também, pelas mulheres que estavam presentes no *V Encontro Nacional (2010⁴²)*. Esse encontro foi realizado na cidade de Porto Alegre (RS) sendo organizado pelo NEP. Pela relatoria deste encontro, nota-se a insatisfação com o modelo de prevenção em que, em locais das zonas, as ativistas são chamadas de “*tarefeiras e distribuidoras de camisinha*”. Assim, abordaram que os debates do encontro devem ser orientados para o fortalecimento político do movimento e não focados somente nas políticas de prevenção. Por meio da leitura do relatório, foi possível notar a insatisfação com as outras secretarias e departamentos estaduais que não se abrem para o diálogo com o movimento brasileiro organizado de prostitutas. Segundo algumas coordenadoras das associações, foram enviados projetos para disputar editais para debater sobre a violência contra as mulheres e não foram aprovados. A justificativa da negativa, segundo uma das coordenadoras, foi que a associação não se encaixaria nos critérios da Secretaria de Políticas para as Mulheres (SPM).

As críticas, as insatisfações e os debates sobre a necessidade de ampliar a atuação política, de modo a ultrapassar as fronteiras do Ministério da Saúde, foram os primeiros sinais de uma das bruscas rupturas que o movimento vivenciou no ano de 2011. Em um encontro regional organizado pelo GEMPAC na cidade de Belém do Pará, a RBP redigiu uma carta direcionada ao Ministério da Saúde rompendo com a sua

⁴² Assim como na relatoria do IV Encontro Nacional de Prostitutas, o V Encontro não há uma listagem das associações que participaram deste evento.

parceria, argumentando que deixariam de participar de editais do Departamento de AIDS/IST. Segundo Gabriela, essa decisão, “é uma posição, sobretudo, política, que busca chamar a atenção do Estado para essa antiga associação da prostituição com a doença. É necessário que a sociedade veja a mais antiga profissão do mundo com outros olhos, conheça nossas outras demandas” (LEITE, 2013, p. 47).⁴³ De modo geral, as principais críticas se centravam na concepção de saúde que o Departamento adotava e destinava o acesso das prostitutas somente para a prevenção. Nas palavras de Gabriela, “*prostituta não é só da cintura para baixo*”. Isto se soma à emergência de testes salivares rápidos, um dos tipos de exames que a Carta de Princípios da RBP desaprova, por não ter um trato sensível ao atendimento das prostitutas.

Esse rompimento produziu outra virada no tipo de engajamento e concepção de movimento impulsionado pela RBP. Algumas das associações que estavam filiadas à RBP deixaram de disputar os editais da saúde, outras, principalmente da região do nordeste, não concordaram com essa decisão, por acharem importante disputar as noções de saúde por dentro do Departamento. Não disputar os editais da saúde produziu uma outra forma de fazer política que deixou de priorizar o modelo institucional como a única via de organizar a categoria. Por exemplo, o NEP buscou o auxílio financeiro através de outros parceiros como a administração municipal e estadual; o GEMPAC e o DAVIDA enviaram projetos para o Fundo Brasil de Direitos Humanos e para organizações internacionais, tal como o *Red Umbrella*.

Lourdes Barreto, na mesa de abertura do VI Encontro Nacional de Prostitutas (2017), citado no começo desse capítulo dá pistas sobre essa forma de engajamento e de organizar a política, que se refletiu no fazer político das principais associações filiadas à RBP: GEMPAC, NEP, AMPAP e a APPS. A liderança criticou o enquadramento institucional como a única via de construir políticas para o movimento organizado. Segundo Lourdes,

a questão do recurso, projeto, estamos trabalhando sem recurso há muito tempo, é lógico que tem de ter recurso, temos mais condições de fazer com mais recurso, claro. Mas, o maior projeto tem que ser o movimento, o movimento é o projeto político, não o projeto pontual, do momento, com seus objetivos e metas (...) Nós temos que acabar com a “puta institucionalizada”, acabar com esse negócio de ir de

⁴³ A partir dessa decisão, a RBP buscou dialogar com diferentes organizações para que os projetos fossem realizados por outras fontes de verbas. Como exemplo, cito o Fundo Brasil de Direitos Humanos e a Red Umbrella Found. Através dessas organizações foram aprovados pesquisas e projetos que ampliaram as discussões e estudos sobre os contextos da prostituição, aprofundando os debates sobre direitos sexuais e legislação.

prancheta na zona. Tem que conversar de igual para igual. Já falei que não quero mais “puta institucionalizada” no GEMPAC. Tem que ir na zona, beber, conversar com as putas. As putas têm que estar na zona! (Fala transcrita do VI Encontro Nacional de Prostitutas, 2017).

A “puta institucionalizada” pelo olhar da liderança é aquela que realiza trabalhos nas regiões da zona voltadas para a prevenção de IST/HIV/AIDS. Podemos compreender a partir da fala de Lourdes Barreto, que se focou na prevenção e não se debateu qual tipo de projeto político a base e o movimento querem construir por as ações e atividades estarem focadas e direcionadas nas políticas de prevenção. Dessa forma, para a liderança, as táticas para fortalecer o projeto político devem estar voltadas para uma relação sem a mediação da instituição, o que Lourdes traduz como uma relação “*sem prancheta*”. Essa fala do VI Encontro Nacional de Prostitutas (2017) traduz o tipo de engajamento que a Rede iniciou no primeiro rompimento com o Ministério da Saúde em 2011, e como veremos mais a frente, implicou em tensões internas.

Numa tentativa de restabelecer o diálogo com o movimento, o Departamento de IST/AIDS organizou, nos dias 11 a 14 de março de 2013, uma oficina de comunicação com o intuito de lançar uma nova campanha comemorativa do Dia Internacional das Prostitutas. Fruto das discussões e atividades realizadas nessa oficina, as associações presentes listaram diversas frases que representavam a percepção sobre sua profissão e outras que abordavam sobre preconceito e estigma. Em uma dessas frases, “Eu sou feliz sendo Prostituta”, as mulheres buscavam positivar a profissão com o intuito de afastar o estigma da prostituta-vítima. Contudo, as frases não foram bem recebidas pelo Ministro da Saúde, Alexandre Padilha, que tirou do ar a campanha. Imediatamente, a RBP e a Articulação Norte-Nordeste organizaram uma contra campanha, denunciando a postura do Ministério da Saúde e mostrando as ambiguidades do Estado.⁴⁴ O que ficou nítido é a imagem construída internamente pelo ministro que em uma das reportagens, afirmou

⁴⁴ As ativistas organizaram diversas fotos que podem ser acessadas nessa reportagem: <https://grupodeestudostrabalhosexual.wordpress.com/2013/06/19/contra-o-bem-de-todos-e-felicidade-geral-da-nacao-governo-viola-principios-da-constituicao-e-do-sus/>

“enquanto fosse ministro, uma peça como essa não fará parte da campanha” (PADILHA, 2013, on-line)⁴⁵.



Figura 4 Foto da campanha retirada por Padilha. **Fonte:** site GEMPAC

Pelo olhar da RBP, negar a divulgação dessa campanha fortalece a percepção que as instâncias estatais relegam as prostitutas somente às áreas de prevenção.⁴⁶ Em nota, a RBP abordou dois pontos demonstrando as contradições da censura da campanha:

Em primeiro lugar, o da participação da comunidade. A oficina destinada a criar a campanha, promovida em março pelo Departamento de DST, Aids e Hepatites Virais, resultou em peças que destacavam como elementos fundamentais na prevenção a felicidade (“sou feliz sendo prostituta”), a cidadania (“o sonho maior é que a sociedade nos veja como cidadãs), a luta contra a violência (“não aceitar as pessoas da forma que elas são é uma violência”) e a camisinha. O que fez o governo? Ignorou todos aqueles elementos que comprovadamente contribuem para a prevenção, limitando-se a incentivar imperativamente o uso da camisinha, como se fosse um gesto puramente objetivo e mecânico, dissociado de subjetividades, direitos e vulnerabilidades. É a higienização da vida. Em segundo lugar, ao selecionar apenas determinada mensagem entre as construídas na oficina, recusa o princípio da igualdade, por negar às prostitutas o direito de expressar seus sonhos e ideais, de cidadania,

⁴⁵ Importante ressaltar que no governo de Dilma Rousseff, houve outras três campanhas retiradas do ar, tais como o kit contra homofobia e kit jovens vivendo com AIDS. Tal postura advém de acordos internos em sua administração com a bancada evangélica, fruto das coligações da sua candidatura para presidência. Para saber mais: <http://ultimosegundo.ig.com.br/brasil/2013-06-04/ministro-da-saude-manda-retirar-do-ar-campanha-eu-sou-feliz-sendo-prostituta.html>

⁴⁶ A campanha gerou diversas consequências e levou o Diretor responsável a ser demitido: <http://ultimosegundo.ig.com.br/brasil/2013-06-05/diretor-da-saude-e-exonerado-apos-polemica-campanha-sobre-prostitutas.html>

afirmação de identidade e visibilidade social, deixando de reconhecê-las como cidadãs e usuárias do SUS. Ações de prevenção e promoção da saúde fundadas em diretrizes de cidadania, deve-se destacar, também fazem parte de outro princípio da Saúde violado, o da integralidade (BEIJO DA RUA, 2013).

Nos dias em que foi realizado esse encontro, Rosarina Sampaio faleceu em decorrência de uma grave infecção. Foi um momento triste e tenso. Além dos problemas relativos ao encontro, as mulheres organizaram o velório e o sepultamento da liderança. Atualmente, a APROCE não está sem atividades e as prostitutas da cidade de Fortaleza se encontram em um processo de reorganização.

Após o conflito em relação à campanha e a morte de Rosarina, o Departamento de DST/AIDS, em uma nova investida, buscou se reaproximar da RBP e das associações filiadas, participando do VI Encontro de Prostitutas para Mobilização e Criação de Redes Estaduais das Regiões Norte Nordeste, realizado no estado do Maranhão, nos dias 14 a 16 de outubro de 2013. Uma das questões que causou mais controvérsia foi a disposição de algumas associações em restabelecerem o diálogo com o Ministério da Saúde, com a intenção de reocupar o lugar de disputa nas políticas de prevenção. Após dias de debates, consensualmente, as associações presentes acordaram o restabelecimento com o MS, afirmando a necessidade de manutenção do diálogo, demonstrando a importância do fortalecimento da RBP e do protagonismo das prostitutas no enfrentamento das DST/AIDS e Hepatites Virais.⁴⁷

Um dia antes da realização desse encontro, Gabriela Leite faleceu em decorrência de um câncer. Em um artigo, publicado após sua morte, Flavio Lenz (2013) escreveu sobre essas mudanças nas políticas internas da RBP apontando as disputas internas e concepções acerca de movimento e das conflituosas relações com o MS. Segundo Lenz, “a morte de Gabriela Leite, em outubro de 2013, poucos dias antes do evento de São Luís e do anúncio da proposta governamental acima citada, parece estar, tragicamente, acompanhada de um pragmatismo no movimento de prostitutas que enseja excessiva tolerância com ações já refutadas e com iniciativas de elevado risco social para as prostitutas” (LENZ, 2013, p. 48).

A morte de Gabriela causou profundos impactos na articulação do movimento na região Sudeste. Percebo que havia um grande fluxo organizacional

⁴⁷ As relações, disputas, tensões e ações empreendidas entre o movimento brasileiro de prostitutas e Ministério da Saúde serão abordados no segundo capítulo.

partindo dos diálogos empreendidos por Gabriela e universidades da região, que acabaram tocando as ações da associação DAVIDA. A fragilidade, a meu ver, estava na dificuldade de impulsionar a construção de novas lideranças, o que tornou difícil manter o destaque das ações do movimento que estavam centralizadas na figura da coordenadora do DAVIDA. Mesmo com essas adversidades, criaram-se grupos de pesquisa com a intenção de promover os debates sobre prostituição, direitos humanos e legislação.⁴⁸

A perda de uma liderança que tinha um grande destaque e representatividade, não atingiu somente a região do sudeste. As regiões Norte e Nordeste também foram impactadas pela falta de uma reorganização após a morte de Gabriela e de Rosarina. Contudo, os falecimentos das duas lideranças não foram os únicos motivos da falta de articulação das regiões do norte, nordeste e centro oeste. Como abordei anteriormente, havia críticas sobre a concepção de organização e movimento impulsionado pela *Rede Brasileira de Prostitutas*. As lideranças buscavam formas de se organizar que estimulasse a autonomia e a horizontalidade nas tomadas de decisão. A esse contexto de tensões, soma-se a decisão de romper laços com o Ministério da Saúde, que muitas não concordavam, estimulando entre as regiões, discussões que impulsionassem a criação de novas organizações para compor o movimento organizado de prostitutas.

Diante de tal contexto, com a necessidade de reflorescer o movimento, as mulheres reunidas no evento na cidade de São Luís do Maranhão, fundaram a *Articulação Norte-Nordeste* (2013) com o intuito de fortalecer as associações com dificuldades e impulsionar a militância. A criação desta articulação é fruto das três críticas citadas anteriormente: a busca por um movimento horizontal, participativo e que pudesse descentralizar as informações; a crítica por não manter relações com o Ministério da Saúde e; pela centralização da atuação política entre as associações DAVIDA, GEMPAC e NEP. Em torno dessas questões, as associações das regiões norte e nordeste buscaram criar mecanismos para ampliar a participação e a atuação política.

Esse reflorescimento foi impulsionado por uma gama de lideranças, mas cito duas lideranças da região nordeste, Diana Soares (ASPROSRN) e Célia Gomes (APROSPI) por serem as atuais coordenadoras das duas redes que se formaram a partir

⁴⁸ Como exemplo, cito o “*Observatório da Prostituição*” na qual pesquisadores filiados ao Coletivo Davida, mantêm um grande fluxo de pesquisas e campanhas.

de 2015. Diana Soares é trabalhadora sexual, tem por volta de cinquenta anos e ainda exerce o trabalho sexual. É educadora social, mãe, avó e uma das responsáveis pela renda da sua família. Celia Gomes é a atual presidenta da CUTS e da APROSPI, se apresenta como uma “mulher negra e empoderada”. É mãe e atualmente, não exerce mais o trabalho sexual e mantém sua renda por meio do seu restaurante. Mesmo não exercendo a atividade, Célia ainda é uma referência para as mulheres da cidade de Teresina devido a sua atuação desde da época que exercia o trabalho sexual.

Atribuo a essas duas lideranças um grande poder de articulação para reestabelecer os diálogos e ações das associações das duas regiões do território brasileiro. Diana, por exemplo, por meio da rede social WhatsApp, buscou cada liderança que estava enfrentando problemas para que voltassem ao ativismo e reestabeleceram as atividades das associações. A partir desta rearticulação regional, as associações APROSPI, ASPRORN, Rosas Vermelhas, CIPMAC, DASSC, APROS-PB, As Amazonas, Garotos da Noite e algumas ativistas autônomas fundaram a Central Única de Trabalhadoras e Trabalhadores Sexuais (CUTS), em dezembro de 2015, na cidade Manaus (AM).



Figura 5 Logo da CUTS. Fonte: site CUTS

O nome dessa nova rede foi escolhido como uma provocação ao Coletivo de Mulheres da Central Única de Trabalhadores (CUT), que lançou uma nota, em 2013, se posicionando contra a regulamentação do trabalho sexual, considerando a prostituição enquanto uma “exploração dos corpos das mulheres”.⁴⁹ Não só como uma provocação e uma resposta, mas a escolha da denominação também incluiu pensar no tipo de engajamento adotado por essa rede. Em sua página na rede social Facebook, há uma imagem com os seguintes dizeres: “*Central Única de Trabalhadoras e Trabalhadores*

⁴⁹ Para ver a nota, link disponível: <https://www.cut.org.br/noticias/mulheres-da-cut-sao-contr-regulamentacao-da-prostituicao-473a>

Sexuais: instrumento de expressão da luta pela conquista dos direitos humanos e trabalhistas plenos das trabalhadoras e trabalhadores sexuais”.

Podemos perceber uma performance mais trabalhista e mais pública em defesa da regulamentação da prostituição, que deixa mais delineada a concepção da prostituição como um trabalho sexual. A caracterização dessa rede assume uma imagem que se assemelha ao modelo sindical e deixa explícito a defesa da bandeira dos direitos trabalhistas. No que diz respeito à estrutura organizativa, a CUTS segue um modelo mais hierárquico que conta com uma presidenta, vice-presidente, conselho fiscal e conselho administrativo. Apesar da delimitação destes cargos, em sua grande maioria as decisões são tomadas de forma coletiva através de reuniões online pelo WhatsApp ou em eventos, quando há a oportunidade todas se reúnem pessoalmente, o que geralmente ocorre quando realizam encontros ou seminários.⁵⁰ A CUTS é composta por associações e coletivos auto gestados por trabalhadoras sexuais e conta com o auxílio de voluntários para desenvolver projetos e organizar os eventos.

Um ano após a fundação da CUTS, em 2016, houve uma cisão interna que culminou na formação da Articulação Nacional de Profissionais do Sexo. Segundo uma das coordenadoras da ANPS, o motivo dessa cisão foram concepções internas sobre a estrutura da organização que, ao seu ver, estava muito parecida com a Rede. Nas suas palavras, começaram a formar grupos internos que dificultavam a difusão das informações de forma horizontal, o que culminou em hierarquias internas. Diante deste conflito, algumas associações, tais como a ASPRORN, APROSBA e As Amazonas fundaram a ANPS.

A denominação desta nova rede chama a atenção, pois transmite uma imagem distinta da CUTS. Primeiro, pela escolha do nome: “articulação”. Segundo Diana Soares, a escolha adveio do antigo coletivo que formaram em 2013, Articulação Norte-Nordeste, que implicava pensar sobre os intercâmbios políticos, com o intuito de criar laços e estabelecer parcerias. Como já mencionado no início do capítulo, “articulação” e “articuladora” são atributos utilizados pelo movimento para caracterizar suas lideranças. Nessa direção, a ideia de chamar uma nova rede de “articulação” carrega estes significados.

⁵⁰ Não há uma periodicidade para a realização dos encontros por dependerem dos editais da saúde que são destinados para a realização de eventos.

A segunda escolha diz respeito à denominação da categoria, “profissionais do sexo”. Algumas das coordenadoras que compõem a ANPS me relataram, durante o trabalho de campo, que muitas das associadas não aprovam a denominação “prostituta” ou “puta”. Este é o exemplo da associação As Amazonas da cidade de Manaus (AM). Dona Ana⁵¹, a atual coordenadora da associação, relatou-me que as associadas não gostam de serem chamadas de putas porque utilizam a nomeação de forma negativa, atribuindo a um xingamento. Assim, Dona Ana e as outras coordenadoras da associação organizaram uma votação para saberem como a categoria gostaria de ser denominada. Segundo ela, pela votação foi determinado que a associação *As Amazonas* iria alterar o seu estatuto para substituir a nomeação de “associação de prostitutas e ex-prostitutas” para “associação de profissionais do sexo”. Perguntei a outra coordenadora sobre essa denominação e ela me explicou que o termo “profissionais do sexo” é uma denominação consolidada pela Classificação Brasileira de Ocupações (CBO) e acredita que se considerar como uma profissional significaria se apresentar como uma pessoa que é *profissional naquilo que faz*. Ela me chamou atenção com a seguinte afirmação: “*Carol, médico é profissional porque fez medicina, eu sou uma profissional do sexo porque sou especialista no prazer. Preciso ter uma postura mais profissional da minha profissão, entende? Por isso que é importante falar “profissional”*”. A terceira dimensão da escolha dessa nomeação, “profissionais do sexo”, implicava em reconhecer diversos tipos de atendimento que as mulheres realizam que não só englobam a prática sexual em si, mas uma gama de serviços sexuais que são ofertados no ato do programa. A ANPS é composta, assim como a CUTS, por associações e coletivos auto gestado por profissionais do sexo e, voluntários para auxiliar nos projetos e eventos.

⁵¹ Sebastiana, Ana como prefere ser chamada, é a atual coordenadora da associação As Amazonas da cidade de Manaus/AM. Ana tem por volta dos seus 50 anos, negra e se denomina como “ex-prostituta”.



Figura 6 Logo da Articulação Nacional das Profissionais do Sexo. **Fonte:** APROSBA

Em 2017, as três redes organizaram de forma conjunta o VI Encontro Nacional, realizado em 2017, na cidade de São Luís do Maranhão, citado no começo deste capítulo, que foi marcado por diversas tensões. Primeiramente, algumas coordenadoras da RBP fizeram críticas, pois, que não reconheciam as duas outras redes, CUTS e ANPS. Ao olhar dessas coordenadoras, a formação de duas redes implicaria no *“esfacelamento do movimento”*. Traduziam essa ruptura como uma *“disputa de poder”*. Na leitura das coordenadoras da CUTS e ANPS o que ocorreu foi o oposto, *“trouxemos mais pessoas para o movimento. Agora a pessoa tem liberdade de escolher qual movimento quer participar. Podemos atuar as três em conjunto e as pessoas escolhem qual modelo mais te representa”*.

Chamo a atenção no fragmento acima e na forma em que a coordenadora denominou a *rede* da qual faz parte. Essa forma de intitular uma rede como um *“movimento”* foi bastante recorrente nas falas do VI Encontro Nacional. Como o encontro foi permeado por diversos conflitos, ao se referirem a outras redes, as coordenadoras das associações denominavam *“rede”* como um *“movimento”*. *“Movimento”* adquiriu um outro sentido e nos mostra como, naquele contexto, não havia ainda se consolidado uma atuação conjunta das três redes. Ainda havia tensões e era necessário estabelecer os laços para que houvesse a possibilidade das três atuarem coletivamente, criando o ator coletivo que denomino nesta dissertação: o movimento organizado brasileiro de trabalhadoras sexuais.

O esforço de atuar de forma conjunta ocorreu durante os anos 2017-2018 quando foram realizados quatro diferentes eventos: X Encontro Norte-Nordeste, em dezembro de 2017, na cidade de João Pessoa (PB); I Seminário Nacional de Prostitutas,

em junho de 2018, na cidade de Teresina; Puta Dei, em junho de 2018, na cidade Belém (PA); e por último, o II Seminário Nacional de Prostitutas realizado na cidade de João Pessoa (PB). Denomino este período como o reflorescimento do movimento organizado trabalhadoras sexuais que culminou na proliferação dos encontros, produzindo sua rearticulação e reorganização. Esse resultado é analisado por meio da proliferação de eventos que foram organizados por organizações diferentes impulsionando a reorganização de associações e ativistas.⁵²

A configuração atual do movimento organizado comporta três redes: Rede Brasileira de Prostitutas, Central Única de Trabalhadoras e Trabalhadores Sexuais e a Articulação Nacional de Profissionais do Sexo. Cada rede possui uma quantidade de associações. Além das associações, algumas redes são compostas por ativistas autônomas (que não são filiadas a nenhuma associação) e parceiros, como é o caso da Rede Brasileira de Prostitutas.⁵³

Tabela 1 Configuração atual do movimento brasileiro de trabalhadoras sexuais. Fonte: acervo pessoal da pesquisadora.

Ano de Fundação	Associação	Rede Filiada	Liderança	Cidade/Estado
1989	GEMPAC	RBP	Lourdes Barreto	Bélem/PA
1989	CIPMAC	CUTS	Milene Ferreira	Campina Grande/PB
1989	NEP	RBP	Tina Rovira/ Soila Silveira/Carmen Lúcia	Porto Alegre/RS
1990	APS/ ASTRASSE	CUTS	Irene Santos	Aracajú/SE
1990	APROCE	ANPS	Elizabeth Santos	Fortaleza/CE
1992	DAVIDA	RBP	Maria Nilce/ Betânia Santos	Rio de Janeiro/RJ

⁵² Esta denominação e análise está ancorada no que Facchini (2005) observou no movimento LGBT no período da década de 1990. Para muitos, houve um declínio do movimento LGBT. Contudo, Facchini demonstrou a ampla organização de diversos eventos e formação de diversos coletivos, intitulado esse período como o “reflorescimento do movimento LGBT”. No movimento organizado de trabalhadoras sexuais há a mesma semelhança em que, há uma reorganização do movimento, impulsionando o seu reflorescimento.

⁵³ Há concepções divergentes sobre parceiros serem ou não considerados como parte do movimento. Essas percepções são analisadas no capítulo 2 em que descrevo o que faz uma pessoa ser considerada um parceiro ou aliado. Para fins de compreensão dessa divergência, esclareço de antemão, que para a CUTS e ANPS, os parceiros podem contribuir com o movimento, mas não podem ser considerados como parte dele. Essas duas redes priorizam as trabalhadoras sexuais que devem ser as responsáveis pelas tomadas de decisão. A RBP, por sua vez, considera que os parceiros são parte do movimento e contribuem nas atividades, nas decisões e na articulação da Rede.

1997	APROSBA	ANPS	Fátima Medeiros	Salvador/BA
2001	APROS-PB	CUTS	Luza da Silva	João Pessoa/PB
2001	APROSAP	RBP	Edna Maciel	Macapá/AP
2002	APPS	RBP	Vânia Resende	Recife/PE
2003	ASPROSRN	ANPS	Diana Soares	Natal/RN
2003	APROSMA	RBP	Maria de Jesus	São Luís/MA
201	DASSC	CUTS	Ivanete Pinho	Corumbá/MT
2007	Mulheres Guerreiras	RBP	Betânia Santos	Campinas/SP
2008	As Amazonas	ANPS	Ana Resende	Manaus/AM
2009	APROS-Picos	CUTS	Leonísia Santos	Picos/PI
2009	APROSPI	CUTS	Célia Gomes	Teresina/PI
2010	APROSMIG	RBP	Cida Vieira	Belo Horizonte/MG
2010	Núcleo Rosas Vermelhas	CUTS	Denise Mara	Manaus/AM
2013	Mundo Invisível Org	CUTS	Monique Prada	Porto Alegre/RS
2013	Tulipas do Cerrado	CUTS	Juma Santos/ Ana Carla Fonseca	Brasília/DF
2017	Filhas da Luta	ANPS	Lucimara	Belo Horizonte/MG
2018	Clã das Lobas	CUTS	Jade	Belo Horizonte/MG
2018	Coletivo Rebu	CUTS	Santuzza Souza	Belo Horizonte/MG
-	Grupo Liberdade	ANPS	Eliane	Curitiba/PA
-	Estrela Guia	ANPS	Juliano Martins	Florianópolis/S C
-	Garotas da Noite	CUTS	Dartanhã	Manaus/AM

O reconhecimento das duas redes, CUTS e ANPS, passou por diversas dificuldades. Não tanto entre as pessoas que estão filiadas a cada uma delas, mas pelas veteranas da RBP que não viam, como horizonte, uma forma coletiva das três redes atuarem em conjunto. Para uma destas veteranas, “*um movimento fragmentado, pode enfraquecer*”. Entretanto, a partir do trabalho de campo realizado nesse período, interpreto que ocorreu o oposto: houve uma significativa expansão do movimento no que se refere à atuação e participação das associações.

No final da década de 2010, muitas associações sofreram com a diminuição de projetos durante o primeiro mandato da presidenta Dilma Rousseff e outras tiveram problemas com prestações de contas que as impossibilitou de disputar novos editais.

Mesmo sem uma institucionalidade, as duas redes buscaram fortalecer as associações de forma alternativa, criando projetos conjuntos.

Como exemplo, cito o projeto PROSação impulsionado pela Associação de Prostitutas da Paraíba (APROS-PB). O objetivo foi articular as lideranças das regiões norte e nordeste, por meio da realização de eventos que fomentassem discussões referentes à saúde preventiva, direitos humanos, principalmente ao que tange os debates sobre gênero e sexualidade. A ideia foi circular nas cidades para que pudessem fortalecer as associações, organizando rodas de conversas e cursos de capacitação, o que permitiu uma intensa troca de experiências. Como produto, a APROS-PB realizou o X Encontro Norte Nordeste, em dezembro de 2017. O intuito era discutir sobre as dificuldades e êxitos das atividades desenvolvidas nos cursos de capacitação. As associações que participaram desses cursos foram as cidades de Teresina (PI), Natal (RN) e Campina Grande (PB). No evento, houve a participação dos estados de Piauí, Ceará, Rio Grande do Norte, Paraíba, Sergipe, Pernambuco, Amazonas, Bahia e Pará. A capacitação foi um importante instrumento para restabelecer a atividade de diversas associações, tais como a de Natal (RN) e de Salvador (BA).

Além da construção coletiva dos projetos, nos anos 2013-2018 proliferaram novas ativistas na arena política produzindo novas formas de engajamento. Prostitutas ativistas também expandiram sua atuação política para os espaços da internet, assim como os movimentos LGBT e feminista. Disputando os espaços nas redes sociais como blogs e facebook, as ativistas procuravam visibilizar as demandas da categoria das trabalhadoras sexuais por meio das discussões sobre a regulamentação da prostituição, sobre o cotidiano laboral, a violência policial e atualmente, disputando os sujeitos dos feminismos, reivindicando o *putafeminismo*⁵⁴. As tensões que antes eram mais amenas se tornaram mais conflituosas, principalmente pela reivindicação de associações e ativistas que buscavam evidenciar as discussões sobre melhores condições de trabalho para prostitutas no período da realização dos megaeventos que levariam um grande fluxo de clientes para o Rio de Janeiro e outros lugares turísticos.

A atuação ocorre por meios de textos escritos em *blogs* e na rede social Facebook. Isso abriu uma grande tensão com coletivos e ativistas autônomas feministas, mas de outro lado, também aparecem apoios de ativistas autônomas e de pessoas que até

⁵⁴ Putafeminismo é a ideia radical que prostitutas podem ser feministas. A ideia é discutir “um feminismo que esteja aberto para as demandas das trabalhadoras sexuais” (PRADA, 2018:37). O putafeminismo será abordado no terceiro capítulo.

então, não tinham nenhum contato com a narrativa das trabalhadoras sexuais que não passavam pela propalada ideia da “prostituta -vítima” ou “prostituta-explorada”. Mais do que isso, a emergência dessas novas ativistas, tanto dentro como fora do movimento organizado, propiciou uma visibilidade pelo auto reconhecimento enquanto feministas.⁵⁵

Em junho de 2018, a Associação de Prostitutas do Piauí organizou o I Seminário Nacional de Prostitutas (2018), com o intuito de fortalecer as associações e aproximar outras que haviam se desvinculado da RBP em meados das décadas de 2000. O evento contou com a participação de 13 estados: Rio Grande do Sul, Santa Catarina, Paraná, Minas Gerais, Bahia, Sergipe, Paraíba, Rio Grande do Norte, Ceará, Pará, Amazonas, Distrito Federal e Mato Grosso. No total participaram cerca de 8 associações formalmente registradas: Estrela Guia (SC), Grupo Liberdade (PR), APROSBA (BA), APROS-PB (PB), ASPRORN (RN), As Amazonas (AM), Núcleo Rosas Vermelhas (AM), DASSC (MT) e Tulipas do Cerrado (DF). Também participaram coletivos, lideranças autônomas, cerca de três, e associações que estão em processo de registro tais como a Associação Chica da Silva (RS), Mundo Invisível (RS), Coletivo Clã das Lobas (MG) e Coletivo Rebu (MG).

A Rede Brasileira de Prostitutas não participou deste evento por divergências internas. Isso se deu por causa da realização do *22nd International AIDS Conference* em Amsterdam/ Holanda, que foi realizado nos dias 23 a 27 de julho. O Departamento de IST/HIV/AIDS destinou duas bolsas que incluíram passagens aéreas e diárias para a participação do segmento das prostitutas neste evento. O problema estava na liberação somente de duas bolsas, sendo que, atualmente o movimento é composto por três distintas redes.

Para escolherem as representantes, aproveitaram que todas as associações e ativistas autônomas estavam em um grupo de WhatsApp que estavam organizando o I Seminário Nacional de Prostitutas (2018) e realizaram uma votação. Contudo, a veterana da RBP explicou a importância da sua participação no evento e que, devido a sua história, ela deveria ter o direito a uma destas bolsas. Dessa forma, a veterana colocou como dado a sua participação no evento e deixando a cargo das outras redes a escolha da outra bolsa. Algumas coordenadoras não concordaram com esse argumento e realizaram, mesmo assim, a votação. Como no grupo havia mais associações filiadas a CUTS e ANPS, a representante da RBP não foi a mais votada. Diante deste dilema e

⁵⁵ Os resultados da entrada dessas lideranças autônomas serão discutidos no terceiro capítulo.

profundamente chateadas, as representantes da RBP se retiraram do grupo e resolveram não participar mais do I Seminário Nacional de Prostitutas que iria ocorrer no mês de junho na cidade de Teresina.

Como uma forma de resolver este impasse, a CUTS e ANPS redigiram uma carta solicitando ao departamento a liberação de mais uma bolsa para que todas as redes de prostitutas estivessem presentes no evento. Dada a importância do segmento das profissionais do sexo, se tornaria necessária a participação de todas as redes que contribuem cotidianamente na elaboração das políticas de prevenção. De pronto, após um dia, o Departamento sinalizou a aprovação da terceira bolsa. Pessoas que integram a RBP me falaram que a carta não produziu nenhum efeito, pois “*resolveram dar uma bolsa a mais porque a representante da RBP era de extrema importância.*” A partir de estratégias distintas, as três redes buscaram conseguir uma bolsa a mais para que todo o movimento estivesse representado neste encontro.

Durante os meses de junho a outubro de 2018, o movimento permaneceu fragmentado. Contudo, as três redes mantiveram as suas atividades. No final de junho de 2018, o GEMPAC organizou o Puta Dei para celebrar os 30 anos da associação e reuniu as principais associações que estão filiadas à RBP. O evento contou com a participação da Associação Mulheres Guerreiras (Campinas-SP), Associação de Prostitutas do Amapá, Associação Pernambucana de Prostitutas, Núcleo de Estudos da Prostitutas e a Daspu, que ficou responsável pela organização do desfile. Esse evento foi uma forma das associações organizarem uma reunião de planejamento da RBP para traçar os planos estratégicos do ano de 2018.



Figura 7 Cartaz de divulgação do Puta Dei de Belém. **Fonte:** Site Daspu

Em outubro de 2018, a Associação de Prostitutas da Bahia conjuntamente com a Universidade Estadual da Bahia organizou o I Simpósio Gênero, Educação, Feminismos e Prostituição. O evento contou com a apresentação de pesquisas e mesas com as profissionais do sexo que debateram educação, leis e feminismos. Este evento foi uma importante estratégia utilizada pela APROSBA para rearticular um encontro com as representantes da ANPS e da CUTS. Uma das convidadas para este evento foi Elena Reynaga, representante da RedTraSex. No ano de 2008, a RBP se desfilou da rede latino-americana. Assim, no ano de 2018, a CUTS e a ANPS buscaram restabelecer o diálogo com a RedTraSex que culminou na filiação das duas redes. Essa foi uma importante ação para ampliar a representação da ANPS e da CUTS à nível nacional. Isto incluí na possibilidade de participar à nível internacional e ampliar formas de financiamento.



Figura 8 Cartaz do I Simpósio Gênero, Educação, Feminismos e Prostituição. **Fonte:** arquivo pessoal

Em novembro desse mesmo ano, a partir da organização do II Seminário Nacional de Prostitutas sob a liderança de Luza da Silva⁵⁶ da Associação de Prostitutas da Paraíba (APROS-PB), as redes voltaram a se articular. Foi convocada uma reunião em que havia a representação de cada rede e, juntas, organizaram toda a programação

⁵⁶ Luza é a atual coordenadora geral da Associação de Prostitutas da Paraíba. Tem por volta de 40 anos, negra, é mãe e recentemente, se formou no curso de Contabilidade.

do evento. O II Seminário Nacional de Prostitutas contou com a participação de 21 lideranças e associações representando 17 estados: Amazonas, Pará, Maranhão, Ceará, Rio Grande do Norte, Paraíba, Pernambuco, Sergipe, Bahia, Minas Gerais, Rio de Janeiro, São Paulo, Paraná, Rio Grande do Sul, Mato Grosso e Distrito Federal.

Este evento foi uma importante forma de rearticular as ações estratégicas das três redes que discutiram em sua plenária final a criação de comitês para articular atividades e ações em defesa do SUS e das políticas de saúde; um lobby político para barrar a proposta de lei que visa a criminalização do cliente (PL 377/2011), assim como procurar parlamentares que apoiem a regulamentação da prostituição.



Figura 9 Cartaz de divulgação do II Seminário Nacional de Prostitutas. Fonte: APROS - PB

Se no VI Encontro Nacional (2017) as compreensões sobre a criação das outras duas redes eram interpretadas como um “*esfacelamento*” ou como uma “*disputa de poder*”, no II Seminário Nacional de Prostitutas (2018) as concepções se alteraram percebendo as duas redes como uma extensão da construção iniciada pela Rede Brasileira de Prostitutas. Segundo Lourdes Barreto, “*o movimento se formou em rede e hoje, existe uma grande rede que é fruto de uma construção política. (...) Antes eu pensava que construir mais um segmento era uma perda, mas hoje eu penso como isso agregou ao movimento e consigo pensar no movimento unificado*”. A construção dessa agenda política conjunta foi importante, pois, diferentemente do VI Encontro Nacional de Prostitutas (2017) em que não havia no horizonte uma forma conjunta de articular o movimento, no II Seminário Nacional de Prostitutas (2018) organizado em conjunto pelas 3 redes, surge o ator coletivo que pode ser identificado como o movimento organizado das trabalhadoras sexuais brasileiras.

Ao longo deste capítulo busquei apresentar o objeto deste trabalho. Foi discutida a emergência do movimento, e como foram construídas as lideranças e as associações que são a base desse movimento organizado de trabalhadoras sexuais. Descrevi a dinâmica dos encontros e, por meio da cronologia política, como foi se construindo as concepções relativas às formas de organização, das principais demandas e propostas do movimento. Também busquei enfatizar a pluralidade das associações, das lideranças e as disputas tendo como resultado, a produção de uma estrutura interna. No próximo capítulo, descrevo e analiso a construção dos instrumentos de ação coletivas que são as ferramentas políticas utilizadas pelo movimento para realizar a sua manutenção e ampliar a sua atuação.

Capítulo 2

“Uma puta ativista vai mesmo com boceta, com cabeça, com tudo, vai de útero mesmo”: os instrumentos de ação coletiva do movimento organizado das trabalhadoras sexuais.

Fazer política, com autodeterminação, admiração, com prazer, com respeito, é saber bater sem machucar, saber ter diálogo, saber encaminhar as coisas politicamente, saber fazer articulação, política. Política está ao nosso redor, política está na minha casa quando estou na cozinha, quando estou no supermercado fazendo compras, quando estou trepando na cama estou fazendo política porque estou negociando politicamente a forma como quero transar. Política é tudo isso, ninguém vive sem política. (BARRETO, Lourdes. BEIJO DA RUA, 201. Ano 28, número 2, dezembro de 2017)

No capítulo anterior, apresentei os objetivos de análise desta dissertação buscando mostrar quais são as unidades que constituem aquilo que denominei como movimento organizado de trabalhadoras sexuais: lideranças, associações e as suas redes. Neste capítulo discutirei sobre os repertórios de ação coletiva utilizados por esse movimento nas suas relações com órgãos do Estado e movimentos sociais.

Os estudos dos movimentos sociais buscaram investigar os contextos em que emergem os movimentos, quais são as ferramentas utilizadas por esses atores para dar visibilidade, sustentação e ampliar as suas ações e as suas reivindicações. O conjunto de ferramentas que combinam as práticas e rotinas que são utilizados pelos movimentos é denominado por Tilly (1992) como *“repertoire of contention”*. O autor utiliza esse conceito com o intuito de investigar quais são as escolhas empreendidas pelos movimentos para criar as formas de ação de coletiva. Segundo Tilly, quando os movimentos sociais decidem organizar uma ação coletiva, eles partem de um portfólio que envolve diferentes técnicas, práticas e performances. A escolha desses elementos é influenciada pelas experiências que combinam diferentes práticas com o objetivo de organizar, mobilizar apoio e visibilizar suas demandas (TILLY, 1992). Repertórios, portanto, são *“criações culturais que nascem de lutas contínuas e das respostas dadas pelos atores poderosos a essas lutas”* (TILLY, 1992, p. 26). Assim, o autor complementa que são um *“conjunto limitado de rotinas que são apreendidas, compartilhadas e*

executadas através de um processo relativamente deliberado de escolhas” (TILLY, 1992, p. 07).

A partir a ideia de Tilly sobre os repertórios, o caso que esta pesquisa se propôs a investigar, utiliza criativos instrumentos para impulsionar a ação coletiva. Dentre estas ferramentas, elenco os seus principais: as interações com o Estado; o estabelecimento de parcerias; o jornal organizado pelo movimento intitulado “O Beijo da Rua” e; a grife de roupa “Daspu”.

2.1. As diversas faces do Estado e suas interações

A interação entre movimento social e Estado apresenta diversos desafios para a análise. Tanto para compreender o tipo de engajamento construído pelo movimento para dar sustentação às suas ações por dentro do Estado, quanto para compreender que tipos de relações são construídas por esse Estado em relação ao movimento. Classifico por meio de duas dimensões: a produção do engajamento político entre movimento e Estado (ABERS; SERAFIM; TATAGIBA, 2014; AGUIÃO, 2014) e o “duplo-fazer” do Estado (VIANNA; LOWENKRON, 2017) no que diz respeito às suas ambiguidades no trato da prostituição.

Primeiramente, compreendo a interação entre Estado e movimento social a partir da análise de Abers, Serafim & Tatagiba (2014), que analisam essa interação como um repertório, o denominando como “repertórios de Interação Estado-Sociedade”. O objetivo das autoras é dar visibilidade e contribuir com estudos relativos à complexidade das relações entre movimento e Estado, “apresentando seus atores como militantes e não apenas como engrenagens das burocracias, colaborando para o debate em torno da heterogeneidade do Estado brasileiro” (ABERS; SERAFIM; TATAGIBA, 2014, p. 329). Em outro estudo, Abers e Von Bulow (2011) apontam que o caso brasileiro é desafiador devido à contínua atuação dos movimentos no interior do Estado, que resulta na interação com os representantes estatais, compartilhamento de projetos políticos e criação de políticas públicas. Os movimentos sociais, por sua vez, constroem esta relação investindo nas ações por dentro das instituições, “tanto através de novas arenas participativas como assumindo estrategicamente posições na burocracia, transformando o próprio Estado em espaço de militância política” (ABERS; SERAFIM; TATAGIBA, 2014, p. 331).

A segunda dimensão coloca ainda mais complexidade na interação Estado-movimento e diz respeito à própria forma de conceber conceitualmente o “Estado”. Por meio das articulações entre movimento, gênero e sexualidade, essa relação é produzida por profundas “tramas institucionais” (GREGORI, 2000) e um “duplo-fazer do Estado” (VIANNA E LOWENKRON, 2017).

As análises que buscaram compreender as interfaces das relações entre Estado, gênero e sexualidade, principalmente no caso brasileiro, ganharam uma crescente notoriedade que tem sido acompanhada por uma vasta bibliografia (AGUIÃO, 2014; VIANNA, 2014; FACCHINI, 2005; PADOVANI, 2018; VIA; PISCITELLI, 2013). Os processos da redemocratização brasileira abriram uma ampla arena política, em que se buscou reconhecer diferentes sujeitos sociais que discutiram suas demandas por meio da articulação dos marcadores sociais da diferença, tais como gênero, sexualidade, classe e raça. Como Carrara (2015) aponta, a incorporação das pautas que mobilizam tais marcadores se situa em um processo denominado por Duarte et al. (1993) de “cidadanização”, em que há tensões e disputas por “um projeto amplo de incorporação social e política de categorias sociais marginalizadas” (CARRARA, 2015, p. 336).

Como sugere Aguião (2014), o processo de delimitação de uma população ou dos direitos aos grupos perpassa por processos de criação e recriação das morfologias de Estado, em que os “direitos corporificam certas identidades” (AGUIÃO, 2014, p. 1). Silvia Aguião, em sua tese intitulada *Fazer-se no Estado: uma etnografia sobre o processo de constituição dos “LGBT” como sujeitos de direitos no Brasil contemporâneo* (2014), chama atenção para as dinâmicas que são produzidas nas relações entre movimentos, direitos e Estado, apontando para a compreensão do “processo de constituição dos sujeitos como parte de um fluxo contínuo de produção do próprio Estado” (AGUIÃO, 2014, p.14).

Nessa direção, o movimento organizado de trabalhadoras sexuais, se insere nessa complexa trama que mobiliza distintos atores por dentro do Estado e que se emaranham entre as articulações de gênero e sexualidade, produzindo um grupo que reivindica direitos. Estes sujeitos que se constroem às margens do Estado (DAS, 1999) passam por processos de classificação interna do próprio Estado. A classificação médica define as trabalhadoras sexuais como um grupo de risco, identificando suas práticas como promotoras da emergência do vírus HIV/AIDS. Daí foram instauradas políticas de

prevenção, que colocaram as trabalhadoras sexuais como figuras privilegiadas das ações no campo da AIDS.

Construção de políticas públicas constituíra uma arena de disputa nesta nova configuração política e social brasileira. Formação de agenda, formulação, processo de tomada de decisão, implementação e avaliação tornaram-se espaços de participação social e formas de encaminhar reivindicações. A saúde, neste caso, se transformou em um campo no qual criou ativismo específico e um canal para reivindicar mais direitos. “Direitos”, como Vianna (2013) nos indica, apresenta um caráter polissêmico que atua como leis ou como linguagens da (in)justiça e das (des)igualdades. Aparece também através de “normativas legais, como tradições administrativas ou como forma de construção e posicionamento de sujeitos morais e políticos” (VIANNA, 2013, p. 15). À vista disso, o movimento de trabalhadoras sexuais buscou, através da participação por dentro do Estado, construir o seu reconhecimento e sua legitimidade.

Sexualidade e gênero são as articulações privilegiadas na relação entre Estado e movimento de trabalhadoras sexuais que exercem um papel regulatório (BUTLER, 2003) e que operam como gramáticas que ordenam, qualificam e dão concretudes a processos conflituivos que incluem o “Estado” como personagem principal na engrenagem dessas relações (VIANNA; LOWENKRON, 2017). Como bem apontado por Gayle Rubin (2017), o terreno da sexualidade é produtor de relações de poder que são operadas contextualmente, produzem moralidades e interdições e podem ser operacionalizadas com o intuito de regular e controlar a sexualidade. Tal como aponta Foucault (1977), os dispositivos da sexualidade se inscrevem em um “jogo de poder” que se interliga nas mais diversas configurações do saber instituindo tecnologias de controle que, por sua vez, produzem efeitos no corpo, nos comportamentos, nas relações sociais e na gestão da vida.

Das mais variadas maneiras, o “Estado” se apresenta nas relações com o movimento de trabalhadoras sexuais, produzindo e instituindo as mais distintas posições, políticas, regulações e atores. Pensando “Estado” como uma arena e campo de disputas (VIANNA; LOWENKRON, 2017), considerando – o, também, a partir de Aguião (2014) e Souza Lima (2013)⁵⁷ como um conceito que designa unidades sociopolíticas, institucionalidades e fronteiras que produzem, afetam, confeccionam relações,

⁵⁷ Tais suposições são analisadas através dos trabalhos de Souza Lima (2002), Elias (2006) e Abrams (1976) que chamam atenção para as diferentes formas que o Estado adquire nas relações sociais e nas formas mediante as quais ele constitui os sujeitos que governa como parte de um fluxo contínuo de produção do próprio Estado (Aguião, 2014).

representações e performances. A articulação entre gênero e Estado assume, então, um “duplo fazer”, que constrói uma dinâmica produtiva nas suas mais complexas relações (VIANNA; LOWENKRON, 2017).

Como o Estado interfere e produz as relações entre gênero e sexualidade, procuramos demonstrar nas páginas que se seguem, através das normativas, projetos e campanhas de saúde, bem como, da relação com os seus técnicos, com o objetivo de elucidar a sua posição diante o movimento, como se produziram as tramas institucionais complexas e a construção de sujeitos de direitos.

2.1.1. Estado parceiro e o Estado de acesso

Uma das primeiras relações externas do movimento organizado de trabalhadoras sexuais se deu a partir da parceria instituída com o Ministério da Saúde, em meados da década de 1980. Tais relações se consolidaram devido ao do perigo eminente da proliferação da HIV/AIDS em um contexto de reestruturação democrática do Brasil. Em 1986, foi criado o Plano Nacional de AIDS, que buscou delinear políticas de prevenção para combater o vírus. Nessa malha de relações entre as primeiras políticas de prevenção e a democratização do país, em 1987, se instaurou a Assembleia Nacional Constituinte, que elaborou a Constituição promulgada, em 1988 e, concomitantemente, foi criado o Sistema Único de Saúde (SUS). Saúde passa a ser um princípio constitucional um direito universal de todas as pessoas, levando, assim, às políticas de prevenção como um dos pilares e desafios do Plano Nacional de Saúde (FACCHINI; SIMÕES, 2009).

O movimento de prostitutas emergiu nesse agitado período histórico, conjuntamente com os primeiros grupos de prevenção, tal como o Grupo de Apoio a Prevenção à AIDS (GAPA-SP), constituído em 1985. Tal grupo buscou discutir as políticas de prevenção com o movimento de prostitutas. Assim, em 1988, Gabriela Leite foi convidada para participar em uma teleconferência da Organização Pan-Americana de Saúde. Nesse evento, a ativista conheceu Lair Guerra de Macedo⁵⁸, dirigente da Coordenação de DST/AIDS do Brasil (LEITE, 2009). A partir deste diálogo com Lair Guerra, o movimento iniciou o debate sobre a prevenção entre as prostitutas,

⁵⁸ Lair Guerra foi biomédica e a idealizadora do Programa Nacional de AIDS. Além do seu currículo e sua atuação no combate à epidemia, Lair foi uma das primeiras técnicas e representantes estatais que se tornou parceira do movimento, contribuindo significativamente para a expansão e atuação da RBP dentro do Estado.

formalizando tanto a pauta da prevenção como a parceria com o Ministério da Saúde, no II Encontro Nacional, realizado em 1989. Nesse encontro, as prostitutas discutiram a melhor estratégia para debater sobre as políticas de prevenção de doenças sexualmente transmissíveis nos seus locais de trabalho. Assim, por meio desses debates, o movimento elaborou um manual de prevenção voltado para prostitutas e clientes, que foi incorporado ao Programa Nacional PREVINA I (1989-1994) (LEITE, 1992; 2009).

Esse programa instaurou um modelo inovador de intervenção social intitulado como “educação por pares”, no qual reconheceu o protagonismo e a importância das prostitutas nas políticas de prevenção. A “educação por pares” implicou no reconhecimento e diálogo de cada grupo com seus respectivos representantes com o intuito de evitar quaisquer tipos de constrangimentos ao mencionar as IST/HIV/AIDS. Ficaria a cargo das associações realizar diversas atividades, tais como dinâmicas, rodas de conversas, explicar a importância do uso da camisinha e dialogar sobre o cotidiano do exercício da prostituição. Aproximar-se das prostitutas através desse diálogo, no primeiro momento, era crucial para que houvesse o reconhecimento das associações perante suas bases. Essa parceria com as organizações de prostitutas foi uma importante ferramenta para o Estado efetivar as políticas de prevenção.

Dos diversos materiais produzidos pelo Programa PREVINA I, foi confeccionado um manual intitulado *Manual do Multiplicador para Profissionais do Sexo* (1996). Em seu sumário consta dois capítulos: o primeiro é intitulado como “Conhecimento teórico sobre a Prostituição”, e o segundo, “Treinamento para Monitores”. Segundo a apresentação do manual o objetivo é “instrumentalizar as profissionais do sexo a multiplicar as técnicas de prevenção às DST/AIDS, entre seus pares, sem, de maneira alguma, ordenar conceitos morais alheios às necessidades desse público-alvo” (BRASIL, 1996, apresentação). De modo geral, este documento reconhece a importância do movimento organizado de prostitutas. Ele abordou pontos fundamentais que colaboraram para a construção da autoestima, cidadania e auto-organização. Foram também discutidos os modelos legais de diferentes países, mas sem colocar uma posição fechada de qual tipo de legislação que deveria ser instituída no Brasil.

Entre 1994-1997, houve uma expansão dos recursos proveniente dos acordos dos empréstimos com o Banco Mundial que garantiu as ações com o movimento organizado de prostitutas por meio da aprovação dos projetos desenvolvidos pelas associações (LEITE; MURRAY; LENZ, 2015). Segundo Leite et AL. (2015) “o processo

de descentralização do SUS, ao lado da multiplicação das organizações de prostitutas e do crescente acesso delas a fundos públicos para prevenção da epidemia, contribuiu para o fortalecimento da RBP”, o que levou a realização de diversos eventos que foram os instrumentos para a sua expansão (LEITE; MURRAY; LENZ 2015, p. 16)

Após quase oito anos, a RBP aprovou seu primeiro projeto nacional, intitulado Esquinas da Noite (2002). O objetivo central deste projeto consistiu identificar e capacitar as lideranças para ampliar as ações em prevenção e direitos humanos. Como resultado, a RBP mobilizou mais de cinquenta associações. Tal projeto foi utilizado como um instrumento para facilitar a construção de associações em todo o território brasileiro e serviu como base para o desenvolvimento de uma campanha nacional. Os principais pilares desse projeto consistiram em debater cidadania, prevenção, direitos humanos e prostituição e foi um dos instrumentos utilizados pelo movimento para ampliar e formar mais associações pelo território brasileiro.

Ainda em 2002, foi realizado o Seminário Nacional AIDS e Prostituição. As discussões e as formulações se organizaram em torno de três temas principais: prevenção, assistência e direitos humanos. Esse seminário seguiu as formulações discutidas no Encontro Latinoamericano, ocorrido em 2001, que instaurou um novo marco nas políticas voltadas para a prostituição, tratando o tema a partir dos direitos humanos. As proposições discutidas no seminário foram aprovadas em uma plenária final buscando orientar as futuras campanhas e projetos.

O relatório de recomendações desse seminário incorporou significativos avanços sobre a concepção de prostituição que deixou de ser compreendida como exploração e tráfico de mulheres. O relatório reconhece que a categoria de profissionais do sexo não é homogênea, percebendo a multiplicidade de experiências, necessidades e de demandas. Esse esforço em reconhecer a multisituacionalidade da prostituição, pode ser interpretado pelas disputas internas na arena estatal em que há diversas organizações que se colocam contra a prostituição, em especial, organizações feministas abolicionistas e algumas associações de travestis e transexuais que não mobilizam a discussão sobre a prostituição na perspectiva laboral. Mesmo com tais disputas, o documento não deixa de reconhecer que, mesmo em situações adversas, não se podem excluir as consequências do estigma e da discriminação vivenciadas pelas profissionais do sexo, causando a invisibilização desse grupo e seu pouco acesso aos serviços sociais. Diante de tal problema, o documento reconhece que para sanar tal dificuldade seria necessário criar

mais pesquisas com o intuito de gerar mais dados estatísticos, estimulando uma maior produção de estudos e pesquisas que possam auxiliar na produção de políticas específicas para as profissionais do sexo (BRASIL, 2002).

A partir das discussões desenvolvidas no Seminário Nacional Aids e Prostituição, a campanha “Sem Vergonha Garota, Você tem Profissão”, elaborou uma nova forma para discutir a prostituição. Nesta campanha, foi incorporada a ideia da prostituição como “profissão”, mediante a difusão de materiais que enfatizavam a construção da autoestima da prostituta com dizeres “sem vergonha de”, “lutar pelos seus direitos”, “valorizar seu trabalho”. No conjunto dos materiais que compunham essa campanha havia cartilhas, adesivos, um *spot* sonoro na voz de Reginaldo Rossi e um manual para profissionais da saúde e para as profissionais do sexo.



Figura 10 Campanha "Sem Vergonha, Garota. Você tem Profissão. Adesivos de banheiro. Fonte: Ministério da Saúde

No primeiro mandato de Luís Inácio Lula da Silva (2003-2007) os canais de diálogos entre Estado e movimento se tornaram ainda mais abrangentes. Em 2005, o governo Bush incluiu como uma normativa nos projetos da Agência Norte-americana para o Desenvolvimento Internacional (USAID), regras previstas nos investimentos de US\$ 48 milhões até 2008 na área de combate HIV/AIDS, proibindo instituições que trabalhassem na promoção da legalização da prostituição. Imediatamente, a RBP reagiu a tal normativa, apresentando uma resposta do governo brasileiro, recusando as verbas de projetos financiados pela USAID. Essa recusa da verba da USAID foi um importante sinal do governo federal que pode ser interpretada como um apoio integral às concepções de prevenção propostas pela RBP.

Nesse fluxo de ações, a RBP aprovou seu segundo projeto nacional intitulado “Sem Vergonha” (2006). Assim como o projeto “Esquinas da Noite”, desenvolveram ações nas cinco regiões do país almejando ampliar a formação de associações. Assim, o projeto teve como objetivo atuar em 36 cidades, visando ampliar as parcerias com o setor público na área de direitos humanos, de prevenção das DST/AIDS e no fortalecimento da cidadania das prostitutas. Buscou identificar e capacitar futuras lideranças para ampliar tais ações, buscando estimular o protagonismo político, a sustentabilidade do movimento e a *advocacy*⁵⁹. O projeto contou com lideranças das cinco regiões do país para coordenar as ações, entre elas, Davida (Sudeste); APROSBA e APPS (Nordeste); NEP (Sul); GEMPAC (Norte) e o GAPA (MG).

Em 2007, houve a inserção das profissionais do sexo nos documentos de Política de Atenção Integral à Saúde da Mulher (2004) e no Plano Integrado de Enfrentamento da Feminização da Epidemia de AIDS e outras DST (2007); a realização de uma consulta regional: Trabalho Sexual e HIV na América Latina (2007); e por fim, a realização de uma pesquisa com a Fiocruz em parceria com o Departamento de AIDS para discutir sobre as taxas de prevalência de HIV e sífilis (2009).

No ano de 2008, foi realizado pelo Ministério da Saúde, a I Consulta Nacional sobre DST/ AIDS. A consulta contou com a participação dos movimentos sociais, em especial da Rede Brasileira de Prostitutas, Associação Nacional de Travestis, Coletivo Nacional de Transexuais e homens que exercem a prostituição, e representantes governamentais, tais como as coordenações estaduais DST/AIDS, Conselho Nacional de Secretários de Saúde (CONASS) e Conselho Nacional de Secretarias Municipais de Saúde (CONASEMES), Ministérios da Cultura, do Trabalho e da Justiça, SPM, SEPIR e SEDH. Participaram também representantes do legislativo e organizações internacionais, dentre elas, a UNFPA, UNODC e UNAIDS.

Os grupos de trabalho foram organizados a partir de quatro eixos políticos: promoção da saúde e equidade; contextos de vulnerabilidade no exercício da prostituição; prostituição e direitos humanos definindo a agenda a partir dos direitos sexuais e trabalhistas; participação social e ativismo. Foram feitas seis recomendações gerais sobre as políticas que precisavam ser aprofundadas na gestão governamental. As

59 *Advocacy* é uma prática política em que um indivíduo, organização ou grupo de pressão, no interior das instituições do sistema político, têm a finalidade de influenciar a formulação de políticas e a divisão de recursos públicos.

indicações não se alteraram tanto em relação às sugestões propostas no I Seminário AIDS e Prostituição, realizado em 2002. Entretanto, temos na Consulta de 2008 uma incisiva disputa em relacionar a “prostituição” com direitos sexuais. Nessa direção, as representantes que participaram da Consulta, indicaram a criação de um grupo de trabalho que elaborasse um plano nacional de *advocacy* para capacitar ativistas na elaboração, apresentação e acompanhamento de projetos de leis que regulassem a prostituição, bem como na criação de mecanismos que auxiliem na aprovação do projeto de lei 98/2003 (BRASIL, 2008).

Essas mesmas representantes, solicitaram a participação dos movimentos sociais nos espaços de discussão de programas do Ministério da Justiça que abordavam o tráfico de pessoas, violações de direitos humanos, além da inclusão das prostitutas no atendimento à mulher da SPM, principalmente nos casos de violência vivenciadas por mulheres cis e trans*. Também foi reforçada a necessidade de fomentar e defender a construção de uma política afirmativa para a prostituição (BRASIL, 2008).

A confecção dos manuais e a organização das conferências e seminários foram articuladas por dentro do Estado, a partir de um ator muito importante que negociava e costurava os diálogos entre o movimento e o Estado: as/os técnicas/os do Departamento IST/HIV/AIDS e Hepatites Virais. A/o técnica/o, nesse caso, possui a responsabilidade de ser a ponte de diálogo entre a sociedade civil e o Estado. Elas/es acompanhavam as atividades do movimento, participando dos eventos, organizando oficinas de capacitação e encaminhando as demandas e resultados das políticas de prevenção para a pessoa responsável pelo Departamento.

As relações estabelecidas entre o técnico e o movimento, geralmente, são de muita proximidade e parceria. Apesar do movimento possuir cadeiras representativas dentro dos colegiados da saúde, a/o técnica/o é a pessoa que representa o movimento dentro do Departamento. A sua representatividade se expressava na condução dos projetos, no envio de solicitações de ajuda de custo em eventos e em reclamações e demandas.

Durante minha inserção em campo, que compreendeu os anos de 2016-2018, estive em contato com duas técnicas: Elisiane Pasini e Leila Barreto.

Elisiane Pasini é doutora em Ciências Sociais pela Universidade Estadual de Campinas (UNICAMP). Suas pesquisas versaram sobre relações de gênero, prostituição, corporalidade, prevenção combinada HIV/AIDS e saúde. Atuou como coordenadora

adjunta e geral da ONG Themis e, durante os anos 2012-2018, como assessora técnica do Departamento de Vigilância, Prevenção, Controle das Infecções Sexualmente Transmissíveis, do HIV/AIDS e das Hepatites Virais.⁶⁰

Observei que a relação de Elisiane com o movimento sempre foi tranquila e de muita proximidade, reflexo do esforço empreendido por esta técnica em manter uma boa relação e estabelecer o princípio de parceria. Por isso, Elisiane recebeu no VI Encontro Nacional de Prostitutas (2017), o Puta Política Politizada, descrito no capítulo 1. Foi mencionado que houve a premiação de aliados e parceiros externos ao movimento que receberam o prêmio, dentre elas, Elisiane Pasini e a então diretora do Departamento IST/AIDS/HIV/ Hepatites Virais, Dra. Adele Benzaken⁶¹. Ao anunciar o prêmio, Maria de Jesus, coordenadora da Associação de Prostitutas do Maranhão (APROSMA) descreveu Elisiane Pasini da seguinte forma:

[...] ministra, linda, articuladora, guerreira, Lis Pasini. Eu não sei mais o que falar e como te apresentar. Eu não sei falar o que você representa nas nossas vidas. Eu não sei se tú é a puta maior, se é a puta melhor, não sei. Célia pediu para te passar o recado: Piauí te ama, mas Maranhão também te ama. Acreditou (no movimento), tanto que as putas todas te amam. Não é à toa que te nomeamos de “Ministra das Putas”. Esse troféu é em nome de todas as putas do Brasil. Você é uma Puta Política Organizada. Obrigada, Lis. (Fala transcrita do VI Encontro Nacional de Prostitutas, 2017).

É notório como a relação é permeada pelo afeto, gratidão e parceria. A declaração de Elisiane era “uma de nós”, eliminou as fronteiras “eles” e “nós” evidência o envolvimento da técnica e o movimento, o que levou o movimento a nomeá-la como “Ministra das Putas”. Essa nomeação indica que o movimento considera a técnica como uma figura do Estado que pode ser *parceiro* a qual se tem *acesso*. É aquele que proporciona diálogo, que acolhe, que escuta e que considera as reivindicações, queixas, demandas, sugestões e insatisfações, com intuito de manter as relações com o Departamento de forma tranquila e estável. Também podemos interpretar como um instrumento tático do próprio movimento que busca ainda disputar no órgão estatal em um contexto tão adverso e redução dos direitos sociais que se instalou no Brasil após a saída da presidenta Dilma Rousseff. Entretanto, em junho de 2018, Elisiane Pasini foi

⁶⁰ Informações retiradas do Lattes em 20/12/2018.

⁶¹ Adele Benzaken é médica sanitária. Assumiu o cargo na transição do governo da presidenta Dilma Rousseff e Michel Temer, após o golpe institucional. Dra. Adele foi responsável pela adoção da profilaxia pré-exposição (PrEP) que utiliza como tecnologia médica o uso de antirretrovirais como uma forma de tratamento do vírus do HIV como um meio de prevenir a infecção.

exonerada do cargo de assessora técnica. Este período foi permeado por diversas inseguranças, diante dos possíveis cortes e redução de direitos sociais que eram noticiados pelas mídias, proporcionados pelo governo de Michel Temer.

Para a grande surpresa do movimento de trabalhadoras sexuais em outubro de 2018, anunciaram o nome da pessoa que seria responsável pela assessoria técnica destinada ao movimento: Leila Barreto. Como já apresentado no primeiro capítulo, Leila Barreto é filha de Lourdes Barreto, que durante quase vinte anos foi coordenadora do GEMPAC e atuou conjuntamente com a Rede Brasileira de Prostitutas. Além do seu destaque na carreira militante, Leila é bacharel em Educação com ênfase em Direitos Humanos e Diversidade pela Universidade Federal do Pará e foi também coordenadora de diversos projetos sob o financiamento do Fundo Brasil de Direitos Humanos.

É preciso destacar que a posse da nova técnica foi em meados da vitória do atual presidente do Brasil, Jair Bolsonaro, em que haviam pronunciamentos de futuros cortes na área de prevenção das IST/HIV/AIDS. Mesmo com esse temor, a nomeação de Leila para esse cargo demonstra uma resistência e uma forma de negociar as relações com o Estado. Aqui, as relações com o Estado se mostram mais ambíguas e com diferentes faces. A assessora, Leila Barreto, condensa ainda mais as fronteiras da relação com o Estado, já que ela representa e simboliza “uma de nós” dentro do Departamento. As negociações dessas relações serão bastante trabalhosas tanto para o movimento como para Leila, pois precisam disputar por dentro do Estado o aumento dos investimentos para a saúde para que, de alguma forma, o segmento das trabalhadoras sexuais não fiquem em último plano nas políticas de prevenção, já que esse espaço se tornou o único *acesso* ao Estado.⁶²

2.1.2. O Estado violador e o Estado que se reivindica

São notórias as produções que investigam reivindicações dos movimentos sociais por melhores condições de vida. Estas produções, em confluência com os estudos de gênero e de sexualidade, nos mostram as atuações do Estado em suas mais distintas

⁶² O medo da perda dos poucos recursos destinados para a prevenção advém de diversos pronunciamentos do atual presidente, Jair Bolsonaro. As suas posições podem ser vistas nos seguintes links: <https://www.diariodocentrodomundo.com.br/politica-de-tratamento-e-combate-a-hiv-aids-esta-em-risco-com-governo-bolsonaro/>; <https://www1.folha.uol.com.br/cotidiano/2018/12/politica-de-prevencao-a-hiv-nao-pode-ofender-as-familias-afirma-novo-ministro.shtml>.

faces, sendo ao mesmo tempo aquele “que falta e quem se reivindica” (LAGO, 2018). Natália Lago (2018), ao apontar as relações entre Estado e uma associação de familiares de presos, elucida as relações produzidas no meio do emaranhado institucional que inclui as ONG’s e as instituições públicas que se transformam em um terreno poroso entre as violências e as reivindicações. A partir das violações dos direitos humanos no sistema carcerário, as *mães*, cujos filhos estavam ou estiverem privados de liberdade, formaram uma associação com o intuito de defender “os direitos humanos de adolescentes e adultos encarcerados e egressos do sistema penal e de seus familiares e a articulação destes enquanto um grupo de solidariedade e de referência ao exercício da cidadania” (LAGO, 2018, posição Kindle 87). A partir dos contextos de violações de direitos e morte, essas *mães* iniciaram sua carreira militante, organizando suas vidas políticas por meio dessas relações.

Apesar da pesquisa de Natália Lago olhar para outros tipos de ativismo, é similar o modo como as mulheres ingressam na vida política e constroem o movimento organizado de trabalhadoras sexuais. A partir de um contexto de violação de direitos, as mulheres instauram uma “trincheira de luta” (EFREM, 2017), com a intenção de denunciar as violências proporcionadas pelo Estado a partir das cenas de tortura e morte no período da ditadura militar. Ao mesmo tempo em que buscaram através do Ministério da Saúde diálogos para criar políticas de prevenção de saúde, também reivindicando a cessão da violência policial.

O “Estado violador” aparece em diferentes momentos, ora através das cenas de tortura por parte de agentes policiais (OLIVAR, 2013), ora como o responsável pelas desocupações dos centros das cidades (HELENE, 2015), ora pelo confinamento das prostitutas em zonas distantes dos centros das cidades (TAVARES, 2014) e na falta de políticas que abrangem outras esferas da vida pública, tal como trabalho, saúde integral e previdência. Tina Rovira, uma das coordenadoras do Núcleo de Estudos da Prostituição (NEP) da cidade de Porto Alegre (RS), narrou uma cena em que algumas prostitutas haviam sofrido tortura por parte de agentes da política militar. Como uma forma de dar corpo a essa denúncia, mulheres em audiência pública convocada pela prefeitura da cidade apresentaram formalmente a denúncia. Segundo Tina, na cidade de Porto Alegre, a polícia chegava em um camburão “*e levava as prostitutas para uma ilha, estuprando com cassetete, algemando em arvores, sem roupa para que as formigas pudessem comer e, no final do expediente, elas iam buscá-las sem roupa*” (fala transcrita do VI Encontro

Nacional de Prostitutas,2017). Para amenizar a atuação violenta da polícia militar, Tina narrou como as prostitutas criaram uma estratégia para se contrapor à individualização da ação da polícia:

Quando a brigada chegava e botava ou duas ou três prostitutas no camburão, a gente enquanto movimento falava: não corram e não se espalhem, entram todas pra dentro do camburão. Se entra vinte, trinta, eles não vão poder fazer nada. Os policiais falavam: “você estão loucas, desçam todas”. Nós falamos: “não vamos descer, se vai uma, vai todas”. E daí, eles acabaram que largavam as mulheres. Aí fomos fazer a denúncia de forma coletiva. Nós levamos as prostitutas que identificaram os policiais e conseguimos falar tudo. Fizemos o maior escarcéu, hoje em dia, eles chamam a gente pra tudo porque sabe se não chamar, a gente vai de qualquer jeito. Hoje em dia somos parceiros da brigada militar, da polícia militar. Se uma prostituta sofre alguma violência, hoje em dia, ela é escutada, é acompanhada por um advogado e estamos lá para garantir isso. (Fala transcrita de Tina Rovira no VI Encontro Nacional de Prostitutas, 2017).

Como podemos notar, as diferentes faces do Estado aparecem neste relato de Tina. Primeiro, o “Estado violador” que comete violências sexuais, que tortura e agride as mulheres. Em um segundo momento, o Estado aparece como o conciliador de conflitos que convoca uma audiência pública, na qual foi possível identificar os agressores e cobrar ações que visassem a supressão da violência, se tornando um espaço de reivindicação. Ainda, em um terceiro momento, o Estado que viola se transforma em um Estado como possibilidade de mobilizações e parceiro, que aprova e que institui estratégias para diminuir os casos de violações de direitos.

Esse “duplo-fazer” do Estado (VIANNA; LOWENKRON, 2017) que mescla o “Estado violador” e o “Estado que se reivindica” também aparece em um outro contexto, não tão distante do final da década de 1980. Como mencionado no começo deste tópico, a parceria instituída entre Ministério da Saúde e o movimento de trabalhadoras sexuais se iniciou através da produção e elaboração de cartilhas para o programa de prevenção da AIDS PREVINA I. A relação foi permeada por tensões e embates, mas apontava para uma caracterização da participação social que prezava a construção conjunta da política de prevenção. Mesmo com a abertura relativa de um canal de diálogo, as relações não deixaram de estarem permeadas por hierarquias e relações de poder, de modo que o Estado se apresentava com os recursos e as prostitutas com o seu conhecimento da vida. Mesmo com o uso da produção de conhecimento das prostitutas,

na confecção de cartilhas e manuais destinados às próprias prostitutas, o Estado não deixou de atuar de forma violenta.

Em 1997, ativistas da cidade do Rio de Janeiro denunciaram para parlamentares federais uma pesquisa que levou para as áreas de prostituição uma Kombi na qual agentes de saúde realizaram a coleta de sangue das prostitutas. Tal ação ocorreu de forma constrangedora e sem o consentimento das mulheres para realizar tal pesquisa. Devido a essa ação, a Rede Brasileira de Prostitutas iniciou um boicote às pesquisas da USAID, buscando reduzir a ação dessa agência norte-americana nos estudos de AIDS/HIV na região do Rio de Janeiro (O BEIJO DA RUA, 1997).

Gabriela Leite, em sua coluna da edição de 1997 de *O Beijo da Rua*, relatou a dificuldade de dialogar com o Estado, afirmando que os diálogos eram realizados de forma mecânica, sem se importarem com a efetividade dos direitos humanos na realização das pesquisas.

Cidadania e solidariedade hoje cabem em projetos bem elaborados e relatórios de atividades onde a relação custo-benefício é medida em indicadores dos mais variados matizes – ou seja, definitivamente as pessoas viraram números. (...) Respeito aos direitos humanos também está fora de moda, por isso esses desrespeitos tão grandes. (LEITE, 1997. *O Beijo da Rua*, ano X, número 1)

Na direção oposta dessa atuação da USAID com o governo federal sob a administração de Fernando Henrique Cardoso (1994-2002), o antigo Departamento de DST/AIDS produziu conjuntamente com a Rede Brasileira de Prostitutas os *Manuais de Prevenção das Profissionais do Sexo* (1996). Nesse documento há a reconstrução histórica do diálogo estabelecido com o Ministério da Saúde, as concepções acerca da noção da prostituição e a indicação dos modelos que legislam sobre a ocupação e a concepção laboral da prostituição. Além das concepções político-sociológicas, o manual retrata a concepção das prostitutas enquanto agentes de saúde, impulsionando a metodologia proposta pelo movimento da “educação entre seus pares”, dando maior autonomia e reconhecimento para as profissionais do sexo.

Mesmo com os esforços de produzir manuais, cartilhas e seminários organizados no período dos anos 2002-2010 que buscaram fortalecer a relação entre o movimento organizado das trabalhadoras sexuais e o Ministério da Saúde, em meados de 2011, o movimento rompeu a sua parceria com esse Ministério, deixando de disputar os editais convocados pela antiga Coordenação Nacional de DST e AIDS (CN

DST/AIDS). O motivo desta ruptura foi devido aos tipos de projetos de prevenção, que prezavam pelo teste rápido e que, segundo a RBP, iriam em direção oposta à Carta de Princípios. A política de saúde que dá ênfase aos testes rápidos reforça a ideia de que as prostitutas são transmissoras das doenças e institui a imagem que o papel das prostitutas nas políticas de prevenção seria de “repassadoras de preservativos”. O segundo motivo consistiu na pouca efetividade das conferências e dos manuais que não instituíram políticas que visassem à sustentabilidade das ações, inviabilizando as políticas de prevenção. Por fim, a terceira queixa apontada pela RBP dizia respeito aos poucos esforços empreendidos pelas instâncias estatais para reconhecer e regular a prostituição (LEITE; MURRAY; LENZ, 2015).

Outro exemplo emblemático que mostra as relações ambíguas do Estado com o movimento de trabalhadoras sexuais foi o veto à campanha “Sou feliz sendo prostituta”. Como abordado no capítulo 1 foram produzidas diversas frases com o intuito de positivar a prostituição. Dentre elas, houve a confecção da frase “Sou Feliz Sendo Prostituta”. A campanha foi lançada nas plataformas on-line do Ministério da Saúde e retirada do ar no mesmo instante pelo então ministro da saúde, Alexandre Padilha. A justificativa de Padilha para vetar a frases seria a falta de relação com o tema da saúde. A RBP solicitou naquele momento que toda a campanha fosse retirada do ar e que o Departamento fosse responsável por organizar outro encontro com base nos princípios de participação do SUS que visa a igualdade e integralidade (LEITE; MURRAY; LENZ, 2015).

Atualmente, as queixas da falta de políticas abrangentes e mais intersetoriais se permanecem. O *Estado que se reivindica* por parte do movimento organizado de trabalhadoras sexuais é aquele que respeita o exercício laboral destas mulheres e que propõe políticas de maneira mais integrada com outros âmbitos governamentais, tais como o Ministério do Trabalho, Seguridade Social, Secretaria de Políticas para Mulheres. A falta de abrangência nas políticas destinadas para o movimento de trabalhadoras sexuais aparece como reivindicação em outro evento no qual realizei a pesquisa de campo.

No I Seminário Nacional organizado pela Associação de Prostitutas de Teresina (APROSPI), realizado na própria cidade, em junho de 2018, a presença de diversas instâncias estatais, tais como a Secretaria Estadual de Saúde, Secretaria

Municipal de Saúde, Núcleo de Combate à Violência contra a Mulher, Secretaria Estadual da Mulher, Delegacia da Mulher foi garantida.

A mesa intitulada “Protagonismo das trabalhadoras do sexo: políticas públicas”, contou com a participação de uma representante da Coordenadoria de Estado de Políticas para as Mulheres do Piauí que admitiu não ter proximidade com o movimento de trabalhadoras sexuais do estado do Piauí. Explicou que essa falta de diálogo estaria sendo avaliada pela gestão e reconheceu que as políticas destinadas às prostitutas estavam restritas às pautas de saúde. Como resposta, Célia Gomes, atual coordenadora geral da CUTS e da APROSPI questionou “*o que falta para o Estado tomar uma atitude para restabelecer relações com a associação*”, já que, a associação busca incansavelmente esta parceria. “*A verdade é que a secretaria do Estado ainda não quer aprender e dialogar com a associação*” – enfatizou Célia. Segundo a coordenadora geral da APROSPI, uma das dificuldades de se inserir na Secretaria Estadual da Mulher está na visão dos coletivos feministas, que compõem essa secretaria, possuem sobre a prostituição, levando ao desrespeito com as trabalhadoras sexuais. Na abertura do debate, diversas lideranças do movimento de trabalhadoras sexuais aproveitaram para abordar a questão das diversas violências sofridas por elas e como o Estado falta no cotidiano e na elaboração de políticas contra a violência que atinge as trabalhadoras sexuais. Nas diversas falas, enfatizaram que “*prostituta também é mulher*”, “*os estupros que as trabalhadoras sofrem são apagados*”, “*nós chegamos na delegacia e não conseguimos fazer um boletim de ocorrência só porque somos prostitutas.*”

Como podemos notar, nesses fragmentos destacados acima, o *Estado que se reivindica* e o *violador* aparecem nas falas das trabalhadoras sexuais por meio da denúncia e da reivindicação de melhorias nos serviços públicos e por requererem a participação na Secretaria Estadual de Mulheres. Ao mesmo tempo em que *se reivindica* o Estado, esse possibilita espaços de mobilização como o que se corporifica na realização do evento I Seminário Nacional de Prostitutas que, foi possível mediante a aprovação do projeto encaminhado pelo edital destinado para a realização de eventos. No primeiro capítulo, mencionei a importância da realização dos Encontros como um espaço de construção e formação política e de ampliação das relações com os aliados. Os Encontros também refletem a presença do Estado, tanto pela participação de seus representantes que nos eventos, como por meio das verbas destinadas a esse fim. Dessa forma, podemos concluir

que o Estado se faz presente em diversos processos (SOUZA LIMA, 2012) em meio a representantes, editais, normativas, denúncias e reivindicações.

Busquei, ao longo deste tópico, descrever as relações que foram construídas entre o movimento de trabalhadoras sexuais e o Estado, com o intuito de destacar as diferentes faces e efeitos que o Estado adquire e produz. Entre violações, cartilhas, conferências, manuais e reivindicações, o Estado procura manter as relações com o movimento, buscando assegurar a manutenção dos diálogos. A face cruel dessa relação é a que não se propõe políticas propositivas mais amplas, indo além da saúde para contemplar questões relativas à seguridade social, autonomia financeira, fiscalização de casas de prostituição com o intuito de melhorar as condições laborais, ou até mesmo proporcionar mais acesso a outros segmentos da saúde. No entanto, o *acesso* ao Estado permanece restrito às políticas de prevenção. O Estado *violador*, por sua vez, aparece não só por meio da violação de direitos pelo uso da força, mas como a restrição do acesso a outros ativos sociais, como a saúde integral e o direito ao trabalho. Mesmo com a restrição deste acesso, o movimento de trabalhadoras sexuais produziu significativos avanços na década de 2000 que proporcionaram a ampliação da atuação e da participação política. Nessas fendas (PADOVANI, 2018) se abrem as possibilidades de aparecimento do Estado que *se reivindica* e do Estado *parceiro* que foram primordiais para a expansão e a consolidação do movimento trabalhadoras sexuais. Descrito, de maneira breve, esta complexa rede de interações políticas, passo agora a analisar outros tipos de parcerias e aliados constituídos pelo movimento.

2.2. Os parceiros e aliados

O estabelecimento de parcerias e aliados externos é compreendido pela literatura dos movimentos sociais como uma estratégia que visa ampliar, reconhecer e contribuir com a legitimidade dos movimentos (TILLY, 1992; TARROW, 2009). O poder de atrair pessoas que possam visibilizar as pautas, a história e as suas reivindicações parte da ideia de criar mais presença na esfera pública (Butler, 2018). Butler (2018) supõe que a política de alianças é uma forma que os movimentos que reivindicam direitos das minorias sexuais e de gênero devem estabelecer com outros grupos sociais, visando o fortalecimento da luta contra a precariedade. Segundo a autora, “a questão não é se reunir

por modos de igualdade que nos mergulhariam a todos em condições igualmente não vivíveis. Ao contrário, a ideia é exigir uma vida igualmente possível de ser vivida, que também seja posta em prática por aqueles que fazem a reivindicação, e isso requer a distribuição igualitária dos bens públicos” (BUTLER, 2018, p. 78).

Nessa direção, uma das primeiras estratégias instituídas pelo movimento de trabalhadoras sexuais foi estabelecer relações como a universidade, com os movimentos feministas, LGBT, e os movimentos negros, por moradia e da saúde. Estas relações também são estabelecidas com outros sujeitos que, de alguma forma, são ativistas de causas sociais, tais como advogadas(os), juízas, deputadas(os), partidos políticos, pesquisadoras(es). Esta tática visava a visibilidade e o reconhecimento das prostitutas enquanto um movimento social. A fragilidade o movimento no seu início, tornou necessário estabelecer ligações externas como um meio de criar diálogos para traduzir as suas reivindicações. Aparecida de Moraes (1995) sugere pensar no elo entre agentes externos e movimento é uma “forma de ajudar a construir o elo entre os interesses mais restritos e as forças políticas e sociais mais amplas” (MORAES, 1995, p. 211).

Os “aliados” e “parceiros” estabelecidos ao longo dos trinta anos do movimento de trabalhadoras sexuais foram os mais diversos. Esse tipo de tática, o intercâmbio entre atores externos ao movimento, produziu um tipo de fazer político próprio do movimento que diz respeito à constituição de articulações. Como já apontado no capítulo 1, a puta articulada ou uma associação articulada é aquela que consegue estabelecer os mais diversos diálogos. Estes diálogos são corporificados através das parcerias que podem auxiliar nas mais diversas ações e atividades para as associações e o movimento como um todo. Por exemplo, o caso relatado no capítulo um - como as associações conseguem manter o seu espaço físico a partir da parceria com as secretarias municipais de saúde.

Lourdes Barreto sugere pensar nas alianças como uma extensão do movimento. Segundo a liderança, “o movimento não precisa só de puta pra estar nele. É um movimento de quem acredita nesse movimento. Lógico que uma fala de uma puta empoderada é uma coisa, é principal. Mas de repente tu não és puto, nem puta, mas faz uma puta diferença” (BARRETO, *O Beijo da Rua*, 2017, p. 10).

Na concepção da Rede Brasileira de Prostitutas, um/a aliado/a ou um/a parceira/o pode ser considerado como um membro filiado ao movimento. Isto se traduz pela citação colocada acima, em que Lourdes sugere que “*tu não és puta, mas uma faz*

uma puta diferença”. Uma vez, durante um dos eventos que acompanhei. Lourdes me explicou que, muitas vezes, as pessoas que são “técnicas” e “pesquisadoras” ajudam mais no movimento do que as próprias prostitutas. Por isso, na sua visão, essas pessoas também são parte do movimento. Atualmente, a composição da RBP conta com a filiação de pesquisadoras/es, técnicas/os, estudantes e ativistas das causas sociais que não são prostitutas. Essas pessoas contribuem com as tarefas e ações da RBP, mas majoritariamente nos espaços de decisões políticas entre as prostitutas, estas pessoas não tomam uma posição de destaque.

Esta concepção não é compartilhada da mesma forma com as outras duas redes, CUTS e ANPS. Na visão de ambas, os aliados e os parceiros contribuem para o movimento, mas a composição das organizações deve prevalecer e ser auto gestada pelas próprias trabalhadoras sexuais/profissionais do sexo. Contudo, para ambas, as pessoas que são parceiras podem ajudar no cotidiano das associações, por meio da produção de relatórios, na escrita de projetos, na organização dos eventos ou até mesmo colaborar nos diálogos com as esferas públicas. De modo geral, algumas associações contam com o apoio de pesquisadoras/es que auxiliam nestas diversas atividades, executando essas tarefas de forma voluntária. Podemos concluir que uma das principais características de um/a aliado/a é contribuir com o movimento através da execução dessas atividades.

Durante o trabalho de campo realizado com o movimento nos anos de 2017-2018, eu me tornei uma ativista-aliada. Busquei não me filiar a nenhuma das redes para manter o distanciamento necessário à realização da pesquisa, de modo que as tensões e disputas não fossem prejudiciais para o andar da investigação. Contudo, não deixei de participar e contribuir nas diversas atividades propostas pelo movimento. Desde a minha primeira participação nos eventos, auxiliei na organização dos desfiles DASPU e me tornei a “técnica” que realiza as relatorias e organiza as sistematizações das propostas dos encontros e seminários. Esta foi uma forma de manter os laços com as sujeitas da pesquisa e de contribuir com o movimento. Esta, inclusive, é uma das queixas apontadas por diversas das lideranças que, *“a academia chega nas associações, participam do encontro, usam do nosso conhecimento e não retornam em nada para construir o movimento”* (Caderno de campo, junho de 2018). Dessa forma, situada nessas articulações sociais que me posiciono, entre ser uma estudante de pós-graduação de uma universidade pública, branca, residente da região do sudeste, busquei utilizar dessa experiência como um mecanismo de “ajuda” para o movimento. Assim, minha participação no movimento se

resumiu na produção das relatorias, organização dos eventos, na escrita de projetos, traduções simultâneas, tradução de textos e até mesmo no auxílio nos casos de denúncias que envolvia alguma situação de violência.

Para exemplificar como ocorrem as táticas para construir e estabelecer as parcerias das associações, cito a experiências de duas associações: Associação Mulheres Guerreiras (Campinas-SP) e Associação de Prostitutas da Paraíba (João Pessoa -PB).

A Associação Mulheres Guerreiras – Unidas pelo Respeito se situa na cidade de Campinas (SP) e possui sua sede física dentro da subsede da Central Única de Trabalhadoras (CUT-SP), que está localizada no centro da própria cidade. A coordenação da associação é composta por profissionais do sexo cis e trans. Segundo Betânia Santos, que se apresenta como “*preta, pobre e puta*” e é uma das coordenadoras da associação, a fundação da associação ocorreu em 2007. As Mulheres Guerreiras foram formadas a partir de um “*esqueleto que a Leila Barreto montou, buscamos a parceira com a ITCP da Unicamp e conseguimos formar a associação*”. Nessa época, a prostituição já tinha sido reconhecida como uma profissão na Classificação Brasileira de Ocupações (CBO). Assim, a associação buscou se organizou como um sindicato.

Temos ocupação. Somos profissionais do sexo. Qual foi o primeiro passo da associação: vamos procurar grupos que discutem isso, então, vamos atrás de uma central sindical. Para nos informar e informar aos outros que somos parte de uma categoria de trabalhadoras. Para nossa sorte, a secretaria era lésbica, casada com outra mulher que dirigia o Conselho Nacional da Criança e do Adolescente (CONAN). Daí o coordenador da CUT nos aceitou de cara (Betânia Santos, transcrição da fala na mesa “Trabalho Sexual, Direitos e Legislação no Brasil” no VI Encontro Nacional de Prostitutas, 2017).

Fundamentalmente, a atuação da Associação Mulheres Guerreiras é coletiva. Ela participa de diferentes grupos sociais da cidade de Campinas e do estado de São Paulo. Atualmente, a associação faz parte do Coletivo de Mulheres da CUT Campinas, do Conselho Municipal das Mulheres, das Promotoras Legais Populares, do Conselho Municipal de Direitos Humanos e integram cerca de dezenove coletivos feministas devido a sua inserção no Coletivo de Mulheres da CUT Campinas. Ao final da sua fala, Betânia sintetiza de forma forte como criaram todas essas parcerias:

Então, companheiras, as nossas transas não devem ser aguardadas, nós podemos agendar e ir atrás dessas transas. Foi assim que a Associação Mulheres Guerreiras de Campinas conseguiu essa inserção dentro de uma sociedade que nós fazemos parte, a sociedade, somos nós. A Tina falou que pagamos impostos tanto quanto um médico, um enfermeiro,

um secretário, e todos os outros trabalhadores. Do doutor ao lavrador, humanamente falando, somos todos iguais! (...) A associação vive de transa em transa para ocupar todos os espaços. Não queremos salvação e sim respeito pela nossa profissão” (Betânia Santos, transcrição da fala na mesa “Trabalho Sexual, Direitos e Legislação no Brasil” no VI Encontro Nacional de Prostitutas, 2017).

A atribuição de diálogos e articulação é traduzida pela liderança como sinônimo da palavra “transa” que permite pensar nos intercâmbios políticos empreendidos pela associação, ao longo dos seus dez anos de existência. Outro ponto que chama atenção no fragmento acima é a forma como Betânia lega a concepção de “trabalhadora” à prostituição, e considera a associação como parte da “classe trabalhadora”. Logo, todo trabalhador deve ter assegurado seus direitos trabalhistas, já que contribuem com sua força de trabalho e com impostos para o funcionamento da sociedade. Ao ocupar os espaços que, geralmente, não possuem representação do movimento de trabalhadoras sexuais, a associação consegue de maneira promissora e vigorosa disputar as concepções acerca da prostituição.

O segundo caso para exemplificar as estratégias e as formas como as associações conseguem construir as parcerias e alianças é a da Associação de Prostitutas da Paraíba da cidade de João Pessoa (PB), fundada em 2001 a partir de um projeto da UNESCO intitulado AMAZONA. Assim como as outras associações, a APROS-PB contou com o auxílio do GEMPAC para produzir os documentos necessários para registrar formalmente a associação. A composição da associação conta com a participação das trabalhadoras locais, quatro coordenadoras gerais, dentre elas Luza da Silva e o advogado, Breno Marques, que auxilia nos projetos e nas atividades gerais. A atuação da APROS -PB é bem abrangente, pois estende seus projetos e atividades às cidades de Sapé, Itabaiana, Cajazeiras, Patos e em cidades da grande João Pessoa. Para desenvolver todas essas ações, a associação conta com o apoio da Secretaria Municipal e Estadual de Saúde, do Fórum ONG/AIDS do Estado, do Conselho Municipal da Mulher, da Secretaria Estadual de Políticas Públicas para as Mulheres e de dois mandatos parlamentar: da deputada estadual Estela Bezerra (PSB) e de Sandra Marrocos (PSB). Além disso, há parcerias estabelecidas com as secretarias de outros municípios para desenvolver as políticas de prevenção e auxílio às trabalhadoras sexuais, tais como Varadouro, Cajazeiras e Itabaiana. Além dos órgãos públicos, a APROS–PB conta com o apoio de pesquisadores da Universidade Federal da Paraíba e de movimentos sociais, como coletivos feministas e LGBT.

Para demonstrar a dinâmica dessas articulações políticas empreendidas pela associação, transcrevo duas falas retiradas do II Seminário Nacional de Prostitutas, realizado em dezembro de 2018 na cidade de João Pessoa (PB), organizado pela própria associação em conjunto com as redes que compõem o movimento organizado de trabalhadoras sexuais. A primeira delas é a fala da vereadora Sandra Marrocos e a segunda de Luza, coordenadora da APROS- PB:

Antes de qualquer coisa, tenho que falar dos 17 anos de resistência. Eu estava lá com vocês nessa fundação. Eu tive essa honra, eu fazia mestrado na questão da saúde das mulheres. Trabalhei no projeto AMAZONA e comecei assessorar as mulheres e desses diálogos, a APROS – PB nasce. Estive durante 17 anos ao lado da associação e aqui sempre estarei. Uma das prioridades do mandato é com a associação. Uma das prioridades de luta, da agenda política, isso é uma atitude política importante (...) No dia Internacional da Prostitutas (2 de junho) realizamos uma homenagem na Câmara de Vereadores para dar visibilidade as ações e a história do movimento de prostitutas. Dando voz e dando cara (...) O mandato teve quatorze mil votos, contei com o apoio da associação e é quem esse mandato deve representar (...) queria falar algo muito importante e aproveitar para cobrar as outras instâncias que estão presentes: precisamos de um marco regulatório para as prostitutas. Mais do que nunca! (Sandra Marrocos. Fala transcrita do II Seminário Nacional de Prostitutas, 2018).

Como podemos perceber na fala da vereadora, ela acompanhou a trajetória de fundação da associação, contribuindo com sua inserção nas políticas de prevenção. Agora, como uma parlamentar, introduz nos espaços políticos institucionais o debate sobre a regulamentação da prostituição, bem como contribui com atividades de visibilidade e reconhecimento da associação. O que chama atenção é o apoio público de um mandato de vereança para impulsionar a participação e a visibilidade da associação na arena parlamentar. São poucos as/os parlamentares que colocam de maneira pública o apoio a uma organização de prostitutas. Nessa direção, a associação mantém aliados em todos os campos institucionais, que incluem desde secretarias ao Poder Legislativo.

Passo agora a transcrição da fala de Luza mostrar o tipo de tática que a associação utilizou para ampliar os diálogos com outras secretarias municipais para estendendo as atividades da associação para além dos limites da cidade de João Pessoa (PB):

Esse trabalho que realizamos com as secretarias, nós começamos em 2005. Nós encaminhamos as prostitutas para os serviços de saúde que tinha um dia específico de atendimento. Depois a gente viu que a gente não devia ter prioridade e nem ter dia especial de atendimento. A gente não luta por igualdade? Por que teríamos um dia especial para nós? Aí nós começamos a dialogar com os agentes de saúde para começar uma capacitação com a associação para sensibilizá-los. Algumas prostitutas contavam que não eram atendidas corretamente quando falavam que eram prostitutas. Muitas médicas aconselhavam que era para elas saírem dessa vida, arrumar um emprego. E aí, nós agendamos uma conversa para sensibilizar os médicos para explicar que as pessoas são livres para fazer o que querem e as pessoas devem respeitar. Depois disso, depois de um tempo, a gente ia nos municípios para fazer o trabalho de prevenção, levar informações e insumos. Depois disso, nós vimos que só a prevenção não ia ser suficiente. A gente não ia ter recurso suficiente para ir nas cidades, a gente recebia por causa dos projetos e nem sempre eles são aprovados. E aí, o que iria acontecer quando a gente não pudesse ir até essas cidades? Então, a gente viu que era melhor fazer uma parceria com os serviços de saúde de cada município. A gente tá fazendo esse trabalho desde o ano passado. A gente procurou as responsáveis pelas assistências de saúde e começamos a fazer a formação e ir aos pontos de prostituição. Aí, elas gostaram e começaram a juntar recursos para que a parceria se estendesse. Começamos em Cajazeiras e depois marcamos com a gerência das secretarias, e vamos indo para as outras cidades (Luza Silva, fala transcrita do II Seminário Nacional de Prostitutas, 2018).

É notável o poder de articulação impulsionado pela associação com a intenção de ampliar o atendimento para as prostitutas de distintas cidades da região da Paraíba. A articulação é organizada por meio das reuniões com as coordenadoras das secretarias de saúde para apresentar o projeto de sensibilização com os profissionais da saúde. Como muitas dessas cidades não possuem uma associação formada, a APROS – PB organizou ações que visassem o acesso à prevenção, bem como outros serviços de saúde, tal como os exames periódicos, visando atendimento mais humanitário para as prostitutas.

De maneira breve, demonstrei como são estabelecidos as parcerias e os aliados do movimento de trabalhadoras sexuais. A tática de procurar instituir diálogos com outros segmentos e órgãos públicos busca ampliar as ações políticas e ter o reconhecimento enquanto um movimento social. Passo agora à descrição do jornal organizado pela categoria: O Beijo da Rua.

2.3. O Beijo da Rua

“O Beijo da Rua” (1988) é um tabloide que foi criado pelo movimento como uma estratégia de dar voz às prostitutas e ter um canal de comunicação entre os estados, bem como criar uma disputa na arena midiática, buscando alterar as notícias que retratavam a prostituição. A apresentação da proposta foi aprovada no I Encontro Nacional (1987), com o intuito de ser um veículo de diálogo que expressasse a visão das prostitutas sobre suas experiências, mostrando os desafios da prostituição, debater propostas, estimular a leitura e a escrita das prostitutas. O jornal se tornaria uma peça central de articulação para a RBP que não dependeria de outros veículos de comunicação para organizar a categoria.

A primeira edição do Beijo da Rua foi lançada no I Encontro Regional Norte-Nordeste em Recife, em 1988. Como destaque, o jornal trazia no corpo editorial as discussões sobre a violência policial, tema do I Encontro. Nas manchetes haviam três títulos: “Violência”; “Prostituição não é caso de polícia”; “Sociedade se mobiliza para mudar lei confusa.” Nos demais textos que compunham essa primeira edição, em sua composição havia declarações de ativistas, divulgação de manifestações, um texto de um juiz do Trabalho e um outro de advogado criminalista (LENZ, 2011).

Desde os áureos tempos em que surgiu nas bancas de jornal **O Lampião** que eu imaginava o movimento de prostitutas tendo um jornal, onde se pudessem discutir todas as questões que dizem respeito a nossa amada maldita marginália (...) tentamos priorizar a organização das prostitutas em um movimento, e ao mesmo tempo enfatizar que a prostituição não é um fenômeno à parte da sociedade e sim que está inserida nela. Dessa forma, tentamos mostrar que a prostituta não é uma vagabunda ou então o resultado do capitalismo selvagem, mas sim a linha direta de uma sociedade que morre de medo de encarar sua sexualidade e conseqüentemente se sente profundamente ameaçada quando a prostituta mostra seu rosto. (LENZ *apud* LEITE, 1988, p.2).

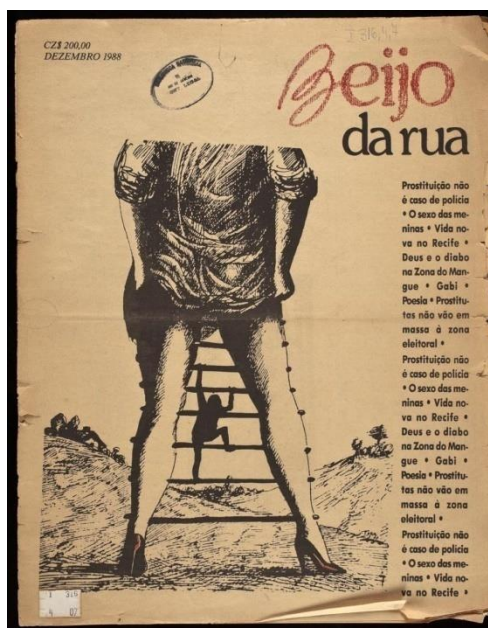


Figura 11 Primeira Capa "Beijo da Rua". Fonte: Arquivo Público do Estado do Rio de Janeiro. Coleção: DAVIDA

Assim como a formação da Rede Brasileira de Prostitutas, o jornal O Beijo da Rua contou com o apoio do Instituto de Estudos da Religião (ISER), a partir do Programa Prostituição e Direitos Humanos. Por meio do acesso a esse programa, o jornal conseguiu uma pequena verba para ser confeccionado. Segundo Lenz et al (2015), no próprio ISER Gabriela Leite contava com o apoio de uma equipe que ficou responsável pelas publicações, organização e pelo visual. Estabelecido a equipe para produzir o jornal, Gabriela ficou responsável por organizar um concurso para dar o nome ao tabloide. Assim, reuniram diversas prostitutas da área da antiga Vila Mimosa, uma antiga região de zona na cidade do Rio de Janeiro e com funcionários do ISER. Por fim, através dessa pequena votação a escolha do jornal foi definida: Beijo da Rua.

Lenz et al (2015) sugere que o nome não foi uma escolha aleatória e que contém dois elementos principais: a rua e o beijo.

Rua é o espaço mais tradicional de exercício da prostituição, além de lugar de encontro casual, paquera, surpresa, informalidade. Beijo, obviamente, associa-se a prazer. Ao serem ligadas pela preposição “da”, as duas palavras criam uma expressão incomum, distinta, por exemplo, de um beijo “na” rua. Isso porque a ideia de um beijo dado desde essa rua, ou por ela, metaforicamente, introduz a noção de anonimidade, algo característico da experiência urbana e também da prostituta, que frequentemente adota um nome de guerra, que pode

servir para designar uma característica pessoa e/ou sexual, mas também para apontar que se trata de um personagem (LENZ et al, 2015, p. 6)

A proposta do jornal é ser publicado a cada dois meses, sendo que as pautas eram definidas nas reuniões e ficava sob responsabilidade da associação DAVIDA. Para manter financeiramente o jornal, a associação disputava editais como, por exemplo, o Fundo Brasil de Direitos Humanos. Durante um período, compreendido entre 2004-2012, o acesso ao jornal era via online, através da sua página www.beijodarua.com.br, mas precisou ser desativado por falta de financiamento. Após o falecimento de Gabriela Leite, o jornal ficou sob responsabilidade do seu ex-companheiro, Flávio Lenz, que é um dos editores do tabloide.

Segundo Lenz (2011), a partir de 2002 as páginas do jornal se ampliaram, chegando até vinte páginas, com distribuição em 17 estados e nas fronteiras do Paraguai e Bolívia e cerca de doze mil tiragens, sendo distribuídos pelas associações. De modo geral, a composição do jornal possui uma nota da edição, notícias internacionais do movimento de prostitutas, informações das atividades realizadas pelas associações, colunas escritas pelas próprias prostitutas e por pesquisadores e, no final de suas páginas, uma coluna escrita por Gabriela Leite, intitulada “Coluna da Gabi”.

No ano de 2018, “Beijo da Rua” completou trinta anos com uma edição especial de comemoração. Em sua capa anunciava-se o seu aniversário com a manchete *“Lute como uma puta. Lutando como uma puta luta, este jornal das putas ao ano 30. E a luta continua. Uma puta luta”* (BEIJO DA RUA, Ano 30, número I, dezembro de 2018). Na foto de capa, há uma imagem com as pernas de uma mulher usando botas de cano alto de verniz preta e um guarda-chuva vermelho, símbolo internacional contra a violência das prostitutas.

No editorial, Flávio Lenz escreve um pequeno texto narrando sua trajetória como editor, relembando a trajetória política do jornal e a sua importância para o movimento. Esta edição, em sua composição, contou com diversos artigos dos parceiros construídos ao longo dos trinta anos. Dentre eles, Soraya Simões⁶³, Mauricio Toledo⁶⁴,

⁶³ Soraya Simões é professora adjunta do Instituto de Pesquisa e Planejamento Urbano e Regional (IPPUR-UFRJ), coordenadora do Observatório da Prostituição e membra da Rede Brasileira de Prostitutas.

⁶⁴ Mauricio Toledo é membro da Rede Brasileira de Prostitutas. Não tenho muitas informações a respeito da sua formação, mas pelos relatos de campo, Mauricio trabalhou durante muitos anos na associação DAVIDA.

Gabriel Alencar⁶⁵, Laura Murray⁶⁶, Friederike Strack⁶⁷ e José Miguel Olivar⁶⁸, além de notícias das últimas atividades e participação de eventos organizadas pelas redes e associações. Compõe também esta edição dois artigos de duas lideranças: Vânia Rezende (APPS) e Janete Oliveira (*in memoriam*). E por fim, na “Coluna da Gabi”, o editorial reuniu diversos compilados de colunas regidas por Gabriela ao longo dos trinta anos.



Figura 12 Capa do jornal Beijo da Rua. Edição comemorativa 30 anos

Em uma das matérias dessa edição comemorativa, há um espaço nomeado como “Um Jornal com as nossas falas”. Nele, diversas lideranças escreveram sobre os trinta anos do jornal. Cito abaixo os comentários proferidos pelas diversas lideranças

Eu quero é o jornal pras meninas lerem e se sentirem orgulhosas. É uma dose de ânimo de um jornal nosso, com as nossas falas (Diana Soares da ASPRORN (Natal/RN))

Chegou nosso jornal “Beijo da Rua” do que precisamos (Célia Gomes, APROSPI)

O jornal “Beijo da Rua 30 anos” já circulou na zona, na primeira reunião do Fórum de ONGs AIDS, nos conselhos de saúde e dia 9, será entregue entre os organizadores do bloco Rebuceteiros do Pará (Marias Elias, GEMPAC).

⁶⁵ Gabriel Alencar foi apresentado na introdução deste trabalho. Gabriel é mestrando em História e pesquisa sobre o jornal “Beijo da Rua”. Ele também é funcionário do Arquivo Público do Rio de Janeiro e responsável pelo conjunto DAVIDA.

⁶⁶ Laura Murray também foi apresentada nesta introdução. Doutora em Antropologia, é coordenadora do Observatório da Prostituição e também é membra da RBP.

⁶⁷ Friederike Strack é coordenadora da NSWP, uma organização internacional de trabalhadoras sexuais e atua conjuntamente com a RBP.

⁶⁸ José Miguel é doutor em Antropologia Social. Suas pesquisas se versam sobre prostituição e direitos sexuais. Durante seu doutorado, atuou conjuntamente com o NEP e também compõe a RBP.

Temos que fazer mais obra desse tipo para levar ao conhecimento do Brasil e do mundo. Vou fazer um belo trabalho com esse material (Ana dos Santos, *As Amazonas*).

Gente, peguei o jornal hoje, fiz a entrega às meninas, tá maravilhoso. Ai meu deus, obrigada por este momento de felicidade. Eu tô boba lesa com o jornal, eu já li o beijo umas seis vezes e cada vez acho melhor e vejo coisas diferentes ou melhor faço interpretações diferentes. As entrevistas estão perfeitas do jeito que a gente falou (Vânia Rezende, APPS).

A circulação do “Beijo da Rua”, como podemos notar, é uma importante ferramenta do movimento para ser um canal de comunicação entre as associações e estimular a participação das associadas. Mais do que isso, o jornal é uma poderosa estratégia para disputar a arena midiática, capilarizando as vozes das mulheres que exercem a prostituição, colocando em perspectiva os seus pontos de vista, estimulando a desconstrução da visão negativa sobre a ocupação. Nele, podemos acompanhar os trânsitos políticos do movimento organizado, as suas reivindicações, os projetos impulsionados pelas associações e suas conquistas. Além disso, o tabloide é uma ferramenta que contribui para o fortalecimento da autoestima das trabalhadoras sexuais que vislumbram no jornal, uma produção efetiva dos seus conhecimentos. Abordado a importância do Beijo da Rua, passo agora a uma outra estratégia midiática utilizada pelo movimento: a grife de roupas *Daspu*.

2.4. Daspu

Era 16 de dezembro de 2005, rua de batalha Imperatriz Leopoldina, Praça Tiradentes, centro histórico e boêmio do Rio. Com apoio de artistas e empresário da noite, assistidas por outros profissionais e apreciadas por gente de toda parte, profissão e origem, seis prostitutas da ONG DAVIDA e uma convidada autônoma lançavam a grife *Daspu*. Concebida em julho e descoberta em novembro, a iniciativa pretendia, pela moda, sacanear o estereótipo da puta, dar visibilidade aos desafios e conquistas do movimento organizado da categoria, destruir o preconceito e a carece e, claro, vender roupas para gerar recursos. Um negócio social (LENZ, 2008, p. 19).

A inusitada *Daspu* é uma grife de roupa criada por Gabriela Leite, em 2005, como uma forma alternativa de financiamento e visibilidade do movimento organizado de prostitutas. Segundo Bortolanza, *Daspu* é “um agenciamento coletivo para dar conta da configuração contemporânea dos desafios próprios à ação política do movimento de prostitutas” (BORTOLANZA, 2007, online). Tal ação também compõe uma das

estratégias do movimento para disputar as arenas da mídia, buscando combater o estigma: “As prostitutas ao desfilarem, mostram sua identidade, sem vergonha de serem puta.” (LENZ apud LEITE, 2012, p. 12).



Figura 13 Coleção Daspu na pista BR 69. **Foto:** Roberta Valerio.
Fonte: site Daspu

O nome Daspu, que brinca com o nome de uma grife internacional Daslu, possui como dinâmica um desfile em que as prostitutas são as principais modelos, vestindo as roupas confeccionadas por diversos designs da moda, tais como Sylvio de Oliveira e Laerte Coutinho, que sempre contém dizeres irreverentes que transpassam as noções normativas da sexualidade, tais como “Somos más, mas podemos ser piores”, “mete pra dentro seleção”, “puta luta”, “mulher da vida”.

Escrever nessas poucas páginas sobre a complexidade do desfile é algo quase impossível. É um *continuum* entre emoção, política, afeto e empoderamento. Nos desfiles, os corpos se transformam em pólos de resistência que desafiam a normatividade dos desfiles convencionais. Durante o trabalho de campo, auxiliiei três desfiles realizados no VI Encontro Nacional de Prostitutas (2017), Puta Dei em Belém do Pará (2018) e no II Seminário Nacional de Prostitutas (2018).

A organização do desfile é coordenada por Elaine Bortolanza, que durante dez anos atuou conjuntamente com Gabriela Leite na associação DAVIDA. Após a morte de Gabriela, Elaine ficou responsável por manter as atividades da grife. Atualmente, a grife participa de eventos do movimento, assim como de atividades externas ao movimento, como escolas de moda ou universidades. A grife se mantém através de financiamentos coletivos e da venda das suas camisetas. Para estruturar o desfile, Elaine sempre conta com o auxílio das mais diferentes parcerias, lojas de maquiagem,

maquiadores voluntários, escolas de modas para confeccionar novas roupas, DJs e bares. Toda a construção do desfile é estabelecida por essas diferentes parcerias, sem contar com nenhuma verba pública provenientes dos projetos da saúde.

Além das camisetas e roupas que são destaque da grife, o que chama mais atenção é a potência dos corpos reunidos durante o desfile. O conjunto de mulheres desfilando, colocando a público seus corpos e sua profissão, compartilhando experiências e esbanjando felicidade. Cada desfile é distinto do outro. Nenhum é igual e cada um possui suas especificidades. De modo geral, as mulheres se reúnem em algum espaço pré-estabelecido pela organização horas antes do horário do desfile, elas escolhem suas roupas, como querem a maquiagem e os cabelos. Muitas delas, ao escolherem as roupas, ficam um pouco tímidas, meio acanhadas. As pessoas que auxiliam no *making off* apresentam os *looks*, perguntam preferências de estilos, o que gostam mais de usar. As roupas dos desfiles possuem uma característica central em dar visibilidade ao corpo, à sedução e às mulheres. Após a escolha do *look*, as mulheres realizam a maquiagem e o cabelo. Quando prontas, Elaine orienta como será o desfile. Sempre a escuto falar que podem ocupar todo o palco, dançar como quiserem e podem interagir com as pessoas: “*É para botar o corpão na rua*”, como Elaine explica. Todas ficam enfileiradas esperando a música de entrada. O *set list* do desfile é preparado por um DJ que atua em parceria com a Daspu, o DJ Dolores. As músicas são as mais variadas, dando enfoque para músicas que retratem as experiências das mulheres. As mulheres vão entrando no desfile uma a uma, ou às vezes em pares. Dançam entre elas, e muitas vezes, interagem com o público. O encerramento, todas entram no palco ao som do *funk* criado para a Daspu.⁶⁹

Os corpos são variados: maduros, gordos, magros, altos, baixos, brancos, negros, desnudados, paramentados, pintados ou encobertos. As mulheres se transformam. Há brilho no olhar e um constante frio na barriga. Ao entrarem na passarela, uma grande força domina seus corpos. Há um misto de sedução, expertise sexual, autoestima, empoderamento e no fundo, uma certa timidez. Há jogo de olhares, dança corporal, bocas, sorrisos e muita dança. É interessante pensar na força que o desfile produz para essas

⁶⁹ Letra da música: “Daspu é uma puta parada. Daspu é uma parada de puta. No lazer, na folia, na pista ou na luta. Trepa zen, veste bem, goza bem na costura e sempre aguenta uma dura. Duracell, pilha forte, guenta o tranco, corre atrás, de peitinho liga e short. A cabeça tá erguida, peito aberto, puro esporte. Aqui, meu respeito que não tem ninguém de bobs. Se você quiser um cat, não se esqueça do dindin porque a parada é profissa e princesa são as minas”. Para escutar a música, acesse o link: <https://soundcloud.com/daspu/01-daspu-e-uma-puta-parada>

mulheres, como interfere em sua autoestima. Muitas delas, durante a preparação, me relatam que nunca desfilaram e que nunca foram tão bem tratadas. “*Me sinto quase uma modelo*”, “*ninguém vai acreditar que tive um dia de modelo*”, “*olha essa maquiagem*”, “*meu ex vai ver o que perdeu*”, “*quero ir assim pro cabaré*”. Esses são alguns dos comentários que escutei na preparação dos desfiles que acompanhei.



Figura 14 Desfile Daspu no VI Encontro Nacional de Prostitutas (2017) **Foto:** Ingrid Barros

Do outro lado, de quem assiste, há sempre comentários surpresos, espantosos e geralmente, as mulheres são recebidas com muita alegria, entre palmas e gritos. Em São Luís do Maranhão, no VI Encontro Nacional de Prostitutas, por exemplo, as pessoas que assistiam ficaram empolgadíssimas. A cada uma que entrava, um jeito diferente para se conectar com o público. Não houve nenhum tipo de tumulto, ou mesmo assédio. As mulheres nos desfiles se comunicam através dessa forma irreverente, com pais, mães, filhas, avós, com pessoas nos bares. Ao final do desfile, diversas pessoas entram na passarela e começam a dançar com elas. Ouvia pessoas dizendo que “*puta merece respeito*”, “*respeito a profissão mais antiga do mundo*”. Houve uma grande festa que contribuiu com a sociabilidade das pessoas que participaram desse desfile. Por meio dele, consegui perceber como a política do movimento cria diferentes formas e estratégias para alcançar sua visibilidade.

Os locais dos desfiles são os mais variados e não há um modelo específico. No VI Encontro Nacional de Prostitutas em São Luís do Maranhão, o desfile ocorreu na quadra da escola de samba “Flor do Samba” do qual Maria de Jesus, coordenadora da APROSMA é madrinha, localizado no bairro do Desterro. Em Belém do Pará, a passarela

foi improvisada e realizada em frente ao GEMPAC, no quadrilátero do amor, uma antiga região de zona de prostituição, com a ajuda da prefeitura da cidade. Na cidade de João Pessoa (PB), o desfile foi realizado na praça Antenor Navarro, ao lado dos cabarés.



Figura 15 Desfile Daspu no II Seminário Nacional de Prostitutas (2018). **Foto:** Marcel Vaz

A utilização do corpo como uma ferramenta política não é específica ao movimento organizado de trabalhadoras sexuais. Diversos movimentos utilizam de passeatas, barricadas e formas alternativas de usar o corpo, como por exemplo os movimentos feministas e LGBT, através de pinturas corporais.

Carla Gomes nos aponta a centralidade do “corpo” na construção e na incorporação da política, pois se torna um lugar discursivo “onde as ativistas depositam uma multiplicidade de significados e projetos, construindo uma gramática ao mesmo tempo compartilhada e disputada” (GOMES, 2017, p. 234). A autora complementa que o uso do corpo também inclui a mobilização das emoções que produzem as mensagens que “dão sentido e capacidade de apelo público” (GOMES, 2017, p. 234).

Assim como os movimentos feministas, o corpo também se torna um articulador político do movimento de trabalhadoras sexuais na medida em que ele carrega diversas emoções que transitam entre a autoestima e o estigma. Em seus desfiles, com as camisetas e roupas irreverentes, há diversas denúncias a grande reivindicação de reconhecimento do seu direito enquanto sujeitas, ao espaço público. Assumo, assim como Carla Gomes (2017), que o uso dos corpos nas manifestações feministas, como uma bandeira que encarna as reivindicações, indignações e demandas.

Na direção proposta por Butler (2018) anuncia em seu livro, *Corpos em aliança*, o corpo torna-se um produto do espaço público, demandando o direito de existir e aparecer publicamente, das mais distintas formas:

Os corpos são eles mesmos vetores de poder por meio dos quais os direcionamentos da força podem ser revertidos. Eles são interpretações corporificadas, engajadas em uma ação aliada, para combater a força com outro tipo e outra qualidade de força. Por um lado, esses corpos são produtivos e performativos (BUTLER, 2018, p. 93).

A produção desses corpos no espaço público não significa apenas mais um corpo na prostituição. Eles exprimem raça, gênero, sexualidade, regionalidade, pertencimento, respeito, direito e política. Estar nas ruas durante a *batalha* não é o mesmo que estar na rua nos desfiles. A expressão desses corpos desfilando se transforma em uma demanda pelo reconhecimento enquanto sujeitas de direito que podem estar no espaço público e que possuem o direito de ocupar esse lugar sem sofrer violências. Essa ação do desfile produz esses mais diversos significados que incluem refletir como os atos corporais são importantes recursos políticos utilizados por grupos que não possuem grande visibilidade na arena política.

Procurei, ao longo deste capítulo, traçar um panorama dos instrumentos de ação coletiva utilizado pelo movimento organizado de trabalhadoras sexuais. No capítulo um, comecei a apontar como se constroem as ferramentas políticas internas e, neste capítulo, procurei mostrar como esses instrumentos são produzidos para dialogar com seus interlocutores externos. Demonstrei a importância dos Encontros Nacionais e como são organizados para que os parceiros e aliados estejam presentes, além de demonstrar como são importantes para fortalecer os diálogos entre os seus mais diversos interlocutores. Apresentei a trama institucional complexa de interação do Estado com o movimento organizado. Como resultado, o Estado se apresenta por meio das mais variadas faces e jeitos: violações, consultas, normativas, seminários e por meio dos seus técnicos. Por fim, apresentei o jornal Beijo da Rua e a grife Daspu, como criativas formas de disputar a arena midiática. No próximo capítulo, discutirei a construção das principais reivindicações políticas.

Capítulo 3

“*Lute como uma puta*” – articulações, reivindicações e a agenda política do movimento organizado de trabalhadoras sexuais

Nossa pontualidade mesmo é nossa política afirmativa de eu ser mulher, eu faço do meu corpo o que eu quero, uso como quero, tenho como quero, esse é o ponto alto da nossa discussão. É respeito. A gente tem uma vida trabalhando a questão da liberdade, eu sou livre, e dentro desse “eu sou livre”, a gente que decide (Maria de Jesus, BEIJO DA RUA, ano 28. Número 2. Dezembro de 2017)

Nos capítulos um e dois delineei aquilo que conceitualizei como o movimento organizado de trabalhadoras sexuais, descrevendo sua base, sua forma de organização, sua história política e os instrumentos de ação coletiva utilizados para impulsionar as suas lutas. Neste capítulo, abordarei as construções das suas principais bandeiras reivindicatórias. As reivindicações são mecanismos importantes que são utilizados pelos movimentos sociais para dar visibilidade às suas causas e aproximar possíveis simpatizantes e até mesmo, atrair mais pessoas para o movimento.

São diversas pautas que acompanharam os trinta anos de movimento organizado. Não busco neste capítulo trazer de forma exaustiva como as pautas foram se consolidando no movimento. Interessa-me analisar as táticas e engajamentos que são produzidos a partir das discussões, bem como as concepções que orientam o fazer político das mulheres que integram o movimento. Nessa direção, como uma forma de contribuir com as pesquisas que investigaram o movimento organizado de trabalhadoras sexuais, me concentrarei nas pautas debatidas entre os anos de 2014-2018: (i) saúde integral (novas tecnologias de prevenção, saúde mental, prevenção de danos, uso de drogas); (ii) feminismos e prostituição (trabalho sexual, legislação, direitos, violências, estigmas e putafeminismo); (iii) auto organização e fortalecimento do movimento organizado de trabalhadoras sexuais.

3.1. *“Prostituta não é só cintura pra baixo”* - Saúde integral, novas tecnologias de prevenção, saúde mental, uso de drogas e prevenção de danos

Ao longo dos capítulos um e dois busquei demonstrar a centralidade que as políticas de prevenção das IST/AIDS tomaram no fazer político do movimento organizado de trabalhadoras sexuais, de modo que se tornou uma porta de acesso tanto para o Estado como para os direitos sociais. Formalizar a parceria com o Ministério da Saúde foi um importante meio tático para ampliar, consolidar e fortalecer o movimento durante todos esses anos de organização. Contudo, essa parceria impôs diversos limites que se refletiram no modelo de organização dos eventos, e na prioridade dada às pautas relativas à prevenção e à saúde integral.

Em 2011, houve o rompimento do movimento com o Ministério da Saúde⁷⁰, pois as lideranças frisavam que as prostitutas não eram só da “cintura para baixo” e que saúde deveria ser discutida e trabalhada na sua integralidade. Por integralidade, as mulheres compreendiam duas questões fundamentais: a primeira delas diz respeito à crítica de que o movimento só possui o acesso ao Estado por meio do Ministério da Saúde e a segunda se referia à falta de assistência médica, que não se podia restringir ao atendimento de prevenção, mas permitir o acesso das prostitutas a outras especialidades médicas.

A partir de 2013, o Departamento de IST/HIV/AIDS iniciou os primeiros programas para instituir uma nova política de prevenção: o teste rápido fluido oral como uma forma de realizar exames de prevenção para as intituladas “populações-chaves”. Em 2014, o Departamento de Vigilância, Prevenção e Controle das IST, do HIV/AIDS e das Hepatites lançou em sua plataforma um novo programa de prevenção intitulado “Viva Melhor Sabendo”. Segundo o seu site, “objetiva[va] a ampliação da testagem do HIV mediante a tecnologia da testagem rápida por fluido oral para as populações-chaves, em parceria com Organizações da Sociedade” (BRASIL, 2014, on-line). Segundo ainda as informações que constam no site do Departamento, a testagem seria desenvolvida em meios sigilosos de forma voluntária e oportuna em espaços de sociabilidade em que se ofereceriam testagem e aconselhamento para oferecer um diagnóstico precoce e um tratamento oportuno. A instituição do programa “Viva Melhor Sabendo” visava ancorar o engajamento comunitário, atuação dos organizações não-governamentais na prevenção

⁷⁰

Ver capítulo 1.

mediante a metodologia da educação entre pares, com o intuito de conduzir as atividades propostas pelas verbas destinadas para a execução do programa (BRASIL, 2014, on-line).

A Rede Brasileira de Prostitutas, em sua Carta de Princípios, expressou sua crítica ao oferecimento de exames e outros procedimentos médicos nos locais em que as profissionais exercem a prostituição. Esse tipo de abordagem podia criar constrangimentos para as prostitutas, devido ao enorme estigma criado pela associação da emergência da AIDS com as trabalhadoras sexuais. Dessa forma, a RBP, naquele momento, acreditava que focar nas tecnologias de prevenção, como o teste rápido era uma maneira de atribuir um processo de estigma em cima das trabalhadoras sexuais. Mesmo com essas críticas, algumas associações mantiveram o diálogo com o Ministério da Saúde, participando dos novos editais relacionados ao programa “Viva Melhor Sabendo”⁷¹.

A testagem rápida via fluxo oral não era a única abordagem de prevenção utilizada pelo Departamento de IST/HIV/AIDS. A partir de 2013, os seus técnicos e responsáveis passaram a adotar como política a “Prevenção Combinada”. Segundo o site do Departamento, essa era “uma estratégia que faz o uso simultâneo de diferentes abordagens de prevenção (biomédica, comportamental e estrutural) para responder as necessidades de determinados segmentos populacionais e de determinadas formas de transmissão do HIV” (BRASIL, 2014, online). No conjunto de técnicas que abrangem a política da “Prevenção Combinada”, temos o diagnóstico e o tratamento das pessoas com IST e HV; oferecimento, distribuição e o uso dos preservativos masculinos, femininos e gel lubrificante; tratamento de todas as pessoas vivendo com HIV/AIDS; testagem para o HIV e outros IST e HV; Profilaxia Pós-Exposição⁷² (PEP); Profilaxia Pré- Exposição⁷³

⁷¹ Até o ano de 2018, houve os seguintes projetos aprovados: 03/2015 pela APROS-PB; 01/2017 pela APROSPI e do Grupo Liberdade; 02/2016 APROS-PB, APROSPI e CIPMAC; 01/2016 CIPMAC; 04/2016 APROS-PB; 02/2018 APROSPI; APROS-PB; APROSMIG e 33/2017 APROS-PB e APROSMIG. Todas essas informações foram retiradas do próprio site do Departamento de IST/HIV/AIDS e Hepatites Virais.

⁷² A PeP é uma medida de prevenção de urgência à infecção pelo HIV, hepatites virais e outras infecções sexualmente transmissíveis (IST) que consiste no uso de medicamentos para reduzir o risco de adquirir as infecções. Ou seja, em caso de violência sexual, ou relação sexual desprotegida ou algum acidente ocupacional, a pessoa utiliza os medicamentos para evitar a sua contaminação. Informações retiradas do site: <http://www.aids.gov.br/pt-br/publico-geral/prevencao-combinada/pep-profilaxia-pos-exposicao-ao-hiv>

⁷³ A PrEP é uma nova tecnologia preventiva que visa na tomada diária de um comprimido que impede que o vírus causador da AIDS infecte o organismo, antes de a pessoa ter contato com o vírus. O seu uso não é para todas as pessoas, somente é indicada para pessoas que tenham maior chance de entrar em contato com o HIV. Informações retiradas do site: <http://www.aids.gov.br/pt-br/publico-geral/prevencao-combinada/profilaxia-pre-exposicao-prep>

(PrEP); prevenir a transmissão vertical; imunização para HBV e HPV; e redução de danos (BRASIL, on-line).

A apresentação e o diálogo sobre as políticas de prevenção são realizados por meio de reuniões convocadas pelo Departamento, bem como nos Encontros Nacionais e Seminários Nacionais organizados pelo movimento. Como uma forma de demonstrar como esses diálogos são construídas pelo movimento e como as mulheres debatem a pauta da prevenção, passo agora à descrição do painel intitulado Políticas Públicas e Ações Nacionais referente a Trabalho Sexual, HIV e AIDS, realizado no VI Encontro Nacional de Prostitutas (2017). Em sua composição, houve a presença de Elisiane Pasini (até então a assessora técnica do Departamento de Vigilância, Prevenção e Controle das IST, do HIV/AIDS e das Hepatites Virais); Diana Soares (ANPS e da Associação de Prostitutas do Rio Grande do Norte); Dra. Marlene Teixeira (UnB e do Grupo de Estudos em Gênero, Política Social e Serviços Sociais); Wendel Alencar (Coordenação Municipal IST/AIDS da cidade de São Luís do Maranhão); Nilza Marinho (DAVIDA).

A mesa se iniciou com a fala de Wendel Alencar retratando a importância do fortalecimento das políticas de prevenção no contexto de desmantelamento do SUS. Enfatizou a importância da luta contra a privatização do SUS e como direcionar as lutas internas que não levem ao seu enfraquecimento. Direcionou a sua fala realizando o resgate histórico do SUS que completou, na época da realização do Encontro, 27 anos. Colocou a seguinte questão para o movimento: como construir políticas descentralizadas, mas sem esbarrar no perigo da privatização do SUS. Ressaltou, também, que as verbas destinadas para as políticas de prevenção se encontravam congeladas, desde 2009, e que isso não era novidade. Houve um processo de descentralização das políticas e dos recursos, porém não houve aumento das verbas destinadas à prevenção

Após a apresentação de Wendel Alencar, a professora doutora Marlene Teixeira iniciou a sua apresentação realizando um resgate histórico sobre a parceria das universidades com o Ministério da Saúde e com o movimento de prostitutas. Essa parceria se deu pela primeira vez na realização da I Consulta Nacional sobre Prostituição e AIDS (2006). Na época, a UnB, sob a coordenação da professora Eunice Dias, ganhou o edital para serem os responsáveis pela realização da pesquisa. Dessa forma, criaram uma metodologia em que pessoas do movimento entrariam como consultoras, sob representação de Gabriela Leite e Lourdes Barreto. A pesquisa teve como foco investigar as práticas sexuais e de saúde. O questionário foi construído conjuntamente com o movimento, que atuou em 10 cidades brasileiras – oito capitais e duas cidades do interior.

A partir do diálogo com o movimento das prostitutas, enfatizaram a importância da luta pela autonomia das profissionais do sexo para construir as políticas de prevenção. Nessa direção, a Dra. Marlene enfatizou a luta pela saúde a integral, que as profissionais do sexo não são somente “vagina” e que devem ser vistas para além do seu órgão sexual. Para Marlene, uma forma de descentralizar as verbas para os projetos de saúde se daria pelo livre acesso para pautar os projetos sem que estes fossem vinculados somente pelos princípios do departamento. Na pesquisa, realizada em 2006, foram abordados os temas do estigma e da violência policial, se tornando um importante dado para direcionar políticas públicas para as trabalhadoras sexuais.

Elisiane Pasini, que até nesse período ainda era a assessora técnica do Departamento IST/HIV/AIDS, iniciou sua fala após a apresentação da prof^a Dr^a Marlene Teixeira. Elisiane, assim como as/os outras/os convidadas/os, realizou um resgate histórico da relação do Departamento com o movimento organizado de prostitutas. Pasini priorizou, em sua fala, a importância do ano 2002, momento em que foi instituída a primeira campanha nacional em parceria com o movimento organizado de profissionais do sexo: *Sem Vergonha Garota, Você tem Profissão* (2002), além do *Seminário Prostituição e AIDS* (2002). Subsequentemente foram ofertados o *Projeto Esquinas da Noite* (2004), a realização da Pesquisa Nacional da UnB (2004) e o Projeto nacional *Sem Vergonha* (2006).⁷⁴ Elisiane também abordou a participação das lideranças nos comitês internos, tal como a Comissão de Articulação dos Movimentos Sociais (CAMS). Explicou também as mudanças nas políticas de saúde, buscando o protagonismo dos movimentos sociais e frisando o papel do departamento em aprovar projetos, mas sem aprisionar as políticas do movimento. Após o resgate histórico, Elisiane iniciou a comunicação sobre a PreP e PeP, preservativo para mulheres e as ações de prevenção. Falou dos desafios internos do departamento, buscando construir políticas específicas para as trabalhadoras do sexo.

Após a apresentação de Elisiane, Nilza Marinho do DAVIDA (RJ) narrou a sua experiência como soropositiva há 12 anos. A ativista contou como ingressou no movimento organizado de prostitutas. Através de Dorothy, uma veterana do movimento de prostitutas do Rio de Janeiro, conheceu Gabriela Leite, que a convidou para atuar no DAVIDA através dos projetos de prevenção, em 2003. Em 2005, com a DASPU, começou a desfilar, o que contribuiu para a sua autoestima e, pela primeira vez, participou

⁷⁴ Os projetos e seminários foram apresentados no capítulo dois.

de diversos programas na televisão. Participou do projeto Mulheres Seresteira e do Bloco DAVIDA. Mesmo com esse desafio, Nilza não deixou de participar do movimento. Contou das violências ocorridas em sua vida, como a perda de duas netas travestis. Mesmo assim, continuou com suas lutas através da solidariedade de todas as prostitutas. Apesar de não estar mais exercendo o trabalho sexual, continuava a apoiar o movimento através do posto de saúde em Delfim Roxo.

A quinta convidada da mesa foi Diana Soares, coordenadora geral da ANPS e da APROSRN. A liderança se apresentou como trabalhadora sexual, educadora social, alfabetizadora e comerciante. Como o encontro estava permeado por conflitos acerca da formação das duas redes, Diana iniciou sua fala apontando o motivo da criação das duas redes e manifestou o desejo de não criar desavenças e nem disputas por dentro do movimento. Frisou que a criação de outras redes não partia da ideia fragmentar o movimento, mas de união, ainda que com visões diferentes de movimento⁷⁵. Após mencionar sobre as tensões internas, Diana narrou a sua trajetória política, que não se voltara somente para o ativismo das profissionais do sexo, mas também para políticas para lésbicas e bissexuais. O foco nas discussões referentes à orientação sexual se deu devido à sua própria orientação: Diana se apresentava como uma “profissional do sexo e bissexual”. A liderança também narrou que, por meio da Articulação Norte-Nordeste, foi marcada uma reunião com a SPM, solicitando cadeira para representação do movimento de prostitutas, questão gerou uma discussão interna na própria Secretaria que nunca deu uma resposta para o movimento organizado de trabalhadoras sexuais. No que diz respeito à discussão da saúde, enfatizou a necessidade de discutir a previdência para as prostitutas e políticas que visassem a fiscalização das casas de prostituição para melhorar a condição laboral das profissionais.

Após as falas das pessoas que compuseram a mesa, foi aberto o debate. Lourdes Barreto questionou a descentralização dos recursos para as políticas de prevenção da AIDS, pois houve problemas nos municípios que não receberam de forma adequada as verbas, o que gerou problema na compra dos insumos e na realização dos projetos com as ONGs. Essa liderança também abordou a questão da institucionalização das políticas, enfatizando que a prevenção era importante, mas criticou a forma, pois o fato de algumas profissionais do sexo terem se tornado multiplicadoras da saúde criou uma hierarquia entre as prostitutas. Segundo Lourdes, “*quando a gente chega no cabaré*

⁷⁵ Essas disputas foram discutidas no capítulo um.

com uma prancheta debaixo do braço, intimidada as putas porque eu já não estou falando de igual para igual. Então, eu acho isso é um problema que temos que debater”. Lourdes ainda apontou alguns limites no programa Viva Melhor Sabendo. De acordo com ela, tratava-se de um projeto de prevenção importante, porém:

[...] tem que haver uma forma que o projeto não seja só testagem. Eu defendi na época que o projeto pudesse debater a questão da identidade, da organização política, do cabaré, da cultura. Teve pessoas da própria Rede que criticaram o programa por causa de ser focado só na testagem (Fala transcrita do VI Encontro Nacional, 2017).

Ainda acerca da implementação das novas tecnologias de prevenção, a Pep e a PreP, Cida Vieira (APROSMIG) enfatizou a necessidade de ampliar as campanhas do uso das tecnologias, pois os agentes de saúde não estão sabendo informar corretamente sobre os seus usos, criando uma grande desinformação no centro de saúde. Dessa forma, Cida pediu a Elisiane que houvesse mais campanhas informativas, pois as que estão sendo desenvolvidas não são suficientes. O outro problema que inclui a PeP e a PreP é a pouca distribuição dos medicamentos nos postos de saúde. Na direção das críticas relativas à distribuição de medicamentos e insumos de prevenção, Betânia Santos, da Associação Mulheres Guerreiras mencionou que *“quando o Ministério da Saúde vai propagar a campanha do preservativo feminino em todo país para que todas as pessoas tenham acesso”*. Segundo a liderança, em todos os postos de saúde em que circula não há informações sobre o preservativo feminino, o que dificulta as campanhas e as informações sobre diferentes métodos de prevenção e contraceptivos: *“Por exemplo, em Campinas, não fica visível as camisinhas femininas. Tem que criar oferta para ter a demanda. Todo mundo precisa saber que ela existe. A camisinha não deve ser só de acesso para as putas, todas as pessoas que tem vagina devem usar a camisinha. Nós lutamos não é só pra prevenção das prostitutas, nós lutamos por todas as mulheres”* (Fala transcrita do VI Encontro Nacional, 2017).

Outra questão muito criticada nessa mesa foi a enorme burocracia que estava envolvida no envio de projetos para disputar os editais. Durante a década de 2010, muitas associações tiveram problemas relativos a prestações de contas, o que as impossibilitava de disputar os editais do Ministério da Saúde. Fátima Medeiros, da Associação de Prostitutas da Bahia, pediu a palavra para enfatizar sobre esse problema. Segundo ela, *“é muita burocracia, muito papel, dependemos da prefeitura para ter o certificado do ‘nada consta’ e somos nós que estamos ali, com o trabalho para fazer*

prevenção, organizar as prostitutas e tem todas essas dificuldades” (Fala transcrita do VI Encontro Nacional, 2017). Célia Gomes, presidenta da CUTS e da APROSPI, também falou das dificuldades de as associações disputarem os editais da saúde:

Na última reunião da CAMS, eu e Leila, enquanto CUTS e Rede, pedimos anistia das companheiras para a UNESCO porque nós sabemos que não é fácil pra trabalhar. Nós aprendemos com o tempo e com a vida. Então, são muitas que estão com esse problema. Nós fomos prepotentes e pedimos anistia a UNESCO (Fala transcrita do VI Encontro Nacional, 2017).

A intenção de trazer esses fragmentos e a descrição dessa mesa foi demonstrar como as lideranças disputam as demandas com o Ministério da Saúde almejando aprimorar as políticas de prevenção, de modo a incluir as demandas da sua base. Torna-se importante ressaltar que aqui não trata de criticar incondicionalmente as políticas empreendidas pelo Departamento, mas demonstrar que há diversas tensões internas com a finalidade de melhorar, ainda mais, as suas estratégias de prevenção.

Primeiramente, como já mencionado no começo desse capítulo, a política de prevenção tinha como uma “base mãe” a “Prevenção Combinada”, que oferecia diferentes abordagens e técnicas para garantir a distribuição de insumos e medicamentos, bem como, distintas abordagens para executar as suas propostas da incidência da IST/HIV/AIDS. Contudo, a primeira ressalva que apareceu nessa mesa foi a questão da falta de verba dos municípios com o processo de descentralização do SUS. A segunda diz respeito ao “Viva Melhor Sabendo” e o foco na testagem via fluido oral que em sua elaboração não abrangeu outras discussões, tal como apontado por Lourdes. O uso da PeP e do PreP também foi alvo de ressalvas, apontadas por Cida Vieira, que chamou a atenção para a falta de preparo dos agentes de saúde. Betânia Santos seguiu suas considerações posteriormente e criticou a falta de campanhas e o oferecimento de preservativos para mulheres cis e homens trans. E por fim, as lideranças apontaram a necessidade do Departamento e da UNESCO desenvolverem formas alternativas de resolver inadimplências das associações que não podiam mais disputar os editais. Esse problema se deu, principalmente, na década de 2010: as associações não tiveram as prestações de contas aprovadas e, como consequência, não podem receber verbas provenientes da UNESCO.

Podemos concluir, então, que essas mesas se tornaram um espaço em que as associações e redes negociavam e disputavam suas demandas com o Departamento. As

questões que ainda não tinham respostas, as mulheres as transformaram em pautas reivindicatórias, sendo debatidas em plenárias finais. É perceptível que as reivindicações por saúde abrangiam toda a sua cadeia produtiva: verbas nos municípios, ampliação das ações, distribuições de insumos, formação dos técnicos e problemas burocráticos referentes a inadimplência.

Essas questões também foram levantadas no II Seminário Nacional de Prostitutas (2018), em que logo no primeiro dia a APROS-PB organizou três grupos de trabalho para investigar quais eram as maiores dificuldades encontradas, tanto pelas associadas, quanto pelas associações, no acesso às políticas de prevenção. Dentre as diversas questões, as mais mencionadas foram: capacitação dos profissionais da saúde, sobretudo os da saúde primária para atender as “populações-chaves”; reforçar o uso do preservativo; enfatizar os efeitos colaterais do uso da PeP e da PreP; ampliar as campanhas de testagem e vacinação; capacitar os profissionais de saúde sobre PeP e PreP; multiplicação dos pontos de acesso para a PeP e PreP, principalmente nas cidades do interior; melhor o acesso aos diagnósticos nos municípios; melhoria do planejamento e a logística dos insumos preventivos, preservativos, vacinas e medicação; disseminação das informações referentes à PeP e PreP; propagação das políticas de prevenção de forma coletiva; articulação, entre os movimentos sociais, para ampliar o alcance das políticas de prevenção. É uma gama de questões que, como podemos notar, incluía refletir sobre “saúde” de maneira mais abrangente e fora do foco nos direitos específicos de um segmento, mas pensando na saúde de forma integral, ou seja, para que as políticas de prevenção fossem de alcance universal e não somente para as ditas “populações-chaves”.

Quando apresentei as técnicas utilizadas pela política da “Prevenção Combinada”, mencionei que uma das suas abordagens inclui a “redução de danos”. Essa abordagem se caracteriza por um conjunto de ações que visam minimizar os danos sociais e à saúde associados ao uso de substâncias psicoativas. As intervenções criadas para minimizar esses danos são marcadas no campo da saúde como uma forma de ampliar a esfera dos direitos à saúde, cidadania e Direitos Humanos. Segundo o site “É de Lei”, as práticas de redução de danos “buscam a socialização política de usuários de drogas de maneira crítica, no sentido deles se tornarem protagonistas, de promoverem o autocuidado com a saúde e a busca por direitos, pela discussão de políticas governamentais e políticas de estado, numa perspectiva que passava pelo individual e

também pelo coletivo” (É DE LEI, 2014, on-line). Estes princípios, inclusive, são apresentados no site do Ministério da Saúde, que institui como uma tática para discutir sobre a prevenção.

As discussões relativas às práticas de redução de danos envolvem um tema extremamente caro ao movimento de organizado de trabalhadoras sexuais, que é o uso de drogas lícitas e ilícitas no cotidiano do exercício da prostituição. Na retrospectiva realizada no começo desse capítulo, percebe-se a pouca menção dessa discussão. Pelos trânsitos empreendidos durante o trabalho de campo, foi possível perceber que tal tema não era muito discutido por ser considerado um tabu interno, quase um medo, da relação que o senso comum faz do exercício da prostituição e que se inter-relaciona com criminalidade e drogas. De fato, o uso de drogas não é exclusivo das intituladas das “populações-chaves”. É um tema de abrangência universal: em alguma medida, todas as pessoas são usuárias de algum tipo de droga, seja cafeína, antidepressivos, álcool ou drogas ilícitas. Entretanto, discutir como negociar os seus usos no cotidiano laboral é uma tarefa importante com o intuito de reduzir os seus danos. Essa questão começou a ser discutida pelo movimento a partir do VI Encontro Nacional (2017) e nos dois Seminários Nacionais realizados no ano de 2018.

Para falar das formas como o debate foi se construindo no interior do movimento, preciso, primeiramente, contar um pouco da história de Juma Santos, coordenadora geral do coletivo Tulipas do Cerrado (DF). Juma é uma das lideranças de quem não se esquece: presença corporal, alta, com sorriso no rosto, simpática e direta, contestadora e uma mulher com vários contatos e expertises. Sua vida, contudo, não foi nada fácil. Atualmente deve ter por volta dos seus quarenta anos, mãe, branca, oriunda de uma família simples do interior de Goiás. A sua trajetória foi narrada por ela em uma das mesas realizadas no II Seminário Nacional de Prostitutas (2018), intitulada “Saúde Mental, Drogas e Redução de Danos.” Devo alertar minhas leitoras e meus leitores que, nas páginas que se seguem, a história de Juma retrata momentos profundos das mais diversas violências. Não quero com isso fazer algo sensacionalista da vida dessa liderança. Pelo contrário, retrato para demonstrar não só a sua força, autonomia e agência diante de tantos percalços, mas como a partir da sua experiência, Juma aprimorou o engajamento político interno ao movimento para trazer à tona, para o coletivo, temas poucos aprofundados.

Juma iniciou sua apresentação narrando que ela nasceu da redução de danos, *“falar sobre reduções de danos não é um discurso decorado, é uma história de vida”*.

Dentre as diversas articulações que atravessam a sua trajetória, Juma explicou as dificuldades que se colocaram em sua vida para se assumir enquanto uma profissional do sexo. Segundo a coordenadora, *“era muito mais fácil se assumir enquanto uma usuária de drogas e uma moradora de rua do que uma profissional do sexo”*. Enfatizou a importância da mesa em que debatia para discutir as políticas internas ao movimento de prostitutas: *“estou há seis anos no movimento e nunca falei de drogas como eu vou falar hoje. Por que será que eu nunca falei de drogas? Porque era muito difícil as minhas companheiras do movimento se assumirem como usuárias de drogas. Então, como trazemos essa discussão para dentro do movimento?”*

De maneira muito cautelosa, Juma utilizou-se de sua história de sua vida e a utilizou como um fio condutor para demonstrar a importância de pautar internamente as discussões relativas ao uso de drogas, saúde mental e redução de danos, de forma que se criasse uma identificação com as mulheres que estavam presentes no evento. Devo ressaltar que essa mesa, foi uma das que apresentou maior interação entre as lideranças presentes e as associadas da APROS-PB. A história de vida de Juma foi compartilhada por muitas que estavam ali: se assemelham com as diversas violências que foram aparecendo em suas vidas, de maneira que Juma apresentava as resistências construídas por ela. Essas resistências se transformaram em bandeiras políticas e seu trabalho: redução de danos e profissional do sexo.

A história de Juma possui sete inflexões fortes que a tornaram uma multiplicadora e agente de redução de danos: a morte de sua mãe, a violência sexual cometida por sete policiais, a apresentação da cola, depressão, maternidade, ingresso ao sistema penitenciário e a redução de danos. A liderança iniciou sua palestra falando sobre sua mãe e a mudança para Brasília.

Perdi minha mãe aos dez anos de idade, aos dez me tornei uma mulher adulta. Saí do interior e fui para Brasília. Tenho meus princípios deixados pela minha mãe e fui procurar uma escola. Passei uma semana na porta da escola para ser matriculada. Tinha minha certidão de nascimento e uma bolsa tão menor que não cabia as cinco peças de roupas que eu tinha” (Fala transcrita do II Seminário Nacional de Prostitutas (2018).

Para se manter na escola, Juma criou diversas expertises para negociar os dois espaços sociais: a escola e a falta de um lar fixo. Segundo ela, passava o dia na escola e durante a noite ia dormir na emergência de um hospital de Brasília. Dos 10 aos 13 anos foi vivendo nessa dinâmica entre a escola e o hospital. Até que um dia, em um domingo,

um segurança do hospital que nunca tinha visto Juma pelos corredores a expulsou. Juma, como mesmo narrou, sofreu diversas negligências do Estado: não teve o direito de uma infância, uma boa alimentação, educação, segurança e saúde.

Eu, com minha bolsinha, fui para a rodoviária e procuro quem? A polícia militar. Eu tinha 13 anos que não tinha nem peito. Um simples fato d'eu ser moradora de rua, sem pai e nem mãe, já era colocada como usuária de drogas. Sete policiais militares tiveram acesso ao meu corpo (Fala transcrita do II Seminário Nacional de Prostitutas, 2018).

Ao amanhecer, da noite que parecia nunca acabar, Juma saiu da rodoviária, com as marcas das violências profundas deixadas pelos algozes do Estado. Ninguém prestou socorro a uma criança de 13 anos, ensanguentada. Uma pessoa invisível em meio às ruas. Juma contou emocionada que queria morrer. Eis que no meio da multidão, *“um menino menor do que eu, chegou com um abençoado saco de leite com a cola. A bendita cola. Naquele momento, onde ninguém me enxergava, aquele menino salvou a minha vida”* (Fala transcrita do II Seminário Nacional de Prostitutas, 2018).

Nesse momento, durante a comunicação realizada por Juma no II Seminário Nacional de Prostitutas, é possível perceber as pessoas atentas e emocionadas pela sua história. Juma, durante a sua oficina, buscou ser dinâmica, para instigar a participação de todas as pessoas presentes. Após retratar sobre a violência sexual e o seu primeiro contato com a cola, ela voltou-se às participantes e questionou: *“Pergunto a vocês, qual foi a primeira droga que eu tive acesso?”* Imediatamente, diversas pessoas responderam *“a cola!”*. Juma respondeu com a seguinte reflexão: *“olha para você ver, tudo que eu falei aqui da minha vida perdeu sentido quando eu falei da cola”*. Outra coordenadora, Milena do CIPMAC (Campina Grande), que também faz parte de uma rede de redução de danos, ensaiou uma resposta. Juma, por sua vez, quis esperar uma resposta do público para ver se as pessoas refletissem qual foi a primeira droga que ela teve acesso. *“Fala então, Milena, você que sabe a resposta”*. Milena respondeu em alto bom som no fundo do auditório: *“a violência”*.

As pessoas, meio constrangidas, ficaram um minuto em silêncio e, assim, Juma continuou o seu diálogo, narrando que após a violência fez o uso da cola por três meses e desistiu dos seus estudos. Após três meses, a coordenadora contou que decidiu voltar a estudar por não ser a vida que a mãe dela queria para ela. Segundo Juma, quando buscou retomar os estudos, percebeu que sua barriga estava crescendo. *“Na noite que resolvi largar a cola e voltar para a escola, um dos policiais que teve acesso ao meu*

corpo me espancou”. Em mais uma cena violenta do braço armado do Estado, Juma sofreu mais uma agressão dos policiais. Muito emocionada e com olhos cheios d’água, a coordenadora explicou que mesmo com essa agressão profunda, sua filha nasceu: *“tive minha filha, ela é linda”*.

Sem perspectiva de vida, desmotivada e marcada por sucessivas violências estatais, Juma continuou a história da sua vida, retratando que, naquele momento, ela queria morrer e que se enganam as pessoas que acreditam que a droga pode matar: *“Não falaram que a droga mata? Enganaram todas vocês, a droga não mata. E eu descobri que não era a droga que ia me matar, mas as pessoas normais”*. Em uma noite, enquanto Juma adormecia em cima de uma banca de jornal, uma pessoa jogou álcool em seu corpo. Como consequência dessa atrocidade, Juma teve seu corpo queimado: *“tenho 45% do meu corpo queimado”*. Em outra cena, a coordenadora contou que um homem tentou tirar a fralda da sua filha, que naquela ocasião tinha quatro anos de idade. Naquele momento, Juma contou que veio à sua cabeça a violência sexual sofrida pelos policiais e que imediatamente pegou um pau e foi para cima desse homem para proteger a sua filha. *“E aí sabemos o que aconteceu, né? Mulher moradora de rua e usuária tem direito de ser mãe? Fui, então, para o sistema prisional. Tiraram minha filha e minha liberdade”*.

Na sexta inflexão, Juma conheceu a violência institucional: o sistema penitenciário. Entre os muros da penitenciária, Juma teve acesso à saúde e ao tratamento das marcas corporais provenientes das diversas agressões sofridas durante a sua vida. Segundo a coordenadora, ela possui diversas marcas: uma bala em seu joelho, corpo queimado e um pedaço de aço em sua cabeça. Essas marcas não a permitem realizar operações cirúrgicas por serem consideradas de alto risco. A penitenciária não provia os remédios de uso contínuo para controlar as dores corporais sofridas por Juma: *“Eu não tinha acesso aos remédios e para consegui-los, eu fui violentada por dois anos e oito meses e, quase me apaixonei pelo meu agressor”*.

Após dois anos e oito meses, Juma conseguiu sua liberdade. A liderança retratou que não estava bem, que estava com a sua saúde mental pedindo socorro e entrou numa profunda depressão: *“Eu não estava prestando nem pra ser profissional do sexo”*. Até que um dia, sentada numa calçada, um homem chegou até Juma e perguntou se ela não queria trabalhar como redutora de danos: *“E aí, começa a minha história. Sou redutora de danos. A partir desse trabalho, me empoderei como mulher e como profissional do sexo. A redução de danos anda lado a lado com as profissionais do sexo.*

Por isso contei a minha história aqui. É a primeira vez que o movimento escutou a minha história de vida e isso é muito importante”.

Após esse relato forte, emocionante, potente e íntimo, Juma iniciou o seu diálogo sobre a importância do trabalho desenvolvido por meio da redução de danos, demonstrando seus princípios, suas ações e suas políticas. Por meio da intersecção entre a redução de danos e a prostituição, Juma explicou os efeitos do modelo proibicionista na vida das profissionais do sexo:

É legal ser prostituta, a CBO está aí, mas quando o Estado proíbe de ter um espaço com segurança para efetuar nosso trabalho com qualidade, é proibicionismo funcionando na vida de cada profissional do sexo. No caso das profissionais do sexo, [o Estado age] não regulamentando a nossa profissão. O Estado quer mandar na gente. O uso do proibicionismo é isso. (Fala transcrita do II Seminário Nacional de Prostitutas, 2018).

A apresentação feita por Juma foi realizada através de um conjunto de slides que ela montou para a palestra. Na parte dos usos de drogas ilícitas e lícitas Juma deu atenção para o uso do álcool, ao focar a sua comunicação para o cotidiano laboral das profissionais do sexo: *“Eu sei que muita gente não quer falar sobre isso. A gente precisa lidar com isso e criar formas de reverter essas situações”*. De fato, durante a inserção no trabalho de campo, pouco se ouve sobre as dificuldades no trabalho sexual. A fala de Juma foi muito importante porque rompeu esse tabu para que, coletivamente, as associações e as redes desenvolvessem oficinas para melhorar as condições para o exercício da prostituição. O mais instigante da fala de Juma é que não se tratou das consequências do álcool somente na vida das profissionais do sexo, mas de todas as mulheres. Enfatizou que, de modo geral, os homens gostam de usar das mulheres quando estão mais alcoolizadas. Então, para a liderança, é necessário criar formas de enfrentamento do uso do álcool a partir da redução de danos, por meio de oficinas para falar do uso e como sanar os seus danos. *“Precisamos ter oficinas para realizar essas estratégias e não adianta fechar os olhos. A redução de danos contribui para isso, pensar nas formas para que seja novas possibilidades e resgatar a nossa cidadania”*.

O segundo assunto que Juma também apontou como urgente em termos de estratégias para debater e estabelecer parcerias foi saúde mental. De acordo com Juma, falar sobre saúde mental é *“falar das tristezas que a gente carrega, é entender que a profissional do sexo tem direito à depressão, é saber que é uma doença e merecemos ser cuidadas”*. O grupo Tulipas do Cerrado incluiu na sua agenda política da associação

estabelecer parcerias com as universidades, de forma que, ao procurarem a associação para realizar as suas pesquisas, como contrapartida as/os profissionais da saúde entrariam com seus serviços de tratamento.

O movimento não anda sozinho, a academia é superimportante, a gente precisa estar junto com eles, mas é importante que eles entendam o nosso valor. Se você tem um tempo, então vai pra calçada e senta com uma profissional do sexo durante trinta minutos. É fazer capacitação nas ruas. É difícil conseguir um psicólogo porque depressão e psicólogo é coisa de gente rica. Prostituta e pobre não pode bancar isso. Então, já que, a academia está aí por que não, trazer os psicólogos para cuidar da mulherada? Não é só sugar nossa história e nossa experiência. Não é pegar nossas dores e escrever um TCC sensacionalista e se promover em cima da gente. É sentar na beira de asfalto como uma prostituta e sentir e compartilhar nossas dores (Fala transcrita do II Seminário Nacional de Prostitutas, 2018).

Logo após Juma abordar sobre a saúde mental, uso de drogas e o sistema penitenciário, uma das associadas da APROS-PB, interrompeu a liderança e disse que iria fumar um cigarro: *“Desculpa sair no meio, mas o que você falou, mexeu muito comigo”*. Imediatamente, Juma reagiu dizendo que entende e que cada uma precisa do seu próprio tempo para pensar sobre aquela comunicação. Após essa interação, abriu-se para o debate. Foram diversos depoimentos: mulheres que são mães e seus filhos se encontram privados da sua liberdade, experiência com uso de drogas, violência policial, depressão. A palestra feita por Juma tornou-se um instrumento para o compartilhamento dessas situações e para que juntas as mulheres pudessem discutir políticas internas ao movimento para trazer mais informações e oficinas sobre esses temas. Entre as demandas e questões, ouviu-se que *“elas não eram coitadinhas”* e que por sofrerem uma violência não se tornariam *“vítimas indefesas, sem agência e sem escolha, [pois] queremos é respeito e sermos consideradas cidadãs que tem que ter acesso à saúde e os direitos”*.

Como propostas, Juma apresentou as sugestões feitas pelas Tulipas do Cerrado: buscar treinamento de equipes multidisciplinares de saúde e educação para abordagens específicas para as profissionais do sexo; realizar exames e acesso aos serviços de atenção primária à saúde nos programas de ginecologia, obstetrícia e psiquiatria; prover assistência nos programas de necessidade das/dos profissionais do sexo sobre os temas (econômica doméstica e relacionamento familiar); oferecer orientação contínua para os casos de abuso sexual, violência física, violência urbana e psicológica.

Ao final da sua apresentação, Juma foi ovacionada. Gritos e palmas foram proferidos por todas as pessoas presentes, que de pé receberam a liderança. Juma estava muito emocionada e contente. Explicou que o diálogo estabelecido naquele espaço deveria ser levado para dentro das associações e redes para ampliar as estratégias e políticas internas do movimento.

As mesas dos Encontros Nacionais e Seminários Nacionais se tornam o espaço privilegiado para a definição de demandas políticas e das estratégias de ação. No capítulo 1, foi falado sobre a importância dos debates que são construídos nesses locais para criar uma identidade coletiva. As cenas descritas acima, demonstraram a amplitude dessa construção. Primeiramente, temos a reivindicação pela ampliação da noção de saúde e a crítica os limites das políticas de prevenção. As lideranças e associadas utilizam desse espaço para construir suas pautas e elaborar formas de ação para alcançar seus objetivos

O segundo ponto está relacionado com a apresentação de Juma Santos. A forma de produzir engajamento político advém de sua experiência de vida. São poucos os espaços em que participei nos quais as mulheres falassem tão abertamente das suas vidas privadas. Geralmente, as mudanças nas suas histórias de vida giravam em torno da trajetória política, com poucas informações pessoais. Juma, ao contrário dessa forma de debater política, contou sua vida, suas dificuldades e sofrimentos, mostrando assim como o pessoal se tornou político. Como produto desse tipo de engajamento, Juma conseguiu trazer para o movimento pautas que, até então, eram tabus: saúde mental, drogas e redução de danos. Com isso, por meio dessa comunicação ela trouxe à tona essas questões com o intuito de se criar formas de debater esses pontos nas associações e aprofundá-los para os próximos encontros. De forma transversal, os pontos relativos à saúde mental, drogas e à redução de danos passaram pelas concepções da legislação, do feminismo e da autonomia. Passo agora a abordar sobre feminismos e prostituição: violências, estigmas e putafeminismo.

3.2. “Prostituta também é mulher!” - Tensões, disputas e articulações entre os feminismos e prostituição via regulamentação, violências, estigmas e putafeminismo

Acredito que uma das grandes tensões no debate contemporâneo entre feministas parte das diversas concepções sobre prostituição. Essas concepções têm como produto distintas articulações e compreensões que passam por categorizar a prostituição como uma violência ou como uma escolha e um trabalho. Na busca por compreender o embrião da submissão, da exploração e da objetificação das mulheres, as discussões acerca do que se convencionou denominar como “prostituição” emergiram em um conflituoso período histórico nos EUA. O fenômeno intitulado como *white slavery* possuía como denúncia o tráfico de mulheres, o que desembocou na criação da *Lei do Tráfico de Escravas Brancas*, que tinha como principal objetivo atuar como uma política anti prostituição (RUBIN, 2017).

Os debates acerca dessa noção se intensificaram, a partir dos anos 1970, produzindo duas visões antagônicas sobre a sexualidade. Há posições que entendem a “prostituição” como uma exploração sexual das mulheres, ou seja, uma instituição da supremacia masculina (DWORKIN, 2000; MACKINNON, 1982; PATEMAN, 1999) e outras que encaminham a discussão para o viés laboral, entendendo a prostituição como um trabalho (BERSTEIN, 1999; KEMPADOO E DOEZEMA, 1988; CHAPKIS, 1997). A primeira delas concebe sexo de uma maneira mais hostil, percebido como uma das fontes da opressão feminina (PISCITELLI, 2005; CHAPKIS, 1977). Os engajamentos abolicionistas, que remetem às lutas de feministas europeias do século XIX, buscavam coibir as práticas do abuso policial e médico que mantinham o controle sanitário e policial da prostituição. No entanto, as práticas para reduzir tais violências estavam orientadas pela concepção de que as mulheres prostitutas eram “vítimas” e assim, as ações e políticas propostas que visavam abolir a prostituição. A partir dessa visão, a sexualidade era entendida como um mecanismo que objetificava, explorava e dominava as mulheres. A prostituição sob esse olhar era compreendida como um instrumento do patriarcado que explora os corpos das mulheres (PISCITELLI, 2013; CHAPKIS, 1977; MACKINNON, 1982; DWORKIN, 2000; GREGORI, 2008).

Nessa perspectiva, gênero é concebido como um feixe de relações fixas que produzem desigualdades e poder diferentemente de outras proposições que o vislumbram como uma categoria relacional (STRATHERN, 2006) ou como *performance* e regulação

(BUTLER, 2004). Mackinnon (1982), uma das autoras mais conhecidas, conceitualiza a sexualidade como o terreno que “produz, cria, organiza, expressa e direciona o desejo, criando os seres sociais que conhecemos como mulheres e homens, à medida que suas relações criam a sociedade” (MACKINNON, 1982, p. 282).

Nessa mesma direção, Carole Pateman (1999), em *O Contrato Sexual*, tece algumas críticas às feministas que concebem a prostituição como um “trabalho”. Para essa autora, não há escolha e liberdade para as pessoas que exercem o serviço sexual. Pelo seu olhar, não há possibilidade de escolha em uma relação que é marcada por desigualdades. Ela defende que, ainda que as relações entre clientes e prostitutas fossem estabelecidas por um acordo prévio, isso não excluiria as situações de violência que essas sofrem ao realizarem o serviço. Assim, conclui explicando que o problema da prostituição reside na reivindicação dos homens que buscam acesso aos corpos das mulheres através do mercado capitalista: “A prostituição faz parte do exercício da lei do direito sexual masculino, uma das maneiras pelas quais, os homens têm acesso garantido aos corpos das mulheres” (PATEMAN, 1999, p. 286). Através dessa concepção preestabelecida sobre a sexualidade e o serviço sexual, a prostituta é vista como um ente passivo, sem agência, que se submete à uma violência em qualquer circunstância.

Contrapondo essas concepções no campo das produções acadêmicas, os anos 70-80 foram atravessados pela emergência do movimento de trabalhadoras sexuais nos EUA, que buscou romper com a visão construída por feministas radicais de “prostitutas-vítimas”. Diversas convenções e dossiês foram organizados pelas próprias trabalhadoras sexuais, o que se tornou uma arena de disputa sobre os conceitos de “trabalho”, “exploração”, “agência” e “violência”.

Seguindo esses questionamentos, autoras feministas acadêmicas acompanharam essas discussões e procuraram compreender as noções de poder e prostituição de forma contextualizada. Elas acreditam que “sexo” possui um campo instável de relações e posições de gênero e que poder se constitui como uma arena de disputa: “O sexo é visto como uma tática cultural que pode reforçar o poder, mas também pode desestabilizá-lo” (PISCITELLI, 2013, p. 38).

Em 1986, foi publicado uma antologia intitulada como *Good Girls/ Bad Girls: Bad Trade Workersand Feminist Face to Face* (1986), em Toronto, em que feministas e trabalhadoras sexuais discutiram sobre o trabalho sexual. Segundo Bernstein (1999), as discussões foram acaloradas e havia uma postura contundente das trabalhadoras sexuais que não queriam que as feministas falassem de forma autoritária

sobre as experiências e o cotidiano das suas atividades. Buscavam, com essa conferência, destacar a reivindicação pelo direito de serem prostitutas, com dignidade, respeito e liberdade. Repudiavam fortemente ideias e grupos que buscavam “resgatar” as prostitutas e denunciavam a indústria que começava a se consolidar em meados da década de 1980⁷⁶. Nesse campo de disputas, a emergência da denominação *sex work* foi impulsionada por Carol Leigh, uma das fundadoras da COYOTE. A ativista explicou que essa noção se propõe a ser uma maneira de contrapor a forma degradante como muitas pessoas chamam outras mulheres de “puta”. A escolha por esse termo permite pensar a prostituição não como uma identidade, mas como uma atividade que provê rendimentos ou uma forma de trabalho que é realizado por mulheres e homens.

Kempadoo (1998) nos dá pistas acerca dessa concepção, explicando que a ideia de denominar as prostitutas como trabalhadoras sexuais está relacionado ao reconhecimento de um trabalho exercido por essas mulheres, sua luta por direitos humanos e por melhores condições de trabalho. A autora explica que “if sexual labor is seen to be subject to exploitation, as with any other labor, it can be considered as a basis for mobilization it struggles for working conditions, rights and beneficts and for broader resistances against the oppression of working people, paralleling situations in other informal and unregulated sectors” (KEMPADOO, 1998, p. 8).⁷⁷ Nessa direção, a contribuição da célebre coletânea *Global Sex Works: Rights, Resistance and Redefinition* (1998), em que a autora, conjuntamente com outras trabalhadoras sexuais, produziu argumentos contundentes para acionar a noção de “prostituição” enquanto um trabalho. Trata-se de uma importante contribuição analítica e política para mobilizar e compreender o movimento de prostitutas como parte uma classe, ou um movimento social que defende pautas relacionadas ao reconhecimento profissional, melhores condições laborais e pelos direitos humanos.

Diferentemente do contexto norte-americano, no Brasil as tensões entre feministas abolicionistas e movimento organizado de trabalhadoras sexuais não se iniciaram nos anos 80. É preciso lembrar que nas décadas de 70-80 o Brasil vivia sob o

⁷⁶ Na pesquisa desenvolvida por Andreia Skackauskas (2014), a autora discorre sobre a indústria de resgate, produzida em articulação com os movimentos sociais. Dentre elas, aborda as políticas desenvolvidas pela Pastoral Marginalizada da Mulher.

⁷⁷ “Se o trabalho sexual é visto como sujeito de exploração, como qualquer outro trabalho, ele pode ser considerado a base de uma mobilização, lutando por condições de trabalho, direitos e benefícios, e resistências mais amplas contra a opressão dos trabalhadores, em paralelo com situações de outros setores informais e não regulados” (tradução própria).

regime ditatorial e que os movimentos atuavam de forma conjunta. A bandeira levantada nesses anos discutia sobre a violência contra a mulher. Segundo Gregori (1993) e Piscitelli (2012), as reuniões e a agenda política perpassaram por reivindicações que buscavam criar políticas que reduzissem as violências físicas, emocionais, patrimoniais e fatais contra as mulheres. Antes da formalização do movimento organizado de prostitutas, a atuação das prostitutas ocorria através da Pastoral da Mulher Marginalizada e de coletivos feministas. Segundo Gabriela Leite (2009), esse período foi marcado por um relativo apoio, com um diálogo saudável e positivo.

Na passagem dos anos 80 para os anos 90, o cenário se alterou. A partir dos anos 90 instauraram-se políticas contra tráfico de pessoas com fins de exploração sexual impulsionadas por grupos que começaram a criar leituras vinculando a prostituição a aspectos negativos e depreciativos. Essas leituras conceberam prostituição como sinônimo de tráfico de pessoas, exploração sexual e turismo sexual (PISCITELLI, 2012). Dessa forma, diversas formulações foram produzidas em meio às relações entre Estado, ONGs e coletivos feministas, fomentando o apoio financeiro entre esses atores para a produção de políticas de enfrentamento ao tráfico de pessoas (PISCITELLI, 2012).

A entrada dos anos 2000 produziu a proliferação de novas atoras na arena institucional que modificou os engajamentos produzidos pelos coletivos feministas que, até então, não orientavam sua atuação por um modelo mais institucional. O fenômeno da onguização (ALVAREZ, 2009) propiciou um aumento de ONGs feministas produzindo a emergência de grupos que contestavam os regimes neoliberais. Nessa gama de atoras, temos como destaque grupos ligados aos setores populares, camponesas, indígenas e negras. O primeiro mandato do governo Lula propiciou a institucionalização desses movimentos, que adentram na esfera estatal produzindo e elaborando diversas políticas públicas em prol das mulheres.

Dentre os diversos movimentos sociais feministas que integram o Partido dos Trabalhadores, dou destaque à Marcha Mundial das Mulheres. Como falado no capítulo 1, a Marcha Mundial das Mulheres, a Secretaria Nacional da Mulher Trabalhadora da CUT e a Pastoral da Mulher Marginalizada se colocaram publicamente contrários a pauta da regulamentação da prostituição. Sob a ótica abolicionista da prostituição, tais organizações compreendem a prostituição como uma das origens da exploração e dominação das mulheres.

As tensões e disputas se intensificam ainda mais entre os grupos feministas e o movimento de prostitutas, após a apresentação do projeto de lei que discute a

regulamentação da prostituição pelo deputado federal Fernando Gabeira (PT), em 2003. O PL 98/2003⁷⁸ propõe a regulamentação da prostituição a partir de uma visão trabalhista, e reivindica que a trabalhadora sexual possa ser registrada como autônoma ou empregada, de forma que o empregador tenha responsabilidades pelos encargos trabalhistas (TAVARES, 2014). Nesse projeto de lei foi pedida a supressão dos artigos 228, 229 e 231 do Código Penal Brasileiro (CPB) de 1940⁷⁹. É um texto bem sucinto que foca no pagamento dos serviços, de forma que as trabalhadoras sexuais e clientes não sejam penalizadas. Devido à falta de uma construção mais forte de lobby político, o projeto foi engavetado. Mesmo assim, o debate suscitado pelo PL abriu uma porta para a discussão das condições laborais das trabalhadoras sexuais.

A posição de defender a prostituição enquanto um trabalho tornou-se um empecilho dentro da administração dos dois mandatos do presidente Lula, pois não houve avanços relativos à expansão de políticas para as profissionais do sexo que não fossem pautadas pela saúde. A partir dos anos 2010, essas relações não se alteraram e as dificuldades se intensificaram com a entrada de Dilma Rousseff na presidência da República. Sabemos que para manter a governabilidade, o Partido dos Trabalhadores precisou se aliar com diferentes partidos e parlamentares para que conseguissem governar sem muitas tensões. Entre essas alianças, firmaram coligações com partidos conservadores que, em diferentes momentos, se posicionaram contra pautas mais progressistas no que se refere às temáticas de gênero e sexualidade.

A partir de uma abertura relativa a setores conservadores, intensificaram-se as discussões e propostas abolicionistas como, por exemplo, o PL 377/2011⁸⁰ do deputado federal João Campos (PSDB), que propôs a criminalização de contratação de serviços sexuais, nos moldes da lei sueca. Em sua justificativa, os argumentos mobilizados discorrem sobre a intenção de criminalizar a conduta das pessoas que pagam ou oferecem pagamento pela prestação de serviços sexuais. Mesmo com os debates internos propiciados pelo PL 98/2003 do deputado federal Fernando Gabeira, o texto explica que a “venda do corpo” é algo não tolerado pela sociedade e que é necessário que seja protegida a integridade da pessoa humana e a sua sexualidade não

⁷⁸ Para fins de conhecimento, o projeto de lei se encontra nos anexos dessa dissertação.

⁷⁹ Pelo Código Penal de 1940, a proibição se deve a consideração da prostituta como sobre lenocínio, rufianismo e tráfico de pessoas, proíbe a indução para a prostituição, assim como facilitá-la ou impedir que alguém abandone (art. 228), manter uma casa destinada a encontros (art.229) e promover o trânsito de prostitutas através de fronteiras (art.230) (PISCITELLI, 2012).

⁸⁰ O PL 377/2011 se encontra nos anexos dessa dissertação.

pode ser objeto de contrato. Legítima, também, o imaginário social sobre prostituição que a considera como sempre estando acompanhada por “práticas prejudiciais à sociedade”, tais como crime organizado, lesões corporais, exploração sexual de crianças e adolescentes e tráfico de drogas. O autor da proposta, mobilizou em sua justificativa, uma defesa do combate da opressão sexual, alegando que a criminalização da contratação de serviços sexuais pode reprimir os abusos contra as mulheres. Tal argumento é justificado citando reivindicações de grupos feministas e justificando que tal medida busca representar o Poder Legislativo, pois 40% de suas cadeiras são ocupadas por mulheres⁸¹.

Mesmo que tal proposta de lei seja impulsionada por um grupo de deputados com tendências conservadores, a defesa da criminalização do cliente é mobilizada como reivindicação de grupos feministas, que vislumbram como saída uma política punitivista. Com essas disputas tensas, criou-se uma arena política que não consegue avançar em políticas propositivas visando assegurar condições apropriadas de trabalho e programas de modo a impulsionar formas alternativas de renda em caso de pessoas que não queiram mais prestar serviços sexuais.

Ainda na década 2010, os debates sobre prostituição, no contexto brasileiro, encontravam-se entremeados por dois principais campos de tensões e disputas: primeiro, pela emergência de diferentes atrizes no campo feminista após a segunda tentativa, no ano 2014, de aprovação no Congresso brasileiro da proposta de lei “Gabriela Leite”, redigida pela Rede Brasileira de Prostitutas (RBP) e pelo deputado federal Jean Wyllys (PSOL) e, segundo, pela realização dos Jogos Olímpicos de 2016, na cidade do Rio de Janeiro, e da Copa do Mundo da FIFA, em 2014, durante os quais feministas auto-intituladas radicais, trabalhadoras sexuais e ativistas feministas antiabolicionistas buscaram discutir os efeitos do “turismo sexual” e assegurar melhores condições para as pessoas que exercem o trabalho sexual (BONOMI; LIMA, 2018). Tendo ocorrido após as manifestações de junho de 2013, esses dois momentos estão inseridos num contexto de novas formas de engajamentos propiciadas pelas redes sociais (FALCÃO, 2017).

As disputas e tensões em torno da prostituição, do trabalho sexual e do turismo sexual tomaram o ambiente on-line e produziram uma forma de engajamento

⁸¹ Esse dado citado pelo autor da PL 377/2011 que menciona sobre os 40% da representação feminina é uma informação equivocada. Segundo o site da Câmara dos Deputados, só no ano de 2019 a Câmara terá a maior bancada feminina de todos os tempos, que chegou a 15% com 77 deputadas federais eleitas.

entre essas diferentes atrizes, que não se assemelha aos coletivos, uma vez que elas se unem de forma esporádica para discutir a temática em páginas do Facebook. O engajamento político das trabalhadoras sexuais se ampliou, buscando disputar os espaços nas redes sociais. Nessa direção, as trabalhadoras almejam tensionar as noções sobre prostituição, feminismo e direitos (BONOMI; LIMA, 2018). A bandeira mobilizada por essas ativistas discute a vinculação do feminismo com a prostituição, intitulado como putafeminismo. Segundo Prada, o putafeminismo “pode ser visto como uma possibilidade de repensar toda a estrutura da prostituição, identificando e combatendo as opressões que existem nela” (PRADA, 2018, p. 37).

Abordada brevemente a malha complexa em que está inserido o debate da prostituição como profissão que se interconecta a uma rede ampla de atores, passo agora a mostrar os tipos de engajamentos e como as lideranças e ativistas se articulam no interior do movimento organizado de trabalhadoras sexuais e as suas reivindicações, que passam pelos modelos legais, pelos feminismos, pela questão das violências e do estigma.

*

No segundo dia do VI Encontro Nacional de Prostitutas realizado no ano de 2017, as mulheres reunidas debateram sobre trabalho sexual, direitos e legislação no Brasil. Os objetivos dessa mesa era discutir os limites do modelo legal em vigência no país, que não considera crime a prática do trabalho sexual, porém penaliza toda a sua cadeia produtiva, ou seja, as casas de prostituição são consideradas ilegais. A composição dessa mesa contou com a participação de Betânia Santos (Associação Mulheres Guerreiras – Campinas/SP), Monique Prada (CUTS), Lívia Duarte (Setorial de Mulheres do PSOL), Dra. Nakune Tanaka (Delegacia Especial de Mulheres do Maranhão), Jean Wyllis (até então Deputado Federal pelo PSOL – em vídeo).

Como já abordado no capítulo 2, a primeira comunicação foi realizada por Betânia Santos, que discutiu sobre as articulações empreendidas pela associação com diversos movimentos sociais, tais como sindicatos e coletivos feministas. Entretanto, a liderança também discutiu as concepções laborais da prostituição, sobre o direito de escolha e autonomia do corpo. Segundo Betânia, a prostituição é um trabalho sexual, um trabalho que possui uma categoria de trabalhadoras e que todas merecem respeito.

Trabalho sexual é trabalho? É. Toda relação que se faça renumerada é trabalho. Então, eu não estou brigando por nenhuma coisa que não me

pertença. Estou brigando por um direito de escolha [...]. Então, estamos falando de uma categoria de trabalhadoras que querem ocupar seu lugar de fato [...]. Não basta ter CBO: é necessário que aja uma regulamentação do nosso trabalho. Não queremos ser salvas, queremos respeito pela nossa profissão (Fala transcrita do VI Encontro Nacional de Prostitutas, 2017).

Após a fala de Betânia Santos, Lívia Santos iniciou a sua comunicação. Lívia é do Setorial de Mulheres do PSOL, atua enquanto feminista, é assessora parlamentar do PSOL na Câmara de Deputados, advogada, é jovem e negra. Narrou como o partido entrou em contato com o movimento organizado de prostitutas que se deu a partir da associação de Belém do Pará, o GEMPAC. A fala de Lívia foi muito importante para o encontro, pois entre os anos 2014-2016 houve diversas tensões com algumas militantes do PSOL do Rio de Janeiro que se colocaram publicamente contra a regulamentação da prostituição, o que dificultou os debates internos do partido para ter um consenso sobre a defesa ou não da pauta do movimento organizado de prostitutas. Em sua comunicação, Lívia frisou a importância do movimento organizado de prostitutas. Segundo ela, “*o movimento feminista deve muito ao movimento de prostitutas*”, sobretudo nas pautas pelos direitos sexuais e reprodutivos, já que as prostitutas foram pioneiras na elaboração das políticas de prevenção e debates sobre cuidado sexual e autonomia. A coordenadora do Setorial de Mulheres do PSOL reconheceu em sua fala que a categoria de prostitutas deve ter o direito de ter sua profissão reconhecida e que devem lutar pelos seus direitos trabalhistas, já que não há garantias das prostitutas recorrem à aposentadoria. No momento em que ocorreu o VI Encontro Nacional de Prostitutas, uma das questões discutidas por Lívia foram os retrocessos sociais instituídos no governo de Michel Temer. Então, a coordenadora do setorial do PSOL, focou nas formas de criar resistências frente a esse contexto conturbado. A história do movimento, segundo Lívia, é uma vitória, pois possuiu o poder de organizar diversas mulheres e a resistência se dará de forma coletiva. A fala de Lívia se encerrou com palmas.

A terceira pessoa a realizar a comunicação da mesa foi a coordenadora estadual das delegacias do estado do Maranhão, Dra. Nakune Tanaka. A delegada, japonesa, por volta dos seus 40 anos, tratou das relações estabelecidas com a associação, que buscou sempre “*garantir os direitos das mulheres prostitutas, o seu empoderamento, sempre queremos estar presentes nesses eventos para que tenha uma representação institucional da segurança pública, como parceiro, para combater as violências contra as mulheres*”. Dra. Nakune discorreu sobre as fragilidades legais relativas às prostitutas

que ficam vulneráveis a diversos tipos de violências. Segundo a delegada, *“não ter uma regulamentação, faz com isso se some a diversas violações, invisibilize as violências, o que torna o seu exercício ainda mais dificultoso. Então, enquanto não houver uma regulamentação, uma serie de violências irão acontecer. Para que isso se altere, é preciso criar políticas públicas efetivas”*.

Dra. Nakune também mencionou as ações criadas pelo estado do Maranhão para reverter esse quadro crítico de violências em que as prostitutas se encontram, com o intuito de se colocarem como parceiros do movimento. Com ela, estavam presentes no evento a responsável pela delegacia da mulher e a representante do Departamento de Femicídio. Essas presenças se tornaram uma maneira de atuar conjuntamente com o movimento de prostitutas e no combate aos índices alarmantes de feminicídio que a cidade de São Luís do Maranhão possui. A atuação da delegacia é interseccional, sendo articulada com as secretarias da mulher, do combate à violência e do departamento de Femicídio. São ali realizadas atividades nas áreas que possuem atividade sexual, com o intuito de informar as prostitutas sobre os seus direitos, além de ofertar os serviços do estado no que tange ao combate à violência. Essas ações, além de serem uma agenda política do governo do estado do Maranhão (PCdoB), são construídas em parceria com a Associação de Prostitutas do Maranhão (APROSMA). Nesse momento, a fala da Dra. Nakune é aplaudida pelas mulheres presentes no evento. Após os aplausos, a coordenadora geral das delegacias afirmou o compromisso da sua gestão com a redução dos casos de violência e a organização de formação dos agentes da segurança pública para atender de forma humanitária prostitutas em situação de violência. Ao final, mais uma vez, a Dra. Nakune foi aplaudida por todas as pessoas que estavam presentes. Ao fundo, escutava-se *“a delegada arrasa”, “ela é uma puta delegada”, “imagina se cada uma de nós tivesse uma delegada dessa em nosso estado, nós faríamos a revolução”*.

Após a comunicação realizada pela delegada Dra. Nakune, Monique Prada (CUTS) tomou a palavra para realizar sua comunicação, que abarcou *“feminismo, putafeminismo e suas leis”*. A partir da última frase proferida por Dra. Nakune, afirmando que o futuro é das mulheres, Monique questionou de quais mulheres estamos falando. Mesmo no feminismo, segundo a liderança, tem-se construído a ideia que o futuro pertence a mulheres decentes.

Salientou que *“esse encontro foi o encontro mais feminista que tivemos no movimento. O movimento de prostitutas é um movimento feminista, é um movimento que fala sobre mulheres trabalhadoras”*. Segundo Monique, o feminismo *mainstream* não

considera o movimento de prostitutas como parte do movimento feminista e se preocupa, essencialmente, em “*salvar as prostitutas – como se nós precisássemos sermos salvas*”. Prada evidenciou, também, o fazer político das prostitutas que estão utilizando linguajar mais feminista e que se encontravam mais empoderadas. Monique referiu-se aos usos das palavras “abolicionismo”, “empoderamento” e à autoafirmação das suas colegas como feministas.

A comunicação realizada por Monique foi muito interessante porque realizou uma interrelação entre as produções feministas, que discutem pela ótica laboral e antiproibicionista e o cotidiano do exercício da prostituição, compartilhado pelas mulheres que estavam presentes. A liderança mencionou sobre o trabalho de Dolores Juliano, uma professora argentina, residente em Barcelona, que investigou efeitos do estigma na vida das prostitutas. O papel do estigma, segundo a autora, divide as mulheres, de modo que atua como um regulador da sexualidade das mulheres. Dessa forma, segundo a explicação feita por Monique, a pior coisa para as mulheres seria serem identificadas como prostitutas, o que produz para as prostitutas um lugar marcado por diversas violências. A exclusão feita por diversos coletivos feministas, concluiu Monique, é pela manutenção da ordem dessa violência produzida pela sociedade. “*Nós não vamos combater o patriarcado se a gente não colocar o feminismo nos puteiros*”, enfatizou a liderança.

Monique relembrou uma fala feita por Indianare Siqueira, uma militante travesti da cidade de Rio de Janeiro: atualmente é mais seguro ser prostituta do que ser uma mulher casada, por causa do alto número de assassinatos. Segundo Monique, o ofício da trabalhadora sexual é uma forma de romper com o amor institucionalizado, pois o casamento institui diversos trabalhos gratuitos: doméstico, reprodutor e sexual. Dessa forma, por meio do seu serviço as trabalhadoras sexuais rompem com a estrutura do patriarcado, que é cobrar pelo serviço sexual: “*Aí se cria essa concepção que as mulheres devem ter medo de estarem no nosso lugar. Nós não somos propriedade de ninguém*”. Monique enfatizou, também, que muitas das mortes que ocorrem com as prostitutas não são provenientes do seu trabalho, mas ocasionadas pelos seus próprios maridos. “*Nós fazemos parte da mesma estatística das outras mulheres. Ao mesmo tempo, esse mesmo cara [que comete a violência] é o mesmo que deita com outras mulheres*”.

Para Monique, deve-se ter cuidado para abordar sobre a temática da violência, pois esse discurso sempre se volta contra as trabalhadoras sexuais. Como exemplo, ela retratou o caso da cidade de São Paulo, na qual uma delegada fechou uma casa de

prostituição. Para Monique foi uma ação violenta, *“você vê os vídeos e vê aquelas mulheres apavoradas, jogando as roupas para fora correndo. Essas mulheres ficaram sem lar e sem trabalho. Então, temos que tomar cuidado com essas políticas institucionais”*. Monique fez duras críticas ao teor das políticas públicas institucionais que visam o combate da “exploração sexual” e que prejudicam as trabalhadoras sexuais através de ações que reintegram prédios, com policiais militares que abusam do poder, levando à violência física e sexual contra dezenas de trabalhadoras sexuais: *“Assim, convido a pensar sobre o teor das leis que tem um caráter abolicionista, que há anos visam a proibição do nosso trabalho”*.

Dentre a gama de leis abolicionistas, Monique relembrou a proposta de Lei 377/2011 de autoria do deputado federal João Campos, autor da PL que visa a “cura gay”, que propõe o modelo sueco de criminalização do cliente. Segundo ela, essa lei, se passar pelo Congresso, pode prejudicar as trabalhadoras sexuais e levá-las ao encarceramento. Ao falar da PL 377/2011, Monique faz uma chamada a todas as mulheres para se somarem as lutas das prostitutas, pois *“a luta das prostitutas é uma luta por todas as mulheres – não dá para saber quem é puta”*. Ao concluir sua fala, Monique é aplaudida pelas suas colegas e ao fundo, escutamos *“eu sou feminista”, “o movimento sempre foi feminista”*.

O ex-deputado federal Jean Wyllis seria o quarto convidado da mesa. Entretanto, devido a problemas na Câmara dos Deputados, com pautas excessivas e o risco de aprovação de políticas prejudiciais à população, ficou inviável a sua ida ao encontro. Mesmo com essa impossibilidade, Jean enviou um vídeo para dialogar com a mesa. O ex-deputado federal falou como conheceu Gabriela Leite em um evento e que cada um combinou que quem fosse eleito iria levar adiante as pautas do outro. Em 2011, Jean foi eleito e, infelizmente, Gabriela não conseguiu se eleger. Então, Jean assumiu um compromisso com Gabriela e com o movimento de prostitutas para escrever um projeto de lei que visasse regulamentar a prostituição.

O deputado federal explicou sobre a condição legal na qual prostituição está inserida. Como já mencionado, a prostituição não é criminalizada, mas a legislação brasileira criminaliza a atividade, ao penalizar a casas de prostituição e ao criar a imagem do “rufianismo” ou da cafetinagem. Assim, o projeto de lei 4211/2012 intitulado “Gabriela Leite” busca diferenciar o que é prostituição e exploração sexual. Também explicou que na época em que redigiram a PL, não podiam tratar das particulares da prostituição que são marcados por gênero, sexo e classe. Então, o projeto foi elaborado a partir dos consensos da categoria. O consenso era descriminalizar as casas de

prostituição, possibilitando que as prostitutas atuassem em cooperativas e pudessem gerenciar o seu próprio negócio do sexo. Uma vez que as casas de prostituição fossem descriminalizadas, essas mulheres poderiam trabalhar nesses locais, de forma legal, com condições laborais dignas. Além disso, o projeto de lei prevê que a pessoa que gerenciar o estabelecimento não fique com mais de 49% do lucro do programa. Dessa forma, se estabelece um teto que contribui para categorizar os contextos de exploração sexual. Jean ressaltou, também, que o projeto ainda pode sofrer alterações conforme as demandas das trabalhadoras sexuais. Ao concluir a sua fala, o ex-deputado federal solicitou que as demandas que fossem levantadas nessa mesa fossem encaminhadas para o seu gabinete, para que fossem contempladas na discussão da regulamentação.

No debate que se seguiu à mesa, a primeira intervenção foi de Fátima Medeiros, da Associação de Prostitutas da Bahia (APROSBA). A liderança direcionou a sua questão para discutir sobre a porcentagem incidida pela casa da prostituição, os cinquenta por cento: *“eu gosto do projeto, ele é muito importante, mas tenho problemas com as porcentagens. Eu acho que já que estamos aqui...”* Nesse momento, Leila interrompeu a fala de Fátima para esclarecer sobre a porcentagem. De acordo com Leila, *“não é cinquenta e um por cento. É um teto. A negociação [entre a casa e as profissionais do sexo] que vai onde quiser”*. Ou seja, o valor estipulado pela casa não deve ultrapassar os cinquenta por cento, o que caracterizaria como exploração sexual. Fátima retomou a palavra e tirou a dúvida que a porcentagem estipulada no projeto é algo que pode ser alterada. *“Eu achei muito legal ele falar isso porque o projeto está legal, mas pode ficar ainda melhor. O que ele falou é muito interessante. Eu já tive um cafetão maravilhoso, ele nunca me explorou. Na minha opinião, esse teto tinha que mudar”*. Leila, após a colocação de Fátima, enfatizou que a mudança do projeto é decisão da categoria.

Nanci Feijó, ex-coordenadora da Associação Pernambucana de Prostitutas, pediu a palavra: *“Eu fico muito feliz de saber que existe uma delegada que conseguiu que as prostitutas conseguissem fazer denuncia pela Maria da Penha”*, afirmou Nanci. Ela retratou no contexto do estado do Pernambuco, as dificuldades que as prostitutas possuem para denunciar nas delegacias da mulher e nas comuns. *“Eu quero depois pegar o seu contato para que você possa ir até o estado e realizar uma palestra com a Secretaria Estadual de Pernambuco”*. Nanci, em sua fala, mostrou sua indignação pelas prostitutas não terem acesso aos serviços de combate de violência, afinal, *“se a lei da Maria da Penha é para as mulheres, então é para todas as mulheres, sendo ela negra, lésbica... então é para as putas também”*. Contou, também, um caso pessoal em que ao cliente não

queria pagar pelo programa, sofreu violência física e foi até a delegacia. O delegado responsável pela Delegacia Especializada da Mulher, por sua vez, mandou Nanci voltar para a sua casa. Após essa situação, a liderança procurou a Secretaria da Mulher do estado e, posteriormente, o delegado foi processado pela falta de assistência. Por isso, enfatizou a importância do trabalho desenvolvido pela delegada do estado do Maranhão. Em seguida, Nanci voltou a abordar sobre o projeto de lei da regulamentação da prostituição, o PL 4211/2012. A ex-coordenadora da APPS já avisou de antemão que seria sincera em sua opinião sobre o projeto:

eu vou ser sincera, precisa de mais pessoas para explicar para as putas sobre o projeto. Solicitei a presença de Jean na audiência pública, mas não ocorreu. Precisa ir lá para explicar para as putas por que vai falar com as putas sobre esses 50%. Precisa sair do eixo rio de Janeiro e ir pra Pernambuco também. Por que eu sou assim, bem desafortada, eu tenho 4 “Ps”: puta, politizada, poderosa e pública, além de biônica (Fala transcrita do VI Encontro Nacional de Prostitutas, 2017).

Cida Vieira, coordenadora da Associação de Prostitutas de Minas Gerais, tomou a palavra após Nanci Feijó, propondo para o movimento a criação de uma lei específica para as putas. Essa proposta advém de um caso de uma prostituta da cidade de Belo Horizonte que sofreu violência física do marido e não conseguiu entrar com o boletim de ocorrência na delegacia especializada para as mulheres. Como solução, a liderança afirmou em sua fala que é necessário ter projetos de leis que busquem incidir na diminuição da violência contra as prostitutas. Outra questão que a liderança abordou foi a necessidade de as putas ocuparem os espaços de poder, nesse caso, falou especificamente da entrada na política partidária e da visibilização das candidaturas das putas. Como segunda proposta, a liderança abordou a importância de se ter uma reserva de cotas para as putas para que tenham representatividade na arena legislativa.

As falas posteriores à de Cida encaminharam para uma discussão profunda sobre feminismo, violência e os limites da lei Maria da Penha. Nessa direção, Tereza Cortes, uma das coordenadoras da associação das Amazonas, realizou uma densa reflexão sobre as diversas violências que incidem na recusa que as delegacias realizam ao não permitirem que as prostitutas façam o boletim de ocorrência:

Ontem eu cheguei ao evento e uma das putas estava falando que nós não temos direitos. Mas eu quero dizer que nós temos direitos sim! A lei Maria da Penha não foi feita para algumas mulheres. A Maria da Penha foi feita para todas nós mulheres! Independente se nós somos putas, mas nós não somos mulheres? Somos mulheres! Então não existe

essa de dizer que a Maria da Penha não foi feita para as putas, essa lei é para todas nós. Nós temos que exigir os nossos direitos. Eu fui fazer uma denúncia e o delegado me falou: “Vá pra casa”, é nesse momento que temos que reagir e dizer “por que eu não tenho direito”? Qual diferença entre uma puta e uma mulher que não puta? Eu não sou uma mulher? Então, vamos acabar com essa história que não tenho direito porque sou puta. Nós estamos na rua lutando por nossos direitos. Então, temos de parar com isso [de dizer] que não temos direitos. Temos direitos, sim. Somos putas, somos mulheres e temos nossos direitos. [...] Não tem que haver a separação das pessoas. Somos iguais perante a constituição (Fala transcrita de Tereza Cortes, VI Encontro Nacional de Prostitutas, 2017).

A fala de Tereza foi ovacionada pelas pessoas presentes no salão. Houve muitas palmas, gritos de alegria e indignação. É chocante perceber o quão à margem as trabalhadoras sexuais estão no acesso aos serviços sociais que estejam fora do perímetro da saúde. Há diversas violações nos atendimentos das delegacias que esbarram nas compreensões limitadas da lei Maria da Penha, que age como um dispositivo de poder, que desumaniza as prostitutas que, por sua vez, não são nem consideradas mulheres.

Vamos por partes para analisar o que reside nessa mesa descrita acima. Primeiramente, o questionamento de Tereza, “e, eu não sou uma mulher?” vai ao encontro com o celebre discurso de Sojourner Truth, na *Women’s Rights Convention* em Akron, Ohio, nos Estados Unidos de 1851. Truth nasceu escrava e tornou-se livre em 1787. Foi uma das pioneiras na luta pela abolição da escravidão. Em seu discurso, Sojourner colocou à vista a concepção que os homens, naquela época, tinham sobre a categoria “mulher” compreendidas pela experiência de mulheres brancas, performadas por uma feminilidade delicada que precisariam ser tuteladas. Por meio do seu discurso, Sojourner escancarou o racismo das pessoas que não concebiam as mulheres negras como “mulher”. Como Truth bem pontuou “ninguém jamais me ajudou a subir em carruagens, ou a saltar sobre poças de lama e nunca me ofereceram melhor lugar algum! E não sou uma mulher?” (TRUTH, 1851, on-line).

Em alguma medida, as prostitutas passaram por essas construções similares ao que foi produzido na literatura feminista negra, tal como Ângela Davis (2017), por exemplo, que aponta as relações de tutela construídas por feministas brancas – as mulheres negras não poderiam ter autonomia para falar por si próprias e, como consequência, se construía um sujeito universal do feminismo, que comportava apenas mulheres brancas e de classe média. O discurso de “resgate” e “salvação” aparece, tal como criticado pelas feministas negras, também na relação com as prostitutas. Mesmo

em situações de violências e de vulnerabilidade, as prostitutas buscam autonomia para organizar sua luta política e diminuir os contextos em que há violação de direitos. Como bem pontuou Judith Butler (2018), vulnerabilidade também é um espaço de ativismo e resistência. A fala de Tereza dá pistas exatamente nessa questão em que se abriu um leque de reflexões e demandas no interior do movimento sobre “vulnerabilidade”, “agência”, “consentimento”, “violência”, “mulher”.

Ao mencionarem sobre as violências cometidas por clientes, diferentemente do que popularmente é mencionado por feministas radicais, há o acordo prévio entre a profissional do sexo e o cliente. A combinação entre ambos é feita antes da realização do programa. Ali, a profissional apresenta seus valores e quais tipos de serviços oferece. O cliente, por sua vez, escolhe qual tipo de programa quer realizar. Isso é um ato de comum acordo entre as partes, de modo que se o cliente chegar no local e a profissional não quiser atender, ela pode ter a escolha de não atender. Pode ocorrer situações em que o acordo é rompido. No caso de Nanci, citado acima, o cliente não quis pagar pelo programa e ainda, utilizou da sua força para agredi-la fisicamente. Como uma maneira de requerer os seus direitos, ela buscou o auxílio da segurança pública, a delegacia, que lhe faltou com assistência ao se negar a realizar o boletim de ocorrência. Como bem pontuado na fala da delegada Dra. Nakune, ao não regulamentar a prostituição, a categoria de profissionais do sexo fica sujeita à reação dos diferentes agentes estatais que lhe faltam com os auxílios necessários para coibir contextos de violências. Contudo, é preciso lembrar que a prostituição não é tipificada como crime pelo Código Penal. Dessa forma, não há qualquer justificativa para que os agentes de segurança pública não prestarem assistência, o que nos leva a compreender que as trabalhadoras sexuais ficam em um limbo legal entre ilegalidade e legalidade, sendo o estigma o voto de Minerva que deixa os trabalhadores suscetíveis às mais perversas violências.

A terceira dimensão envolve as denúncias acerca dos companheiros afetivos das trabalhadoras sexuais. A dificuldade para realizar o boletim de ocorrência se insere na mesma questão apontada no parágrafo anterior: há uma compreensão de que as profissionais, por exercerem sua atividade laboral, não podem realizar a denúncia. Uma compreensão equivocada e cruel, devo frisar, como se fosse “liberado” às mulheres sofrerem esses abusos por causa da sua profissão. Aqui residem as camadas do estigma tão citado pelas mulheres nas mesas descritas até aqui. Ser uma trabalhadora sexual se transforma em uma marca (GOFFMAN, 1963), que atua como um dispositivo de poder e que limita a essas mulheres o acesso aos direitos mínimos e básicos. Como bem

pontuado por Dolores Juliano, o estigma age como um mecanismo que divide as mulheres em dois campos: as mulheres boas e as mulheres más. Aquelas que possuem a sua sexualidade em exercício laboral são empurradas para as margens, o que produz esse processo desumanizador de não as considerarem como “mulheres dignas”.

Aqui também reside a contradição dos discursos e equívocos da noção de “violência” sofrida pelas trabalhadoras sexuais que transitam em dois campos: há aqueles que desumanizam as prostitutas que não a consideram como “mulheres” por considerar que o ofício laboral das trabalhadoras sexuais permite que elas possam sofrer qualquer tipo de violência ou de violação de direitos, produzindo, equivocadamente, a noção de consentimento. No segundo campo, as interpretações das feministas radicais avaliam que a relação comercial entre trabalhadoras e clientes não produz consentimento e que, independentemente dos acordos prévios estabelecidos no ato anterior ao programa, as mulheres não consentiriam, de fato, com o intercuro sexual. Essa interpretação do consentimento advém de uma visão de que a falta de escolha que as profissionais se devem aos motivos que as levaram a exercer a prostituição (PATEMAN, 1988).

Como podemos notar, “violência” e “consentimento” tornam-se categorias de negociação entre os diferentes atores e suas respectivas relações. Por mais que as mulheres sofram sistemáticas violações e violências, isso não as torna entes passivos. Ao contrário, ao colocarem as suas queixas nas mesas, elas produzem um tipo de engajamento político que estimula a participação e a autonomia política. A saída para os casos de violência é a organização coletiva de uma categoria de mulheres que visa melhores condições laborais, respeito e direitos.

As queixas se transformam em reivindicações no interior do movimento organizado de trabalhadoras sexuais. Por meio da troca de experiências, casos e diálogos com parcerias, as mulheres vão construindo seus mecanismos de defesa e formas de minimizar os efeitos das violações. A saída para esses infortúnios se dá pela regulamentação da prostituição. Dra. Nakane apontou essa conclusão, assim como Monique Prada, Nanci Feijó e Betânia Santos. O mais interessante é notar por meio dos debates feministas, as mulheres reivindicam melhores condições de trabalho, produzindo um sujeito dentro do campo feminista que vai em direção oposta à construção social que a literatura das feministas radicais produz. As trabalhadoras sexuais demonstram que, mesmo em situação de violência, buscam criar sua autonomia política por meio da sua organização e por estratégias construídas a partir das experiências no trabalho sexual. A demanda pela regulamentação, então, pode ser compreendida como um mecanismo legal

que pode garantir os direitos laborais, assim como produzir políticas públicas mais efetivas no combate à violência contra elas. Outra dimensão em que a reivindicação, enquanto feminista, se esbarra é a do “direito de ser prostituta”, um dos pilares discutidos pelo putafeminismo. Assim, as associações e suas respectivas redes mobilizam o debate sobre as formas de melhorar as condições laborais no exercício da prostituição. Isso inclui articular políticas que pensam na regulamentação da profissão, órgãos que possam fiscalizar as casas de prostituição, hotéis e cabarés, realização de lobby político para barrar os projetos de leis que visem a criminalização do cliente (PL 377/2011) e a retirada da prostituição no rol da Classificação Brasileira de Ocupação.

3.3. *Putas do futuro*: reflorescendo o movimento organizado de trabalhadoras sexuais

No capítulo um, ilustrei que a década de 2010 foi um período bastante difícil para o movimento organizado de trabalhadoras sexuais. O início dessa crise pode ser interpretado a partir da falta de aumento nas verbas destinadas para os projetos sociais no começo do primeiro mandato de Dilma Rousseff. Somado a esse cenário de crise financeira, grande parte das associações enfrentaram problemas burocráticos referentes às prestações de contas dos projetos destinados à prevenção. No começo desse capítulo, mencionei que uma das reivindicações referentes à saúde seria a anistia das associações para que pudessem voltar a participar dos editais destinados à prevenção. Um terceiro fator que se soma a esse conturbado período é a morte de Gabriela Leite e Rosarina Sampaio, que desarticulou as regiões do Sudeste e Nordeste. Esses três fatores, a meu ver, contribuíram para a desarticulação do movimento organizado.

Em 2013, frente a esse cenário, as mulheres buscaram rearticular o movimento, criando a Articulação Norte-Nordeste. A emergência dessa Articulação favoreceu um maior intercâmbio entre as associações que estavam com pouca atuação com as que ainda disputavam os editais da saúde e conseguiam manter as suas atividades. Contudo, as associações que compoem a Articulação Norte-Nordeste ainda estavam mais dependentes das verbas provenientes da saúde. Já as associações que fazem parte da Rede Brasileira de Prostitutas investiram na disputa de editais que possuem verbas de outros fundos para manter as associações em funcionamento.

Como exemplos, cito o Fundo Brasil de Direitos Humanos⁸² e a Red Umbrella Fund⁸³. De modo geral, as verbas provenientes dessas organizações são filantrópicas e auxiliam na execução de projetos que visem a defesa dos direitos humanos e, no caso da Red Umbrella Fund, projetos voltados exclusivamente para a participação política das trabalhadoras sexuais e na defesa dos direitos humanos. A ideia de buscar outros tipos de verbas advém da busca por projetos que visem o ativismo e não estejam atrelados a uma política específica, tal como as da saúde, que limitam a discussão e a organização de outras pautas que são importantes para o movimento, tal como a regulamentação da prostituição, violência, *advocacy*.

Segundo o site do Fundo Brasil de Direitos Humanos, a sua missão “é promover o respeito aos direitos humanos no Brasil, construindo inovadores e sustentáveis projetos que canalizem recursos para fortalecer organizações da sociedade civil para desenvolver a filantropia de justiça social” (FUNDO BRASIL DE DIREITOS HUMANOS, on-line). O nascimento desse Fundo partiu da articulação de um grupo de defensores dos direitos humanos que buscou assumir o desafio de criar formas alternativas para garantir a sustentabilidade das atuações dos grupos sociais. De acordo com o site, “a fundação foi criada sob a orientação de ativistas e acadêmicos respeitados e recebeu o apoio da Fundação Ford, por meio da constituição em seu benefício de um fundo patrimonial (*endowment*) de US\$ 3 milhões” (FUNDO BRASIL DE DIREITOS HUMANOS, on-line). A distribuição da sua verba segue o mesmo modelo dos editais de prevenção da saúde: abre-se um edital e as organizações sociais enviam um projeto, competindo entre si.

Desde 2008, as associações que compõem a Rede Brasileira de Prostitutas, disputam os editais e organizam projetos por meio desse Fundo. A associação DAVIDA desenvolveu dois projetos: “Saindo do escuro: desvendando violações de direitos humanos na prostituição feminina” (2009); “Beijo na Rua: ampliando a comunicação entre prostitutas e o restante da sociedade” (2010). O GEMPAC, por sua vez, desenvolveu três projetos: “Zonas de direitos: direitos das mulheres” (2011); “Zonas de direitos: núcleo de comunicação do GEMPAC” (2012); “Zona Legal: futuros feministas e de direitos das trabalhadoras sexuais brasileiras” (2017). E por fim, a APROSMIG possui um projeto em andamento: “Prostitutas, direitos e migração” (2017).

⁸² Para maiores informações, ver o link: <https://fundodireitoshumanos.org.br/>

⁸³ Para maiores informações, ver o link: <https://www.redumbrellafund.org/>

A Red Umbrella Fund, assim como o Fundo de Direitos Humanos, organiza editais com o intuito de estimular a organização política de movimentos sociais, mas a diferença consiste no fato que a Red Umbrella é um fundo global gerenciado pelas próprias trabalhadoras sexuais e o seu financiamento se direciona, especificamente, para as organizações de trabalhadoras/es sexuais. Segundo o seu site, o seu intuito é contribuir com a defesa das/os trabalhadoras/es sexuais. Acreditam “que a mudança só será alcançada por meio de movimentos fortes e colaborativos de profissionais do sexo que advoguem pelos seus direitos, com apoio de seus aliados. As/os trabalhadoras/es sexuais que sabem quais políticas são necessárias para organizar a sua categoria. Esse fundo foi criado em 2012, e já atuou com mais de 129 organizações de trabalhadoras/es sexuais, de mais de 50 países.⁸⁴ Segundo o site da RedUmbrellaFund, as associações da RBP que já foram contempladas com a verbas do projetos foram o GEMPAC, Mulheres Guerreiras, DAVIDA e APROSMIG.

Entre os anos 2008-2010, a Rede Brasileira de Prostitutas buscou se filiar a redes internacionais com o intuito de expandir a sua atuação. A primeira tentativa se deu através da Red de Mujeres Trabajadoras Sexuales de Latinoamérica y el Caribe (RedTraSex⁸⁵). Essa rede tem por objetivo “a defesa, a promoção, reconhecimento e respeito dos direitos humanos das mulheres trabalhadoras sexuais, em particular dos direitos trabalhistas” (REDTRASEX, on-line, tradução própria). A RedTraSex surgiu no ano de 1997, em um encontro que reuniu dezenas de mulheres trabalhadoras sexuais na cidade de Heredia, Costa Rica. A partir desse encontro, as mulheres se organizaram com o intuito de fortalecer a participação política da categoria na defesa dos direitos humanos e laborais das trabalhadoras sexuais. A rede é composta por 14 países da América Latina: Argentina, Bolívia, Chile, Colômbia, El Salvador, Guatemala, Honduras, Nicarágua, Panamá, Paraguai, Peru, República Dominicana e México. A atuação é em rede, o que contribui para a formação política das ativistas por meio de projetos e fundos internacionais que visam a diminuição das violações sofridas pelas trabalhadoras sexuais.

A RBP permaneceu filiada à RedTraSex por algum tempo. Entretanto, entre meados dos anos 2010-2012, a RBP se desfiliou por problemas internos e iniciou sua

⁸⁴ A seleção dos projetos é feita pela Internacional Programme Advisory Committee (PAC) que é, também, administradora por trabalhadoras/es sexuais. Os doadores das verbas que financiam esses projetos são: American Jewish World Service; Comic Relief; Craigslist Charitable Fund; Levi Strauss Foundation; Mama Cash; Oak Foundation e Open Society Foundations. Informações retiradas do site: <https://www.redumbrellafund.org/about-us/donors/>

⁸⁵ Para maiores informações: <http://redtralsex.org/>

atuação na Global Network of Sex Work Projects (NSWP)⁸⁶, outra rede internacional que visa contribuir com as organizações de trabalhadoras sexuais por meio da defesa da prostituição enquanto trabalho, no combate de toda forma de discriminação e modelos legais que visam a criminalização da prostituição e no suporte da auto organização das trabalhadoras sexuais (NSWP, on-line, tradução própria). A NSWP possui filiadadas de todo os lugares do mundo, nos continentes africano, asiático, europeu, norte americano, caribenho e latino-americano. Até a presente data, fevereiro de 2019, a Rede Brasileira de Prostitutas se mantém filiada a essa rede internacional. De modo geral, ambas as redes internacionais, tanto a RedTraSex e a NSWP, atuam de forma similar às Global Unions de sindicatos de trabalhadoras sexuais. Filiar-se a essas organizações é importante para aumentar o intercâmbio político das associações para auxiliar na implementação de projetos que visem expandir as pautas do movimento organizado de trabalhadoras sexuais.

Em 2018, a Central Única de Trabalhadoras Sexuais (CUTS) e a Articulação Nacional de Profissionais do Sexo (ANPS) se filiaram à RedTraSex. A decisão de se filiar a essa rede partiu das formulações do I Seminário Nacional de Prostitutas, ocorrido em junho de 2018. Neste evento, as associações filiadas à CUTS e ANPS iniciaram diversos debates para expandir a atuação política de ambas as redes. Aproveitando a ida de duas representantes da CUTS e ANPS na Conferência Mundial de AIDS, essas trabalhadoras sexuais se encontraram com Elena Reynara, secretária executiva da RedTraSex e dialogaram sobre a possível entrada das duas redes na RedTraSex. A filiação ocorreu em outubro de 2018, por meio de um evento organizado pela Associação de Prostitutas da Bahia (APROSBA) que convidou Elena para que consolidassem a filiação da CUTS e da ANPS.

A urgência dessa outra forma de ampliar a atuação política das redes advém da percepção do futuro incerto da política brasileira que desde as eleições de 2018, quando a extrema direita chega ao poder, já prometendo reduzir as verbas destinadas à prevenção. Buscando romper com a dependência financeira do Ministério da Saúde, as três redes que compõem o movimento organizado de trabalhadoras sexuais, estão tateando novas parcerias, principalmente de organizações internacionais para manter a atuação política e expandir as suas pautas. Como foi apontado no início desse capítulo, a questão das reivindicações está passando por um processo de ampliação, focando tanto na sua

⁸⁶ Para maiores informações: <https://www.nswp.org/>

regulamentação, quanto na diminuição dos contextos de violências, no espaço doméstico, e nos espaços institucionais e no exercício do trabalho sexual.

Outro tipo de engajamento que está sendo utilizado pelas trabalhadoras sexuais é o uso da internet como uma ferramenta política. Tanto para intercambiar os diálogos entre as associações por meio do aplicativo WhatsApp, como no engajamento on-line por meio da escrita em blogs⁸⁷ e no enfrentamento com as feministas radicais. O aparecimento das mulheres como sujeitas que falam em primeira pessoa nas redes provocou uma expansão no movimento organizado que inclui reafirmar a sua identidade enquanto uma prostituta/trabalhadora sexual, rompendo com a visão de que as posições acerca da prostituição são universais, e focalizam as prostitutas como vítimas. As mulheres estão falando mais por si mesmas, articulando novas parcerias e ocupando cadeiras representativas em importantes órgãos, como a ONU Mulheres.

Outro destaque da expansão na atuação das trabalhadoras sexuais foi o lançamento do livro de Monique Prada, intitulado *Putafeminismo* em setembro de 2018. Por meio de diversos eventos para realizar o lançamento, Monique foi responsável pela visibilidade das pautas do movimento organizado, tanto debatendo com pessoas que são externas ao movimento, como internamente, através de eventos organizados pelas próprias associações para discutir o seu livro. Uma trabalhadora sexual lançar um livro para falar de política, direitos e feminismos é uma forma de estimular a participação coletiva, como também intercambiar o diálogo externo ao movimento. Nessa direção, o livro trouxe bastante visibilidade e estímulo ao movimento, o que impulsionou a produção de textos de outras trabalhadoras sexuais. Essa expansão, além de romper com universalismos, também contribuiu para a aproximação de ativistas de outros movimentos sociais pelas redes sociais que auxiliam na divulgação de notícias, textos, pesquisas e eventos do movimento organizado de trabalhadoras sexuais. Mesmo no contexto adverso que se iniciou com o resultado das eleições de 2018, as lideranças buscam criar mecanismos políticos para ampliar a atuação e a defesa dos direitos da sua categoria.

⁸⁷ Como exemplo, cito os textos de Monique Prada pela Mídia Ninja e Santuzza Alves pelo VICE. Os textos podem ser vistos nesses links: <http://midianinja.org/author/moniqueprada/>; https://www.vice.com/pt_br/article/qvnazw/relato-de-uma-trabalhadora-sexual-brasileira

Como podemos notar, há uma atualização das pautas do movimento organizado de trabalhadoras sexuais. Assuntos referentes à saúde se destacam, ampliando-os no que diz respeito à saúde mental e ao convívio das drogas no ofício laboral da prostituição. A busca pelo cuidado e fortalecimento por meio de oficinas e o compartilhamento de experiências pessoais são ferramentas para se criar novas formas de diálogos, para diminuir os impactos das violências e fortalecer o empoderamento das mulheres. De igual forma, surge com mais força a identidade com o putafeminismo, que busca romper com os universalismos presentes por muito tempo no feminismo e com as leituras produzidas por alguns grupos feministas que tem concepções abolicionistas sobre a prostituição. Essa ruptura nos mostra que o movimento busca promover mulheres autodeterminadas, autônomas, atuantes e politicamente e que, por meio do seu ofício, passam ampliar e defender os direitos da sua categoria.

A pauta da regulamentação da prostituição torna-se, assim, um ponto central para o combate ao estigma, às violências e para garantir direitos mínimos trabalhistas para o movimento organizado. A partir dos casos de violação, as mulheres demonstram a sua importância, como uma ferramenta que pode auxiliar na fiscalização e na melhoria das condições laborais das pessoas que exercem o trabalho sexual. A partir dessa demanda, podemos notar, também, as denúncias de um modelo legal ambíguo que, ao mesmo tempo em que reconhece a prostituição como uma ocupação, utiliza dos artigos 229, 230 e 231 do Código Penal, de modo a agir coercitivamente na vida das trabalhadoras sexuais, ao impedir a existência dos locais de trabalho

Por fim, temos o fortalecimento das suas organizações mediante o acesso a fundos internacionais, em um contexto permeados por crises institucionais que podem levar ao enfraquecimento do movimento. Prevendo esses infortúnios, o movimento organizado de trabalhadoras sexuais busca força na auto-organização, através da união das três redes e apoio internacional para manter as suas atividades.

Considerações finais: a puta luta continua

O objetivo central dessa dissertação foi investigar os trânsitos políticos compreendidos pelo movimento organizado de trabalhadoras sexuais. Procuramos responder a seguinte questão: podemos considerar as organizações e ações políticas das trabalhadoras sexuais como um movimento social?

Para responder essa questão, descrevi e analisei, no primeiro capítulo, a construção daquilo que conceituei o como movimento organizado de trabalhadoras sexuais: suas lideranças, associações e as três redes. Foi abordado a sua emergência, suas particularidades, a luta por autonomia, pelo direito de aparecer no espaço público e, principalmente, pelo direito à fala. Apresentei os processos políticos e sociais da constituição de suas lideranças, a formação das associações e das redes que compõe este movimento, que mesmo nos contextos de violência estruturados pelo estigma, buscaram organizar centenas de mulheres na defesa dos seus direitos.

Por não se tratar de um movimento homogêneo, o seu interior foi permeado por disputas em torno das noções de “autonomia” e “horizontalidade”, que se refletiram na forma de divulgar informações, tais como editais abertos, novas parcerias, cadeiras representativas e em novas formas organizacionais que incluem refletir sobre qual o melhor modelo para coordenar as demandas da base. Várias tentativas foram colocadas: desde a criação de coordenadorias até uma forma mais autônoma que não se centralizasse em coordenadoras. Contudo, algumas associações que compõem a Rede Brasileira de Prostitutas mantiveram destaque e centralidade, durante os anos 2000. Buscando novas formas de fortalecer o movimento após os anos 2010, foram criadas duas redes com o intuito de reflorescer as associações. É notório perceber que o reflorescimento se deu, primordialmente, nas regiões norte e nordeste, a partir dos diversos eventos realizados entre os anos 2017-2018. Mesmo com a grande atividade nessas duas regiões, as duas redes também foram responsáveis pelo diálogo com outras regiões, impulsionado a aproximação de associações que, em algum momento dos anos 2000, se desfiliam da RBP.

Procurei centrar as análises nos tipos de engajamentos produzidos no interior das três distintas redes que compõem o movimento. Como pude apresentar, os seus engajamentos se refletem na denominação de cada rede que circulam entre as categorias

de “prostitutas”, “trabalhadoras sexuais” e “profissionais do sexo”. Mesmo com essas distintas denominações e permeadas por disputas, pude mostrar também que é possível realizar, de forma conjunta, a organização desse movimento. Apesar da separação da RBP ter sido interpretada, por algumas das suas lideranças, como algo negativo, por meio do trabalho de campo foi possível perceber que é possível articular a categoria a partir de redes distintas tendo, como produto, o seu reflorescimento.

Para impulsionar as ações empreendidas pelo movimento organizado, as três redes utilizam estratégias para motivar a sua ação coletiva. Descrevi como são estruturados os encontros e seminários que se tornaram um canal de diálogo entre as próprias trabalhadoras sexuais com os seus parceiros e aliados. Além disso, esses espaços demonstraram, como apontado no capítulo três, como são construídas as suas pautas e quais são os tipos de engajamentos que foram construídos, a partir da história da vida pessoal e política das lideranças, vividas na ocupação de cadeiras representativas em diferentes órgãos públicos.

De variadas formas foi demonstrada a atuação do Estado, produzida em distintos meios: cartilhas, programas, seminários, normativas, assessorias técnicas, e projetos de lei. Mesmo em sua multiplicidade de formas, o movimento organizado de trabalhadoras sexuais conseguiu usufruir da sua entrada no Estado a partir das políticas de prevenção. Durante os governos do PT, é notório o avanço referente às noções de saúde, porém, não se avançou nas políticas que visassem à regulamentação da atividade. Podemos notar, também, a dificuldade de o movimento organizado adentrar em outras secretarias devido aos grandes conflitos e disputas em torno da concepção da prostituição. Essas dificuldades se aprofundaram ainda mais após a saída da presidenta Dilma Rousseff.

A partir das diversas expertises criadas pelo movimento organizado, também foram articuladas as distintas parceiras por meio das relações com aliados que se construíram entre as com as universidades, os partidos políticos, os movimentos sociais, o poder público, os representantes estatais e as/os ativistas autônomos. No interior do movimento, de igual forma, as trabalhadoras buscam modos alternativos de estabelecer e dar visibilidade a partir da luz vermelha dos cabarés, com os desfiles Daspu e o com intercâmbio de informações por meio do tabloide *O Beijo da Rua*, buscando assim, disputar a arena midiática para subverter as narrativas construídas pelo senso comum acerca da prostituição. Essas duas ferramentas se tornaram importantes para criar a

cidadania da *puta, prostituta, prostituta, trabalhadora sexual, profissional do sexo*, de modo que elas possam ter autonomia para falar das suas experiências do seu ofício em seu próprio nome

Com o intuito de colaborar com as investigações nas áreas dos Estudos de Gênero e Movimentos Sociais, no capítulo três descrevi as pautas debatidas pelo movimento organizado entre os anos 2017-2018, que passaram uma reatualização. A questão saúde foi expandida, sendo pensada, também, como forma de discutir a saúde mental, redução de danos e usos de drogas – temas extremamente caros ao movimento, já que, durante anos, um dos motivos, pelos quais, diversas organizações buscaram dialogar com as prostitutas foram o fato delas precisarem “ser salvas” do “mundo das drogas” e do “mundo do crime”, por serem as prostitutas “exploradas” pelos agentes desses dois mundos. Como pudemos perceber nas cenas etnográficas, o resultado foi o oposto. É perceptível a autonomia dessas mulheres que buscaram criar saídas coletivas para auxiliá-las nos contextos adversos a partir das suas experiências: aspiram a luta coletiva, criam oficinas, rodas de conversas e projetos para sanar as dificuldades e melhorar a condição laboral das prostitutas, longe da perceptiva da “salvação” colocada pelas organizações abolicionistas.

Os processos de estigmatização são demonstrados no segundo tópico descrito no capítulo três. As mulheres que exercem o trabalho sexual não possuem acesso aos serviços de segurança pública. Aqui, reside uma das formas excludentes e cruéis do Estado, que separa as mulheres entre as podem e as que não podem não ter acesso à segurança pública, à saúde, às políticas assistenciais, produzindo a construção social de mulheres que são dignas e de mulheres indignas. Mesmo assim, as mulheres procuraram criar ações coletivas para minimizar esses impactos. A partir desses casos, percebe-se que as mulheres que se identificam como “putafeministas” lutam contra a violência e por melhores condições laborais, que constituem pautas históricas dos movimentos feministas. Por meio dos fragmentos destacados do terceiro capítulo, foi demonstrado que o conceito de “violência” é fluído e se encontra em constante disputa, o que me leva a pensar que, mesmo em contextos violentos, as trabalhadoras sexuais tendem a criar estratégias coletivas em busca de autodeterminação, autonomia e dignidade. Essa interpretação parte dos pressupostos de Judith Butler (2018), que nos mostra que a vulnerabilidade pode se tornar uma forma de ativismo e de resistência.

É destaque, também, como a pauta da regulamentação da prostituição é construída pelas mulheres como um caminho para diminuir as situações de violação de direitos. A partir dessa reivindicação são mobilizadas as noções de “consentimento”, “autonomia”, “direito”, “feminismo”, “corpo” e “trabalho”. Manter a prostituição em um limbo legal não resolve os problemas relativos à violência e à exploração. Como foi possível notar nesta pesquisa, a prostituição é uma ocupação exercida por milhares de pessoas que necessitam ter mecanismos legais que possam melhorar as suas condições laborais, como de qualquer outro/a trabalhador/a. Para as trabalhadoras sexuais, o direito ao trabalho sexual confere a elas o direito de exercer o seu ofício sem constrangimento, com direitos trabalhistas assegurados e um meio de denunciar os casos de violação de direitos, tais como exploração sexual, tráfico de pessoas com fins de exploração sexual e exploração de menores.

Direito ao trabalho, assim, torna-se um aglutinador de diversas demandas: autonomia ao corpo, direito à maternidade, à construção do putafeminismo e de assegurar formas de combater a violência contra as mulheres. Como bem apontado por Monique Prada (2018), reivindicar-se como “putafeminista” é uma forma de discutir a prostituição por outro viés, de forma a levar os feminismos aos prostíbulos, mas não como algo que busque retirar a renda dessas mulheres: como algo que busque empoderar as mulheres para lutar pelos seus direitos.

A discussão da construção social do que seria o “trabalho sexual” está longe de obter um consenso. Tornam-se necessárias investigações mais profundas e comprometidas que visem compreender os tipos de locais de trabalho, as diversas interpretações legais sobre o ofício laboral, as visões das categorias de trabalhadoras sexuais, tanto aquelas que são favoráveis a uma regulamentação, como aquelas que são contrárias. Esse tipo de investigação buscaria colaborar com políticas públicas efetivas que visassem estimular a autonomia financeira das mulheres que desejem outra ocupação e, também, esguardar direitos laborais para aquelas que almejem continuar como profissionais do sexo.

Por fim, na busca por fortalecer o movimento organizado, um dos seus desafios consiste na procura de formas alternativas de financiamento para romper com a dependência das verbas do Ministério da Saúde. Essa reivindicação passa por duas questões. A primeira refere-se ao contexto político marcado por um governo de extrema direita, que anuncia em seus canais de comunicação uma redução drástica nas políticas

de prevenção, nas verbas e na visão sobre as “populações-chaves”: retorna-se às antigas concepções estigmatizantes que culpam as trabalhadoras sexuais por serem os focos das infecções sexualmente transmissíveis, o que prejudica tudo que foi realizado nos últimos trinta anos. A segunda, diz respeito à autonomia das associações e redes que buscam expandir as suas pautas vinculadas às políticas de prevenção. Ou seja, esse movimento procura a partir da prevenção, ampliar as discussões sobre saúde, trabalho, *advocacy* e sustentabilidade. Dessa forma, as redes pretendem dialogar com distintas organizações internacionais para manter as suas atividades e fortalecer o movimento organizado de prostitutas/trabalhadoras sexuais/profissionais do sexo.

É muito desafiador escrever sobre esse movimento. Concordo plenamente com Gail Pheterson (1993), ao afirmar que a prostituição que exige uma reflexão a partir de distintas perspectivas. O principal intuito dessa pesquisa, além de demonstrar que estamos diante de um movimento social de extrema importância na história brasileira recente, é o rompimento com a literatura feminista que visa vitimizar essas mulheres. Tal como demonstrado nesse trabalho, prostituição é política, engajamento, organização, história, feminismo, autonomia, trabalho e resistência. Longe de criar qualquer visão romântica, pois também foram apontados os contextos de vulnerabilidade e de violência, trata-se de mostrar o quão complexo é o tema e principalmente, demonstrar que há um conjunto de mulheres que buscam, cotidianamente, lutar pelos seus direitos e de todas as mulheres.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ABERS, Rebecca; SERAFIM, Lizandra; TATAGIBA, Luciana. **Repertórios de interação Estado-sociedade em um Estado heterogêneo: a experiência na era Lula.** Dados-Revista de Ciências Sociais, v. 57, n. 2, 2014

ABERS, Rebecca; BULOW, Marisa Uon. **Movimentos sociais na teoria e na prática: como estudar o ativismo através da fronteira entre estado e sociedade?.** Sociologias, Porto Alegre, v. 13, n. 28, p. 52-84, set./dez. 2011. Disponível em: <[http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1517-45222011000300004](http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1517-45222011000300004&lng=pt&nrm=iso)&lng=pt&nrm=iso>. <http://dx.doi.org/10.1590/S1517-45222011000300004>.

AGUIÃO, Silvia. **Fazer-se no “Estado”: uma etnografia sobre o processo de constituição dos “LGBT” como sujeitos de direitos no Brasil contemporâneo.** 2014. Tese de Doutorado. Tese de Doutorado em Ciências Sociais. Campinas, IFCH-Unicamp, 2014

ALVAREZ, Sonia E. **Beyond NGO-ization?: Reflections from Latin America.** Development, v. 52, n. 2, p. 175-184, 2009.

BARRETO, Letícia Cardoso. **"Somos sujeitas políticas de nossa própria história": prostituição e feminismos em Belo Horizonte.** Tese de Doutorado defendida na Universidade Federal de Santa Catarina. 2015.

BARRETO, Leila. **Prostituição, A História Recontada: Transas Sociais e Institucionais em Belém.** Trabalho de Conclusão do Curso de Especialização em Educação em Direitos Humanos e Diversidade. Universidade Federal do Pará. Belém-Pará. 2016

BERNSTEIN, Elizabeth. **The Sexual Politics of the “New Abolitionism”.** *differences* 1 December 2007; 18 (3): 128–151. doi: <https://doi.org/10.1215/10407391-2007-013>

BERNSTEIN, Elizabeth. **Introduction: Sexual Economies and New Regimes of Governance,** *Social Politics: International Studies in Gender, State & Society*, Volume 21, Issue 3, 1 September 2014, Pages 345–354, <https://doi.org/10.1093/sp/jxu023>

BERNSTEIN, Elizabeth. **What’s Worng With Prostitution? What’s Right with Sex Work?Comparing markets in female sexual labor.** 10 *Hasting Women’s L.R.*91 (1999)

BONOMI, Carolina. **Inserção das mulheres trans no mercado de trabalho.** 2015. Relatório de Pesquisa de Iniciação Científica. Bolsa: PIBIC/CNPq. Vigência: Agosto/2014 a Julho/2015.

_____. **Entre o laudo e a carteira: (trans)formações no mercado de trabalho?** 2016. Relatório de Pesquisa de Iniciação Científica. Bolsa PIBIC/CNPq. Vigência: Agosto/2015 a Julho/2016

_____. **Entre o laudo e a carteira: (trans)formações no mercado de trabalho?** Trabalho de Conclusão de Curso para obtenção do bacharelado em Ciências Sociais. Instituto de Filosofia e Ciências Humanas. Unicamp. 2017

BONOMI; LIMA, 2018. **Proteger ou Criminalizar? As ambiguidades do projeto de lei 377/2011 e seus impactos nos direitos das trabalhadoras sexuais.** Comunicação Oral no 31º Reunião Brasileira de Antropologia. 2018.

BORTOLANZA, Elaine. **As passarelas passeatas da Daspu.** *Eroticomia* [blog], 2007

BRASIL. **I Programa Nacional de Direitos Humanos - PNDH**, 1996.

BRASIL. Ministério da Saúde. Secretaria de Vigilância em Saúde. Departamento de DST, AIDS e Hepatites Virais. **Seminário Nacional AIDS e Prostituição.** 2002

BRASIL. Ministério da Saúde. Secretaria de Vigilância em Saúde. Departamento de DST, Aids e Hepatites Virais. **Recomendações da Consulta Nacional sobre DST/Aids, Direitos Humanos e Prostituição /** Ministério da Saúde, Secretaria de Vigilância em Saúde, Departamento de DST, Aids e Hepatites Virais. Brasília : Ministério da Saúde, 2012

BUTLER, Judith. **O parentesco é sempre tido como heterossexual?.** *Cadernos pagu*, n. 21, p. 219-260, 2003.

BUTLER, Judith. **Undoing gender.** routledge, 2004.

BUTLER, Judith. **Corpos em aliança e a política das ruas: Notas para uma teoria performativa de assembléia.** Editora José Olympio, 2018.

CARDOSO, Ruth. **Aventuras de antropólogos em campo ou como escapar das armadilhas do método (1986).** Ruth Cardoso: obra reunida. Tereza Pires do Rio Caldeira (org) – 1 ed- São Paulo: Mameluco: 2011.

CARRARA, Sérgio. **Moralidades, racionalidades e políticas sexuais no Brasil contemporâneo.** *Mana*, v. 21, n. 2, p. 323-345, 2015

CHAPKIS, Wendy. **Live sex acts: women performing erotic labor.** New York, NY: Routledge, 1997. viii, 248 p.,

DAS, Veena. **Fronteiras, violência e o trabalho do tempo: alguns temas wittgensteinianos.** *Revista brasileira de ciências sociais*, v. 14, n. 40, p. 31-42, 1999.

DAS, Veena & POOLE, Deborah. **“El Estado y sus márgenes. Etnografías comparadas.** In: *Cuadernos de Antropologia Social*. n.27, 2008, p. 19 – 52.

EFREM FILHO, Roberto. **A reivindicação da violência: gênero, sexualidade e a constituição da vítima**. Cadernos Pagu, Campinas, n. 50, 2017, 54p.

DAVIS, Angela Yvone. **Mulheres, raça e classe**. Tradução de Heci Regina Candiani. São Paulo, SP: Boitempo, 2016. 244 p.

DIANI, Mario; BISON, Ivano. **Organizações, coalizões e movimentos**. Revista Brasileira de Ciência Política, v. 3, p. 219, 2010

DWORKIN, Andrea. **Pornography and grief**. Take back the night: Women on pornography, p. 286-292, 2000.

FACCHINI, Regina. **Sopa de letrinhas? Movimento homossexual e produção de identidades coletivas nos anos 90**. Editora Garamond, 2006

FALCÃO, Thiago. **Memes, textões e problematizações: sociabilidade e política a partir de uma comunidade de LGBT universitários no Facebook**. Dissertação (Mestrado em Antropologia Social), Instituto de Filosofia e Ciências Humanas, Universidade Estadual de Campinas, Campinas, 2017.

FOUCAULT, Michel. **Nascimento da Biopolítica: curso dado no Collège de France (1977-1978)**. Martins Fontes, 2008.

FOUCAULT, Michel. **História da sexualidade I: a vontade de saber**. Paz e Terra. 1984.

GOFFMAN, Erving. **Estigma: notas sobre a manipulação da identidade deteriorada**. Rio de Janeiro, RJ: Zahar, 1963. 158p.

GREGORI, Maria Filomena. **Cenas e queixas: um estudo sobre mulheres, relações violentas e a prática feminista**. Rio de Janeiro, RJ; São Paulo, SP: Paz e Terra: Associação Nacional de Pós-Graduação e Pesquisa em Ciências Sociais, [1993]. 218 p.

GREGORI, Maria Filomena. **Viração: experiências de meninos nas ruas**. São Paulo, SP: Companhia das Letras, 2000.

GREGORI, Maria Filomena. **Limites da sexualidade: violência, gênero e erotismo**. Revista de Antropologia, p. 575-606, 2008.

GÓES, Juliana. **Corpo, Autonomia e Associativismo: a participação das prostitutas da Guaicurus**. Dissertação defendida pelo Programa de Pós-Graduação em Ciência Política. Universidade Federal de Minas Gerais. Belo Horizonte. 2017.

HELENE, Diana. **“PRETA, POBRE E PUTA”**. 2015. Tese de Doutorado. Universidade Federal do Rio de Janeiro.

KAAS, Hailey. **Trans* como termo guarda chuva**. Blog Transfeminismo. Disponível em: << <http://transfeminismo.com/trans-umbrella-term/> >>. 2013.

JULIANO, Dolores. **Excluídas y marginales: una aproximación antropológica**. Madrid: Ediciones Catedra: Universitat de València: Instituto de la Mujer, 2004. 228 p. (Feminismos). ISBN 8437621631 (broch.).

LIMA, Stephanie. **As bi, as gay, as trava, as sapatão tão tudo organizada pra fazer revolução! Uma análise sócio-antropológica do Encontro Nacional Universitário da Diversidade Sexual (ENUDES). 2016. 171 fls.** 2016. Tese de Doutorado. Dissertação (Mestrado em Saúde Coletiva). Universidade do Estado do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro.

KEMPADOO, Kamala; DOEZEMA, Jo. **GLOBAL sex workers: rights, resistance, and redefinition**. New York, NY: Routledge, 1998. 294 p

LAGO, Natália. **Prisão, gênero e ativismo em uma associação de familiares de presos**. Paper apresentado no SPG 38: Sexualidade e gênero: política, direitos e sujeitos. 42º ANPOCS. 2018

LEITE, Gabriela Silva. **Eu, mulher da vida**. Rio de Janeiro, RJ: Editora Rosa dos Tempos, 1992. 175 p.

LEITE, Gabriela Silva. **Filha, mãe, avó e puta: a história de uma mulher que decidiu ser prostituta**. Editora Objetiva, 2009

LEITE, Gabriela; LENZ, Flavio. **A Trajetória do Movimento de Prostitutas e sua Relação com o Estado Brasileiro**. ABIA. Análise do contexto da prostituição em relação a direitos humanos, trabalho, cultura e saúde no Brasil, p. 41-48, 2013.

LEITE, Gabriela Silva; MURRAY, Laura; LENZ, Flavio. **The Peer and Non-peer: the potential of risk management for HIV prevention in contexts of prostitution**. Revista Brasileira de Epidemiologia, v. 18, p. 7-25, 2015.

LENZ, Flávio CO. **Estado da saúde e a “doença” das prostitutas: uma análise das representações da prostituição nos discursos do SUS e do terceiro setor**. (Especialização em Comunicação e Saúde)–Instituto de Comunicação e Informação Científica e Tecnológica em Saúde, Fundação Osvaldo Cruz, Rio de Janeiro, 2011.

LOWENKRON, Laura. **O monstro contemporâneo: a construção social da pedofilia em múltiplos planos**. Rio de Janeiro, RJ: EdUERJ, 2015. 459p.

MACKINNON, Catherine A. **Gender and the state: An agenda for theory**. Culture and Society, v. 7, p. 3, 1982

MORAES, Aparecida Fonseca. **Mulheres da vila: prostituição, identidade social e movimento associativo**. Vozes, 1996.

MURRAY, Laura Rebecca. **Not fooling around: The politics of sex worker activism in Brazil**. 2014. Tese de Doutorado defendida na Universidade de Columbia.

NADAI, Larissa. **Descrever crimes, decifrar convenções narrativas: uma etnografia entre documentos oficiais da Delegacia de Defesa da Mulher de Campinas em casos de**

estupro e atentado violento ao pudor. 2012. 275 p. Dissertação (mestrado) - Universidade Estadual de Campinas, Instituto de Filosofia e Ciências Humanas, Campinas, SP. Disponível em: <<http://www.repositorio.unicamp.br/handle/REPOSIP/278985>>. Acesso em: 18 fev. 2019

MACKINNON, Catherine A. **Gender and the state: An agenda for theory**. Culture and Society, v. 7, p. 3, 1982

OLIVAR, José Miguel. **Prostituição feminina e direitos sexuais... diálogos possíveis?.** Sexualidad, Salud y Sociedad-Revista Latinoamericana, n. 11, 2012.

OLIVAR, José Miguel Nieto. **Devir puta: políticas da prostituição de rua na experiência de quatro mulheres militantes**. EdUERJ, 2013.

OLSON, Mancur. **A lógica da ação coletiva: os benefícios públicos e uma teoria dos grupos sociais**. Edusp, 1999.

PADOVANI, Natalia Corazza. **Sobre casos e casamentos: afetos e amores através de penitenciárias femininas em São Paulo e Barcelona**. São Carlos, SP: EdUFSCar, 2018. 335 p

PARREIRAS, Carolina. **Vulnerabilidades, dilemas e dores**. Cadernos de Campo (São Paulo, 1991), v. 27, n. 1, p. 274-294, 2018.

PATEMAN, Carole. **O contrato sexual**. Tradução de Marta Avancini. Rio de Janeiro, RJ: Paz e Terra, 1999

PHETERSON, Gail. **The prostitution prism**. Amsterdam University Press. 1996.

PISCITELLI, Adriana. **Apresentação: gênero no mercado do sexo**. Cadernos Pagu, n.25, pp.07-23, 2005

_____. **Feminismos e Prostituição no Brasil: Uma leitura a partir da Antropologia Feminista**. Cuadernos de antropología social, n.36, pp.11-31, 2012.

_____. **Trânsitos: brasileiras nos mercados transnacionais do sexo**. Rio de Janeiro: RJ. EdUERJ, 2013.

_____. **Economias sexuais, amor e tráfico de pessoas—novas questões conceituais**. Cadernos Pagu, n.47, 2016.

PISCITELLI, Adriana; VASCONCELOS, M. **Sobre armadilhas e cascas de banana: uma análise crítica da administração de justiça em temas associados aos Direitos Humanos**-Dossiê: Gênero no Tráfico de Pessoas, 31. Cadernos Pagu, 2008.

PRADA, Monique. **Putafeminista**. São Paulo: Veneta, 2018

RIOS, Flavia Mateus. **Movimento negro brasileiro nas Ciências Sociais (1500-2000)**. Sociedade e Cultura, Goiânia, v. 2, p. 263, 2009.

- RUBIN, Gayle. **Políticas do sexo**. São Paulo, SP: Ubu, 2017. 141 p.
- SKACKAUSKAS, Andreia. **Prostituição, gênero e direitos: noções e tensões nas relações entre prostitutas e Pastoral da Mulher Marginalizada**. 2014. 313 p. Tese (doutorado) - Universidade Estadual de Campinas, Instituto de Filosofia e Ciências Humanas, Campinas, SP
- SIMÕES, Júlio Assis; FACCHINI, Regina. **Na trilha do arco-íris: do movimento homossexual ao LGBT**. Editora Fundação Perseu Abramo, 2009
- BENFORD, Robert D.; SNOW, David A. **Framing processes and social movements: An overview and assessment**. Annual review of sociology, v. 26, n. 1, p. 611-639, 2000.
- STRATHERN, Marilyn. **O gênero da dádiva: problemas com as mulheres e problemas com a sociedade na Melanésia**. Campinas, SP: Editora da Unicamp, c2006
- TARROW, Sidney. **Mentalities, political cultures, and collective action frames**. Frontiers in social movement theory, p. 174-202, 1992.
- TARROW, Sidney. **O poder em movimento: Movimentos sociais e confronto político**. Petrópolis: Vozes, 2009
- SOUZA LIMA, Antonio Carlos de (2012) “**Apresentação. Dossiê Fazendo Estado**”. Revista de Antropologia. São Paulo: USP, v.55, no2.
- TARROW, Sidney. **O poder em movimento: Movimentos sociais e confronto político**. Petrópolis: Vozes, 2009.
- TATAGIBA, Luciana; PATERNIANI, Stella Zagatto; TRINDADE, Thiago Aparecido. **Ocupar, reivindicar, participar: sobre o repertório de ação do movimento de moradia de São Paulo**. Opinião pública, v. 18, n. 2, p. 399-426, 2012.
- TAVARES, Aline Godoi de Castro. **A organização da zona: notas etnográficas sobre relações de poder na zona de prostituição Jardim Itatinga, Campinas-SP**. 2014 Dissertação (Mestrado em Antropologia Social), Instituto de Filosofia e Ciências Sociais, Universidade Estadual de Campinas, Campinas, 2014
- TAVARES, Aline G. C.. **Prostituição como ocupação: Complexificando o debate**. In: Eliane Gonçalves; Maria Lúcia Vannuchi; Tania Ludmila Dias Tosta. (Org.). Iguais? Gênero, Trabalho e Lutas Sociais. 1ed.Goiânia: Editora-PUC-GO, 2014, v. 1, p. 1- 450.
- TELES, Maria Amelia de Almeida. **Breve historia do feminismo no Brasil**. São Paulo, SP: Brasiliense, 2016. 181p
- TILLY, Charles. **Coerção, capital e Estados europeus 1990-1992**. Edusp, 1996.
- STOWE, Harriet Beecher. **Sojourner Truth**. Atlantic Monthly, v. 473, p. 481, 1863.

VANCE, Carole (org). **Pleasure and Danger: exploring female sexuality**. Routledge & Kegan Paul. Boston, London, Melbourne and Henly. 1982.

VIANNA, Adriana (2002) “**Limites da Menoridade: tutela, família e autoridade em julgamento**”. [Tese de doutorado]. Programa de Pós-Graduação em Antropologia Social. Museu Nacional. Universidade Federal do Rio de Janeiro. Rio de Janeiro, RJ.

VIANNA, Adriana. “**Etnografando documentos: uma antropóloga em meio a processos judiciais.**” In: CASTILHO, Sergio Ricardo Rodrigues; LIMA, Antônio Carlos de Souza Lima; TEIXEIRA, Carla Costa (orgs). *Antropologia das práticas de poder: reflexões etnográficas entre burocratas, elites e corporações*. Rio de Janeiro: Contra Capa - FAPERJ. pp.43-70. 2014.

VIANNA, Adriana; LOWENKRON, Laura. **O duplo fazer do gênero e do Estado: interconexões, materialidades e linguagens**. *Cad. Pagu, Campinas* , n. 51, e175101, 2017 . Available from
<http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0104-83332017000300302&lng=en&nrm=iso>.

ANEXOS

Quadro dos eventos nacionais organizados pelo movimento organizado de trabalhadoras sexuais do Brasil

Resoluções e Reivindicações dos Eventos Nacionais 1987-2018				
Evento	Ano	Local	Reivindicações	Resoluções
I Encontro Nacional de Prostitutas	1987	Rio de Janeiro - RJ	Contra as violências; luta pela efetivação dos direitos humanos, civis e sociais; reconhecimento profissional e da cidadania	Criação da Rede Brasileira de Prostitutas
II Encontro Nacional de Prostitutas	1989	Recife - PE	Prevenção de saúde IST/HIV/AIDS	Confecção dos manuais de prevenção voltados para profissionais do sexo e clientes; formalização da parceria com o Ministério da Saúde
III Encontro Nacional de Prostitutas	1993	Rio de Janeiro - RJ	Saúde da mulher (descriminalização do aborto, planejamento familiar e prevenção DST/HIV/AIDS); Luta contra exploração infantil; regulamentação da prostituição; alteração no Código Penal e fantasias sexuais	Conselho Consultivo com representações regionais; realização de encontros regionais; criação de novas associações; projetos de formação política; participação em comissões e campanha contra o tráfico de pessoas, exploração de menores e sexual; articulação com Secretaria do Trabalho e Ação Social; programas de geração de renda
IV Encontro Nacional de Prostitutas	2008	Rio de Janeiro - RJ	Direitos Humanos; legislação; saúde e fortalecimento do ativismo	Confecção da Carta de Princípios; criação de um lobby político para aprimorar a regulamentação da profissão; extinção dos conselhos regionais para ampliar a participação política

V Encontro Nacional de Prostitutas	2010	Porto Alegre - RS	Saúde integral; articulação política nacional; regulamentação da profissão e Carta de Princípios	Criação de um colegiado executivo que tinha como finalidade: operacionalizar a Carta de Princípios; criar canais de comunicação entre as associações; atuar politicamente na Câmara de Deputados para discutir a regulamentação da prostituição e ampliar a participação nos espaços governamentais.
VI Encontro Nacional de Prostitutas	2017	São Luís do Maranhão - MA	Ativismo, auto-organização, trabalho sexual, direitos, legislação, identidade sexual, conjuntura política, políticas de saúde	Articulação entre as três redes; anistia das associações em débito com o Ministério da Saúde.
I Seminário Nacional de Prostitutas	2018	Teresina - PI	Saúde integral das trabalhadoras sexuais; direitos humanos e o enfrentamento das violências contra as pessoas que realizam o trabalho sexual; direitos e legislação no Brasil; protagonismo das trabalhadoras sexuais nas políticas públicas.	Articulação por meio de um projeto estratégico com as duas redes: CUTS e ANPS; realização de encontros periódicos; instituir parcerias com universidades e projetos de extensão; ampliar a participação de ativistas no movimento por meio da realização de atividades em cada região; buscar financiamentos alternativos ao Ministério da Saúde; continuar com as políticas de prevenção combinada, mas solicitar capitação remunerada para as profissionais do sexo; criar espaços de discussão sobre drogas e políticas de Redução de Danos; organizar um workshop para debater a regulamentação da prostituição; criar uma poupança do ativismo.
II Seminário Nacional de Prostitutas	2018	João Pessoa - PB	Tecnologias de saúde; drogas e redução de danos; direitos trabalhistas; saúde mental; feminismos e putafeminismo.	Criação de comitês para articular atividades nacionais e ações em defesa do SUS, políticas de saúde, lobby político para barrar a proposta de lei que visa a criminalização do cliente.

Hino das Prostitutas

Sei que a prostituição carrega estigma sem fim
 De qualquer modo o preconceito é ruim
 Perpassa a história do tempo
 É prostituta, é pervertida, é pantera negra
 É quem desperta o desejo
 Mas é companheira
 Na verdade, é trabalho que não dá pra negar
 Sei que há muito tempo existe prostituição
 Fora da lei contravenção ou não
 É libido pegando fogo
 Assim em troca do dinheiro se oferta prazer
 Como qualquer profissão que se vai exercer
 Pois a zona produz amor
 Realizando o desejo do corpo
 E de uma coisa esteja certo amor (2 vezes)
 A zona vai estar sempre aberta amor
 O cabaré vai dar uma festa amor
 Na hora que você chegar
 Sei que a prostituição carrega estigma sem fim
 De qualquer modo o preconceito é ruim
 Perpassa a história do tempo
 É prostituta, é pervertida, é pantera negra
 É quem desperta o desejo
 Mas é companheira
 Na verdade, é trabalho que não dá pra negar

 Sei que há muito tempo existe prostituição
 Fora da lei contravenção ou não
 É libido pegando fogo
 Assim em troca do dinheiro se oferta prazer
 Como qualquer profissão que se vai exercer
 Pois a zona produz amor
 Realizando o desejo do corpo
 E de uma coisa esteja certo amor (2 vezes)
 A zona vai estar sempre aberta amor
 O cabaré vai dar uma festa amor
 Na hora que você chegar

Carta de Princípios Rede Brasileira de Prostitutas⁸⁸

A Rede considera a prostituição uma profissão, desde que exercida por maiores de 18 anos.

A Rede é contra: a exploração sexual comercial de crianças e adolescentes, em consonância com a legislação brasileira.

A Rede repudia: a vitimização das prostitutas; o controle sanitário de prostitutas; e combate a criação e a existência de zonas delimitadas e confinadas; combate a criminalização dos clientes; o oferecimento de exames e outros procedimentos médicos nos locais em que se exerce a prostituição, a não ser em casos que envolvam a população em geral; que se associe a prostitutas com a criminalidade; o tráfico de seres humanos.

A Rede defende: a regulamentação do trabalho da prostituta; e promove a auto-organização das prostitutas; promove o acesso aos insumos de prevenção de DST/Aids; o acesso aos serviços de saúde integral; o direito de migração para o trabalho legal; que o trabalho sexual é um direito sexual; que as prostitutas se assumam como prostitutas/putas em todos os espaços.

A Rede combate: a discriminação, o preconceito e o estigma dirigido às prostitutas.

A Rede atua: em parcerias nos cenários nacional, regional e internacional com outras redes de prostitutas e aliados.

A Rede vê: o turismo sexual como uma forma de trabalho para maiores de 18 anos.

A Rede entende: que a prostituta não vende o seu corpo. Ela presta serviços sexuais.

A Rede recomenda: aos seus integrantes a realização de encontros municipais, estaduais e nacionais.

Critérios - quem pode entrar na Rede: Associações, núcleos, prostitutas e grupos de prostitutas que respeitem os princípios desta Carta. A Rede pode convidar pessoas que contribuam e respeitem esta Carta. Para entrar na Rede e na lista eletrônica é necessário ser indicado por grupo já integrante.

Quem não pode entrar na Rede: Entidades ou empresas dirigidas ou controladas por cafetinas, cafetões e/ou outros exploradores da prostituição.

⁸⁸ Retirado do site do Observatório da Prostituição: <https://observatoriodaprostituicao.wordpress.com/carta-de-principios-da-rbp/>

Projeto de Lei 98/2003⁸⁹

PROJETO DE LEI Nº , DE 2003 (Do Sr. Fernando Gabeira)

Dispõe sobre a exigibilidade de pagamento por serviço de natureza sexual e suprime os arts. 228, 229 e 231 do Código Penal.

O Congresso Nacional decreta:

Art. 1º É exigível o pagamento pela prestação de serviços de natureza sexual.

§ 1º O pagamento pela prestação de serviços de natureza sexual será devido igualmente pelo tempo em que a pessoa permanecer disponível para tais serviços, quer tenha sido solicitada a prestá-los ou não.

§ 2º O pagamento pela prestação de serviços de natureza sexual somente poderá ser exigido pela pessoa que os tiver prestado ou que tiver permanecido disponível para os prestar.

Art. 2º Ficam revogados os artigos 228, 229 e 231 do Código Penal.

Art. 3º. Esta lei entra em vigor na data da sua publicação

JUSTIFICAÇÃO

Já houve reiteradas tentativas de tornar legalmente lícita a prostituição. Todas estas iniciativas parlamentares compartilham com a presente a mesma inconformidade com a inaceitável hipocrisia com que se considera a questão.

Com efeito, a prostituição é uma atividade contemporânea à própria civilização. Embora tenha sido, e continue sendo reprimida inclusive com violência e estigmatizada, o fato é que a atividade subsiste porque a própria sociedade que a condena a mantém. Não haveria prostituição se não houvesse quem pagasse por ela.

Houve, igualmente, várias estratégias para suprimi-la, e do fato de que nenhuma, por mais violenta que tenha sido, tenha logrado êxito, demonstra que o único caminho digno é o de admitir a realidade e lançar as bases para que se reduzam os malefícios resultantes da marginalização a que a atividade está relegada. Com efeito, não

⁸⁹ Informações retiradas do site: https://www.camara.leg.br/proposicoesWeb/prop_mostrarintegra?codteor=114091&filename=PL+98/2003

fosse a prostituição uma ocupação relegada à marginalidade – não obstante, sob o ponto de vista legal, não se tenha ousado tipificá-la como crime – seria possível uma série de providências, inclusive de ordem sanitária e de política urbana, que preveniriam os seus efeitos indesejáveis.

O primeiro passo para isto é admitir que as pessoas que prestam serviços de natureza sexual fazem jus ao pagamento por tais serviços. Esta abordagem inspira-se diretamente no exemplo da Alemanha, que em fins de 2001 aprovou uma lei que torna exigível o pagamento pela prestação de serviços de natureza sexual. Esta lei entrou em vigor em 1º de janeiro de 2002. Como conseqüência inevitável, a iniciativa germânica também suprimiu do Código Penal Alemão o crime de favorecimento da prostituição – pois se a atividade passa a ser lícita, não há porque penalizar quem a favorece.

No caso brasileiro, torna-se também conseqüente suprimir do Código Penal os tipos de favorecimento da prostituição (art. 228), casa de prostituição (art. 229) e do tráfico de mulheres (art. 231), este último porque somente penaliza o tráfico se a finalidade é o de incorporar mulheres que venham a se dedicar à atividade.

Fazemos profissão de fé que o Legislativo brasileiro possui maturidade suficiente para debater a matéria de forma isenta, livre de falsos moralismos que, aliás, são grandemente responsáveis pela degradação da vida das pessoas que se dedicam profissionalmente à satisfação das necessidades sexuais alheias.

Sala das Sessões, em de de 2003.

Deputado Fernando Gabeira

PL 377/2011**PROJETO DE LEI Nº , DE 2011 (Do Sr. João Campos)**

Acrescenta artigo ao Decreto-Lei nº2.848, de 7 de dezembro de 1940 – Código Penal –, para dispor sobre o crime de contratação de serviços sexuais, e dá outras providências.

O Congresso Nacional decreta:

Art. 1º O Decreto-Lei no 2.848, de 7 de dezembro de 1940 – Código Penal –, passa a vigorar acrescido do seguinte art. 231-A:

“Contratação de serviço sexual” “Art. 231-A.

Pagar ou oferecer pagamento a alguém pela prestação de serviço de natureza sexual:”

“Pena – detenção, de 1 (um) a 6 (seis) meses.”

“Parágrafo único. Incorre na mesma pena quem aceita a oferta de prestação de serviço de natureza sexual, sabendo que o serviço está sujeito a remuneração.”

Art. 2º. Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

JUSTIFICATIVA

A proposição que ora apresentamos tem por escopo criminalizar a conduta daquele que paga ou oferece pagamento pela prestação de serviços sexuais, ou seja, daquele que contrata pessoas mediante remuneração para prática da prostituição.

Tal matéria foi apresentada pelo ínclito Deputado Federal Elimar Máximo Damasceno tendo sido arquivada ao final da legislatura passada. Apesar das recentes discussões ocorridas nesta Casa acerca do tema, o PL que legalizava a prostituição foi rejeitado, entendemos que a venda do corpo é algo não tolerado pela sociedade. A integridade sexual é bem indisponível da pessoa humana e, portanto, não pode ser objeto de contrato visando a remuneração.

O quadro negativo da prostituição não envolve apenas o sacrifício da integridade pessoal. A atividade é tradicionalmente acompanhada de outras práticas prejudiciais à sociedade, como o crime organizado, lesões corporais, a exploração sexual de crianças e adolescentes além do tráfico de drogas.

A criminalidade da contratação de serviços sexuais tem por fim, também, a proteção das pessoas e o combate à opressão sexual.

Recentemente, a Suécia, considerado um dos países mais avançados do mundo, aprovou lei no mesmo sentido da proposição apresentada.

Lá, a proposta do governo surgiu em conjunto com um pacote para reprimir os abusos contra as mulheres, foi apoiada eminentemente por grupos feministas e obteve o beneplácito do Poder Legislativo, em que mais de quarenta por cento dos parlamentares são mulheres.

Aspecto de relevo da presente iniciativa é a criminalidade única da conduta daquele que efetiva ou oferece o pagamento pela prestação dos serviços sexuais, e não da própria prostituta ou prostituto.

A necessidade de exercer a prostituição como forma de subsistência é um encargo gerado pelas circunstâncias sociais. Além disso, se houver o desejo de se deixar a atividade, não será necessária a preocupação com as conseqüências de se assumir publicamente o fato de ter sido prostituta.

O tipo penal foi construído com o cuidado especial de englobar, de forma ampla, a contratação de serviços sexuais. Assim, pela regra do caput do pretendido art. 231-A, cometerá crime aquele que efetivar ou oferecer o pagamento da realização do serviço.

O parágrafo único, por sua vez, incrimina a conduta de quem, mesmo sem acertar qualquer tipo de contrapartida, aceita os serviços de uma prostituta, sabendo que deverá remunerá-los. São essas, em síntese, as razões pelas quais esta Casa deve analisar, com seriedade, a presente iniciativa, razão pela qual solicito o apoio dos nobres parlamentares para a aprovação desta proposição.

Sala das Sessões, em de de 2011.

Deputado JOÃO CAMPOS PDSB/GO

PL 4211/2012⁹⁰

PROJETO DE LEI Nº _____ / 2012

(Dep. Jean Wyllys)

Regulamenta a atividade dos profissionais do
sexo.

LEI GABRIELA LEITE

O Congresso Nacional Decreta:

Art. 1º - Considera-se profissional do sexo toda pessoa maior de dezoito anos e absolutamente capaz que voluntariamente presta serviços sexuais mediante remuneração.

§ 1º É juridicamente exigível o pagamento pela prestação de serviços de natureza sexual a quem os contrata.

§ 2º A obrigação de prestação de serviço sexual é pessoal e intransferível.

Art. 2º - É vedada a prática de exploração sexual. Parágrafo único: São espécies de exploração sexual, além de outras estipuladas em legislação específica: I- apropriação total ou maior que 50% do rendimento de prestação de serviço sexual por terceiro; II- o não pagamento pelo serviço sexual contratado; III- forçar alguém a praticar prostituição mediante grave ameaça ou violência.

Art. 3º - A/O profissional do sexo pode prestar serviços:

I - como trabalhador/a autônomo/a;

II - coletivamente em cooperativa.

Parágrafo único. A casa de prostituição é permitida desde que nela não se exerce qualquer tipo de exploração sexual.

Art. 4º - O Capítulo V da Parte Especial do Decreto-Lei no 2.848, de 7 de dezembro de 1940, Código Penal, passa a vigorar com as seguintes alterações:

“Favorecimento da prostituição ou da exploração sexual. Art. 228. Induzir ou atrair alguém à exploração sexual, ou impedir ou dificultar que alguém abandone a exploração sexual ou a prostituição:

“Casa de exploração sexual Art. 229. Manter, por conta própria ou de terceiro, estabelecimento em que ocorra exploração sexual, haja, ou não, intuito de lucro ou

⁹⁰

mediação direta do proprietário ou gerente:

.....”

Rufianismo

“Art. 230. Tirar proveito de exploração sexual, participando diretamente de seus lucros ou fazendo-se sustentar, no todo ou em parte, por quem a exerça:

.....”

“Art. 231. Promover a entrada, no território nacional, de alguém que nele venha a ser submetido à exploração sexual, ou a saída de alguém que vá exercê-la no estrangeiro.

.....”

“Art. 231-A. Promover ou facilitar o deslocamento de alguém dentro do território nacional para ser submetido à exploração sexual:

.....”

Art. 5º. O Profissional do sexo terá direito a aposentadoria especial de 25 anos, nos termos do artigo 57 da Lei 8.213, de 24 de julho de 1991.

Art. 6º. Esta Lei entra em vigor na data da sua publicação.

Brasília, de julho de 2012.

Jean Wyllys

Deputado Federal PSOL/RJ

JUSTIFICATIVA

A prostituição é atividade cujo exercício remonta à antiguidade e que, apesar de sofrer exclusão normativa e ser condenada do ponto de vista moral ou dos “bons costumes”, ainda perdura. É de um moralismo superficial causador de injustiças a negação de direitos aos profissionais cuja existência nunca deixou de ser fomentada pela própria sociedade que a condena. Trata-se de contradição causadora de marginalização de segmento numeroso da sociedade.

O projeto de lei ora apresentado dialoga com a Lei alemã que regulamenta as relações jurídicas das prostitutas (Gesetz zur Regelung der Rechtsverhältnisse der Prostituierten - Prostitutionsgesetz - ProstG); com o Projeto de Lei 98/2003 do ex-Deputado Federal Fernando Gabeira, que foi arquivado; com o PL 4244/2004, do ex-

Deputado Eduardo Valverde, que saiu de tramitação a pedido do autor; e com reivindicações dos movimentos sociais que lutam por direitos dos profissionais do sexo.

O escopo da presente propositura não é estimular o crescimento de profissionais do sexo. Muito pelo contrário, aqui se pretende a redução dos riscos danosos de tal atividade. A proposta caminha no sentido da efetivação da dignidade humana para acabar com uma hipocrisia que priva pessoas de direitos elementares, a exemplo das questões previdenciárias e do acesso à Justiça para garantir o recebimento do pagamento.

Dentre os objetivos fundamentais da República Federativa do Brasil figuram o da erradicação da marginalização (art. 3º inciso III da CRFB) e o da promoção do bem de todos (art. 3º, inciso IV). Além disso, são invioláveis, pelo artigo 5º da Carta Magna, a liberdade, a igualdade e a segurança. O atual estágio normativo - que não reconhece os trabalhadores do sexo como profissionais - padece de inconstitucionalidade, pois gera exclusão social e marginalização de um setor da sociedade que sofre preconceito e é considerado culpado de qualquer violência contra si, além de não ser destinatário de políticas públicas da saúde.

O objetivo principal do presente Projeto de Lei não é só desmarginalizar a profissão e, com isso, permitir, aos profissionais do sexo, o acesso à saúde, ao Direito do Trabalho, à segurança pública e, principalmente, à dignidade humana. Mais que isso, a regularização da profissão do sexo constitui instrumento eficaz ao combate à exploração sexual, pois possibilitará a fiscalização em casas de prostituição e o controle do Estado sobre o serviço.

Impor a marginalização do segmento da sociedade que lida com o comércio do sexo é permitir que a exploração sexual aconteça, pois atualmente não há distinção entre a prostituição e a exploração sexual, sendo ambos marginalizados e não fiscalizados pelas autoridades competentes. Enfrentar esse mal significa regulamentar a prática de prostituição e tipificar a exploração sexual para que esta sim seja punida e prevenida.

Importante frisar que a profissão do sexo difere da exploração sexual conforme texto legal ora apresentado.

A exploração sexual se conceitua (1) pela apropriação total ou maior que 50% do rendimento da atividade sexual por terceiro(s); (2) pelo não pagamento do serviço sexual prestado voluntariamente; ou (3) por forçar alguém a se prostituir mediante grave ameaça ou violência. Neste sentido, a exploração sexual é crime e se tipifica independente da maioridade ou da capacidade civil da vítima.

Evidente que tal crime será penalizado mais severamente no caso da vítima de exploração sexual ser menor de dezoito anos, absolutamente ou relativamente incapaz, ou ter relação de parentesco com o criminoso. Importante lembrar que o conceito de exploração sexual quando a vítima é menor de dezoito anos é tipificado como crime hediondo tanto pelo Código Penal, nos artigos 214 e 218, quanto pelo Estatuto da Criança e do Adolescente, dos artigos 240 ao 241-E.

Em contrapartida, o exercício da atividade do profissional do sexo deve ser voluntário e diretamente remunerado, podendo ser exercido somente por absolutamente capazes, ou seja, maiores de idade com plenas capacidades mentais. O profissional do sexo é o único que pode se beneficiar dos rendimentos do seu trabalho. Conseqüentemente, o serviço sexual poderá ser prestado apenas de forma autônoma ou cooperada, ou seja, formas em que os próprios profissionais auferem o lucro da atividade.

Como demonstrado, não existe prostituição de crianças e adolescentes. Muito pelo contrário, essa prática se configura como abuso ou exploração sexual de crianças e adolescentes e se tipifica como crime severamente punido pelo Código Penal.

Atualmente os trabalhadores do sexo sujeitam-se a condições de trabalho aviltantes, sofrem com o envelhecimento precoce e com a falta de oportunidades da carreira, que cedo termina. Daí a necessidade do direito à Aposentadoria Especial, consoante o artigo 57 da Lei 8.213/1991, com redação dada pela Lei nº 9.032/1995.

Para existir coerência com a presente proposição, é necessário que a redação atual do Código Penal, dada pela Lei nº 12.015/2009, seja modificada em alguns de seus artigos.

Os artigos 228 e 231 do Código Penal utilizam a expressão “prostituição ou outra forma de exploração sexual” equiparando a prostituição a uma forma de exploração sexual. O projeto de lei em questão visa justamente distinguir esses dois institutos visto o caráter diferenciado entre ambos; o primeiro sendo atividade não criminosa e profissional, e o segundo sendo crime contra dignidade sexual da pessoa. Por isso, nos institutos legais, propõe-se a alteração da expressão por “prostituição ou exploração sexual”.

Redação atual:

“Art. 228. Induzir ou atrair alguém à prostituição ou outra forma de exploração sexual, facilitá-la, impedir ou dificultar que alguém a abandone:”

“Art. 231. Promover ou facilitar a entrada, no território nacional, de alguém que nele venha a exercer a prostituição ou outra forma de exploração sexual, ou a saída de alguém que vá exercê-la no estrangeiro:”

Redação conforme a proposta:

“Art. 228. Induzir ou atrair alguém à exploração sexual, ou impedir ou dificultar que alguém abandone a exploração sexual ou a prostituição:”

“Art. 231. Promover a entrada, no território nacional, de alguém que nele venha a ser submetido à exploração sexual, ou a saída de alguém que vá exercê-la no estrangeiro:”

O artigo 229 se refere a crime de “casa de prostituição”. No entanto, o tipo penal menciona a expressão “exploração sexual” e não prostituição. A alteração aqui proposta só alcança o título do artigo, visto que (1) prostituição não é exploração sexual; (2) o crime de “casa de exploração sexual” se tipifica pelo próprio caput atual do artigo 229; e (3) a casa de prostituição não é mais crime tipificado uma vez que a prostituição se torna profissão regulamentada e poderá ser exercida de forma autônoma ou cooperada.

Redação atual:

“Casa de prostituição

Art. 229. Manter, por conta própria ou de terceiros, estabelecimento em que ocorra exploração sexual, haja, ou não, intuito de lucro ou mediação direta do proprietário ou gerente:”

Redação conforme a proposta:

“Casa de exploração sexual

Art. 229. Manter, por conta própria ou de terceiro, estabelecimento em que ocorra exploração sexual, haja, ou não, intuito de lucro ou mediação direta do proprietário ou gerente:”

Este Projeto de Lei é mais um instrumento de combate à exploração sexual tendo em vista o caráter punitivo da prática. As casas de prostituição, onde há prestação de serviço e condições de trabalhos dignas, não são mais punidas, ao contrário das casas de exploração sexual, onde pessoas são obrigadas a prestar serviços sexuais sem remuneração e são tidas não como prestadoras de serviço, logo, sujeitos de direitos, mas como objeto de comércio sexual; essas casas, sim, serão punidas.

Além disso, a descriminalização das casas de prostituição (1) obriga a fiscalização, impedindo a corrupção de policiais, que cobram propina em troca de silêncio e de garantia do funcionamento da casa no vácuo da legalidade; e (2) promove melhores condições de trabalho, higiene e segurança.

A vedação a casas de prostituição existente no texto legal atual facilita a exploração sexual, a corrupção de agentes da lei e, muitas vezes, faz com que essas casas

não se caracterizem como locais de trabalho digno. As casas funcionam de forma clandestina a partir da omissão do Estado, impedindo assim uma rotina de fiscalização, recolhimento de impostos e vigilância sanitária. Por isso, somente deve ser criminalizada a conduta daquele que mantém local de exploração sexual de menores ou não e de pessoas que, por enfermidade ou deficiência, não tenham o necessário discernimento para a prática do ato.

O termo “exploração sexual” foi colocado no lugar de “prostituição alheia” no artigo 230 porque o proveito do rendimento de serviços sexuais por terceiro é justamente a essência da exploração sexual. Ao contrário, a prostituição é sempre serviço remunerado diretamente ao prestador.

Redação atual:

“Art. 230. Tirar proveito da prostituição alheia, participando diretamente de seus lucros ou fazendo-se sustentar, no todo ou em parte, por quem a exerça.”

Redação conforme a proposta:

“Art. 230. Tirar proveito de exploração sexual, participando diretamente de seus lucros ou fazendo-se sustentar, no todo ou em parte, por quem a exerça.”

A “facilitação” da entrada no território nacional ou do deslocamento interno de alguém que nele venha a ser submetido à exploração sexual deve ser criminalizada conforme proposta dos artigos 231 e 231-A. Optou-se pela retirada da expressão “prostituição” porque a facilitação do deslocamento de profissionais do sexo, por si só, não pode ser crime. Muitas vezes a facilitação apresenta-se como auxílio de pessoa que está sujeita, por pressões econômicas e sociais, à prostituição. Nos contextos em que o deslocamento não serve à exploração sexual, a facilitação é ajuda, expressão de solidariedade; sem a qual, a vida de pessoas profissionais do sexo seria ainda pior. Não se pode criminalizar a solidariedade. Por outro lado, não se pode aceitar qualquer facilitação em casos de pessoas sujeitas à exploração sexual, principalmente se há vulnerabilidades especiais expostas nos incisos abaixo transcritos.

Redação atual:

“Art. 231-A. Promover ou facilitar o deslocamento de alguém dentro do território nacional para o exercício da prostituição ou outra forma de exploração sexual.”

Redação conforme a proposta:

“Art. 231-A. Promover ou facilitar o deslocamento de alguém dentro do território nacional para ser submetido à exploração sexual.”

A regulamentação da profissão do sexo e as alterações do Código Penal aqui apresentadas refletem também a preocupação eminente com o tráfico de pessoas, a exploração sexual e o turismo sexual. O Brasil ocupa posição de crescimento econômico e vai sediar dois grandes eventos esportivos que atraem milhões de turistas. A regulamentação da profissão do sexo permitirá alto grau de fiscalização pelas autoridades competentes, além de possibilitar e até mesmo incentivar o Poder Executivo a direcionar políticas públicas para esse segmento da sociedade (como a distribuição de preservativos, mutirões de exames médicos, etc).

Todas as modificações apresentadas na propositura em destaque tem os objetivos precisos de: (1) tirar os profissionais do sexo do submundo, trazendo-os para o campo da licitude e garantindo-lhes a dignidade inerente a todos os seres humanos; e (2) tipificar exploração sexual diferindo-a do instituto da prostituição, afim de combater o crime, principalmente contra crianças e adolescentes.

O Programa Conjunto das Nações Unidas para o HIV/Aids (UNAIDS) foi convocado pelo PNUD no intuito de elaborar pesquisas sobre as causas da contaminação da AIDS. A Comissão Internacional sobre HIV e a Lei - composta por ex-líderes de Estado e por peritos em termos jurídicos, de direitos humanos e de HIV - baseou a pesquisa em relatos de mais de 1 000 pessoas, de 140 países. O relatório oficial, divulgado em julho de 2012, concluiu que as leis punitivas e as práticas discriminatórias de muitos países prejudicam o progresso contra o HIV.

“Por exemplo, as leis e os costumes legalmente tolerados, que falham em proteger mulheres e meninas da violência, aprofundam as desigualdades entre gêneros e aumentam a sua vulnerabilidade ao HIV. Algumas leis de políticas de propriedade intelectual não são consistentes com a lei internacional dos direitos humanos e impedem o acesso a tratamento vital e à prevenção. As leis que criminalizam e desumanizam as populações com maior risco de contágio de HIV - incluindo homens que mantêm relações sexuais com outros homens, trabalhadores do sexo, transexuais e usuários de drogas injetáveis - empurram as pessoas para a clandestinidade, afastando-as de serviços de saúde essenciais, aumentando assim o risco de contágio pelo HIV. As leis que criminalizam a transmissão, a exposição e a não revelação do status de portador do HIV, desencorajam as pessoas a fazerem o teste e a serem tratadas. Mais especificamente: [...] mais de 100 países criminalizam algum aspecto do trabalho dos profissionais do sexo. O ambiente legal em muitos países expõe os trabalhadores do sexo à violência, o que leva à sua exclusão econômica e social. Isso também impede que os mesmos acessem serviços de saúde para o HIV.”

A Comissão também recomenda a despenalização de atividades sexuais entre pessoas do mesmo gênero, trabalho sexual e consumo de drogas, permitindo assim que

as populações vulneráveis tenham acesso a serviços de saúde e ações de prevenção contra o HIV.

Por fim, a lei aqui proposta se intitula “Gabriela Leite” em homenagem a profissional do sexo de mesmo nome, que é militante de Direitos Humanos, mais especificamente dos direitos dos profissionais do sexo, desde o final dos anos 70. Gabriela Leite iniciou sua militância em 1979, quando se indignou com atitudes autoritárias, arbitrárias e violentas por parte do Estado que, através da Polícia de São Paulo, promovia perseguições a travestis e prostitutas. Gabriela Leite participou na criação de vínculo solidário entre os profissionais do sexo, na mobilização política dos mesmos e fundou a ONG “Davida”, que tem como missão o fomento de políticas públicas para o fortalecimento da cidadania das prostitutas; mobilização e a organização da categoria; e a promoção dos seus direitos. A “Davida” criou, por exemplo, a grife DASPU, um projeto autossustentável gerido por prostitutas e que tem por objetivo driblar a dificuldade de financiamento para iniciativas de trabalho alternativo por parte das profissionais do sexo.

Jean Wyllys

Deputado Federal PSOL/RJ